



Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em História

MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS
O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS (1932-1955)

Tese de Doutorado

Carmencita de Holleben Mello Ditzel

FLORIANÓPOLIS

2004

CARMENCITA DE HOLLEBEN MELLO DITZEL

**MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS
O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS (1932-1955)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, Área de Concentração – História Cultural.

Orientador: Prof. Artur Cesar Isaia, Dr.

Florianópolis, março de 2004

Carmencita de Holleben Mello Ditzel

**MANIFESTAÇÕES AUTORITÁRIAS
O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS (1932-1955)**

Esta tese foi julgada adequada para obtenção do Título de Doutor em História, área de concentração História Cultural, aprovada em sua forma final pelo programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de março de 2004.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Artur Cesar Isaia, Dr.
Presidente da Banca

Prof. Artur Cesar Isaia, Dr.
Orientador

Prof.^a Cléria Botelho Costa, Dr.^a
UnB

Prof. Paulo Pinheiro Machado, Dr.
UFSC

Prof. Renato Lopes Leite, Dr.
UFPR

Prof. Ricardo Silva, Dr.
UFSC

Prof.^a Maria de Fátima Fontes Piazza, Dr.^a
UFSC

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade de Coimbra, CAPES instituições que viabilizaram a realização deste trabalho.

Ao Professor Doutor Artur Cesar Isaia, pela orientação, pelo incentivo e pelo apoio nos momentos de incerteza e dificuldade.

Aos Professores Doutores Fernando Catroga e Luis Reis Torgal, pela acolhida e orientação nas atividades realizadas em Portugal.

À Heloisa Paulo, pela recepção carinhosa e por me apresentar Coimbra.

Aos meus auxiliares de pesquisa Ney, Michele, Marinice, Anselmo, pela sua dedicação e empenho.

À Regina Mello, pela sua gentileza e disponibilidade ao prestar informações para esta pesquisa.

À Antonia e sua equipe, pela amável acolhida e sugestões na revisão deste trabalho.

Aos colegas de curso em Florianópolis, especialmente Myrian, Leandro, Maria José, com quem partilhei este desafio.

Aos amigos, Bete, Sôzi, Elisa, Adriana, Roberto, Edison, que contribuíram com críticas e sugestões.

Aos colegas do Departamento de História e do Núcleo Regional de Educação, pela colaboração e apoio nesta fase.

Aos meus familiares, especialmente Paulo Heitor, Ana Paula e Juliano Demian, que partilharam os momentos difíceis e não me deixaram desistir.

À Rosângela e ao Nilton, companheiros de sempre, pela amizade e colaboração inestimáveis.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	2
CAPÍTULO 1 - OS CAMPOS GERAIS: ESPAÇO E SOCIEDADE PLURAIS	23
1.1 Ocupação e Partilha da Terra: Posse e Conflito	24
1.1.1 Nas fazendas, sementes de tradição	28
1.1.2 Tropeirismo: um outro estilo de vida.....	37
1.2 Outros Cenários: Imigração, Mate e Madeira	41
1.2.1 Os imigrantes: diferentes costumes e tradições nos Campos Gerais	41
1.2.2 A sociedade ervateira: urbanização e modernidade	46
1.2.3 Entorno da madeira: uma nova dinâmica social.....	53
1.3 Ponta Grossa: Encontro de Caminhos	58
1.3.1 O bairro de Ponta Grossa.....	60
1.3.2 O "Clima" urbano	63
1.3.3 A modernidade local	72
1.3.4 A "Cidade Civilizada"	80
CAPÍTULO 2 - "VERDE, QUE TE QUERO VERDE": O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS	93
2.1 1930: Velhos e Novos Projetos	96
2.1.1 "Aquarelas do Brasil"	103
2.1.1.1 "A Revolução do Espírito"	114
2.2 "Para Compreender o Integralismo"	119
2.2.1 Os camisas-verdes nos Campos Gerais	131
2.3 Redemocratização ou Continuismo?	147
2.3.1 Outros tons do verde	150
2.3.2 O Diário da "Ressurreição"	164
CAPÍTULO 3 - "DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA": IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES...	176
3.1 O Texto Militante: o Imaginário Integralista	177
3.1.1 A mística espiritualista	182

3.1.2	O Estado Integral: nós e os outros	189
3.1.3	Idealismo e democracia integralista	200
3.2	O Texto da Fé: As Cartas Pastorais de D. Antonio	205
3.2.1	A moralidade cristã.....	217
3.2.2	A família cristã	221
3.2.3	O combate ao comunismo.....	224
3.3	O Texto Euclidiano: Os Intelectuais e o CCEC	232
3.3.1	O CCEC: o "Arraial do Pitangui"	234
3.3.2	O "Tapejara": "Somos Assim"	241
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	259
	REFERÊNCIAS	264
	FONTES	280
	ANEXO 1 - MAPAS	284
	ANEXO 2 - ESTATÍSTICAS - IBGE	290

RESUMO

Este estudo analisa a trajetória do AIB (Ação Integralista Brasileira) ao PRP (Partido de Representação Popular) nos Campos Gerais, especialmente em Ponta Grossa, cidade-pólo regional. Procura-se compreender a formação sócio-histórica regional em relação com a repercussão do Movimento integralista nos anos 30 e sua rearticulação partidária em 1946. A identificação de particularidades regionais, dos imaginários construídos sobre a cidade e dos projetos que disputaram espaço nesse processo, mostrou-se fundamental para a elucidação dessa trajetória. O jogo rupturas e permanências, a mediação simbólica de atores sociais definidos (imprensa, Igreja, partidos, intelectuais), os textos produzidos nortearam esta reflexão. Ponta Grossa é vista como uma cidade plural na qual conviveram diferentes projetos e imaginários que disputaram permanentemente o poder.

Palavras-chave: Integralismo; cidade; imaginário; projeto; cultura e poder.

ABSTRACT

This study analyzes the trajectory of the Brazilian Integralist Action (AIB) on its way to become the Popular Representation Party (PRP), in the area of Campos Gerais, especially in Ponta Grossa its major city. We tried to understand the regional socio-historical arrangement in relation to the Integralist Movement repercussion in the thirties and its reorganization as a party in 1946. Identifying regional particularities, the popular imagination involving the city, and the projects that were part of the process, was crucial to unveil such trajectory. The rupture-and-permanence stratagem, the symbolic mediation of well defined social stakeholders (the Press, the Church, political parties, intellectuals) and the texts produced guided the study. Ponta Grossa is seen as a plural city in which different projects and different popular imagination aspects existed side by side, and permanently competed for power.

Key words: Integralism; city; popular imagination; project; culture and power.

INTRODUÇÃO



FOTO BIANCHI. Acervo de Carmencita de Holleben Mello Ditzel.

INTRODUÇÃO

...Pensar não é sair da caverna (...) é entrar no labirinto. (...) A sociedade é criação dela mesma: autocriação. (Cornelius Castoriadis)

Durante a realização da pesquisa para dissertação de mestrado, o contato com a produção dos intelectuais vinculados ao Centro Cultural Euclides da Cunha e a percepção de que eles defendiam alguns valores identificados no imaginário integralista despertaram nosso interesse pela história do movimento na região. O diálogo com outro pesquisador, que analisa as representações sociais no jornal Diário dos Campos, o mais expressivo meio de comunicação em Ponta Grossa na década de 1930, fortaleceu esse interesse.¹ De acordo com o jornal, o Integralismo teve forte presença na região dos Campos Gerais com núcleos instalados em suas diversas cidades, principalmente em Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Piraí do Sul e Teixeira Soares. Os integralistas assumiam nessas localidades as mesmas estratégias: organizavam núcleos e sedes, e propagavam seu ideário via jornais, panfletos e rádios.

Ponta Grossa, nesse momento, era pólo regional e vivia uma fase de crescimento econômico e urbano. A cidade no início do século XX assume, sob o signo da modernidade, a liderança regional que fora exercida até então por Castro, centro hegemônico dos velhos Campos Gerais. Ponta Grossa é vista como cidade moderna por diferentes personagens, políticos, jornalistas, escritores e viajantes.

¹Em sua dissertação Niltonci Batista Chaves analisa o discurso do jornal sobre o Integralismo em Ponta Grossa. Para ele, o jornal refletia a visão de certos segmentos sociais identificados com a de José Hoffmann, seu proprietário e redator. Juca, como este era chamado, apresentava-se como sendo católico e liberal, contrário ao movimento do qual sempre procurou destacar os aspectos negativos. Suas reportagens chamam atenção pelo tom irônico com que se refere a Plínio Salgado e aos demais líderes nacionais do movimento. Quanto às lideranças locais, adota outra posição: muitos deles são tratados com respeito e criticados apenas pela opção política. Hoffmann dessa maneira estabelece uma distância entre a pessoa e o movimento.

Nestor Vitor, escritor paranaense, que realiza uma viagem pelo Paraná, registra em *Terra do Futuro* sua surpresa diante da nova Ponta Grossa. Elementos de modernidade, ferrovia, luz elétrica, saneamento básico, a agitação nas ruas, nos clubes, nos cinemas, justificam para ele a ruptura com a vila acanhada e "dorminhoca" que conhecera. Enfim, Ponta Grossa reunia os elementos necessários para se tornar um centro próspero no futuro. Raul Gomes, jornalista, em suas crônicas compõe imagem semelhante. No jornal *O Progresso*, em 1912, apresenta a cidade pujante, movimentada, empreendedora, com um ambiente cultural fecundo.

Os governantes em seus relatórios apontam também dados oficiais do crescimento e desenvolvimento da cidade: novos prédios públicos, construção de edifícios particulares, pavimentação e iluminação nas ruas, ampliação do número de fábricas, crescimento da arrecadação de impostos. Todos esses elementos são apresentados como símbolos de progresso, de modernidade e de urbanização.

As teses de que o Integralismo atinge a classe média, pois opera com um discurso mais imagético do que conceitual, e a de que se destina às massas urbanas são reafirmadas na cidade. Em Ponta Grossa, funcionários do Banco do Brasil e da rede ferroviária, advogados, médicos, professores, comerciantes e outros profissionais aderem ao movimento.²

É na busca das especificidades e dos desdobramentos que se encaminha esta pesquisa, procurando compreender como os valores integralistas se incorporaram na complexidade das relações sociais nos Campos Gerais e no conjunto de suas representações. De resto, as abordagens sobre a Era Vargas têm mostrado que grande parte dos acontecimentos políticos estaduais ou regionais sempre acompanhava aqueles que se originavam nos centros do poder, e isso inclui o

²Olympio de Paula Xavier, advogado; Francisco Cardoso de Menezes, oficial de justiça; Pedro Dihl, industrial do ramo de bebidas; Adelino Machado de Oliveira, contador; Luís Cundari, funcionário da Cia. Prada de Eletrificação; Odilardo L. de Freitas, do Banco do Brasil.

Integralismo. Porém, suas particularidades regionais devem ser consideradas, pois nesse âmbito emergem figuras cujos papéis ainda não foram estudados.

Para compreender esse processo, é preciso analisar a trajetória do Integralismo nos Campos Gerais observando-se os seguintes aspectos: as características regionais, o jogo político local, a reprodução da doutrina do movimento, a repercussão do discurso integralista e de seus opositores, a composição social da AIB regional (Ação Integralista Brasileiro), as alianças e conflitos das diversas forças político-sociais, as estratégias empregadas para a expansão do movimento e a presença de princípios integralistas em outros discursos.

O Integralismo neste trabalho será considerado a partir da fundação da AIB (1932) até a organização e consolidação do PRP (Partido de Representação Popular) (1946-1955), pois se entende que o núcleo forte da doutrina permanece na nova agremiação política.³ A questão central aqui é o sucesso eleitoral alcançado por Plínio Salgado nas eleições presidenciais de 1955 quando o candidato é o mais votado em diversas cidades paranaenses, entre elas, Curitiba, Ponta Grossa, Castro e Teixeira Soares.

O resultado alcançado pelo candidato do PRP no Paraná Tradicional chama a atenção por diversas razões: os demais candidatos do partido obtêm votação inexpressiva; os vínculos com a AIB recebem duras críticas pois as idéias e práticas fascistas estão sendo rejeitadas e os argumentos apresentados para justificar esse resultado em Curitiba não são suficientes para explicá-lo em toda a região.

A análise parte do pressuposto que a eficácia do discurso de Plínio em 1955, na região dos Campos Gerais, se deve a uma conjugação de fatores como o passado integralista, o momento de ampliação das fronteiras paranaenses, e a conseqüente perda de prestígio político-econômico do Paraná Tradicional (o que pode ser

³Gilberto Grassi Calil desenvolveu perspectiva semelhante quando analisa a formação do PRP no Rio Grande do Sul no período 1945-1950, mas retoma o movimento integralista desde suas origens.

compreendido como uma crise), o processo de modernização conservadora vivenciado pela cidade de Ponta Grossa, pólo regional, que possibilitou a permanência de valores tradicionais nos imaginários sociais de sua área de abrangência.

Tais valores foram defendidos pela elite campeira, que permaneceu no poder e muitas vezes compartilhou-o com outros setores (ervateiros, industriais, comerciantes), além de incorporar imigrantes e seus descendentes que adotaram a tradição do familismo.⁴ Permanência essa garantida pela mediação de setores intelectuais, da imprensa e da Igreja que forjaram seus discursos sustentados na defesa da ordem, da hierarquia, da autoridade, da pátria e na representação do brasileiro como povo de índole pacífica e que precisa ser conduzido.

Tais reflexões sobre o Integralismo se amparam nos autores que consideram esse fenômeno um movimento cultural e político, que mescla traços do fascismo europeu a uma raiz brasileira, em que a variável étnica deve ser valorizada sem exclusividade. O discurso integralista é visto como "normativo e programático-pragmático"⁵ operando com imagens para garantir sua eficácia. Buscam-se as ligações entre o Integralismo brasileiro e o português no pensamento e na ação de Plínio Salgado. Essa proximidade é indicada em alguns estudos, entre eles, o de Helgio Trindade que caracteriza Plínio como 'o mais lusitano de nossos integralistas'.

1. Referenciais Analíticos

Alguns pressupostos são fundamentais nesta análise e orientam seus rumos: o homem como produto e produtor da história, a relação texto-contexto e a leitura como atividade produtora de sentido.

⁴A esse respeito ler: OLIVEIRA, R. C. (2001).

⁵Ver CHAUI (1978).

Os conceitos de Bourdieu – *habitus*, campo e poder simbólico – são utilizados por permitirem articular o ator social e a estrutura social em diferentes dimensões. O *habitus*, que consiste na mediação entre o agente social e a sociedade, enfatiza um aprendizado passado e tende a orientar a ação do indivíduo ou do grupo assegurando a reprodução das condições que o engendraram.

O campo significa um espaço de contornos definidos em que os atores disputam interesses específicos. Pode ser entendido como um microcosmo com regras e desafios particulares, no qual os diferentes agentes situados em diferentes posições lutam pela apropriação e legitimação de um capital que lhe é próprio.

O poder simbólico "é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem" (BOURDIEU, 1989, p.8). Logo, é um poder de constituição da realidade que orienta o sentido imediato do mundo.

Na visão de Ortiz (1983), tal perspectiva possibilita os desvelamentos dos mecanismos de manutenção e reprodução da ordem, mas não responde às inquietações referentes aos processos de transformação histórico-social. Mas esta não é a preocupação de Bourdieu; ele aborda a questão de maneira periférica e ocasional em seus estudos. Daí porque nesta leitura outros conceitos responderão a essas perguntas.

Os conceitos de Bourdieu, no entanto, permitem visualizar a permanência de um estilo de vida na região dos Campos Gerais e em especial em Ponta Grossa, como na seguinte afirmação:

A sociedade que se formou, com características mais ou menos homogêneas, era extremamente conservadora, apoiada em dois pilares: a Igreja Católica, que seguiu, passo a passo, a formação das comunidades, instalando unidades de atendimento aos fiéis em capelas... O outro pilar era a família, de características ligadas ao paternalismo, e a figura do fazendeiro marcava uma autoridade absoluta sobre as propriedades, seus dependentes e todos os que com eles trabalhavam. (LAVALLE, 1996, p.25)

Os conceitos referidos possibilitam ainda compreender as disputas político-culturais estabelecidas nos Campos Gerais e em Ponta Grossa nos diferentes momentos estudados, bem como a efetividade do poder simbólico na sociedade local.

Os outros cenários regionais – os engenhos de mate, as serrarias, as vilas – símbolos da mudança, e os elementos de modernidade e urbanização de Ponta Grossa – os trilhos da ferrovia, a luz elétrica, as fábricas e a cultura imigrante – são tratados a partir da perspectiva de Chartier, que envolve os conceitos de apropriação, representação e lutas de representações.

Em seus estudos, o autor distingue aculturação e apropriação. O termo aculturação expressa vários sentidos. Pode ser definido como a imposição de um novo sistema de representação que deve anular e fazer desaparecer crenças e condutas antigas. Significa, portanto, imposição. Mas o processo de aculturação pode envolver reciprocidade, ainda que isto não signifique participação igualitária dos envolvidos (CHARTIER, 2001, p.115).

O termo apropriação,⁶ para Chartier:

trata-se da apropriação no sentido de fazer algo com o que se recebe. Utilizei o termo no sentido da pluralidade de usos, da multiplicidade de interpretações, da diversidade de compreensão dos textos, o que significa seguir a definição hermenêutica, mas com um conteúdo sócio-histórico particular, pois no caso da hermenêutica trata-se de um fenômeno que é visto como universal, invariável ou abstrato. (CHARTIER, 2001, p.216)

O autor adverte que esse processo de apropriação é desigual e imerso nas relações de poder, idéia presente na definição foucaultiana. Portanto, é preciso situar as apropriações nas relações sociais que as particularizam. Enfim, para Chartier, a apropriação resulta de um conflito, de uma tensão e pode ser definida como um "uso inventivo e criador".

⁶Esse termo também pode ser usado à maneira de Foucault, como propriedade, como controle, como monopólio; à maneira de Paul Ricoeur, como atualização do texto na leitura.

A questão da construção de sentido para Chartier é relevante, sobretudo em relação aos textos canônicos cuja interpretação parece estar fixada, mas, em verdade, constituem apenas objetos de apropriação plural e diversa. Logo, há pertinência em analisar os textos integralistas, mesmo que o conteúdo e a interpretação sejam fixados pela direção nacional da AIB, nos rumos tomados em sua reprodução em discursos e artigos de seus adeptos e de seus opositores na imprensa dos Campos Gerais. Chartier lembra ainda que os discursos não são neutros, mas estão colocados num campo de concorrências e desafios em termos de poder e dominação. Assim, as lutas de representações têm tanta importância quanto as econômicas na compreensão dos mecanismos de imposição dos valores e da concepção de mundo de determinado grupo (1988, p.13-17). Dessa forma, a representação é a pedra angular nas análises da história cultural:

...ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns "representantes" (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade. (CHARTIER, 1988, p.23)

Nos finais do século XX, os esquemas de referência na produção do conhecimento nas diferentes áreas reduzem seu prestígio e abrem espaço para novas interpretações. Essa crise de paradigmas se traduz em rupturas e inovações nas formas de pensar e agir dos homens.

Nesse momento em que a razão cartesiana, as certezas científicas e as verdades absolutas perdem terreno, o imaginário ganha destaque como objeto de investigação nas ciências humanas e se torna uma das tendências mais instigantes de análise na contemporaneidade. Contribuiu para essa mudança o pensamento de Bachelard (1985), que abandona a imaginação vinculada à tradição para tratá-la a

partir de textos ou obras de arte, substituindo, assim, o enfoque psicológico-gnosiológico pelo estético. Neste último enfoque a imagem é apreendida como acontecimento objetivo e não mais como representação mental. Distingue imaginação formal e material; a primeira está fundamentada na visão, caminha para a abstração e o formalismo, é intencionalmente desmaterializadora, pois transforma a matéria em figuração, formas e feixes de relações. Já a imaginação material recupera o mundo como provocação concreta a solicitar a intervenção ativa e modificadora do homem. Para Bachelard, a imaginação é a capacidade de formar imagens que ultrapassam a realidade.

No campo da história, contudo, o estudo do imaginário permanece em posição secundária. Sua definição é fluida e permite aproximações sutis com as noções de mentalidades, ideologia e visão de mundo. Para clarificar essas aproximações, foram necessários um retorno crítico a esses conceitos e uma definição sintética que permita visualizar suas fronteiras.⁷

É indiscutível sua valorização como objeto de estudo recente e a preocupação com a sua construção teórica. Esses estudos trazem uma nova perspectiva à relação entre o real e o imaginário e apontam uma relação circular ou dialética entre a produção de idéias e o real.

Castoriadis (1982), ao refletir sobre o imaginário, identifica a fragilidade da visão funcionalista em seu ponto central, ou seja, a quais necessidades reais de uma sociedade as instituições deveriam servir. O funcionalismo não responde adequadamente a esta questão. Para o autor, a sociedade inventa e define para si

⁷O conceito de ideologia foi recuperado em seu "significado forte" que remete à questão da falsa consciência, alienação e luta de classes.

O conceito de mentalidade sustenta-se sobre as heranças, continuidade, tradição, reprodução mental das sociedades, enfim sobre as mudanças lentas. Prende-se à noção interclassista de mentalidade coletiva e a um viés estruturalista.

Pode-se falar em imaginário no sentido amplo em autores como Aristóteles, Maquiavel, Rousseau e Michelet. Outros estabelecem o marco inicial dessa perspectiva na obra de Bachelard (1985), que emprega a categoria de imaginação.

mesma novas formas de responder às suas necessidades e também às novas necessidades. Seu ponto de partida é "a maneira de ser sob a qual se constitui a instituição – a saber, o simbólico" (CASTORIADIS, 1982, p.140).

Todos os atos realizados no mundo social-histórico estão indissociavelmente entrelaçados com o simbólico. Não se esgotam nessa esfera, mas são impossíveis fora de uma rede simbólica. A primeira manifestação simbólica está, é claro, na linguagem. A visão funcionalista conhece o papel do simbolismo na vida social, mas não reconhece a sua importância. Assim, o simbolismo é visto como "revestimento neutro", como "a expressão de um conteúdo da verdadeira substância" das relações sociais. Nessa visão a forma está a serviço do fundo, o fundo é "real-racional". Mas não é assim na realidade (CASTORIADIS, 1982, p.139-143).

Nessa perspectiva, a sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade plena. O simbolismo se crava no natural e num drama histórico; participa, enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre significantes e significados, conexões e conseqüências, que não eram pretendidas nem previstas. Enfim, o simbolismo determina aspectos da vida da sociedade estando, ao mesmo tempo, cheio de interstícios e de graduações de liberdade (CASTORIADIS, 1982, p.152).

Este elemento, que dá à funcionalidade de cada sistema institucional sua orientação específica, que sobredetermina a escolha e as conexões das redes simbólicas, criação de cada época histórica, sua singular maneira de viver, de ver e de fazer sua própria existência, seu mundo e suas relações com ele, esse estruturante originário, esse significado-significante central, fonte do que se dá cada vez como sentido indiscutível e indiscutido, suporte das articulações e das distinções do que importa e do que não importa, origem do aumento da existência dos objetos de investimento prático, afetivo, intelectual, individuais ou coletivos – este elemento nada mais é do que o imaginário da sociedade ou da época considerada. (CASTORIADIS, 1982, p.175)

Portanto, a capacidade imaginativa dos seres humanos é o que institui a realidade e o que a constitui. Nessa lógica, a realidade não tem uma existência própria ou uma significação intrínseca, mas a existência e o sentido lhes são atribuídos pelos

indivíduos e grupos sociais ao longo do processo histórico. A capacidade imaginativa, a que o autor chama de imaginário último ou imaginário radical, é a condição necessária da existência da sociedade. Para ele, só existem as coisas que podem ser nominadas, só existem as coisas que estão instituídas imaginariamente. Assim, mais do que algo à parte da realidade, o imaginário é a sua condição possível de percepção uma vez que permite evocar imagens, constituir representações, construir símbolos. O imaginário é, enfim, a capacidade de construir imagens e com elas ler o mundo, respondendo aos problemas e às necessidades historicamente datados.

Não existem, portanto, a realidade e o imaginário como dois pólos opostos da experiência humana, mas sim a possibilidade de apreensão e significação do mundo através da imaginação. O imaginário radical ou a capacidade imaginativa, para o autor, se efetiva em casos concretos, em campos que podem ser delimitados. Pode-se, então, falar em imaginário efetivo ou secundário, que se refere às necessidades de uma dada sociedade, aos problemas e soluções em uma dada situação.

Castoriadis (1999) afirma ainda que o pensamento é essencialmente histórico-social e que suas manifestações correspondem a momentos do encadeamento histórico. O sócio-histórico se constitui na condição essencial da existência; a sociedade é criação dela mesma, e suas instituições e seus imaginários são criações livres do coletivo anônimo. Nesse esforço, a imaginação ocupa um papel central.

Essa noção pode dialogar com o conceito de imaginários sociais defendido por Baczko. Para ele, os imaginários são pontos de referência no vasto sistema simbólico que a coletividade produz; são instrumentos que permitem à comunidade a construção de sua identidade, a distinção de papéis e posições sociais, que expressam e impõem crenças comuns e códigos de comportamento; são uma resposta aos conflitos reais e potenciais; são uma força "reguladora da vida coletiva", um "dispositivo do exercício da autoridade e do poder"; lugar e objeto de conflitos sociais. São, em síntese, "uma representação total e globalizante da sociedade como uma ordem em que cada elemento encontra o seu lugar, a sua identidade, e a sua razão de ser" (BACZKO, 1985, p.309-310).

Considera-se imaginário, então, como a capacidade imaginativa que os seres humanos têm de dar sentido ao mundo, e imaginários, como suas concretizações em situações específicas. Nesse sentido pode-se falar de imaginário integralista como um conjunto de concepções, valores e atitudes expressos por diferentes grupos sociais em momentos específicos, que permitirá construir uma interpretação das situações vividas, como, por exemplo, entre 1932 e 1955.

As perspectivas apontadas se aproximam da categoria recepção, que emerge das discussões sobre os processos de constituição dos sentidos de textos em diferentes modalidades e permite tematizar o papel interpretativo realizado no ato da leitura, assim como relativizar o papel do autor na produção de textos, discursos e interpretações.

Os estudos de Chartier, referindo-se especificamente à leitura de textos impressos, trazem contribuições nessa área. Primeiramente, ele menciona a construção de sentido que se opera na leitura ou na escuta, a qual é resultado de "um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares e as comunidades" (CHARTIER, 1991, p.178). Em segundo lugar, ele se preocupa com a questão da forma, acreditando que "as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores" (p.178). Assim, o autor propõe o cruzamento do estudo dos textos com a história dos livros e com as práticas de apreensão efetivadas pelos leitores.⁸

⁸As proposições da estética da recepção também podem lançar algumas luzes para o estudo da recepção do ideário integralista, respeitadas as preocupações diferentes que estão na base dos estudos literários e históricos. Em primeiro lugar, sugerem a possibilidade de pensar nesse conjunto a partir de dois campos, o da sua produção e o da sua recepção. Ao mesmo tempo, permitem delimitar quais grupos e/ou indivíduos poderiam ser classificados como produtores e como receptores. No campo da literatura Haus Robert Jauss propõe: "...A experiência estética não se inicia pela compreensão e interpretação do significado de uma obra menos ainda, pela reconstrução da intenção de seu autor. A experiência primária de uma obra de arte realiza-se na sintonia com seu efeito estético, isto é, na compreensão fruidora e na fruição compreensiva (...) A formação do juízo estético se baseia nas instâncias de efeito e recepção comparando-se os dois efeitos de uma obra, o atual e o desenvolvido historicamente (a obra ao longo do tempo)" Disponível em: <A:\A%20estética%20da%20recepção%20colocações%20gerais.htm>..

As discussões da estética da recepção, bem como as da análise do discurso, permitem operar com os conceitos de leitura. As diferentes leituras podem ser tomadas como casos específicos de lutas de representação. Para Bourdieu, são "lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos" (BOURDIEU, 1989, p.113).

Estudos de análise do discurso têm mostrado que não se podem esperar leituras objetivas e predefinidas dos textos por parte de todos os leitores. De acordo com Indursky, para se pleitear a leitura objetiva e unívoca, "todos os leitores deveriam assumir as mesmas definições e apoiar-se no mesmo sistema de referência, identificando-se com a mesma matriz de sentido" (INDURSKY, 1998, p.189). Isso não impede a existência de modos compartilhados de leitura. Para a autora, a inserção dos leitores num mesmo sistema de valores é o que garante a forma comum de leitura, responsável pela criação do sentido. Mas lembra que o efeito de sentido produzido pelo modo comum de leitura passa a ser, muitas vezes, reconhecido como "o sentido".

A valorização da atividade construtiva da leitura estabelece para Jacques Leenhardt a questão

da multiplicidade das perspectivas que podem efetivamente ser adotadas com relação ao sentido proposto e sua gestão pelo leitor (...). o sentido não poderia ser reduzido unicamente à sua formulação textual (...). a idiosincrasia do leitor – o que chamamos conforme o caso, sua história, seus interesses ou suas competências – entra em conflito com a estrutura textual da mensagem e multiplica as perspectivas. (LEENHARDT, 1998, p.11)

Neste estudo discute-se um conjunto amplo de textos⁹ elaborados em diferentes momentos por grupos distintos. São textos produzidos pelos integralistas num período alargado, ou seja, entre 1932 e 1955. Consideram-se textos integralistas aqueles produzidos pelos seus intelectuais e lideranças regionais e buscam-se suas ligações e contraposições com os textos dos integrantes do Centro Cultural Euclides da Cunha, com as Cartas Pastorais de Dom Antônio, Bispo Diocesano de Ponta Grossa e com os artigos do jornal Diário dos Campos.

Esses textos podem representar grupos e, portanto, permitem a utilização do conceito de comunidade de imaginação ou comunidades de sentido, extraído da obra de Baczko. Para ele, "os símbolos só são eficazes quando assentam numa comunidade de imaginação" (BACZKO, 1985, p.311), que pode ser entendida como um grupo social do qual o indivíduo participa e que garante a eficácia dos símbolos, a construção e a propagação de algumas representações e não de outras.

Esse conceito pode ser associado à categoria "estrutura de plausibilidade" na análise da relação integralismo-catolicismo nos Campos Gerais. Para Berger, "Cada mundo requer, deste modo, uma 'base' social para continuar a sua existência como um mundo que é real para os seres humanos reais. Essa 'base' pode ser denominada a sua estrutura de plausibilidade" (BERGER, 1985, p.58)

⁹A categoria registro de recepção, de Hans U. Gumbrecht, parte do pressuposto que para compreender a constituição de sentido de um texto é necessário pesquisar as interações entre o autor e seus leitores. Desta maneira enfrenta-se o desafio de buscar a possibilidade de múltiplas interpretações e construções de sentido em um só texto.

Embora o autor introduza o conceito de testemunho ou registro de recepção, como via de acesso aos leitores e às leituras, e se preocupe com o seu lugar na vida (situação de produção do texto e do testemunho de recepção no momento de sua produção), abre espaço para os textos escritos como material de investigação nessa perspectiva. Nessa linha pode-se trabalhar com fontes orais e escritas.

Não se pode esquecer de que a recepção é uma categoria analítica, um modo de olhar para o objeto de pesquisa que resulta de recortes de um processo abstrato de construção realizado pelo pesquisador.

Berger compreende a religião como projeção humana e entende que seu estudo deve se ancorar num ateísmo metodológico. Afirma, ainda, que as tradições religiosas, independente ou não da ausência de suas eclesiologias, exigem comunidades específicas para a manutenção de sua plausibilidade.

Isaia (1998) adota posicionamento similar quando afirma que as opiniões e atitudes da hierarquia e do laicato católicos são produtos humanos sensíveis a diversos interesses. As idéias, opiniões, atitudes estão comprometidas com uma dada autocompreensão da Igreja e com o universo simbólico que a sustentam.

Para a compreensão das relações sociopolíticas identificadas em diferentes contextos, ao longo do trabalho inserem-se biografias sucintas, necessárias à análise. Sua construção está ancorada em algumas idéias fundamentais extraídas da obra de Pierre Bourdieu e Gilberto Velho.

Bourdieu (1992) critica a tradição positivista e a ideologia romântica presas à idéia do gênio criador como individualidade única e insubstituível ainda presentes na história da arte e da literatura, sobretudo nas biografias. Para ele, não seria difícil demonstrar que esses mesmos princípios integram a representação que muitos intelectuais constroem do mundo social e de sua função neste mundo.

Assim, a teoria da biografia enquanto integração retrospectiva de toda história pessoal do artista em um projeto puramente estético ou a representação da "criação" enquanto expressão da pessoa do artista em sua singularidade, somente podem ser compreendidas inteiramente se forem recolocadas no campo ideológico de que fazem parte e que exprime de uma forma mais ou menos transfigurada a posição de uma categoria particular de escritores na estrutura do campo intelectual por sua vez incluído em um tipo específico de campo político, cabendo uma posição determinada à fração intelectual e artística. (BOURDIEU, 1992, p.184)

Para Bourdieu, uma investigação efetivamente preocupada em "romper com a ideologia carismática da criação" deveria transpor os limites em que se move a

biografia tradicional, pois tanto o criador como sua obra são afetados pelas relações sociais no interior do campo intelectual.¹⁰

As biografias neste estudo pretendem demonstrar a relação entre o indivíduo e seu mundo social e compreender a um só tempo a sociedade e as formas de sensibilidade, paixão, ilusão e interesse que dão sentido à vida das pessoas. A biografia, neste caso, é compreendida também na perspectiva de Gilberto Velho (1994), como expressão de um quadro sócio-histórico sem perder de vista suas particularidades e singularidades. Velho (1994) evita tanto o voluntarismo individualista como o determinismo sociocultural rígido, inserindo a análise de trajetórias pessoais ou coletivas na discussão de categorias como projeto e campo de possibilidades.

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos, e os indivíduos podem, em princípio, ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios. Sua pertinência e relevância serão definidas contextualmente (VELHO, 1994, p.46).

Essa concepção permite buscar as diferenças entre grupos sociais e perceber a heterogeneidade interna de sociedades complexas em que os indivíduos se inserem num mundo plural. Essa pluralidade pode remeter a uma questão acerca do processo constitutivo de identidades e imaginários sociais.

¹⁰O campo intelectual constitui um sistema de linhas de força (disposição, oposição, composição) que conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo. Possui uma autonomia relativa que autoriza a autonomização metodológica, também estabelece valores éticos e estéticos e instâncias específicas de seleção e consagração intelectuais. Para Bourdieu, o intelectual é situado histórica e socialmente em relação ao seu campo de atuação. "Para dar à sociologia da criação intelectual e artística seu objeto próprio e ao mesmo tempo seus limites, é preciso perceber e considerar que a relação que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra são afetadas pelo sistema de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual." (BOURDIEU, 1968, p.105).

Velho (1994) associa indivíduo-sujeito, memória e biografia à noção de projeto, pois é o indivíduo-sujeito que faz projetos. Memória, visão retrospectiva, e projeto, visão prospectiva, são essenciais na formação da identidade social dos indivíduos. A vinculação entre estes diferentes momentos é que lhes dá sentido e continuidade. O projeto existe, fundamentalmente, como meio de comunicação e de expressão de interesses, objetivos, sentimentos, aspirações individuais ou coletivas.

A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais acontecem nas sociedades modernas em meio a diferentes esferas da vida social que estabelecem níveis de relacionamento variáveis que vão da aglutinação, da mescla e da interdependência ao conflito. A possibilidade de diferentes projetos individuais se associarem num projeto coletivo depende da convergência de interesses, e sua efetivação decorre de "sua capacidade de estabelecer uma definição de realidade convincente", ou seja, de sua "eficácia simbólica" e política propriamente dita (VELHO, 1994, p.48).

2. Fontes e Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa as fontes foram agrupadas em conjuntos: documentos oficiais – atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa; documentos do DOPS/PR, do Arquivo Salazar, da PIDE-GDS e do Ministério de Negócios Estrangeiros de Lisboa; documentos institucionais e particulares – do Centro Cultural Euclides da Cunha, da biblioteca de Faris Antonio Salomão Michaele, acervos de Lourival Santos Lima e de Antero Machado de Melo, cartas pastorais, arquivos da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, do Centro Operário Beneficente de Ponta Grossa e do Centro de Documentação Integralista de Porto Alegre; periódicos e entrevistas.

A pesquisa prioriza o trabalho com os jornais como fonte e como objeto. O uso do jornal como fonte tem se tornado cada vez mais freqüente. A riqueza desse material em informações e a adoção de novas abordagens históricas derrubaram os preconceitos contra a tendenciosidade e a falta de objetividade do texto jornalístico.

O jornal não é de fato um veículo que informa ou narra os fatos de forma plenamente imparcial. Não é uma fonte privilegiada de veiculação da verdade total ou absoluta. O jornal tem uma forma de olhar e de registrar as coisas do cotidiano na sociedade. Todo jornal tem uma perspectiva que orienta o modo de produzir a notícia, a informação, as idéias e os valores da cultura nas suas diversidades e contradições. (ALVES, 1996, p.33)

Enfim, a crônica jornalística, na riqueza do comentário imediato sobre o cotidiano local, constrói imagens de um tempo social, que devem ser consideradas como construções e não como dados.

O que fascina em um diário é a descoberta de novos meios de expressão capazes de auxiliar o leitor a articular conflitos interiores. Como afirma Kientz: "Abrindo-se um jornal, acredita-se ter aberto uma janela para o mundo, ter-se saído de si mesmo para afinar-se com o universo (...) Ao folhear as páginas, sob os mais diversos disfarces, o que se encontra é o homem atormentado por seus próprios conflitos". (KIENTZ, 1973, p.150). Para o historiador, que adota a metodologia da análise de conteúdo, modelo de análise semântica,¹¹ o texto jornalístico permite a escolha de unidades de registro e de contexto, a definição de categorias e temas.

Nesta pesquisa, jornais de diferentes orientações e finalidades são utilizados: doutrinários, culturais, informativos. Essas fontes integram um universo simbólico no qual se inserem diversos setores sociais que manifestam sentidos, estratégias, imagens, valores e interesses que lhes conferem identidade.

Na análise dos distintos textos – jornais, correspondências, atas, cartas pastorais – retoma-se o papel de intérprete, proposto por Starobinski ao agente da pesquisa histórica:

¹¹Segundo Cardoso e Vainfas (1997), o discurso pode ser definido como encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem o enunciado, ou como o enunciado é visto a partir das condições de produção – lingüísticas e sociais – que o geraram. A análise do discurso pode ser efetuada pela semântica, teoria que se encarrega do conteúdo das significações.

Para observar, no interior de uma obra, correlações de formas, de imagens, de fatos estilísticos etc. é preciso, de maneira necessária, colocar-se fora da obra e submetê-la a uma leitura cuidadosa; além disso, para enunciar os fatos observados, é preciso recorrer à linguagem descritiva de uma outra época (a nossa) e de uma outra categoria intelectual (a de nosso saber contemporâneo). Quanto mais nós procuramos atingir as obras na configuração que têm 'em si', mais nós desenvolvemos os laços que as fazem existir para nós. (STAROBINSKI, 1988, p.138)

A partir de tais considerações e da metodologia de Laurence Bardin, organizou-se a sistemática de trabalho. Em seu manual "Análise de Conteúdo", a autora expõe um modelo de análise textual para as ciências humanas. O livro se divide em quatro partes que podem ser lidas independentemente, que situam a análise de conteúdo no plano cronológico e epistemológico e apresentam exemplos de modelos desta prática (métodos e técnicas) na totalidade de seus procedimentos. O modelo de Bardin contribui para a seleção das "unidades de registro e contexto". A primeira, entendida como unidade de base da análise, varia de acordo com o interesse do pesquisador (palavra, tema, objeto, personagem, acontecimento, documento etc.). Já a "unidade de contexto" diz respeito às estruturas sociais e ao universo simbólico em que se insere o texto analisado.

Para Bardin (1977, p.31), "a análise de conteúdo¹² é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações".

Os textos utilizados nesta pesquisa foram submetidos a recortes temáticos adequados às especificidades deste estudo. O tema foi apresentado como "unidade de significação", cuja validade tanto pode ser lingüística como psicológica ou

¹²A análise de conteúdo pode ser uma análise de significantes (análise léxica, análise dos procedimentos) ou pode ser uma análise dos significados, como é a análise temática.

histórica. As crônicas, as notícias, as cartas pastorais e os discursos são apresentados como expressão de diferentes imaginários sociais.

Nesta pesquisa, a utilização dos textos seguiu também a orientação de Le Goff, quando afirma que "o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder" (LE GOFF, 1985, p.102).

3. Estrutura dos Capítulos

A análise da trajetória integralista na Região dos Campos Gerais se entrelaça com a formação sócio-histórica e com os imaginários construídos ao longo desse processo. Para dar visibilidade à trama dessas relações, este estudo encontra-se estruturado em três capítulos, com a seguinte organização:

- **Capítulo 1: Os Campos Gerais: espaço e sociedade plurais**

Discute-se a formação sócio-histórica dos Campos Gerais a partir da ocupação desse território por meio do criatório e do tropeirismo. O capítulo está dividido em três tópicos: a formação da sociedade campeira, as configurações socioculturais constituídas pelos ervateiros, madeireiros e imigrantes, e o processo de urbanização de Ponta Grossa. Essas formações sócio-históricas constituem um conjunto de fatores necessários para a compreensão das mudanças e permanências socioculturais da região e da cidade. Mudanças e permanências também reveladas nos projetos e imaginários que disputaram o poder em diferentes instâncias e espaços nas representações produzidas.

- **Capítulo 2: "Verde, que te quero verde": o Integralismo nos Campos Gerais**

Neste capítulo aborda-se a trajetória da AIB ao PRP nos Campos Gerais, centrando a discussão em Ponta Grossa. Procura-se compreender as diferenças de

estratégias e de argumentação entre as duas agremiações a partir de análise dos textos de seus líderes nacionais e locais. O núcleo forte dos conceitos integralistas permanece no PRP, contudo eles aparecem em outras cores e tons – percebê-los é a intenção. Plínio Salgado é a figura central nesse processo e, por isso, é fundamental acompanhar sua trajetória política e intelectual. A ação político-partidária e a produção intelectual das lideranças locais complementam o quadro analítico.

- **Capítulo 3: "Deus, Pátria e Família": Imaginários e Representações**

Neste capítulo são analisados os textos produzidos e difundidos pelos diferentes setores (Imprensa, Igreja, intelectuais e partidos políticos). Esses textos revelam as propostas e estratégias utilizadas na defesa de seus interesses como mediadores culturais na cidade e na região. Revelam, ainda, imaginários e representações sociais na disputa pelo capital simbólico.

OS CAMPOS GERAIS: ESPAÇO E SOCIEDADE PLURAIS



FOTO BIANCHI. Acervo de Carmencita de Holleben Mello Ditzel.

CAPÍTULO 1

OS CAMPOS GERAIS: ESPAÇO E SOCIEDADE PLURAIS

Tudo que é humano é, ao mesmo tempo, psíquico, sociológico, econômico, histórico, demográfico. É importante que estes aspectos não sejam separados, mas sim que concorram para uma visão poliocular. O que me estimula é a preocupação de ocultar o menos possível a complexidade do real. (Edgar Morin)

Neste capítulo, a região e a cidade são apresentadas como espaços que condicionam e resultam da ação de diversos atores sociais. Tais atores agem a partir de seus interesses específicos que podem ser convertidos em projetos individuais ou coletivos construindo a teia de relações dessas sociedades.

Procura-se apontar os vínculos entre a região e a cidade na sua formação histórica e destaca-se o espaço urbano por considerá-lo instigante na medida em que diferentes projetos e imaginários aí são elaborados e vivenciados conferindo-lhe dinâmica própria. Isso torna Ponta Grossa uma cidade única, embora sua história seja semelhante à de muitas outras.

A análise desse processo está associada à apresentação dos imaginários construídos sobre a cidade e expressos em diferentes textos – os relatos de viajantes, o texto jornalístico, as crônicas. A crônica, "gênero menor", escrita ao "rés-do-chão" prende-se aos assuntos do dia-a-dia, aos fatos miúdos e também aos grandes eventos (CÂNDIDO, 1992). Ao informar, comentar, divertir, expressa os imaginários elaborados por grupos ou setores sociais a que o cronista pertence e/ou representa.

Recupera-se a perspectiva de Chartier, para quem "as estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como não o são as categorias intelectuais e psicológicas; todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursiva) que constroem as suas figuras" (CHARTIER, 1988, p.27).

Nesta abordagem multifacetada parte-se do princípio que imaginário e real são termos complementares.¹³ Buscam-se nas lutas de representação travadas ao longo do tempo as características que permaneceram na sociedade ponta-grossense e que permitem identificá-la, distingui-la das demais.

1.1 Ocupação e Partilha da Terra: Posse e Conflito

Esses Campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária surgem aqui e ali nas baixadas. (Saint-Hilaire).

A ocupação de terras na região dos Campos Gerais¹⁴ se iniciou na primeira década do século XVIII. Essa expansão para as regiões do interior paranaense

¹³Adotam-se as perspectivas de Castoriadis, Baczko, já explicitadas, e a de Jacqueline Held (1980), para quem o imaginário é meio, é método que possibilita a revelação do real.

¹⁴Com base no estudo de Maack, é possível definir os Campos Gerais a partir de critérios fitogeográficos e geomorfológicos, que por sua vez exprimem a estrutura geológica e natureza das rochas, responsáveis pelos solos rasos e arenosos, pouco férteis, que favorecem a vegetação de campos, e o aparecimento do limite natural representado pela Escarpa Devoniana, um degrau topográfico que em vários locais ultrapassa 300m de desnível. Entretanto, a identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muares e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Mais recentemente, outras definições têm sido adotadas para os Campos Gerais, atendendo a objetivos e interesses diversos, resultando em delimitações também diferentes. Para a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG), prevaleceram critérios econômicos e políticos. Para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), têm prevalecido critérios de identidade histórica e geográfica, além da área de influência da Universidade. Para os consórcios de gestão ambiental, por exemplo, o Consórcio Intermunicipal para Proteção Ambiental da Bacia do Rio Tibagi (COPATI), ligado ao Sistema Estadual de Recursos Hídricos (SEHR), tem prevalecido a área da bacia hidrográfica do Rio Tibagi. Para o Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais, adotou-se uma definição que procura preservar os critérios naturais e históricos de identidade regional e, ao mesmo tempo, seja funcional diante das tendências recentes de organização do espaço. Os critérios de homogeneidade foram:

esteve inicialmente ligada à necessidade de abastecimento de São Paulo e da região das minas. Tal fator impulsionou o mercado interno brasileiro e permitiu uma gradativa integração das economias regionais.

No Paraná, o século XVIII marcou o segundo grande processo de expansão oficial que levou à conquista da terra pela posse, de acordo com Brasil Pinheiro Machado (1951). O autor afirma ainda que o pequeno subnúcleo paulista de Curitiba adquire sua autonomia e se torna centro de irradiação da conquista de uma parte do território – os Campos Gerais. Os núcleos resultantes desse processo ficaram social e politicamente subordinados ao pólo inicial, Curitiba, formando um conjunto, o Paraná Tradicional.

Estudos posteriores discordam ou ampliam a tese de Brasil Pinheiro Machado. Mottim (1987) afirma que o povoamento da região de Castro, nos Campos Gerais, esteve ligado apenas à concessão de sesmarias às famílias paulistas no início do século XVIII, ou seja, o pouso do lapó não apresentava vínculos com o centro irradiador de Curitiba.

Ao analisar a estrutura da população de Castro, Pinto (1992) conclui que as sesmarias dos Campos Gerais foram concedidas a paulistas, curitibanos e parnanguaras. Exemplifica com diversos casos, entre eles: Guilherme Dias Cortes, medidor do rocio de Curitiba; José Rodrigues de França, Capitão-Mor de Paranaguá; Ignácio Morato, de Paranaguá, e Manoel Rodrigues da Motta, tabelião em Curitiba. Afirma ainda que existem relações estreitas de parentesco entre paulistas e curitibanos e, conseqüentemente, com os povoadores da região do lapó. Para a referida autora, durante o século XVIII, a Vila de Curitiba exerceu o controle político-administrativo dos Campos Gerais designando os juízes, almotacéis e capitães do

1) **Fitogeografia**: a vegetação primitiva do município deveria ter sido, no todo ou em parte, de Campos Limpos; 2) **Tropeirismo**: o município deveria ter estado integrado ao "Caminho de Viamão", principal rota das tropas no século XVIII e XIX; 3) **Associativismo**: o município deve integrar a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). (MELO, M. S. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <internet <http://www.uepg.br/dicion>>). Neste estudo adotou-se a perspectiva histórica e cultural, isto é, a região compreendida ao tropeirismo.

mato. Esse domínio político permitia a participação de sesmeiros do Iapó na composição da Câmara Municipal de Curitiba. Essa partilha do poder esteve presente na emancipação da freguesia, depois vila de Castro, pois o processo se efetivou com a aprovação dos curitibanos.

Os Campos Gerais, local propício para o desenvolvimento da pecuária, tornaram-se, então, rota para o comércio de gado e muares ligando o Rio Grande a São Paulo e às Minas Gerais. A ligação se fazia pelo Caminho do Viamão,¹⁵ o qual se subdividia em três rotas, sendo a via mais utilizada a *Estrada Real*, passando pelos Campos de Vacaria, Campos de Lages, Campos Gerais e Itararé, chegando a Sorocaba.

Os pedidos para concessão de sesmarias atingiram um total superior a 90 até meados do século XVIII, nos Campos Gerais; foram motivados por um interesse na exploração do comércio pecuário, muito mais do que pela intenção de se estabelecer residência fixa na região. Isto se comprova pelo alto índice de absenteísmo dos sesmeiros que, não residindo em suas terras, entregavam sua administração aos "fazendeiros" (RITTER, 1980).

¹⁵O caminho do Viamão deve ser compreendido como todas aquelas vias que ligavam o continente de São Pedro (RS) ao Registro de Gado e Cavalgadas no Rio Iguaçu. Do Viamão partiam três caminhos: Araranguá, aberto por Francisco de Souza Faria; Santo Antonio da Patrulha, aberto por Cristóvão Pereira de Abreu, e das Praias.

Em 1720, o paulista Bartolomeu Pais de Abreu solicitou às autoridades a abertura de um caminho que possibilitasse a introdução do gado do Rio Grande na capitania de São Paulo. Apesar da oposição de fazendeiros dos Campos Gerais, temerosos com a concorrência e recrutamentos forçados, o capitão-general de São Paulo, Caldeira Pimentel, autorizou em 1729 a abertura da estrada de Laguna que, ligando os campos do Rio Grande ao de Curitiba, possibilitaria a subida das tropas. Francisco de Sousa Faria, Sargento-Mor, de Paranaguá, foi encarregado da abertura do novo caminho, a partir de Laguna para onde seguira por mar. Por via terrestre, seguiu a bandeira chefiada por Manuel Rodrigues da Mota, de Curitiba até encontrar o grupo de Sousa Faria. Em 1731, Cristóvão Pereira de Abreu, com uma tropa de 3.500 cabeças, realizou a primeira viagem pelo novo caminho do Viamão, retificando o roteiro de Sousa Faria, facilitando a travessia aos tropeiros (WESTPHALEN, 1991).

Por volta de 1736-1737 Cristóvão Pereira de Abreu abriu um caminho saindo de Santo Antonio da Patrulha, perto do Viamão, no Rio Grande de São Pedro, evitando o antigo caminho dos conventos ou de Araranguá. Passa pelos Campos Gerais de Curitiba, de onde se encaminha para Sorocaba. Este caminho – Estrada Real do Viamão – foi usado até o final do século XVIII, quando foi preterido pela Estrada das Missões que ligava Vacaria às Missões, a oeste (RS) (RODERJAN, 1992, p.57).

A respeito da origem dos sesmeiros, as diferentes análises existentes permitem concluir que tinham procedência múltipla – São Paulo, Santos, Paranaguá e Curitiba, pertencendo a famílias ricas e poderosas destes locais. As sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa, por intermédio de seus representantes na administração colonial. Impunha-se como condição para seu recebimento que o pretendente comprovasse dispor de cabedais. Confirmada a concessão de uso da terra, ampliavam-se as distinções sociais, reforçando o prestígio e poder das famílias proprietárias. Enfim, o acesso a terra ficava restrito aos chamados "homens bons" e se constituía num empreendimento familiar.

As primeiras sesmarias¹⁶ dos Campos Gerais foram concedidas a vários integrantes da família de Pedro Taques de Almeida,¹⁷ uma das principais famílias paulistas. O latifúndio compreendia as áreas dos atuais municípios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Dos seus beneficiados, apenas Inácio Taques de Almeida passou a residir na região.

Os sesmeiros que ocupavam as terras dos campos de Ponta Grossa eram: Isabel Maria da Cruz, Domingos Teixeira de Azevedo, Ana de Siqueira e Mendonça, Francisco Hieronimo de Carvalho, Francisco da Silva Xavier, Manoel de Lemos Bicudo, João de Almeida Lara, Diogo da Costa Rosa, Antonio Bicudo de Barros, João Crisóstomo Salgado, Manuel Gonçalves Guimarães, Francisco Luiz de Oliveira, e Joaquim Carneiro Lobo (RITTER, 1980, p.239).

¹⁶No Paraná do século XVII, existiam oito grandes sesmarias no litoral e 12 nos campos de Curitiba. Já no século XVIII a listagem aparece bem ampliada: 10 em Paranaguá, três em Antonina, sete em Morretes, 18 próximas a Curitiba, seis na Lapa, 12 em Palmeira, 13 em Ponta Grossa, 20 em Castro, 20 em Tibagi, nove em Jaguariaíva, atingindo na totalidade 141 concessões no território paranaense (RITTER, 1980, p.224-248).

¹⁷Pedro Taques de Almeida, filho do governador Lourenço Castanho Taques e de Maria de Lara, casado com Ângela de Siqueira faleceu em 4 de agosto de 1724 e foi sepultado na capela da Ordem Terceira do Carmo em São Paulo. Seus genros, Antonio Pinto Guedes, Bartolomeu Paes de Abreu e Martinho de Oliveira, seu filho José de Goes e Moraes estão entre os beneficiários da concessão (LOPES, 2000, p.6-7).

As sesmarias se diferenciavam pela extensão e localização, formando fazendas, sítios e chãos urbanos. O recenseamento de 1772 indicou a existência de 50 grandes fazendas e 125 sítios na região dos Campos Gerais. Foi o gradativo processo de partilha das sesmarias por venda, herança e doação que contribuiu para a valorização da terra e fixação das populações campeiras.

Desse grupo dos primeiros sesmeiros, originaram-se diversas famílias que constituíram aquilo que a historiografia regional denomina "elite campeira". Ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, a história política de Ponta Grossa foi marcada pela presença de personagens que se originam nas famílias Taques, Villela, Batista, Ribas, Guimarães, Rosas, Almeida, entre outras.¹⁸

1.1.1 Nas fazendas, sementes de tradição

Nas fazendas desenvolveu-se uma economia quase autárquica, ao mesmo tempo voltada para a subsistência e para o comércio de gado. Ali, os trabalhadores ocupavam atividades diversas, como a moagem de trigo, a fabricação de laticínios, artesanato de couro, a criação de pequenos rebanhos de ovelhas, cuja lã era destinada à confecção de cobertores e tecidos grosseiros. Também os sítios se dedicavam à produção de subsistência, complementando ou substituindo a produção das fazendas.

As fazendas dos Campos Gerais estavam, principalmente, voltadas para a economia pecuária, envolvidas com o criatório e a invernagem do gado trazido do Sul.

¹⁸Um rápido olhar sobre os nomes de políticos que exerceram o poder na cidade (prefeitos, deputados, vereadores, senadores) indica o predomínio dessas famílias que formam a "elite campeira". Entre outros destacam-se: Ernesto Villela, Flávio Carvalho Guimarães, Victor Antônio Batista, José Miró de Freitas, Bonifácio Villela, Theodoro Batista Rosas, José Guimarães Villela, Plauto Miró Guimarães. Pode-se afirmar que essa influência diminuiu nos últimos anos. Mesmo assim, a cidade conta até hoje com um deputado estadual intrinsecamente ligado a esse grupo: Plauto Miró Guimarães Filho, neto do Senador Flavio Carvalho Guimarães e filho do ex-prefeito Plauto Miró Guimarães.

Mas a busca do lucro rápido, assim como a menor exigência de capital e mão-de-obra, fez com que a invernagem se sobressaísse àquela atividade de criação. Essa prática, que consistia na engorda do gado em campos alugados, com o tempo, passou a ocupar a maior parte das pastagens na região campeira, atraindo novos investimentos, tanto de proprietários locais quanto de outros profissionais como médicos, burocratas, clérigos, comerciantes, os quais financiaram parte da atividade tropeira.

O trabalho nas fazendas era realizado pela família proprietária, quando esta ali residia, pelos agregados e, sobretudo, pelos escravos, força de trabalho que incluía negros, índios ou seus mestiços. Os agregados eram homens juridicamente livres e compunham uma camada intermediária entre proprietários e escravos: "...eram camaradas, conforme a denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. Residiam em terras da fazenda, em pontos mais distantes da sede, como vigilantes das invernadas mais longínquas; eram feitores, capatazes, capangas, compadres, formando uma rudimentar clientela dos donos de fazenda" (BALHANA et al., 1969, p.93).

Entre os agregados, os chamados "fazendeiros" se ocupavam das questões administrativas; constituíam uma camada social flutuante e, muitas vezes, tornaram-se arrendatários, ou se apossaram de terras vizinhas.

A maioria dos serviços da fazenda era executada por escravos. Ocupavam-se das atividades artesanais, havendo escravos oficiais de carpinteiro, sapateiros, alfaiates e arrieiros. Do trabalho com o couro resultavam os apetrechos utilizados na lida dos rebanhos, como arreios, aperos, lombilhos, xergas, buçais, chinchas e botas. Outros se dedicavam aos trabalhos domésticos, cuidando da roupa e da cozinha.

No âmbito dessas propriedades, tinha destaque o trabalho dos escravos domadores e peões campeiros. Em documentos do último quartel do século XVIII, ficava clara a utilização desta mão-de-obra como capataz nos trabalhos de condução de tropas. O viajante Saint-Hilaire (1978), que percorreu a região em 1820, também faz referência a escravos atuando na peonagem. Muitas vezes, o

trabalho era conjunto: escravos e camaradas saíam em grupos ao amanhecer, seguindo para as invernadas.

Aos habitantes dos Campos Gerais "...o mundo se lhes apresenta a partir das montarias." Companheiros constantes dos homens, a sela, o laço e o cavalo tornavam a infância dos meninos uma iniciação para as lides da peonagem. O interior da casa de um fazendeiro é um indício de que o trato do gado constituía o centro das atenções da vida na fazenda. Na modesta construção, o espaço das paredes da sala era ocupado por laços, chicotes, esporas, selas, cabeçadas, espingardas e garruchas, demonstrando que ali se priorizavam os objetos necessários aos serviços diários.

A rusticidade que distinguia aquela vida chegava aos domínios da casa, definindo tanto a simplicidade dos cômodos como os costumes ali vigentes. Quanto à composição da casa da fazenda, Saint-Hilaire (1978) refere que não havia requinte: só viu compridos bancos de madeira ao lado de mesas toscas. O olhar de Bigg-Wither (1974) destacou a falta de refinamento dos hábitos familiares durante as refeições.

A vida das mulheres da fazenda era de submissão e obediência, demonstrada pela forma como esposas e filhas solteiras eram tratadas. Para participar das conversas com visitantes, as senhoras pareciam depender do consentimento do marido; as jovens ficavam reclusas numa das dependências domésticas, sendo esporadicamente chamadas ao convívio com os hóspedes. O costume de "guardar as filhas" somente findaria com a escolha de seus respectivos maridos. Contudo, não se pode inferir das experiências de viagem de Bigg-Wither que tal comportamento estivesse, em 1875, arraigado na região; possivelmente, apenas persistia restrito a localidades mais isoladas e pequenos grupos.

Estudos sobre a estrutura familiar nos Campos Gerais indicam que as mulheres, em casos de viuvez ou ausência prolongada dos maridos, assumiam os

negócios da família,¹⁹ vivenciando um cotidiano bem diferente daquele apresentado pelo viajante.

Pode-se supor que nos pequenos centros urbanos certos costumes estavam já descaracterizados, desde que se considere a instrução das letras como indicativo de uma possível renovação cultural: ainda que em 1820 a instrução pública fosse inexistente em Castro, desde 1830 a cidade contava com um professor para os meninos, sendo em 1846 ali estabelecida uma escola para meninas.²⁰

A vida campeira tinha suas ocasiões de lazer, que não deixavam de demonstrar uma exaltação à peonagem: para a atividade de castração de touros, na fazenda Morungava, afluíam os vizinhos; vinham acompanhados de suas mulheres e das crianças que, empoleirados na cerca do curral, assistiam aos ritos da pecuária. A lida com o gado tinha seu divertimento: "galopar pelas vastas campinas, atirar o laço, arrebanhar o gado e levá-lo para um local determinado constituem para os jovens atividades que tornam detestável qualquer trabalho sedentário; e nos momentos em que não estão montados a cavalo, perseguindo as vacas e touros, eles geralmente descansam". (SAINT-HILAIRE, 1978, p.19). Mas, vale lembrar que aos filhos varões cabiam as responsabilidades próprias deste trabalho, tanto podiam ter a seu cargo a administração da fazenda quanto participar dos trabalhos de doma, apartação e rodeio.

¹⁹A esse respeito ver: PINTO, E. A. (1992).

²⁰O papel das mulheres na sociedade dos Campos Gerais sofreu alterações consideráveis a partir dos anos finais do século XIX, sobretudo na cidade de Ponta Grossa. O desenvolvimento urbano ponta-grossense trouxe consigo novos hábitos que logo foram incorporados pela população local. As mulheres ganharam novos papéis e novos espaços que iam além do âmbito doméstico e da Igreja. Ruas, praças, cinemas, teatros, escolas e cafés tornaram-se comuns a homens e mulheres em Ponta Grossa. Isto não significou, no entanto, uma ruptura plena com as antigas tradições dos Campos Gerais. As mulheres continuaram submetidas ao poder do pai e do marido, e parte das regras estabelecidas nos séculos anteriores permaneceu viva no século XX.

O tempo trouxe mudanças à estrutura da casa. Em 1875, uma mesa existente na fazenda Fortaleza podia bem lembrar os tempos baroniais da Inglaterra. Uma lista de compras da fazenda Jaguariaíva incluía, entre outros artigos, tecidos franceses e ingleses, vinho tinto de Lisboa e pratos de louça chinesa. Os inventários da segunda metade do século XIX evidenciam novos hábitos de consumo e a religiosidade da vida oitocentista.

O cotidiano era permeado pelos ritos cristãos: durante a semana havia rezas e ladainhas e aos domingos, missa e celebração dos sacramentos. Foi freqüente a posse de fazendas por ordens religiosas; muitas vinham de doações, como a sesmaria de Itaiacoca, que José de Goes e Moraes doou à Companhia de Jesus, e a sesmaria do Rio Verde, doada aos religiosos de São Bento da Casa de Nossa Senhora do Desterro da Vila de Santos; a fazenda Capão Alto passou a propriedade dos religiosos de Nossa Senhora do Carmo, de São Paulo, em 1751. Os carmelitas ampliaram seus domínios, adquirindo as fazendas do Fundão, Cunhaporanga e Vassoral. Estes religiosos e os jesuítas, além de se incumbirem da administração das terras, prestavam atendimento à população fixa ou flutuante da região (IANNI, 1962).

Muitas vezes o trabalho e a religião aproximavam senhores e escravos, e assim se conferia uma aparente harmonia à vida na fazenda: negros, índios e brancos assistiam às cerimônias de culto divino, tempo de convivência, ainda que ocupassem espaços separados no interior das igrejas. Esta comunhão aponta não só uma suposta unidade cultural religiosa, mas um aspecto paternalista de convívio ressaltando uma imagem de identidade do senhor com os seus escravos. Nos dias de festejos e cerimônias religiosas abriam-se as portas da casa senhorial aos escravos, e estes cantavam e dançavam para agradecer a acolhida.

Uma disciplinarização mais rígida também vigorou nas fazendas, algumas vezes atingindo a crueldade. O feitor, símbolo de autoridade e respeito, na Fazenda Fortaleza, todas as manhãs, recebia o cumprimento dos escravos, os quais vinham tomar a bênção ao seu senhor. A transgressão das normas, o desrespeito e a

indolência no trabalho resultavam em punições. O pelourinho, que servia para o açoitamento, teve ali seus dias de uso regular.

Também o Código de Posturas da Vila de Castro, em 1830, atribuía pena severa ao escravo que portasse armas de fogo ou facas pontiagudas: receberia o castigo de 25 açoites em público. As restrições impostas ao batuque dos negros, nas vésperas e nos dias santos, têm seu sentido regulador, pois impediam o ajuntamento de escravos e outros.

Contudo, ressalte-se para os Campos Gerais a multiplicidade de experiências da escravidão. Os negros tanto podiam ser açoitados quanto se ocuparem da manutenção da ordem, assumir responsabilidades administrativas da fazenda, ou, reagindo a isso tudo, buscar a autodeterminação de seu destino. Assim, um feitor negro ou pardo não era uma contradição com a natureza do regime escravo. Outros chegavam a ocupar a chefia da fazenda, quando o proprietário, na contingência de se afastar, não tinha parentes a quem delegar essa função. O caso-limite dessa circunstância ocorreu na fazenda Capão Alto, pois os Carmelitas, em 1770, se retiraram do Paraná, deixando-a sob as ordens de seus escravos. Estes passaram a uma situação de "*trabalhadores livres*" e autônomos, vivendo em comunidade e consumindo o produto de seu próprio trabalho. Inspirados em sua religiosidade, passaram a seguir como chefe supremo a Santa padroeira, "a quem ouviam e de quem recebiam todas as manhãs com a benção as ordens do dia".²¹ Isto perdurou por quase um século, até que a propriedade fosse arrendada a uma firma paulista. Em 1864, quando deveriam seguir como cativos aos cafezais paulistas, os negros se declararam cidadãos livres, recusando-se a obedecer. A insurreição terminou com a fazenda cercada, a prisão de seus líderes em cadeias de Castro e Curitiba, retornando os demais à condição efetiva de escravos.

²¹GAZETA PARANAENSE, 30 de setembro de 1886, p.1.

Ao longo desse período, a população paranaense configura-se como um contingente diminuto e disperso, difícil de ser precisado. Já no primeiro censo completo relativo à Capitania de São Paulo, em 1772, aparece a seguinte distribuição populacional:

- litoral (Paranaguá e Guaratuba) 3.382 habitantes, dos quais 1.423 eram escravos, portanto 42% do total populacional;
- serra acima (Curitiba, São José, Santo Antonio da Lapa e Sant'Ana do Iapó) 4.245 indivíduos, incluindo 289 escravos (menos do Iapó), ou seja, apenas 7% de cativos.

Nessa época a população escrava constituía 22,5% do total da Comarca e estava concentrada no litoral. Essas informações, no entanto, são apenas indicativas do quadro geral pois apresentam lacunas em relação aos escravos e não se referem aos índios (MARTINS, 1989). As listas nominativas de habitantes demonstram que, de 1798 a 1830, havia no território paranaense entre 17% e 20,3% de escravos, cifra significativa uma vez que as atividades do criatório e do tropeirismo eram predominantes nesse período.

Em 1830, na vila de Castro, 23,7% dos fogos contavam com escravos, encontrando-se a maior parte deles nas atividades rurais. Quanto à distribuição dos escravos entre os proprietários, percebe-se uma relação inversa, isto é, o maior número de domicílios agrega o menor número de escravos:

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESCRAVOS ENTRE OS PROPRIETÁRIOS - 1830

PLANTEL	N.º DE DOMICÍLIOS	N.º DE ESCRAVOS
1 a 5	159	386
6 a 15	55	476
+ de 15	16	607

FONTE: PINTO, 1992, p.156-158

A análise desses e de outros dados das listas nominativas²² permite inferir que os escravos estavam concentrados nas fazendas da região (PINTO, 1992, p.156-158).

A sobrevivência dessa sociedade colonial, tendo base na mão-de-obra escrava, tanto exigiu a incorporação das terras como forçou a reorganização das sociedades indígenas. Desde o início da expansão e da ocupação do território dos Campos Gerais, no século XVIII, dos campos de Guarapuava e de Palmas, na primeira metade do século XIX, o trabalho escravo foi um dos destinos dados aos índios aprisionados. Os primeiros registros do contato entre indígenas e criadores de gado nos Campos Gerais datam de 1760. Mas, já em período anterior, antes de sua expulsão da colônia portuguesa, os jesuítas haviam construído uma igreja no lugar que então tomou o nome de Igreja Velha, próximo ao Guartelá. Pode-se supor que pretendessem ali realizar a catequização dos índios Coroados, que viviam nos arredores.

Os contatos entre grupos colonizadores e os indígenas da região, predominantemente Tupis, foram, com frequência, conflituosos. Nas expedições realizadas por Afonso Botelho, quando este chegou a explorar os campos de Guarapuava, tanto entrou em luta com os índios, em 1771, como tentou estabelecer

²²As listas nominativas de habitantes indicam as fazendas com maior número médio de escravos e agregados existentes entre 1801 e 1830. São elas:

NÚMERO DE ESCRAVOS E AGREGADOS, SEGUNDO A FAZENDA E O PROPRIETÁRIO - 1801 E 1830

FAZENDA	PROPRIETÁRIO	N.º MÉDIO DE ESCRAVOS	N.º DE AGREGADOS
Capão Alto	Nossa Senhora do Carmo	81,5	17,0
Boa Vista	Maria Lúcia de Menezes	48,0	13,0
_____	Benedito Mariano Ribas	43,5	12,0
Fortaleza	José Felix da Silva	40,5	2,0
Caxambu	Francisco Henrique Xavier da Silva	35,5	1,5

FONTE: Pinto (1992, p.66-67)

Nos dados apresentados chama a atenção a predominância numérica de escravos sobre agregados e da listagem completa apresentada pela autora podem-se destacar apenas cinco fazendas em que os agregados suplantam os escravos. Percebe-se, ainda, que o número médio de agregados é menor que o de escravos no total das fazendas relacionadas.

o seu aldeamento, em 1773. O propósito de expansão interiorana da sociedade colonial prescrevia a expulsão dos índios, obrigando suas comunidades a se retirarem para regiões mais afastadas. "A expansão territorial... sempre significou... a 'desapropriação' dos aborígenes, colocando-os automaticamente no 'mercado' de escravos..." (IANNI, 1962, p.81). Foram constantes as expedições de grupos bem armados, os quais faziam uso de pólvora e de chumbo para afugentar, matar, ou então aprisionar os índios para o trabalho escravo nas fazendas.

Saint-Hilaire, com sua visão européia que valorizava a vida civilizada e incluía preconceitos e moralismo, captou bem o impasse da colonização. As situações de contato destes dois mundos, o "civilizado" e aquele dos então chamados "selvagens", já indicavam uma convivência pouco pacífica: "A guerra que se fazia a eles quando por lá passei tornava cada dia mais difícil uma aproximação. Os índios esquecem tudo, menos as ofensas, e mesmo que se desejasse sinceramente viver em paz com eles seria muito difícil fazê-los compreender isso..." (SAINT-HILAIRE, 1978, p.48).

Nos Campos Gerais, tanto exploradores quanto missionários partilhavam a mesma visão, tendo o índio tal como fera. Esta circunstância deixava-lhe poucas alternativas. Ou ele fugia, retirando-se para regiões mais longínquas, ou enfrentava dois destinos, ambos pretensamente "civilizadores": nos aldeamentos, impunha-se-lhe a cristianização, em detrimento de suas crenças e valores; nas fazendas, submetia-se a um novo regime de trabalho, escravo, de ritmo e rigidez por ele antes desconhecidos.

Quando eram instaladas novas fazendas, seus moradores buscavam proteção usando de barreiras ou cercados com estacas, para impedir ataques dos ameaçadores vizinhos. A fazenda Fortaleza, estabelecida no início do século XIX, possuía seus muros de barro que, segundo Thomas Bigg-Wither, por muito tempo vinham resistindo às investidas dos índios. Forte de proteção dos colonos das proximidades – até mesmo os escravos da fazenda seguiam ao trabalho armados –, permitiu que novos moradores se estabelecessem nos arredores.

A Carta Régia de 5 de novembro de 1808, uma verdadeira declaração de guerra aos índios dos campos paranaenses, permitiu o reforço das expedições contra os "bugres", ao ordenar a organização de milícias de moradores locais, com intenção punitiva, legitimando a escravização dos prisioneiros.

Por toda a Província corriam histórias de uma colonização feita com "atos de bravura e demonstrações civilizadoras", de um cotidiano repleto de situações que despertavam o temor daquela gente. Isto, mesmo entre os experientes tropeiros. Os conhecidos confrontos os mantinham atentos quando percorriam os caminhos e trilhas da região:

Nos primeiros dias do comércio de mulas, não se detinham os comerciantes de vencer as dificuldades comuns inseparáveis dessas longas caminhadas através de uma região inculta, mas também estavam sujeitos a ser atacados a qualquer momento por grupos isolados de índios selvagens, contra quem tinham de defender não só a propriedade dos animais como a própria vida... (BIGG-WITHER, 1974, p.363)

1.1.2 Tropeirismo: um outro estilo de vida

As comitivas de tropas que percorriam os caminhos em direção à feira de Sorocaba conduziam o gado criado nos Campos Gerais e nos campos de Guarapuava e os muares provenientes do chamado continente de São Pedro. Além dos objetos necessários para a viagem, carregavam as mercadorias destinadas às fazendas.

A tropa era o grupo de animais, dezenas a centenas deles, e o conjunto humano composto do *tropeiro*, dos *camaradas* e do *cozinheiro*, podendo incluir o *arrieiro* e, por vezes, ser acompanhada por mulheres e crianças. Os camaradas eram o grupo de auxiliares do tropeiro, também conhecidos como *tocador* ou *tangedor*. O tropeiro podia ser o patrão, o dono da tropa, que transportava e negociava seu rebanho, ou mesmo o simples condutor, intermediário que se encarregava do negócio.

O tropeiro levava uma vida de aventuras, que lhe exigia desprendimento e disposição para enfrentar os percalços e riscos da jornada. O péssimo estado de conservação dos caminhos, os ataques dos índios, a perda de animais, problemas rotineiros das viagens, eram compensados pelos altos lucros obtidos neste comércio. Estes "eram investidos em novas propriedades, colocados em firmas ou casas bancárias, a fim de se obterem novos rendimentos" (LAVALLE, 1974, p.76). Conceder empréstimos a tropeiros ou moradores locais também foi um dos recursos viabilizados pelos grandes comerciantes de gado dos Campos Gerais para a expansão do seu capital. As despesas de viagem ficavam reduzidas quando os tropeiros possuíam escravos como ajudantes, e também porque estavam habituados a uma alimentação simples e pouco despendiam no pouso.

O número de mulas registradas na feira de Sorocaba entre 1855 e 1860 (100.000 mulas por ano) é indicativo do vultoso negócio do tropeirismo, que então atingia sua fase áurea. Durante a feira, o comércio e a barganha tomavam conta de Sorocaba. Ali se reuniam mineiros, baianos, fluminenses, paulistas, paranaenses, rio-grandenses e argentinos.

O amor ao luxo e aos prazeres domina, e dominará por muito tempo, esses indivíduos rústicos, que ajaezam suas cavalgaduras de ricos arreios onde se destacam metais preciosos, ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, no jogo, nos teatros, de sorte que Sorocaba vive mais intensamente, por esse lado, nos tempos de feira, do que muita capital de província. (HOLANDA, 1981, p.363)

Os lucros obtidos nessa atividade permitiram aos fazendeiros-tropeiros a ascensão cultural de seus filhos mediante estudos nos grandes centros coloniais e na Europa e lhes abriam a porta da política. Muitos homens vinculados àquela atividade ocuparam cargos nos governos paulista e paranaense. Mas, não foram poucos os tropeiros que terminaram suas vidas na pobreza. Exemplo dessa situação é a trajetória de Antônio Luiz de Lima e sua esposa Vicencia Maria. Tropeiro assalariado, mantinha uma agricultura de subsistência e entre 1820 e 1830 seus

negócios prosperaram e lhe foi possível comprar um escravo. Em 1830 os dois filhos do casal já tinham saído de casa e os velhos passaram a viver de esmolas, provavelmente arrecadadas pelo escravo (PINTO, 1992, p.118).

Ligadas ao tropeirismo, ainda no século XVIII pequenas povoações começaram a surgir ao longo do *Caminho das Tropas*. Nos Campos Gerais, situavam-se desde o seu limite sul, no vale do rio Iguaçu, até o extremo norte, demarcado pelo rio Itararé. Nos locais em que as tropas fixavam pouso, fazendo seus pequenos ranchos para descanso, trato e engorda do rebanho, ou esperando passar as chuvas e baixar o nível dos rios, logo surgia um ou outro morador, fundando casa de comércio, interessado em atender às necessidades dos tropeiros. Desta forma, pequenas freguesias e vilas, como o Príncipe (Lapa), Palmeira, Ponta Grossa, Piraí do Sul, Castro e Jaguariaíva, tiveram seu desenvolvimento inicial vinculado às fazendas e ao movimento das tropas. Um viajante relata que, em meados do século XIX, "Os cidadãos moram nas estâncias de criar, pelo que as suas casas de cidade só se abrem aos domingos, dias santos ou de festa, tempo em que concorrem e fazem-na regorgitar" (COELHO, 1968, p.75). Esse predomínio da vida rural induziu Saint-Hilaire a descrever a população de Castro como composta apenas de três ou quatro comerciantes, prostitutas e alguns artesãos. Dentre estes, predominavam os seleiros, o que compõe um indicativo de que os homens passavam "a maior parte do tempo em cima de um cavalo" (SAINT-HILAIRE, 1978, p.53).

Outra evidência do predomínio do campo surge de uma controvérsia acerca da construção da igreja matriz de Castro. Tal episódio opôs, em 1801, o vigário e a Câmara local, representante dos interesses dos fazendeiros abonados; estes se uniram, revoltados com o tributo religioso imposto para a construção. Demonstravam não um descaso com a religião, mas a supremacia da fazenda que, além de unidade produtora, naquela época era o espaço para o convívio social e religioso, e por isso tinha sua própria capela onde os fiéis buscavam o conforto espiritual.

Foi ao longo do século XIX que as vilas adquiriram uma conformação urbana, deixando de ser um complemento da vida rural. Tornaram-se centro de resolução de questões políticas e pólo de atração de populações, inclusive das fazendas. Diversificaram-se ali as atividades econômicas, conferindo-se-lhe uma dinâmica própria. Esta realidade emergente propiciou um novo ordenamento do convívio, com a instauração da Justiça e a elaboração de Códigos de Posturas, regulando o cotidiano do cidadão.

Assim, as últimas décadas do século XIX foram marcadas pela contraposição entre a consolidação dos núcleos urbanos e a retração da economia rural nos Campos Gerais. Essa retração pode ser compreendida a partir de vários aspectos: a qualidade inferior dos campos, as queimadas, o advento das ferrovias e a imigração européia. A crise do tropeirismo e da pecuária no século XIX desorganizou a base econômica dos setores sociais dominantes na região e alterou o estilo de vida característico da sociedade campeira.

No Paraná, a região de Guarapuava ainda consegue manter sua sociedade pastoril por algum tempo a mais devido a melhores condições de produção e a maior distância de novos agentes: a ferrovia e a imigração européia. Nos Campos Gerais os velhos centros de Castro, Palmeira e Lapa cedem a vez para Ponta Grossa, que será o novo centro da região como intermédio dos novos componentes de centro ferroviário e ponto de imigração. Estes promoverão um novo comércio e uma nova industrialização que já não dependem exclusivamente das velhas estruturas como as fazendas, a pecuária e o tropeirismo. (OLIVEIRA, 2001, p.101-102)

A desagregação da sociedade campeira e a urbanização dos Campos Gerais estão inseridas em um processo mais amplo sobre o qual existem divergências. "Em toda parte, no Brasil, a cidade é fenômeno recente, menos no Paraná, se o considerarmos em sua história autônoma e mesmo antes" (MARTINS, 1989, p.62). O autor defende a existência de uma inclinação urbana que foi consolidada com a chegada dos imigrantes. Argumenta que as denominações que surgem no território paranaense não se referem a fazendas, engenhos ou minas, mas às cidades. Para

ele, esses nomes indicam cidades formadas desde os primeiros dias da história do território paranaense.

Outro ponto de vista é colocado por Pereira que atribui a urbanização do Paraná à economia do mate. Afirma que a pecuária paranaense se sustentava em "unidades produtivas autárquicas" e que nesse contexto as cidades tinham um "significado puramente acessório". Nos Campos Gerais do século XVIII e mesmo do XIX, os fazendeiros "iam" esporadicamente à cidade para tratar de diversos assuntos, já para os peões de tropa os núcleos urbanos da região eram locais de passagem e de diversão. Justamente o oposto ocorria no caso da economia ervateira. Os engenhos de mate situavam-se preferencialmente nas cidades ou em seus arredores pois dependiam do mercado urbano para o suprimento de suas necessidades (PEREIRA, 1996).

1.2 Outros Cenários: Imigração, Mate e Madeira

1.2.1 Os imigrantes: diferentes costumes e tradições nos Campos Gerais

Diferentes carências e atitudes nortearam as políticas de imigração no Brasil ao longo de sua história. No período colonial restrições de ordem econômica e religiosa definiam os critérios de controle para a entrada de estrangeiros. Posteriormente o país recebeu os açorianos que vieram para preencher os vazios demográficos de diferentes regiões. A preocupação com a ocupação efetiva do território orientou os Estados americanos inaugurando a tradição da política da "porta aberta" para imigrantes de todas as procedências e culturas. Nas primeiras décadas do século XIX, o Brasil, por exemplo, vivenciou diversas experiências colonizadoras com estrangeiros, entre elas a instalação de alemães em Rio Negro, em 1829. Incluem-se nessa fase a instalação das colônias Thereza (1847) de imigrantes franceses e a de Superagui (1857) de suíços, franceses e alemães, também em território paranaense.

Em meados do século muda-se o sentido da imigração: fornecimento de mão-de-obra para a agricultura, sobretudo para a lavoura cafeeira. A contraposição de

interesses leva a uma disputa acirrada entre o grupo favorável à instalação de núcleos coloniais independentes com pequenos proprietários e os defensores da entrada de trabalhadores assalariados para as atividades agrícolas.

Esses interesses foram contemplados de forma diferenciada na legislação. A Lei Orçamentária de 1848 reafirmou os poderes dos governos provinciais para colonizar e distribuir terras devolutas para o estabelecimento de colônias. Os interesses dos cafeicultores foram contemplados na Lei de Terras de 1850 que estabelecia o acesso às terras devolutas apenas pela compra. Assim, São Paulo foi o grande receptor de estrangeiros até a Primeira Guerra Mundial. Os problemas de abastecimento levaram a um abrandamento da Lei de Terras em sua regulamentação. Consideraram-se também as especificidades regionais, como a do Paraná, que não precisava de mão-de-obra em larga escala (BALHANA, 1969).

Enfim, na prática, os imigrantes vieram para resolver a necessidade de abastecimento (núcleos coloniais – política oficial) e de mão-de-obra para as fazendas (iniciativa privada com auxílio governamental). No caso do Paraná, a imigração destinava-se a suprir a carência de mão-de-obra nas obras públicas e, sobretudo, a desenvolver uma agricultura de abastecimento. Na década de 1870 a província segue essa orientação e mais de sessenta núcleos coloniais, oficiais e particulares, são instalados. Na região dos Campos Gerais foram criados diversos núcleos:

- Lapa – Wirmond, Marienthal, Johannesdorf;
- Ponta Grossa – Rodrigo Otávio, Tavares Bastos, D. Luísa, Tibagi, Taquari, Uvaranas, Santa Rita, Rio Verde, Santa Matilde, Botuquara, Itaiacoca;
- Entre Rios – Guaraúna, Potreiro Grande, Barreiros, Guarauninha;
- Conchas – Adelaide, Trindade, Floresta;
- Castro – Santa Clara, Santa Leopoldina.

Até o final do século outros núcleos foram instalados, entre eles, a colônia Moema em Ponta Grossa. No início do século XX os imigrantes continuam a chegar.

São fundadas nove colônias federais, algumas por iniciativa da Companhia São Paulo-Rio Grande, como Carambeí²³ (1911), e outras por intermédio do Estado.

Coletando dados de diferentes fontes, Martins (1989) conclui que, no Paraná, entre 1829 e 1934 entraram 131.331 imigrantes, dos quais 116.331 se fixaram definitivamente na região. Quanto à nacionalidade deles, o autor estabelece o seguinte quadro:

- Poloneses – 47.731
- Ucranianos – 19.272
- Alemães – 13.319
- Italianos – 8.798

Franceses, austríacos, suíços e outros juntamente com sírios, libaneses e judeus, chamados imigrantes urbanos, compõem um contingente aproximado de 40.000 indivíduos. Existem ainda 2.385 estrangeiros sem nacionalidade identificada.

No censo de 1950 os dados revelam outro quadro sobre os estrangeiros radicados no Paraná. O maior contingente passa a ser o dos japoneses (14.860), que se instalaram preferencialmente no norte do Paraná. O segundo grupo é o dos poloneses (10.558), seguido dos alemães (6.427). Chama atenção a presença dos russos (6.152) originários da então URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e dos espanhóis (5.494).

²³Situado no município de Castro, pouco distante de Ponta Grossa, a colônia de Carambeí foi formada pelos holandeses reemigrados da fracassada colônia Gonçalves Júnior em Irati. Esse grupo era originário de Roterdã e composto por trabalhadores despedidos das docas. As três primeiras famílias (Jan Vriesman, Leendert, Jan Verschoor) que chegaram a Carambeí vieram para trabalhar na construção da ferrovia Ponta Grossa-Castro, iniciada pela *Brazil Railway Company*.

Em fins de 1911 vieram outras famílias diretamente da Holanda; eram agricultores especializados na fabricação de queijo e manteiga. Aos holandeses juntaram-se colonos de descendência alemã. A criação de gado leiteiro e a produção de derivados de leite se intensificaram com a instalação da primeira fábrica de laticínios na colônia em 1916, iniciativa da *Brazil Railway Company*. Em 1935 a colônia adquire novo dinamismo com a criação da Cooperativa Mista Batavo Ltda. Os holandeses estabeleceram outros núcleos nos Campos Gerais como Castrolanda e Arapotí. Essas colônias contribuíram para o desenvolvimento de atividades no setor agropecuário e industrial da região (LADEIRA, 1976).

Os processos de imigração e colonização no território paranaense foram acompanhados de um conjunto de expectativas: os viajantes, confiantes na propaganda divulgada, esperavam um solo fértil e um clima favorável que fossem propícios para o plantio que conheciam; as elites locais idealizavam o trabalhador europeu. Mas as experiências colonizadoras nem sempre corresponderam ao esperado e os contatos entre os estrangeiros e os nacionais muitas vezes foram conflituosos (LAMB, 1997).

Na análise das experiências imigratórias no Paraná destacam-se alguns aspectos, tais como: o sucesso dos imigrantes dependia da rapidez com que se adaptavam à sociedade e à cultura tradicionais do país; o clima não foi fator determinante no resultado alcançado pelos estrangeiros; as diferenças culturais e o grau de desenvolvimento econômico dos países de origem influenciaram o destino desses grupos (daí porque os poloneses, maior grupo concentrado no Paraná, exerceram menor influência econômica na região); as experiências melhor sucedidas foram aquelas que contaram com o apoio oficial, com facilidades para o escoamento de seus produtos e que desenvolveram uma política de boa vizinhança com as elites locais; os capitais sociais e econômicos trazidos pelos imigrantes estabelecem uma diferenciação interna nos grupos e propiciam a adoção do "familismo" característico da velha classe dominante luso-brasileira (OLIVEIRA, 2001).

Esses pontos revelam aspectos fundamentais para a compreensão da experiência colonizadora vivenciada na região dos Campos Gerais. O autor citado defende o surgimento da categoria social burguesia imigrante, segmento originário das experiências na manufatura e no comércio de grupos pertencentes à classe média em seu país de origem. Retoma estudos anteriores que mostram a participação dos estrangeiros nas atividades comerciais e industriais e se detém nas informações da Junta Comercial:

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTRANGEIROS NAS ATIVIDADES EMPRESARIAIS -
1890-1929

ORIGEM ÉTNICA	CURITIBA (%)	INTERIOR DO PARANÁ (%)
Brasileiros	34,7	44,8
Alemães	32,0	15,5
Italianos	17,2	12,9
Sírios/libaneses	7,8	15,0
Eslavos	5,6	10,1

FONTE: BALHANA, WESTPHALEN, 1986, p.272

Ao analisar a participação dos imigrantes nas atividades empresariais paranaenses, Oliveira tece as seguintes considerações:

Durante a República Velha, os brasileiros controlam os negócios com capital inicial médio acumulado mais elevado, graças principalmente aos estabelecimentos ervateiros e as casas de comissões, representações, consignações, seguros e imobiliárias. Os alemães tinham maior participação em algumas das novas áreas industriais, como as fábricas de tecidos de algodão, lã e meias, fitas e metro, fósforos, tabletes alimentícios, sabão, vidros, celulose e papel, adubos e instrumentos musicais. Os italianos controlavam a produção de massas alimentares e fermentos.... Mesmo com a forte imigração os brasileiros detinham praticamente a metade dos capitais iniciais acumulados entre 1890 e 1929. Ainda que a participação dos empresários de outras origens étnicas nos setores dinâmicos tenha sido representativa, principalmente nos setores industriais modernos, a participação brasileira era maior nos mais importantes setores econômicos para o Paraná, como era o caso da erva-mate até 1930. (OLIVEIRA, 2001, p.126)

Essa análise reforça a relação existente entre a industrialização brasileira e os imigrantes europeus estabelecidos no país. Oliveira ressalta, porém, que alguns setores, como o importante ramo ervateiro no Paraná, continuaram vinculados a segmentos nacionais.

Em Ponta Grossa os anúncios veiculados pelas empresas e profissionais liberais nas páginas de O Progresso/Diário dos Campos mostram a inserção dos imigrantes no cenário econômico local. Dos 43 anunciantes durante o ano de 1910, a maioria era de imigrantes e seus descendentes (29 anúncios). Eles atuavam na

imprensa, na atividade fotográfica, na área médica e jurídica,²⁴ na venda de secos e molhados, na produção de alimentos, nas atividades industriais em geral e nos mais diferentes ofícios.²⁵ Logo, participavam ativamente da construção da dinâmica da vida urbana.

1.2.2 A sociedade ervateira: urbanização e modernidade

A força dos engenhos moveu a economia e a sociedade paranaenses. Desbravou sertões, abriu estradas, atraiu população, criou cidades e vilas... À sombra da erva-mate floresceram escolas, associações, clubes, as artes plásticas, a literatura e a mais antiga universidade do Brasil. Em especial ajudou a delinear a identidade do paranaense.
(Antônia Schwinden)

Desde o início da colonização os paranaenses conheciam bem o uso e as qualidades da erva-mate, embora no século XVIII sua produção fosse doméstica e o consumo quase exclusivamente local,²⁶ ainda que a Provisão Régia de 29 de abril

²⁴Destaca-se o anúncio de uma médica e parteira, Caetana Pierri.

²⁵O PROGRESSO, 1910 – Casa da Memória.

²⁶A erva-mate nativa é abundante nas florestas dos planaltos paranaenses, sendo a sua atividade inicial de caráter extrativista, diferentemente da Argentina onde se plantou a erva-mate nas primeiras décadas do século XX. O trabalho nos ervais compreende etapas distintas: o corte com facões, machados e foices para poda das árvores, essa tarefa deve ser realizada durante o dia pois as folhas devem estar secas; o sapeco, que consiste em se tostar levemente os galhos, processo necessário para desidratar as folhas garantindo a qualidade da erva; reunida em feixes a erva é levada para secagem, ainda no mesmo dia, e é submetida ao calor indireto durante mais de dez horas. Isto era feito inicialmente no carijo e depois no barbaquá que evita o contato direto com a fumaça; cancheamento ou trituração em que a erva é malhada tornando-se um pó, que é peneirado para a retirada dos gravetos maiores. Desse processo resulta a erva cancheada, de baixa qualidade mas já apta a ser consumida ou encaminhada para os engenhos e moinhos para beneficiamento o que lhe garante maior qualidade e refinamento.

de 1722 autorizasse o comércio com outras regiões, para auxiliar as vilas do sul do país, Paranaguá e Curitiba, que eram muito pobres.

Dois acontecimentos políticos marcam o rumo econômico do mate na comarca de Curitiba e Paranaguá no início do século XIX: a abertura dos portos em 1808 e o processo de independência nos países platinos, em especial do Paraguai, pois dificulta o seu comércio de erva-mate com a Argentina.

Nas primeiras décadas do século XIX a extração, o beneficiamento e o comércio da erva-mate se expandem atingindo os países platinos e o Chile. Esse comércio incrementou as atividades portuárias em Paranaguá levando à criação da alfândega em 1827. Persistiam ainda as dificuldades com transporte do produto do interior para o litoral, mas o desenvolvimento técnico impulsionava o negócio do mate.²⁷

De forma resumida, os dados permitem afirmar que entre 1830 e 1850 expandiu-se a atividade ervateira com a criação de 70 fábricas de socar erva no Paraná,²⁸ espalhadas na direção de Curitiba, chegando até a Lapa. Entre 1835 e

²⁷Antes de 1820, na Lapa e em Curitiba, o processo de preparo do mate era rudimentar feito em pilões de soque com a mão-de-obra escrava dos índios e negros. A vinda de pessoal qualificado como Francisco Alzugaray, de Santa Fé, no início de 1820 inova o processo de beneficiamento. Ele fundou a primeira fábrica de soque no litoral paranaense. Manuel Miró, catalão que viveu no Prata, tornou-se proprietário de engenho em Morretes, e a eles outros se seguiram, como Antônio Ricardo dos Santos, expandindo-se os engenhos no litoral. As técnicas de beneficiamento, fabricação e acondicionamento introduzidas por Alzugaray, fundamentadas nas práticas ervateiras platinas e paraguaias, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial do mate paranaense e, sobretudo, para sua colocação nos mercados externos (BALHANA et al., 1968, p.135).

²⁸De acordo com Temístocles Linhares (1969), a economia ervateira apresentou as seguintes fases em seu processo de estruturação: na primeira, predominou a precariedade e a rusticidade dos pilões de soque manuais, a mão-de-obra escrava de índios e negros, a região da congonha foi Curitiba e Lapa; na segunda, as influências das técnicas originárias dos países platinos levou ao aprimoramento do processo, à expansão comercial com acesso aos mercados platino e chileno, à expansão dos engenhos no litoral para o planalto, utilização da energia hidráulica permite o beneficiamento da erva cancheada em engenhos que ocupavam menos de dez homens, aumenta o número de jornaleiros; a terceira, a partir de 1875, conhece a circulação das carroças entre o litoral e o planalto pela estrada da Graciosa, o retorno do beneficiamento para Curitiba, aprimoramento técnico com a energia a vapor e a embalagem em barricas de madeira, cresce o número de trabalhadores e se expande o parque moageiro inclusive em Santa Catarina estimulado pela concorrência argentina.

1849 o crescimento atingiu 500% (OLIVEIRA, 2001, p.79). Os capitais acumulados e os financiadores dos engenhos (1820-1850) têm origem local e no crescimento da renda da atividade ervateira (IANNI, 1988). Em 1881 o Paraná fornecia 3/5 do mate consumido na América do Sul. Em síntese, ao longo de cem anos (1820 e 1920) registrou-se uma pequena "revolução industrial" no processamento do mate que afetou todas as atividades a ele relacionadas.

Quanto às relações sociais na atividade ervateira, elas foram variáveis, mas possibilitam identificar que: trabalhadores livres e escravos dividiam as tarefas de produção do mate, sendo que os últimos concentravam-se nos engenhos; no primeiro planalto não há relação entre o surto ervateiro e o crescimento da população escrava; a principal mão-de-obra utilizada na coleta e no preparo inicial do mate foi constituída por homens e mulheres livres. Já nos Campos Gerais, Lapa, Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi, é perceptível a proporção direta entre o crescimento das atividades pastoris e o crescimento do número de escravos (OLIVEIRA, 2001).

O prestígio econômico do mate e as transformações socioculturais por ele impulsionadas incentivaram a produção de vasta bibliografia sobre esta temática. E pode-se mesmo falar numa "bibliografia orgânica do mate". Esta produção atinge mais de 1.000 títulos levantados por Temístocles Linhares. Outros autores elaboraram minuciosas descrições da sociedade ervateira, entre tantos, Cecília Westphalen que se refere aos engenheiros do mate. Na produção recente merece registro o trabalho de Odah Regina Guimarães da Costa, que utiliza o modelo schumpeteriano em sua análise sobre a atividade empresarial do Barão do Serro Azul.

A emancipação provincial do Paraná coincidiu com o desenvolvimento das indústrias brasileiras, surgindo condições para o aparecimento de líderes em outros setores da vida paranaense, que se caracterizava pela liderança de importantes famílias fazendeiras, sustentáculo da estrutura agrária dos Campos Gerais. Surgem empresários no setor industrial, principalmente ervateiro e madeireiro. Dentre eles destacam-se Idelfonso Pereira Correia, verdadeiro homem de empresa, que tomou parte em todas as iniciativas de progresso de sua época e, sobretudo, concorreu para a industrialização da erva-mate e do pinho paranaense. Se a criação e o comércio do

gado deram, ao Paraná, os seus primeiros viscondes e barões, o mate haveria também de criar uma elite social, trazendo títulos de baronato às figuras mais expressivas do setor ervateiro provincial. Uma delas seria Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul. (COSTA, 1981, p.15-16)

A autora articula seus argumentos mostrando que o empresário pode deixar a sua marca numa época criando um estilo de vida e novos padrões de comportamento moral e estético. Acompanhando essa idéia, pode se dizer que os ervateiros forneceram os elementos essenciais para que se configurasse uma nova ordem social no Paraná. Não se pode esquecer, porém, que a existência de uma indústria ervateira e de sua correspondente burguesia são questões polêmicas entre historiadores e economistas dedicados a estudos regionais.²⁹

Para Magnus Pereira (1996), o século XIX no Paraná conheceu uma trama social de interações complexas, na qual é difícil perceber as diferenciações.³⁰ À

²⁹A vertente cepalina considera o processo de beneficiamento da erva rudimentar, situado numa região que não preenchia os requisitos para o processo de industrialização. Esses autores duvidam do caráter industrial da produção do mate. Entre os economistas, apenas Francisco Magalhães Filho defendeu a existência de uma burguesia industrial paranaense no século XIX. "É óbvio que essa burguesia industrial não era uma reprodução idêntica das burguesias industriais européia ou norte-americana, nem era idêntica à burguesia industrial que se desenvolvia no Brasil em função da industrialização por substituição de importações. Mas nem por isso era menos burguesia industrial". (MAGALHÃES, 1972, p.49). O autor aponta para um processo peculiar de industrialização no Paraná.

³⁰Esse autor vê a indústria do mate similar a processos europeus a partir de sistemas de *putting-out*. Em sua opinião, inicialmente o comércio e a produção (beneficiamento) da erva-mate eram atividades distintas. Num segundo momento, os comerciantes (burguesia mercantil) envolveram-se nas atividades de produção, comprando erva para moer e embalar nas suas casas de soque. Por volta de 1820-1830, foram introduzidos novos processos produtivos mecanizados que concentravam o trabalho. Os vários aspectos desse processo são abordados por Pereira e recebem detalhamento ao longo dos quatro capítulos de sua obra. Os traços significativos levantados pelo autor, além dos acima citados, são os seguintes: os processos de industrialização e urbanização suscitados pela exploração da erva-mate para exportação em larga escala em conjunto com a desagregação da economia campeira (Campos Gerais) provocaram a transformação da sociedade paranaense; os conflitos vivenciados respondiam aos interesses imediatos dos diferentes grupos e se voltavam para questões de ordem prática e econômica; as especificidades da sociedade paranaense devem ser analisadas no interior da sociedade burguesa ocidental. Enfim, o desenvolvimento da indústria do mate paranaense pode ser considerado *sui generis*, pois não se prende ao processo de substituição de importações centralizado em São Paulo.

burguesia do mate coube o reordenamento da sociedade e da economia paranaense vinculado ao trabalho livre e ao livre-mercado, enquanto os senhores dos Campos Gerais davam continuidade ao trabalho escravo, regulamentavam o mercado de abastecimento e defendiam valores e modelos culturais da sociedade colonial. Ao mesmo tempo, os bacharéis dos Campos Gerais³¹ monopolizavam a esfera política da 5.^a Comarca de São Paulo e, posteriormente, da Província do Paraná, articulando os discursos jurídicos que modelaram as legislações locais. Foram, portanto, responsáveis pela constituição do aparelho de Estado em nível regional, pelo controle fiscal que se impunha sobre a economia ervateira.

Com seu crescente prestígio econômico na província, a burguesia do mate gradativamente passou a disputar o poder político com os bacharéis, herdeiros dos antigos fazendeiros. Havia mesmo sérias divergências entre esses grupos no que se refere ao papel do Estado na economia. Os ervateiros não aceitavam as imposições nem a regulamentação moral do mercado, pois constituíam entraves para o desenvolvimento de suas atividades. No entanto, essas disputas não impediam ações conjuntas em defesa de valores cosmopolitas e a rejeição aos costumes regionais populares (PEREIRA, 1996).

Essa burguesia e os outros setores ligados à economia do mate³² procuraram reordenar os espaços urbanos paranaenses em função de sua permanência efetiva

³¹O cotidiano proporcionado pelo exercício da profissão e a aspiração de angariar cargos públicos aproximaram o bacharel ao grande fazendeiro. Muitas vezes aquele tinha a oportunidade de participar da gerência pública e jurídica pela interferência destes. Assim, freqüentemente o bacharel foi na cidade o representante do fazendeiro, ligando-se a ele por laços de família ou de amizade (SACHELLI, 2001).

³²Pedro Calil Padis analisa a economia paranaense como economia periférica, dependente do exterior e de São Paulo. A atividade ervateira é relacionada às conjunturas políticas e econômicas internacionais para explicar suas flutuações. Nas suas conclusões, o autor afirma que a economia do mate, mesmo sendo a atividade mais importante do Estado, a partir de 1914 vai perdendo a sua condição de condutora da economia, abrindo espaço para uma participação cada vez maior do café. Assim, o Paraná regrediu, pois retornou à condição de exportador de produto não elaborado. O Estado perdeu sua posição de grande exportador de erva-mate ao adotar o livre-cambismo, enquanto a Argentina protegia seu produto e ampliava sua capacidade produtiva (PADIS, 1981, p.64).

na cidade. A atuação das diferentes personagens envolvidas nesses processos originou diferentes práticas culturais que em seu conjunto conferiram um traço de singularidade ao Paraná no século XIX (PEREIRA, 1996).

Oliveira é outro autor que reconhece a burguesia do mate. Para ele, a classe dominante regional é "composta pelos ervateiros, grandes proprietários, tropeiros, pecuaristas e os seus filhos e genros bacharéis interessados na criação e participação de um novo aparelho regional de Estado" (OLIVEIRA, 2001, p.21). Mas ressalva que a utilização do conceito de burguesia industrial do mate só apresenta validade para a terceira fase dessa atividade (1880-1890) e nas situações que envolvem assalariados livres, inversões em novas forças produtivas e maior controle sobre os trabalhadores.

Antes da consolidação da burguesia industrial da erva-mate existe um longo processo de transição. Desde o século XVII, XVIII a XIX, acompanhamos a formação do capital mercantil e de uma elite mercantil que convive com relações sociais de produção escravistas e articula as suas condições gerais de existência dentro de um modo de produção escravista colonial. A trajetória do capital mercantil de Paranaguá segue um primeiro momento articulado ao mercado interno com as exportações de farinha de mandioca que acompanham os ritmos e flutuações econômicas internas à economia colonial. A presença de uma pequena estrutura econômica produtora de mandioca, aguardente e arroz, com o seu pequeno núcleo e estrutura comercial, promoveria a gênese de um pequeno capital comercial que no Paraná do início do século XIX, articulado com o abastecimento do mercado interno e se ampliando com os negócios ervateiros, primeiramente fundamentado através de relações escravistas, conduzirá à formação da burguesia industrial exportadora de erva-mate no fim do século XIX. (OLIVEIRA, 2001, p.90)

O impacto na sociedade paranaense da formação da burguesia do mate³³ foi considerável, como esclarece Oliveira: "Em termos nacionais, o Paraná era uma unidade pequena, logo as transformações regionais representam uma pequena escala na esfera nacional... Elementos fundamentais da modernização do Paraná foram lançados naquela conjuntura. A década de 1870 é o ponto de inflexão, quando a formação da burguesia do mate já pode ser reconhecida." (OLIVEIRA, 2001, p.90-91). Diversos elementos compõem essa conjuntura: a preponderância de trabalhadores livres, a construção da estrada da Graciosa, a concentração de engenhos no planalto, avanços quantitativo e qualitativo no processo de produção, a Guerra do Paraguai (1865-1870), a drenagem de escravos para São Paulo para a lavoura cafeeira, a crise de mão-de-obra e abastecimento impulsionadora de um novo regime fundiário e demográfico no planalto – as colônias de imigrantes. Outros setores produtivos são dinamizados como, por exemplo, o metalúrgico. Em 1878 iniciam-se as atividades de Gottlieb Muller nesse ramo.

A atividade ervateira também estimulou o surgimento de entidades de classe. A organização operária em Curitiba começa no século XIX com a fundação da

³³A análise de Leandro questiona tal visão, pois afirma o autor que o fenômeno ervateiro "requeria capital inicial que não era de pouca monta: para o investimento tecnológico (por mais rudimentares que fossem os engenhos à época), bem como para o investimento em mão-de-obra para as lidas fabris." (LEANDRO, 2003, p.21). Assim, Leandro aponta inúmeras circunstâncias que desvelam uma outra fonte de renda desses negociantes: O COMÉRCIO NEGREIRO/O TRÁFICO ILEGAL. "Alguns desses grandes negociantes que controlavam o crédito na comarca [de Paranaguá], que ali atuavam no atacado e que estavam ligados especialmente ao comércio exportador da ervamate entre 1850-1888, também fizeram fortuna com um tipo de comércio ainda pouco estudado nos domínios do Brasil Meridional, o comércio negreiro. O intenso vai-e-vem de embarcações pela baía de Paranaguá, a partir do final da década de 1820, um torvelinho responsável pela construção da riqueza de algumas famílias, tem muito de suspeito." (p.29). Ou seja: a composição da riqueza também era decorrente das atividades do tráfico transatlântico de africanos. "Tal atividade também foi uma das formas de articulação econômica da comarca de Paranaguá no Atlântico Sul entre 1831-1850." (p.29).

Sociedade Beneficente dos Trabalhadores da Erva-Mate (1896).³⁴ Os ervateiros fundam em 1887 a Associação Paranaense Propagadora da Erva-Mate que em 1928 passou a Instituto do Mate do Paraná.

1.2.3 Entorno da madeira: uma nova dinâmica social

*Longo estilete, o agudo som das serras
Transpassa o silêncio.
O coração da mata estremece
Ao eco desse uivo prolongado.
Branco cadáveres mutilados,
Toras, no pátio, jazem ao sol (...)* (Helena Kolody)

Desde o século XVIII os paranaenses exploravam as madeiras de lei do litoral (cedro, imbuia, canela preta, carvalho, sassafras, peroba e outras). Na listagem de exportação de 1801, constam o Rio de Janeiro e a Bahia como mercados consumidores das tábuas e ripas do Paraná.

Quando se instalou a Província, a situação era a mesma, pois o pinho era utilizado apenas no planalto curitibano devido às dificuldades de transporte para o litoral. A partir da abertura das estradas da Graciosa (Curitiba-Antonina, 1873), dos trilhos Curitiba-Paranaguá, em 1885, e a do ramal Morretes-Antonina, em 1891, a exploração do pinho se expandiu e ganhou força.

³⁴Entre os estudos que abordam as questões do trabalho livre e assalariado no Paraná do século XIX e início do século XX, destacam-se os estudos de Dennison de Oliveira, *Urbanização e Industrialização no Paraná* (Curitiba: SEED, 2001), Roberto Edgar Lamb, *Uma jornada Civilizadora: imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná 1867 a 1882* (Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1997), Sílvia Araújo e Alcina Cardoso, *Jornalismo e Militância Operária* (Curitiba: UFPR, 1992), Newton Carneiro, *Um Precursor da Justiça Social: David Carneiro e a economia paranaense* (Curitiba, 1965) e Francisco Foot Hardmann e Victor Leonardi, *História da Indústria e do Trabalho no Brasil* (São Paulo: Ática, 1992).

As madeiras, inicialmente, acompanharam a ferrovia em busca da facilidade de transporte, mas o esgotamento das matas foi afastando-as pouco a pouco. Entre 1896-1899, existiam 64 serrarias produtivas no Paraná, muitas delas localizadas ao longo da ferrovia São Paulo-Rio Grande. O presidente da província, Faria Sobrinho, em seu relatório, destaca as empresas Ildefonso Pereira Correia e Companhia e a de Desmarais e Companhia como exploradoras do pinho paranaense nessa fase. Faria Sobrinho procurou incentivar a exploração do pinho mediante a isenção de impostos para que este se tornasse competitivo no mercado interno dominado pela importação do pinho americano e sueco (BALHANA et al., 1969, p.143).

A partir da Primeira Guerra Mundial a exportação das madeiras paranaenses, sobretudo do pinho, tomou grande impulso. O governo estadual fez concessões nas regiões dos rios Iguaçu e Paraná a muitas empresas estrangeiras. Em 1920, já existiam 174 serrarias no Paraná. Caetano Munhoz da Rocha afirma que, "o surto madeireiro, por sua vez, dependeu do advento do caminhão, assim como o do mate dependera da carroça. O veículo de carga motorizado apareceu como o competidor sério da carroça, nas estradas da região das matas de araucárias a partir de 1930...". (BALHANA et al., 1969, p.143).

Dispersas pelo território paranaense, as serrarias

...formam uma concentração populacional própria, chegando a cercar-se de uma vila residencial com dezenas e mesmo, centenas de casas para operários, em geral, com todas de um só tipo, que dão ao conjunto aspecto de padronização monótona. Ontem à serraria seus próprios armazéns, clubes, farmácia, etc., tudo pertence à empresa, tudo abastece à revelia do comércio local, suprindo-se de mercadorias adquiridas diretamente na capital do estado ou em Ponta Grossa, quando não na capital de São Paulo. A serraria não se integra na vida regional, permanece como um corpo estranho, até o dia em que, pelo esgotamento das reservas locais da floresta é transferida para novas paragens, levando consigo as realizações complementares e a população. (BARTHELMESS, in BALHANA, 1969, p.143)

Essa descrição apresenta a serraria como uma unidade isolada que não contribuiu para o desenvolvimento urbano da região, ao contrário da economia ervateira, na opinião da maioria dos autores.³⁵

O principal produto de exportação do Paraná, na primeira década do século 20, era a erva-mate, que por mais de duas décadas manter-se-ia, ainda, como responsável pela maior arrecadação do imposto referente a exportação de mercadorias. A madeira, nessa conjuntura, apresentava-se em fase de expansão de exportações (...) A situação favorável da madeira, nessa conjuntura, foi paralela a um movimento de expansão da economia paranaense, tendo sido criada, em 1912 a secretaria da agricultura, comércio e indústria, a qual 'começou a mostrar desde logo o acerto de sua criação, procurando animar essa aspiração geral de progresso que se nota em todos os do nosso território... (LAVALLE, 1981, p.45-46)

A autora afirma ainda que, em 1923, 78% das novas firmas instaladas no Paraná eram ligadas à madeira. Entre 1925 e 1933 ocorre uma retração dessa atividade gerada pela crise de 1929 que abalou fortemente o mercado internacional. Quando a madeira atinge o primeiro lugar da exportação estadual, o governo passa a se preocupar com a extração desordenada das matas paranaenses. O Código Florestal da República (1934) influenciou a legislação estadual relativa aos cuidados, à guarda e à fiscalização das florestas. Após a Segunda Guerra Mundial, o mercado europeu reassume o seu lugar como comprador da madeira paranaense. Assim, a chamada reconstrução européia tornou-se uma conjuntura favorável para a exportação da madeira do Paraná. Também as flutuações do mercado argentino, parceiro importante no comércio paranaense, exerceram influência direta no comércio estadual.

³⁵Pedro Calil Padis, por sua vez, considera que a economia do mate, extrativa e itinerante, em quase nada, contribuiu para uma urbanização paranaense, pois dificilmente se constituiu em atividade centrípeta de migrações internas (1981, p.82); nesse sentido, o autor se contrapõe à opinião da maioria que relaciona a economia do mate ao fenômeno da urbanização paranaense.

Esse crescimento na exportação não significou maior racionalização na produção nem a superação das deficiências do sistema de transporte, fatores que dificultavam a concorrência para esse produto. Apesar da ferrovia e das estradas de rodagem, em meados da década de 1920 a carroça continuava sendo o principal meio de transporte para a madeira, e esta constituía a principal fonte de receita para a ferrovia.

Na primeira metade do século 20 persistiam as dificuldades para o transporte da madeira pois as rodovias do estado eram bastante precárias e as regiões não atingidas pela ferrovia, nessa ocasião, sofriam com graves dificuldades no escoamento de seus produtos. Guarapuava, por exemplo, geralmente encaminhava a madeira da região até Ponta Grossa para ser transportada pela ferrovia até os mercados consumidores ou aos portos marítimos de embarque. (LAVALLE, 1981, p.46)

A criação do Instituto Nacional do Pinho, órgão destinado a controlar as condições de produção, transporte e comercialização da madeira, no início da década de 1940, trouxe algumas modificações relativas ao transporte do produto; houve, por exemplo, a suspensão da exigência dos estoques visíveis ao longo das linhas das ferrovias. O Instituto não conseguiu, contudo, implementar medidas de controle e planejamento da produção e transporte da madeira.

As diferentes análises sobre essa economia permitem concluir que a madeira produzida no Paraná foi absorvida pelo consumo do próprio Estado, pelo mercado interno brasileiro e pelos mercados externos. Os dados estatísticos mostram que o mercado interno brasileiro teve maior importância que os externos e que São Paulo recebeu a maior quantidade de madeira paranaense, seguido do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de alguns estados do Nordeste. A partir da Segunda Guerra Mundial, a Argentina passou a ser o maior mercado do pinho paranaense.

Entre 1901 e 1950, o porto de Paranaguá pode ser considerado o 'porto da madeira' do Paraná, tendo sido superado por Foz do Iguaçu.

A crescente exportação da madeira era realizada através de três portos principais: Paranaguá e Antonina, marítimos, e Foz do Iguaçu, fluvial. Até 1940 os portos marítimos lideram a exportação, por volta de 1951, Foz do Iguaçu assume a liderança nessa atividade. Esse fato pode ser relacionados ao esgotamento das reservas situadas na região Centro-Sul do estado. Nesse período ocorre uma inversão relativa ao comércio madeireiro, no litoral exportava-se pinho serrado e em Foz do Iguaçu, madeiras de lei como o cedro. Entre 1947 e 1964 escoou-se a madeira paranaense também pelas divisas secas de Barracão de Santo Antônio. (LAVALLE, 1981, p.21)

Em Ponta Grossa, já nos meados do século XIX surgia o primeiro estabelecimento industrial de madeira de propriedade de Miguel Ferreira da Rocha Carvalhaes, grande fazendeiro na região. No início do século XX outras serrarias foram instaladas na cidade, muitas delas próximas à ferrovia. A atividade madeireira contribuía para o crescimento do comércio, em especial, de secos e molhados.

Conforme Carneiro (1980), Ponta Grossa se insere na atividade madeireira muito mais como entreposto em função da ferrovia, das ligações com o interior e com a capital do Estado. Dessa forma, os grandes mercados industriais da zona madeireira passam por Ponta Grossa com diferentes destinos.

Mesmo com diversificação desse cenário, o núcleo da classe dominante, a elite campeira, permanece e consegue agregar os representantes dos novos segmentos sociais.³⁶ É assim que a ela podem se somar os ervateiros, os imigrantes bem-sucedidos e os madeireiros. A essa fusão de interesses está associada a interação do capital simbólico, o que permite à elite dos Campos Gerais ressignificar seus valores e concepções de mundo. Nesse processo, a urbanização simboliza o progresso e a modernidade.

³⁶Acompanha-se aqui a visão de Oliveira (2001) a respeito da classe dominante no Paraná.

1.3 Ponta Grossa: Encontro de Caminhos

A meu ver, a questão maior destes ensaios reside na existência e na interação dual entre a ordem cultural enquanto constituída na sociedade e enquanto vivenciada pelas pessoas: a estrutura na convenção e na ação, enquanto virtualidade e enquanto realidade. Os homens em seus projetos práticos e em seus arranjos sociais, informados por significados de coisas e de pessoas, submetem as categorias culturais a riscos empíricos. Na medida em que o simbólico é, deste modo, pragmático, o sistema é, no tempo, a síntese da reprodução e da variação.
(Marshall Sahlins).

As cidades têm sido estudadas e representadas por inúmeros pensadores nas diversas áreas do conhecimento. "Lugar simbólico onde se marca a história, macrocosmo social, encontro de funções e sinergia de criações, texto e discurso, a cidade atravessa as ciências humanas e fecunda artes e letras, como questão e como problema" (DOUCHET, 1999, p.24).

No Brasil, nos últimos anos, os estudos sobre a cidade vêm passando por mudanças significativas. Anteriormente vista como elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, e 'palco da história', não se constituía em si como objeto, questão ou problema. O que motivou esse novo olhar foram as próprias transformações urbanas, quando a cidade passou a se colocar como questão e desafio a ser assumido pelo historiador (MATOS, 2002).

Matos percebe no processo três tendências. A primeira delas, Cidade-questão, compreende a cidade a partir das preocupações higiênico-sanitaristas; da contraposição cidade-progresso e campo-arcaico; do seu reconhecimento como palco de tensões. A tendência Cidade-memória(s) percebe-a como espaço de construção de múltiplas memórias. Nela as tensões surgem como representações de memórias contrastadas e múltiplas, convergentes ou não, porém desenhando cenários em constante movimento; neles, esquecimentos e lacunas constroem redes

simbólicas diferenciadas. Discursos diversos fazem da cidade o 'locus' privilegiado para viver, trabalhar, rezar, observar, divertir-se, misturando-se laços comunitários e étnicos na criação de espaços de sociabilidade e reciprocidade no trabalho e no lazer; isso tudo em meio a tensões historicamente verificáveis. A terceira, Cidade-documento, vê a paisagem urbana como um texto a ser decifrado. Cabe ao investigador ordenar esse emaranhado de tempo, espaços e memórias, recuperar as várias camadas e suas relações, decifrando seus enigmas numa arqueologia social da cidade. Esse processo envolve redefinições do público e do privado.

Cenário cultural do quadro socioeconômico que assinala o início do século XX,³⁷ e comum ao panorama modernista mundial (IANNI, 1992), a cidade insere-se no processo de busca pela identidade, vinculada à idéia de nação que, gestada no século XIX, invade o XX e interfere nas manifestações culturais e políticas.

Assim, entende-se a cidade como um conjunto de trocas e tramas no tempo e no espaço, local de disputa de diferentes projetos, enfim como um cenário vivo e dinâmico, em que se associam e alternam elementos de permanência e de ruptura, confluentes no mesmo caudal, no mesmo 'ethos'.³⁸

³⁷No Brasil, as primeiras décadas do século XX assinalam a passagem de uma estrutura econômico-social provinciana e rural para uma outra, urbano-industrial. Essa passagem caracteriza-se a partir de dois fatos: de um lado, a abolição do regime escravo, motivada pela urgente necessidade do trabalhador livre para encarregar-se das novas exigências produtivas, de outro, a imigração de trabalhadores europeus em virtude da constatação de que a mão-de-obra recém-alforriada era insuficiente, em alguns casos, ou, em outros, até mesmo inapta para as novas tarefas. (FERRARA, 2001, p.285-286).

³⁸Entende-se ethos como a característica, o estilo, a marca, o modo de ser, "a sabedoria implícita ao domínio de um conjunto de informações, de códigos e de modalidades mentais, operacionais e adquiridas ao longo das experiências de vida, as quais produzem e deixam aos indivíduos, num lento processo de sedimentação, um conjunto de saberes, um senso prático determinado" (GAIGER, 1994, p.179), constituídos socialmente a partir dos processos, da natureza, da manifestação de seus modos de vida e de seu entorno social. As condições de produção (materiais, sócio-culturais) asseguram processos sociais nucleados em torno da família, da organização do trabalho, da comunidade, da vizinhança e do parentesco, do mundo exterior, das formas de sociabilidade, para o domínio da natureza e para a construção da individualidade (TEDESCO, 1999, p.48-50).

Palco do grande enredo social e cultural que se expressa em manifestações identitárias, a cidade delinea as nuances do processo de consolidação de uma nova urbanidade. Ela surge como um produto das vivências, das solidariedades, dos valores e das tensões, atravessada por múltiplos projetos e práticas sociais. Assim, Ponta Grossa pode ser percebida como 'terra-encontro' de caminhos.

1.3.1 O bairro de Ponta Grossa

O povoamento dos Campos Gerais foi começado em 1704, por iniciativa dos nobres potentados paulistas José Gois de Moraes e Pedro Taques de Almeida secundados por outros membros da ilustre linhagem, que no mencionado ano requereram grandes sesmarias no território paranaense, abrangendo desde a margem esquerda do rio Itararé às cabeceiras do Tibagi.

O povoamento processou-se lentamente devido meia dúzia de fatores adversos, de maneira que pelo ano de 1820 o Bairro de Ponta Grossa contava com cerca de hum mil habitantes entre homens livres, escravos e gentios, dispersos numa área superior a 4 mil quilômetros quadrados, que se estendia das cabeceiras do rio Tibagi às barrancas do caudaloso Ivaí. (Ribas Silveira)

Essa passagem (da obra de Ribas Silveira)³⁹ expressa a tendência de particularizar o processo histórico encontrada em boa parte dos estudos que tratam da formação de Ponta Grossa. Com isso reforça-se um imaginário local que atribui aos grandes fazendeiros o papel de condutores da vida política e do desenvolvimento ponta-grossense.

³⁹Nasceu em Ponta Grossa em 1902. Filho de abastado fazendeiro, estreou no campo literário em 1922 com a publicação de um livro de poemas. Em 1943 editou o poema épico "Destrução de Jerusalém por Tito" e logo a seguir publicou "Terras dos Pinheirais", sonetos históricos e geográficos sobre várias cidades do Paraná. Em 1960 surgiu "Antologia Pontagrossense", obra composta por 41 biografias de escritores locais. Ao longo de sua vida, escreveu para diversos jornais. Integrou o Centro Cultural Euclides da Cunha, a Academia Paranaense de Letras e a Academia de Letras José de Alencar, além de outras entidades culturais do país. Faleceu em 1978, deixando manuscrito a obra "História de Ponta Grossa".

Situado na Comarca de Castro, o Bairro de Ponta Grossa, terra de passagem, era, pois, ponto de convergência de diversos caminhos: o do Viamão, que ligava São Paulo ao extremo sul do país; aquele que ligava a região missioneira do Rio Grande do Sul passando pelo interior catarinense, sertões de Palmas, Guarapuava e Imbituva, alcançando o caminho do Viamão em Ponta Grossa; e aquela rota de Paranaguá que passava por Curitiba e no Registro do Iguaçu juntava-se ao tradicional caminho (MACHADO, 1963).

A Comarca de Castro, com sede na Vila de Castro, centro regional dos Campos Gerais, foi o ponto de partida de muitos dos primeiros habitantes de Ponta Grossa.

Habitantes originários de Castro, mas fixados em Ponta Grossa, ou ainda, residentes em Castro mas possuidores de propriedades em nosso território, onde desenvolviam atividades vinculadas principalmente à pecuária, seja como criadores, comerciantes ou tropeiros, foram não só os responsáveis pelas manifestações feitas junto a S.M. Imperial D. Pedro I, para a elevação do Bairro à Freguesia, como também que se constituíram nas primeiras autoridades de Ponta Grossa, após a instalação da mesma como freguesia. O interesse demonstrado por esses proprietários pela autonomia da região onde auferiam parte de seus lucros pode ser encarado como sintoma do destaque que a mesma começava a apresentar Este florescimento seria o resultado de interações sócio-econômicas: a existência de uma vida comunitária que, incipiente de início, se desenvolve através das transações comerciais derivadas principalmente da atividade pecuarista. A interação em andamento está intimamente relacionada ao local escolhido pela população para o estabelecimento de suas propriedades... integrada portanto, na estrutura econômica brasileira, a comunidade pontagrossense encontrou alento para desenvolver vida própria, independente da Vila de Castro. (PINTO e GONÇALVES, 1983, p.24-25)

O Bairro de Ponta Grossa foi elevado à Freguesia em 15 de setembro de 1823,⁴⁰ com autonomia limitada, ainda dependendo das autoridades de Castro para obtenção de auxílio financeiro, manutenção da ordem, garantia de defesa e informações das determinações oficiais dos governos da Província e do Império. Sua localização privilegiada possibilitou alcançar a condição de Vila em 1855, o que significou, na prática, a igualdade de condições políticas e sua total independência do foro de Castro. Situada num entroncamento e ligada à pecuária, a vila foi prosperando e atraindo novos contingentes populacionais. A prosperidade econômica foi acompanhada da ambição pelo prestígio que chegou em 1862, quando a Vila se transformou em Cidade. A diversificação da economia ligada à erva-mate, madeira, gado e outros produtos, juntamente com a presença de migrantes nacionais e estrangeiros, acelerou o desenvolvimento urbano e a complexificação social.

No final do século XIX, a indústria e o processo de urbanização foram responsáveis pela desagregação da economia campeira dos Campos Gerais. Essa economia, que fora quase auto-suficiente e que oportunizara o poderio dos fazendeiros, declina pouco a pouco, viabilizando o desenvolvimento das cidades.

Com a transformação do uso da propriedade, partilhada entre o criatório e a invernagem, com a predominância desta, que acompanhou a mudança do fazendeiro em tropeiro, e com a ampliação da economia monetária que a isso se seguiu, desenvolveu-se o comércio contra a auto-suficiência das fazendas, começando o predomínio das cidades. (BALHANA et al. 1969, p.99)

⁴⁰Freguesia/Paróquia – forma de organização eclesiástica normatizada no Concílio de Trento que assumiu perfil burocrático no Brasil colonial. Tal perfil levou a paróquia a ser o espaço para o registro de documentos com valor civil e a desenvolver atividades de contagem da população que contribuíam para as listas nominativas. Funções que caracterizavam a Paróquia como local de prestação de serviços e reforçavam a imagem do pároco como autoridade (LONDOÑO, 1997). Para elevar-se à categoria de Vila/Município a Freguesia precisava apresentar certas condições como a existência de Juízes de Paz, Cartório Distrital, cidadãos habilitados para o exercício de cargos públicos e o rocio com possibilidade de crescimento em largas proporções. A condição de Vila significava a plena autonomia política. Cidade é a sede do município que pode ou não ser dividida em distritos (NOVAES, 1943).

1.3.2 O "Clima" urbano

Nascida sob a hegemonia das fazendas,⁴¹ Ponta Grossa crescia e tinha renovadas ambições: um teatro (1873) e uma biblioteca (1876), vistos como indicadores do novo vigor e da mentalidade arejada de seus habitantes. Sobretudo a partir da chegada das ferrovias, na última década do século XIX, a população e o quadro urbano da cidade aumentaram consideravelmente. Os números registrados nos Censos indicam que, em 1890, Ponta Grossa contava com uma população de 4.774 habitantes, localizados majoritariamente no meio rural. Em 1920 a cidade já possuía 20.171 habitantes e um dos maiores índices de concentração populacional fixada no meio urbano do Estado, estimado em 40,8%.

No início do século XX, a cidade respirava um "clima urbano"; havia bandas musicais que disputavam espaço para as apresentações, cinema, luz elétrica, associações beneficentes e hospital.

A primeira banda de música foi organizada por Joaquim José de Camargo e era conhecida como "Banda do seu Camargo" e se apresentava principalmente nas festas de Sant'Ana, do Divino e da Santíssima Trindade. Com a morte do fundador (1876), desfez-se o conjunto musical e seus componentes dividiram-se em dois novos grupos – o primeiro liderado por Joaquim José de Camargo Júnior, chamado "Banda do Theatro", e o segundo formado por José Vieira de Godoy, "Banda Lira dos Campos".

Nos anos de 1890, a rivalidade entre essas bandas continuava; como a Aurora Pontagrossense (Banda do Theatro) contava com o apoio político local, a Banda Lira dos Campos não podia se apresentar em certos espaços e eventos. Jacob

⁴¹Segundo Pilatti Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen: "desde o povoamento da faixa litorânea até a expansão fazendeira sobre a totalidade dos campos paranaenses, a sociedade apresentou a mesma estrutura social característica de toda a formação brasileira, marcada por um rígida extratificação social estabelecida pela relação senhor-escravo". As atividades econômicas, os ambientes geográficos nem outro fator qualquer foram capazes de afetar a estrutura tradicional até o final do século XIX (BALHANA et al., 1969, p.87).

Holzmann, novo maestro da Lira, organizava então apresentações em praça pública, em geral em frente ao Hotel Palermo, pois seu proprietário era grande admirador do grupo e distribuía cerveja aos músicos (PINTO e GONÇALVES, 1983).

Esse clima é descrito por Raul Gomes⁴² na crônica "Ponta Grossa de Hoje",⁴³ que retrata uma cidade pujante, movimentada: "À noite o povo flana nas ruas, penetra nas lojas, enche os três cinemas, frequenta os clubs". Destaca ainda o espírito empreendedor da população que torna a iniciativa privada mais eficiente que a dos poderes públicos. O crescimento urbano traz novas necessidades à cidade: calçamento das ruas – para aliviar os problemas causados pelo pó e pela lama principalmente aos estabelecimentos comerciais; serviços de água e esgoto – compatível com as novas concepções de higiene e conforto; a construção de um mercado e de um matadouro – com capacidade para atender à população.

Esse mesmo cronista, algum tempo depois, comenta sobre o ambiente cultural ponta-grossense, iniciando o artigo com uma análise sobre a imprensa local:⁴⁴

- O Progresso: "Imparcial e dedicado à defesa dos interesses municipais, desobriga-se com brilho de sua missão. De formato grande, bem impresso, oferece leitura aproveitável e conta um numeroso e distinto corpo de colaboração... Sempre foi um franco atirador e um campeão independente".
- O Correio dos Campos: "Semanário independente, o Correio combatia desassombradamente pelos interesses populares".

⁴²Professor, escritor e jornalista paranaense. Nasceu em Piraquara (PR) em 1889 e faleceu em Curitiba em 1975. Participou de diversas entidades culturais como a Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê, da Casa Alfredo Andersen e do Centro Cultural Euclides da Cunha. Publicou diversas obras, entre as quais se destacam "Sugestões para uma história de literatura no Paraná" (1938) e "Emiliano Pernetá, o homem, o agitador, o artista" (1975). Escreveu crônicas para o jornal curitibano "Folha da Manhã" que foram transcritas em 1912 no jornal "O Progresso" de Ponta Grossa.

⁴³O PROGRESSO, 20 de julho de 1912.

⁴⁴O PROGRESSO, 6 de agosto de 1912.

- Via Lactea: "...é mantida por um grupo entusiasta de moços e moças e nas suas páginas têm sido insertos bons trabalhos em prosa e verso, da lavra de jovens pontagrossenses".

Essa crônica se encerra com uma entrevista com a senhorita Anita Philipowski⁴⁵ "que, moça, vivendo num meio acanhado" demonstrava grande talento. A entrevista aborda o meio literário e artístico da cidade, afirmando que a participação feminina é limitada e que as jovens ponta-grossenses dedicam-se preferencialmente à música. Discorre sobre algumas escolas de música e pintura e indica talentos princesinos.

Anita, autora de 43 textos que foram publicados em jornais e revistas, exerceu forte influência como escritora em seu tempo. No final da vida, destruiu deliberadamente parte de sua obra.

Quer como contista, poeta ou cronista, desenvolveu extraordinária atividade intelectual, notadamente no período de 1910 a 1930, colaborando assiduamente em numerosos jornais e revistas. Suas observações abrangem diversos costumes da época; suas críticas – sempre contundentes – demonstram uma postura política transparente – contrariando a postura feminina da época –; seus textos revelam uma ardorosa defensora dos direitos da mulher. Vaidosa. Contestadora. Espirituosa. Fez parte do grupo das primeiras promotoras das letras femininas do Paraná... (SANTOS, 2002, p.38)

O primeiro jornal de que se tem notícia, o "Campos Gerais", circulou em 13 de maio de 1893. Semanário, formato médio, quatro páginas, era jornal de gente nova e se expressava assim em seu editorial:

⁴⁵Anita nasceu em Ponta Grossa no ano de 1886. Era filha de Carlos Leopoldo Philipowski e Maria do Nascimento Philipowski. Seu pai era austríaco e veio para o Brasil para trabalhar como engenheiro na construção da linha telegráfica Antonina-Iguape. Homem culto, preocupava-se com a educação dos filhos e contratava professores para ensiná-los na sede da fazenda nos arredores de Ponta Grossa, onde moravam. Mesmo longe da cidade as crianças recebiam a instrução básica, o ensino de alemão e francês e de artes. Anita faleceu em Ponta Grossa no ano de 1967.

Simple e modesto se apresenta na arena jornalística este periódico, mas tal qual o operário rude que, nem por usar da blusa, deixa de ser um dos fatores do progresso da sociedade, assim também o 'Campos Geraes', por ser simples e modesto, não deixará de propugnar pelo engrandecimento social, pelos interesses mais vitais deste Estado, e principalmente pelo desenvolvimento material e moral deste futuro centro, que tem dado as maiores provas de sua pujança, de sua indústria e de seu adiantamento. (PILOTTO, Folheto)

Em 1899 surge a "Gazeta dos Campos", que se apresentava como "hebdomadário imparcial, comercial e noticioso"; tinha formato médio e quatro páginas.

Abstração feita, da política partidária, aliar o útil ao agradável, o necessário ao aprazível, lançando mão da crítica sensata e imparcial, – foi esse o objetivo que nos preocupou o espírito, ao tratar-se da criação d'um jornal nesta cidade. O desenvolvimento comercial, industrial e econômico de Ponta Grossa, e o avanço que dele emanou, desde que nas suas extensas campinas começou a ecoar o silvo fomentador, da locomotiva, impunham-se à evidênte necessidade de fundar aqui um órgão da imprensa, que fosse, ao mesmo tempo, o mais ativo, o mais conveniente e proveitoso propugnador da sua causa, que é a causa de todos os povos cultos, de todos, os que trabalham intimamente agrilhoados à idéia do futuro; e dos que, pela estrada ampla do Direito, desejam multiplicar o seu coeficiente social. (PILOTTO, Folheto)

A editoria do jornal organizava-se em algumas colunas como "A Semana em Revista", precursora das chamadas colunas sociais, e "Atos Oficiais", em que expunha a legislação local como as Posturas municipais: "o tropeiro que vender um ou mais cargueiros de qualquer gênero, declarando ter uma quantidade certa, e verificado pela medida ser menos, será punido com dez mil réis de multa". A preocupação evidenciada demonstra o significado da atividade tropeira para a cidade que se moderniza.

"Luz Essência" (1905), quinzenário, pequeno formato, quatro páginas, pertencia à Loja Maçônica "Amor e Caridade 2" e circulava sob a responsabilidade de Teixeira Coelho e Aldo Silva. Em seu editorial expressa claramente seus objetivos:

No cumprimento de um dever santo, e para preencher o fim puramente altruístico a que se dirige a gloriosa instituição da Franco-Maçonaria, é que este humilde quinquenário vem hoje levar a treva esmagadora do obscurantismo, um pouco dessa luz fecunda e bela que costuma guiar a consciência dos abnegados propugnadores da Fraternidade e do Bem; fazer incidir, a plena luz, na noite dos espíritos entenebrecidos pela dialética perversora, do ultramontanismo, alguns raios acalentadores desse sol vivificante da Verdade, esse astro cuja luz fulgentíssima nos inspira nas pugnas fecundantes da Idéia, e que tem por satélites: a Razão, a Liberdade e a Justiça, – eis o nosso escopo. E nesse intuito digno, levantado e leal de trabalharmos um pouco pela emancipação da consciência humana, – essa eterna vestal ludibriada, que há séculos se alimenta de pueris ilusões, tiranizadas pelo erro, pelo fanatismo, pela intolerância e por preconceitos de toda ordem, – é que entramos aqui, desassombradamente e cheios de generosas aspirações, na arena luminosa das lutas do pensamento, onde nos esforçamos por honrar, sempre firmes no nosso posto de combate, a causa nobilíssima que defendemos. (PILOTTO, Folheto)

"O Escalpello" (1908), semanário, pequeno formato, quatro páginas, foi produzido pelo Centro Livre-Pensador e contou com a colaboração de Teixeira Coelho, Gigi Damiani, Hugo Reis, Vicente Postiglioni e Virgolino Brasil. Anarquistas, maçons e livres-pensadores ocupavam esse espaço em defesa de suas bandeiras.

Merece destaque nessa fase a atuação de Teixeira Coelho e Gigi Damiani. Coelho, português, farmacêutico formado em Coimbra, foi poeta e filólogo. Veio jovem para o Brasil e fixou-se em Ponta Grossa, onde montou uma farmácia, uma escola e integrou a redação de vários periódicos. Damiani, italiano, chegou ao Brasil por volta de 1890, participando da experiência anarquista da Colônia Cecília no Paraná. Em seguida fixou-se em Curitiba onde se envolveu com o movimento operário e contribuiu com diversos jornais libertários, entre os quais: *Il Diritto*, *A Voz do Dever*, *O Despertar* e *O Combate*. Em 1908 veio para Ponta Grossa e integrou-se ao movimento dos trabalhadores locais. No mesmo ano participou da fundação do jornal *O Escalpello*. Já havia colaborado com a criação de diversas associações proletárias e participado como orador do I Congresso Operário Brasileiro (1906). Em 1919, já em São Paulo, acabou expulso do país acusado de participar de movimento insurrecional.

A "Folha Rosea" circulou de 1910 a 1912 e se dedicava à cultura, assim como "Souvenir" (1915), publicação do Grêmio das Crisálidas, impressa em tinta prateada.

O "Bouquet" (1917) era dedicado à mulher ponta-grossense e envolvia os grêmios das Chrysallidas, do Bouquet de Rosas, das Camélias e do Infantil.

Além dessas, circulavam publicações de instituições religiosas como "A Caridade" (1917), órgão de divulgação do Centro Espírita Francisco de Assis, e a Revista Social do Espiritismo (1921); de entidades de classe como a Revista Operária (1929), Vanguarda Operária (1933), e de grupos políticos como o Onze de Novembro e o Jubileu Operário (1903), pertencentes aos socialistas.

Todas procuravam assinantes e patrocinadores, e permaneceram pouco tempo em circulação. Ainda assim não deixam de ser representativas da sociedade do seu tempo.

O primeiro jornal a se firmar na cidade foi "O Progresso", fundado em 1907 por Jacob Holzmann. Esse descendente de russo-alemães, comerciante, maestro da Banda Lira dos Campos, marcou o cenário cultural ponta-grossense com suas iniciativas.

"O Progresso" surgiu timidamente, semanário, tiragem inicial de quinhentos exemplares, poucas páginas. Publicava crônicas e poemas de colaboradores sem vínculo empregatício que abrangiam temas diversos. As mulheres colaboravam muitas vezes usando pseudônimos. Em 1914 o jornal de tiragem diária anuncia uma coluna chamada "Escrínio do Belo Sexo", espaço feminino ocupado por uma mulher que se escondia sob o pseudônimo de Chiquita. Em sua coluna Chiquita, normalista, escrevia para um público seletivo e fofocava sobre flertes, oferecia dicas sobre moda e beleza. Precursora do colunismo social em Ponta Grossa, seus textos revelam valores, regras de etiqueta, fragmentos do cotidiano da elite local (CANÇADO, 1999).

Holzmann contou desde o início com a colaboração de Hugo Reis⁴⁶ para a execução de seu projeto. Este foi o redator-chefe de "O Progresso" até 1915, quando assume a propriedade do jornal até 1921.

Hugo Mendes de Borja Reis, carioca, anticlerical, socialista e espírita, participou ativamente da vida político-cultural de Ponta Grossa por mais de 20 anos.

Hugo Reis foi um dos principais colaboradores do jornal 'O Escarpello' e manifestou-se em favor da causa operária. Fez-se jornalista na prática. Atuou em jornais na cidade de Ponta Grossa, como diretor do Diário dos Campos e redator do jornal O Comércio. Presidente honorário da Sociedade de Operários de Ponta Grossa redigiu o esboço de ação dos socialistas paranaenses publicados no jornal O Operário de 1915. (ARAÚJO e CARDOSO, 1992)

Seu envolvimento político com a causa operária e sua fidelidade à doutrina espírita geraram forte reação em alguns grupos da elite local.

Em 1.º de Maio de 1909, surgia em Ponta Grossa um novo jornal, "Diário do Paraná", para fazer frente aos artigos, editoriais e poesias de Hugo Reis. Abraão Glasser,⁴⁷ proprietário do jornal, reunia em torno do novo periódico os críticos das idéias de Reis e seus adversários políticos.

Hugo Reis fez de "O Progresso" um instrumento de luta na Campanha Civilista em favor de Rui Barbosa. Seus editoriais tiveram grande repercussão fora do Estado e foram transcritos em jornais de projeção na capital do país. Nessa ocasião o jornal teve sua redação destruída.

Em 1913 o "Diário dos Campos" (ex-O Progresso) iniciou uma campanha em favor do operariado. Reis escreveu o "Manifesto" para a fundação da Sociedade

⁴⁶Hugo Mendes Borja Reis (1884-1934) nasceu em Valença, Rio de Janeiro, e faleceu em São Paulo. Depois de abandonar o jornalismo em Ponta Grossa, tornou-se funcionário público do Estado de São Paulo. Nessa época escrevia um jornal socialista, pois nunca abandonou esses ideais.

⁴⁷Fazendeiro, médico e político, foi eleito prefeito de Ponta Grossa no ano de 1917. Conforme a historiografia da cidade, sua gestão foi marcada pela abertura e melhoramento de ruas e pelo lançamento do imposto predial na cidade.

Operária de Ponta Grossa e publicou no jornal, assim como outras matérias referentes ao tema. Os médicos Francisco Búrzio e Flaviano I. da Silva, e o farmacêutico João Von Milasch logo aderiram à campanha e incentivaram outros a participarem, pois eles eram referência na sociedade local.⁴⁸

Logo em seguida surge uma grande polêmica em torno da construção da rede de água e esgoto na cidade (1913-1914), e o Diário dos Campos debate com "O Paraná", jornal fundado por alguns militares do 5.º Regimento de Infantaria que se opunham às idéias de Hugo Reis.

Em meio aos embates, Reis enfrentava sérias dificuldades financeiras com a sua empresa, mas o apoio de alguns amigos que anunciavam no jornal garantia a publicação do noticiário.

Hugo Reis fez do Diário também um porta-voz da doutrina espírita e seus editoriais conquistavam novos adeptos entre setores expressivos da sociedade ponta-grossense, mas também angariavam inimigos ferrenhos que o consideravam "propagandista de uma doutrina diabólica".

Outra situação de confronto se deu no período eleitoral para a sucessão do Prefeito Teodoro Rosas. Este determinou a criação de um semanário, "O Município", para a publicação dos atos oficiais já que o Diário dos Campos era jornal de oposição. O novo periódico passou a se chamar "A Vanguarda" e era dirigido por Abraão Glasser, que retornava às atividades jornalísticas.

⁴⁸Francisco Búrzio, Flaviano I. Silva e João Von Milasch eram figuras de grande destaque na sociedade ponta-grossense nas décadas iniciais do século XX. O médico italiano Francisco Búrzio chegou a Ponta Grossa nos primeiros anos do século e ficou conhecido como "médico do povo" por atender gratuitamente a população carente da cidade. Participou ativamente da criação da Santa Casa de Misericórdia em 1911 e se tornou uma referência na medicina local durante cerca de 40 anos. Militante, teve importante envolvimento na vida social e política da cidade, adquirindo grande respeito também por suas idéias e posições. Francisco Búrzio contribuiu na criação da Sociedade Operária de Ponta Grossa e apoiou o movimento grevista de 1917 na cidade. João Von Milasch, sérvio, farmacêutico e amigo inseparável de Francisco Búrzio, também conquistou o respeito da comunidade ponta-grossense por sua atuação como farmacêutico e laboratorista. Milasch participou igualmente da vida política local entre os anos de 1910 e 1930, defendendo o direito de organização e participação dos trabalhadores ponta-grossenses.

A POLÍTICA

"A Vanguarda" fiel ao seu programma, aguarda o dia em que a decisão superior, do eminente chefe, faça echo na vida pontagrossense. Virá amanhã uma commissão, composta dos distinctos senhores drs. Marins Camargo, Eurides Cunha, coroneis Ottoni Maciel e João Sampaio, com fins exclusivamente politicos, para tratar de harmonizar os varios interesses divergentes, e escolher de accordo com os nossos chefes politicos, o futuro candidato á prefeitura. Esperamos que os esforços não sejam baldados e que não haja enfraquecimento de um partido tão poderoso como é o nosso.⁴⁹

Em 1916 criou-se um impasse com a eleição do médico Abraão Glasser e do coronel Brasília Ribas.⁵⁰ O Governo Estadual resolveu a situação nomeando Brasília Ribas interventor municipal e marcando novas eleições para março de 1917.

Instala-se uma ciranda: Glasser vence e Ribas é seu substituto eventual. No período de 1920-1924 Brasília Ribas foi o Prefeito e o doutor Abraão Glasser, o substituto. Hugo Reis permanecia na oposição e o seu jornal continuava preterido pela administração municipal (HOLZMANN, 1966). Mas ele encontrava apoio em Jacob Holzmann, José Pedro Trindade, Rosalvo e Anésio Barros, João Dechandt, João Alves Pereira, Adelino Machado de Oliveira, Raul Gomes e muitos outros que exerceram papel significativo no cenário político e cultural da cidade.

Em 1921 Hugo Reis, apesar do apoio recebido, vendeu o "Diário dos Campos" à firma "Cadilhe e Cia. Ltda.", constituída por Eliseu de Campos Melo⁵¹, Vítor

⁴⁹JORNAL A VANGUARDA, n.45, 26 de abril de 1916.

⁵⁰Fazendeiro, ocupou interinamente o cargo de Prefeito Municipal entre 1916 e 1917 e foi um dos negociadores entre patrões e empregados ponta-grossenses durante a Greve de 1917 na cidade. Envolveu-se em conflitos com imigrantes "polacos" que trabalhavam ou eram vizinhos de suas terras.

⁵¹Nasceu em São Paulo em 1856 e faleceu no Rio de Janeiro em 1934. Filho de fazendeiros, estudou direito em Ouro Preto e fixou-se no Paraná para assumir o cargo de Juiz de Direito em Ibituva. Mais tarde veio para Ponta Grossa onde atuou como advogado, tornando-se proprietário de terras, pecuarista e madeireiro. Militou no Partido Republicano Conservador, foi Vereador e Deputado Estadual por duas legislaturas. Foi proprietário do Jornal Diário dos Campos e prefeito de Ponta Grossa.

Antonio Batista⁵² e José Cadilhe⁵³. O jornal passou a circular como matutino sob a direção de Toscano de Brito.

Quatro anos depois, Reis retomaria as atividades jornalísticas fundando o semanário "O Comércio", destinado às classes produtoras do Paraná. Contou com a colaboração de Anésio Barros e Raul Gomes, mais uma vez (HOLZMANN, 1966).

1.3.3 A modernidade local

O desenvolvimento cultural de Ponta Grossa está associado à importância estratégica de sua localização: entroncamento rodo-ferroviário do interior do Estado ligando as principais regiões econômicas e os centros políticos.

Decisivo mesmo para a vida da **cidade-encruzilhada** foi a inauguração da estrada de ferro, em plena revolução federalista. Aliás, o revolucionário Gumercindo Saraiva encontrou em Ponta Grossa um acolhimento muito cordial, pois estar nos Campos Gerais era como estar em casa, nos pampas riograndenses, cercado de gaúchos, comendo churrasco, tomando chimarrão e cavalgando pelos campos. Em 1894, os trilhos da estrada de ferro vindos de Paranaguá atingiam a cidade. Em 1899 inaugurou-se a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, com oficinas de manutenção em Ponta Grossa. Esta situação de entroncamento ferroviário fez com que Ponta Grossa entrasse no século XX com o pé direito. O progresso veio. Grandes engenhos de erva-mate, beneficiamento de couro e de madeira começaram a surgir. E olarias pois não havia tijolo que chegasse. Veio gente de fora atraída pela promessa dos bons negócios. (WANKE, 1964, p.76)

⁵²Nascido em Ponta Grossa, Vítor Antonio Batista (1880-1950) era filho de uma família de fazendeiros. Em sua gestão como Prefeito Municipal (1924-1928), construiu a Praça em frente da Estação Ferroviária, a Cadeia Pública e conseguiu a criação do Colégio Regente Feijó.

⁵³Paranaense de Antonina (1874), no início de sua vida trabalhou na Rede Ferroviária. Depois se dedicou ao jornalismo, militando na imprensa em Curitiba, Paranaguá e Ponta Grossa, onde foi redator e dirigiu o "Diário dos Campos". Ainda em Ponta Grossa, fundou o jornal "A Cidade" (1928) e foi secretário da Câmara Municipal. Autor de poemas nos moldes clássicos, cultivou em especial o soneto. Pertenceu à Academia Paranaense de Letras e, ao longo de sua vida, sempre esteve envolvido com questões políticas. Faleceu em Curitiba no ano de 1942.

Essa representação da cidade construída por Wanke⁵⁴ se repete em muitos textos e acaba incorporada no imaginário local. O significado da ferrovia para o crescimento urbano de Ponta Grossa é discutido por outros autores como o geógrafo Leonel B. Monastirsky, para quem a instalação do complexo ferroviário definiu a configuração da estrutura urbana da cidade. Entre 1893 e 1920, as instalações da rede ferroviária e linhas de acesso localizam-se ao longo da periferia da cidade. Esta cresceu ao longo dos trilhos e nas proximidades dos equipamentos da rede e aos poucos envolveu o pátio central incorporando-os ao centro da cidade. Ligados à ferrovia e às instalações da rede surgiram também alguns bairros como o de Oficinas, que reunia as instalações de conserto e manutenção de vagões, e o Cara-Cará, que se desenvolveu a partir da usina de tratamento de dormentes e da pequena estação de trens ali existentes (2001).

Na opinião do geógrafo, a ferrovia contribuiu para um rápido processo de modernização urbana em Ponta Grossa. Processo que se iniciou com a exploração da erva-mate e da madeira, e que, a partir de 1870, fora impulsionado pela chegada dos imigrantes. A estrada de ferro dinamizou as potencialidades comerciais decorrentes da localização estratégica da cidade. Ponta Grossa vinculada às tradições campeiras tornou-se pólo regional sob o signo do novo: a estrada de ferro, o imigrante estrangeiro, novos hábitos e costumes.

A ferrovia permitiu a Ponta Grossa uma maior integração à economia nacional e estimulou o estabelecimento de pequenas e médias empresas na cidade impulsionando seu crescimento econômico e urbano. Na década de 1930, considerada o auge da economia ponta-grossense, a cidade contava mais de 30.000 habitantes e um número expressivo de empresas ligadas ao comércio, à indústria e

⁵⁴Eno Theodoro Wanke nasceu em Ponta Grossa em 1929. Formou-se em Engenharia Civil em Curitiba e atuou na Petrobrás. Dedicou-se à literatura e participou de muitas entidades culturais. Sua obra ultrapassa 900 títulos – na maioria foram publicados em sua própria editora –, sendo muitos deles sobre Ponta Grossa e seus personagens. Faleceu no Rio de Janeiro no ano de 2001.

aos serviços. A ferrovia e as empresas atraíam trabalhadores principalmente da região sul do Paraná.

A relação da ferrovia com a cidade ultrapassa a formação de uma classe trabalhadora influente e a dinamização de alguns setores econômicos, pois esta trouxe mudanças culturais para a comunidade. Ponta Grossa desenvolveu certa infra-estrutura próxima à estação: hotéis, pensões, bares e restaurantes, lojas, além de instalações destinadas às cargas. A praça João Pessoa (Munhoz da Rocha até os anos 30), localizada em frente da Estação de Roxo de Rodrigues, tornou-se um espaço de convivência importante para a cidade.

A intensa urbanização vivenciada pela cidade no princípio do século XX resultou num considerável incremento das atividades industriais locais. Ao mesmo tempo, a "Nova Ponta Grossa", conforme denominação de Nestor Vítor (1996), exigia a adoção dos elementos característicos da modernidade capitalista. Principalmente em razão desse quadro, surgiram a necessidade e o desejo da implantação de um sistema de eletrificação na cidade. Sobre tal conjuntura, Silva relatou:

A pequena distância entre a invenção da lâmpada elétrica, por Thomas Edison em 1879, e as primeiras tentativas de implantar o serviço de iluminação elétrica em Ponta Grossa, em 1902, revelam o grau de integração da cidade com o mercado capitalista internacional. A Estrada de Ferro que a ligava a São Paulo e a Paranaguá trazia, além de passageiros e mercadorias, os novos fetiches do mundo capitalista, objetos que simbolizavam o que havia de mais moderno e dinâmico na sociedade ocidental. (SILVA, 2001, p.91).

O crescimento populacional de Ponta Grossa, o desenvolvimento industrial e a ampliação do uso da eletricidade tornavam o serviço de eletrificação indispensável.⁵⁵

⁵⁵O Prefeito Ernesto Guimarães Vilela contratou, pelo prazo de 20 anos, o serviço da empresa Conrado Ericksen Filho e Osório Guimarães em 1904. Em 1909 foi decretada a encampação dessa empresa pela Municipalidade. Assumiu a prestação desses serviços em Ponta Grossa a firma Martins & Carvalho, empresa que atuou entre 1909 e 1923. Nesse ano, foi vendida à Companhia Prada de Eletricidade que atuou no setor até 1973.

A dimensão dos benefícios gerados pela eletrificação na cidade é observada a partir de dados contidos no jornal "O Progresso". Cervejarias, cinemas, serrarias, carpintarias, torrefações, oficinas mecânicas, moinhos e fábricas de pregos, gelo, cigarros, caramelos, massas e frios etc., utilizavam-se da eletricidade. Assim como a ferrovia, o cinema e os automóveis, o sistema de eletrificação urbano simbolizou para Ponta Grossa sua definitiva inserção na modernidade capitalista.

Uma das transformações mais intensas pelas quais Ponta Grossa passou entre o final do século XIX e início do século XX, diz respeito a sua população. Não só ocorreu um crescimento considerável, como também o perfil populacional sofreu alterações.

A população ponta-grossense começou se modificar a partir da chegada das primeiras levas de imigrantes europeus, ocorrida no início da década de 1870, conforme relatam Pinto e Gonçalves: "Em novembro e dezembro de 1877 e julho, agosto e outubro de 1878, chegaram ao município de Ponta Grossa, 2.381 russos-alemães, dos quais 1.646, tinham mais de 10 anos; 461 entre 10 e 3 anos e 274 com menos de 3 anos de idade." (PINTO e GONÇALVES, 1983, p.76).

Os imigrantes russo-alemães que se estabeleceram em Ponta Grossa, formaram a colônia Otávio, reunião de vários núcleos instalados⁵⁶ com recursos repassados à província do Paraná pelo Ministério da Agricultura. Tratava-se, portanto, de processo de colonização oficial. Alguns historiadores afirmam que a venda das propriedades rurais para a formação da colônia foi um bom negócio pois

⁵⁶Os núcleos formadores da colônia Otávio eram os seguintes, de acordo com o relatório de 1880: Eurídice: 15 casas, uma para cada família, totalizando 62 pessoas; Moema: recebeu 35 famílias e 160 pessoas; Trindade: 30 famílias, 107 pessoas, 27 casas; Adelaide: 36 famílias, 173 pessoas; Floresta: 23 famílias, 65 pessoas; Taquari: 73 famílias, 314 pessoas, 33 casas; Guaraúna: 50 casas, 51 famílias, 133 pessoas; Guarauninha: 26 famílias, 133 pessoas; Tavares Bastos: 50 famílias, 192 pessoas, 35 casas; Tibagi: 32 famílias, cem pessoas; Dona Luiza: 21 casas, 27 famílias, mais de 100 pessoas; Uvaranas: 281 pessoas, 76 famílias, 50 casas; Rio Verde: apenas 30% dos imigrantes permaneceram; Santa Rita: 28 casas, 28 famílias, mais de 100 pessoas; Itaiacoca: 23 famílias, 192 casas; Santa Matilde: 24 casas; Botuquara: 16 casas, mais de 100 pessoas.

essas terras perdiam o valor "à medida que se esgotava o ciclo do tropeirismo, frente a concorrência aberta pela instalação das ferrovias" (PINTO e GONÇALVES, 1983, p.87) além do que não se pensava em agricultura intensiva para a região.

As dificuldades enfrentadas concorreram para mudar o rumo inicial da colonização. E muitos dos russo-alemães logo se deslocaram para a zona urbana. A concentração de investimento na atividade rural abria espaço para a inserção dos imigrantes em outros campos de trabalho. Assim, várias famílias que chegavam das estepes russas – como Justus, Hilgemberg, Albach etc. – ligaram-se ao comércio e à indústria ou mesmo adquiriram terras.⁵⁷

Essas atividades também foram exercidas pelo expressivo grupo de imigrantes de outras nacionalidades que se instalou na cidade. Dessa forma, os imigrantes e seus descendentes contribuíram efetivamente para o aumento numérico e para a inversão da taxa de urbanização em Ponta Grossa. Além disso, foram fundamentais para o processo de dinamização da vida social, cultural e política.

No campo cultural, é possível citar a atuação de figuras como Jacob Holzmann, russo-alemão, fundador do jornal O Progresso, da Banda Lira dos Campos e proprietário do Cine Renascença; José Hoffmann, filho de russo-alemães, proprietário do jornal Diário dos Campos durante três décadas; Paschoalino Provesiero, italiano, proprietário do Cine Teatro Sant'Anna.

Os imigrantes de origem alemã fixados em Ponta Grossa adotaram diversas estratégias no sentido de estreitar os laços culturais e fortalecer a identidade do grupo. A organização dos clubes foi uma delas. As atas de fundação do Clube Germania apontam nessa direção, pois os objetivos estão explicados assim: unir os alemães, praticar a assistência social, organizar atividades culturais e reforçar o uso do idioma alemão. Como a beneficência era uma das metas principais, os estatutos definiram a organização de caixas separadas – uma beneficente e outra para a

⁵⁷Esse fenômeno não é exclusivo da região dos Campos Gerais.

instituição. Em 29 de fevereiro de 1896, realizou-se a primeira assembléia do novo clube. Como a associação não possuía sede própria, seus membros reuniam-se na casa do presidente Henrique Thielen. Os critérios para admissão dos sócios eram bastante flexíveis: seria aceita qualquer pessoa honesta que fosse apresentada por dois sócios que por ela se responsabilizassem. Não havia restrição quanto à nacionalidade dos associados, e logo os brasileiros foram admitidos. Os estatutos proibiam discussões políticas e religiosas no clube. O Germania procurou incentivar as atividades culturais organizando uma biblioteca e um grupo de canto e realizando festas para motivar seus associados (LAVALLE, 1996).

Em 1906 inaugurava-se o primeiro cinema de Ponta Grossa, Cine Recreio, em uma velha casa no centro da cidade. Iniciativa de Augusto Canto, comerciante, essa casa de espetáculos permaneceu em atividade até 1911. Em outubro desse mesmo ano, surgia um novo cinema, o "Cine Teatro Renascença",⁵⁸ de propriedade de Jacob Holzmann.

...o novo teatro apresenta-se ao público em condições iguaes aos modernos cinemas, com alguns senões facilmente eliminados. Notamos a falta de ventiladores onde há frestas lateraes no edifício por onde possa penetrar e renovar-se constantemente o ar do interior. O corredor de sahida detraz da cabine do aparelho é muito estreito, assim como só tem uma porta e não duas como seria para desejar. Assim pensamos porque um caso de atropelo, bem possível, por qualquer circunstância, seria dificultada a sahida quer pelo tal corredor quer pela única escada. As fitas tiveram projeção na tela demonstrando a excellencia do aparelho. Foram exhibidas magníficos films de grande metragem que agradaram expectadores. A concorrência à 1.^a sessão foi regular e muito grande na 2.^a. Para terminar esta crítica ligeira devemos dizer que não é conveniente a parte musical antes de cada secção. Entendemos que ou vamos ouvir música, mas boa música, ou somente o cinema.⁵⁹

⁵⁸O "Rena", como era chamado, foi o primeiro cinema sonoro no Paraná (1927) e acompanhou o crescimento da cidade. Foi reformado em 1928, para permitir maior conforto ao público e teve ampliada sua capacidade de lotação de 800 para 1.300 lugares. Diário dos Campos, 1927.

⁵⁹O PROGRESSO, 03 de novembro de 1911.

Tal como na área cultural, também nas atividades econômicas, a inserção e o envolvimento dos imigrantes foram se fortalecendo. Estudos feitos pelo Governo do Paraná, como a Estatística Industrial de 1914, apontam que a indústria e o comércio de Ponta Grossa solidificaram-se vinculados a sobrenomes estrangeiros como Thielen, Gambassi, Schuleter, Kluppel, Motti, Mansani, Bühler, Krocawskay, Metzentin etc..

Os imigrantes e seus descendentes também estiveram presentes na fundação, em 1922, do Centro Comércio e Indústria (CCI), atual Associação Comercial, Cultural, Agrícola e Industrial de Ponta Grossa (ACCIPG). A entidade, que já naquele momento se propunha a defender os interesses dos empresários locais, tornou-se uma das mais representativas associações de classe de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. Entre os membros da primeira diretoria do CCI estavam figuras como Frederico Lange, Alcides Bittencourt, Augusto Justus, Michel Farhat, Domingos Pitella, Jorge Nasser, João Hoffmann, Eugenio Gambassi, Eduardo Klüppel, Evaldo Kossatz, Rodolpho Osternack, José Bach, Chede Buffara e Henrique Thielen, demonstrando a rápida incorporação dos imigrantes na dinâmica produtiva ponta-grossense.

O comércio foi uma das atividades a que os alemães e os russo-alemães mais se dedicaram em Ponta Grossa antes de 1930. Nessa época vários estabelecimentos surgiram na Avenida Vicente Machado: a Casa Hoffmann, as selarias de João Hatschback e de Julio Imthom, a Casa Osternack, a Casa Comercial dos Kossatz, entre outras.

Nas atividades industriais exercidas pelos alemães, merece destaque o fabrico de cerveja. Muitas fábricas de importância regional foram instaladas e posteriormente absorvidas pelas grandes indústrias de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Entre tais cervejarias destacou-se principalmente a Cervejaria Adriática. Fundada por Henrique Thielen, alemão que chegou a Ponta Grossa em 1896 depois de ter residido em Rio Negro e Curitiba e ter participado da Revolução Federalista na Lapa. Em Ponta Grossa, Thielen destacou-se como empresário e político. Eleito vereador várias vezes, exerceu a função de prefeito como substituto do titular. Foi também, a partir de 1926, cônsul da Áustria durante alguns anos.

Henrique Thielen pretendia ampliar seus negócios e melhorar a quantidade da cerveja que produzia, para isso, encaminhou seu filho Alberto para a Alemanha, com objetivo de aprimorar a técnica de cervejeiro. Este permaneceu na Europa entre 1913 e 1919. Quando retornou a Ponta Grossa assumiu a condição de sócio da indústria do pai. Alberto construiria tempos depois a Vila Hilda (1926). A casa simbolizava a prosperidade dos Thielen, um novo estilo, um novo espaço urbano, afastado das residências das famílias tradicionais, situadas no alto da colina.

Comenta Lavalle:

Uma lembrança que marcou a memória da cidade foram as carroças de entrega de cerveja e gelo da Cervejaria Adriática, que circularam na cidade até o início dos anos 50. Eram puxadas por cavalos 'pecheron', de porte avantajado, sendo recolhidos todas as tardes, após o término dos trabalhos, para a Chácara dos Thielen, localizada no Bairro de Olarias. Muitas vezes os blocos de fantasias do Clube Germânia participaram do carnaval de rua, desfilando no curso em plataformas montadas sobre esses carros da Cervejaria Adriática. (LAVALLE, 1996, p.153)

Em 1945 a Adriática foi vendida para a Companhia Antártica Paulista e seus edifícios, símbolos da arquitetura tradicional do início do século XX em Ponta Grossa, foram demolidos no início da década de 1990.

Thielen acumulou considerável riqueza e ganhou prestígio nos meios empresariais e políticos da região, tornando-se líder partidário na República Velha. Seu filho, Alberto Thielen, seguindo o mesmo caminho, foi militante do PSD⁶⁰ na década de 1930, elegendo-se vereador por esse partido em 1934.

Percebe-se aqui um deslocamento do centro de decisões políticas na cidade. Já no início do século XX o poder, até então monopolizado pelos membros da chamada "elite campeira", passou a ser compartilhado com um novo segmento,

⁶⁰Não confundir com a agremiação homônima fundada sob influência de Getúlio Vargas no final do Estado Novo. O PSD (Partido Social Democrata) em questão era um partido regional com grande penetração nos meios políticos ponta-grossenses na República Velha e no início da década de 1930.

composto por imigrantes que chegaram à cidade e ganharam espaço a partir das atividades que desenvolveram.

A convivência entre os nacionais e os estrangeiros envolve uma multiplicidade de experiências decorrentes do momento histórico e das características próprias de cada grupo.

1.3.4 A "Cidade Civilizada"

Todos esses novos elementos levaram o Diário dos Campos a caracterizar Ponta Grossa como "cidade civilizada". Do ponto de vista urbanístico e arquitetônico ocorreram mudanças decisivas. As antigas casas coloniais, então predominantes na cidade, foram substituídas por outras de arquitetura eclética, feitas de tijolos e com platibandas ornadas. Mais do que o predomínio de um novo estilo arquitetônico, tratava-se do estabelecimento de uma nova forma de viver, inspirada em ritmos e comportamentos essencialmente urbanos.

O poder público local, mesmo originariamente vinculado aos setores das chamadas elites campeiras, mostrou-se atento a essa realidade e tratou de adequar a infra-estrutura urbana ponta-grossense aos novos tempos. As avenidas centrais foram alinhadas, alargadas e calçadas. Abriram-se novas ruas, e a cidade avançou em direção ao que posteriormente se tornariam seus três principais eixos tentaculares e radiais – Nova Rússia, Oficinas e Uvaranas.

O embelezamento urbano tornou-se então uma das preocupações municipais. Praças, jardins, largos e canteiros espalharam-se pelo centro de Ponta Grossa. Sobre esse novo modelo de cidade, Chaves comenta:

Seguindo os padrões do formalismo geométrico francês do século XVIII, semelhante ao usado por Haussmann quando da reforma urbana em Paris no século XIX, Ponta Grossa passou a contar, principalmente na sua região central, com ruas longas, retas, calçadas, iluminadas e simétricas. Todas elas possuíam 'calçadas' ou 'passeios' que delimitavam espaços entre pedestres, bicicletas, carroças e, sobretudo os recém chegados automóveis. (CHAVES, 2002, p.21)

A Rua XV de Novembro, localizada no centro da cidade, configurou-se num espaço de lazer público e espontâneo. Certamente, a "XV" constituiu-se no local que melhor simbolizou esse processo de modernização estabelecido em Ponta Grossa, transformando-se em uma referência à população local, com bares, cafés, cinemas, teatros e casas comerciais, elementos representativos da modernidade.

O "*footing* da XV", que ocorria nos finais de semana, tornou-se uma das práticas mais comuns à identidade ponta-grossense na primeira metade do século XX. Em determinado momento, o fluxo de pessoas que o praticavam era tão intenso que o Diário dos Campos, num esforço de normatizar a atividade, chegou a publicar notas de leitores descontentes:

Sabendo que esse conceituado matutino mantém uma seção para registrar as reclamações do povo, peço inserir na mesma a presente carta.

Não é uma reclamação às autoridades que venho fazer: é uma reclamação do povo para o povo.

Refiro-me ao mau gesto com que os moços e as senhoritas da Princesa dos Campos deram para fazer o 'footing' dominical na rua 15 de Novembro. Outrora costumava-se passear da esquina da rua 7 de setembro até a esquina da avenida Augusto Ribas. Menor era o numero de passeiantes e maior era o espaço para essas elegantes caminhadas. Este trajecto foi se restringindo pouco a pouco até que, hoje, é compreendido somente na quadra situada entre as ruas Sant'Anna e Engenheiro Schamber!

Centenas, às vezes milhares de pessoas máxime aos domingos, fazem o 'footing' nesse trecho. 'Footing'? não é bem isso. É uma compressão de enorme massa num único bloco... É um 'marcar de passos', com esbarrões, pisadellas, tudo!...⁶¹

Para resolver essa questão, o prefeito Albary Guimarães decidiu "criar" um novo espaço para essa concorrida atividade. Dessa forma, em 1938 a Praça Barão do Rio Branco, até então desprovida de elementos da modernidade urbana, foi completamente reformada e adaptada para servir como palco reservado ao *footing*. Essa transferência de local não obteve o resultado esperado pois o "*footing da XV*"

⁶¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de maio de 1933.

era resultado da tradição e se inseria no conjunto das práticas simbólicas próprias à Ponta Grossa na primeira metade do século passado.

Entre 1920-1945 a cidade se firmou como pólo regional no Paraná, exercendo grande influência na sua área geo-econômica. Ocupou a posição de segunda cidade do Estado, contando com 38.417 habitantes (Censo de 1940), dos quais 74,5% fixados no meio urbano.⁶² A cidade apresentava um cenário moderno no que se refere às construções públicas ou privadas, e sua posição de destaque se concretiza com a criação do Bispado em 1926, cuja diocese compreendia doze paróquias.

De acordo com o relatório do prefeito Albary Guimarães, que administrou a cidade de 1934 a 1944, verificaram-se transformações evidenciadas por dados, tais como o aumento dos investimentos em educação, ampliação dos edifícios públicos, melhorias na saúde e no saneamento, reforma de logradouros, reordenação do quadro urbano, ampliação do serviço de iluminação pública, melhorias no sistema viário etc.

Com efeito, a coluna Problemas Citadinos do "Diário dos Campos", que circulou entre 1937 e 1938, registra o "acentuado esforço da Municipalidade no sentido de tornar mais moderna ainda a nossa terra e de dotá-la de todas as inovações que o urbanismo impõe". Mas como havia surgido para abordar "todos os problemas da cidade" e indicar "a maneira pela qual o nosso laborioso povo poderá, de modo eficiente, colaborar com a Municipalidade na cruzada de defender o patrimônio cultural e urbano da querida Princesa dos Campos", o colunista em tom indignado denuncia o vandalismo:

É triste mas é a pura verdade: esse banco [de praça] teve todo seu revestimento quebrado a martelo!

É preciso que espetáculo dessa natureza jamais seja registrado, afim de que possamos conservar aquilo que tanto nos custou a conquistar: a fama de ser o povo de Ponta Grossa um dos mais cultos entre os que mais o forem.⁶³

⁶²Segundo o Censo de 1940, Ponta Grossa era a cidade paranaense com a maior taxa de urbanização, superando inclusive a capital do Estado, Curitiba, que possuía uma taxa de urbanização de 50%.

⁶³DIÁRIO DOS CAMPOS, Problemas citadinos I, 27 de outubro de 1937.

As melhorias urbanas realçavam também as contradições de uma cidade em desenvolvimento. Era preciso, então, regular o comportamento da população mediante um veículo de comunicação de massa para que a cidade não perdesse "aspectos que a tornam evidentemente, a jóia mais valiosa incrustada em nosso querido Paraná".⁶⁴

Uma outra crônica enumera as qualidades da cidade que acabam por atrair mais investimentos e pessoas.

Ponta Grossa é cidade que, pela sua situação, pela sua altitude, goza de raros privilégios sobre outras tantas localidades não do Estado, como do paiz. Clima ameno..., excelentes estabelecimentos de ensino..., vida relativamente barata..., admirável ordem pública..., povo lhano e hospitaleiro..., higiene e limpeza pública impecável... [Por isso] homens laboriosos têm escolhido Ponta Grossa... para fixar suas residências.⁶⁵

O crescimento ponta-grossense nas primeiras décadas do século XX se inscreve num contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização que favorece, sobretudo, as regiões Sudeste e Sul do país. Esse desenvolvimento resulta de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria prima disponível e barata, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos.

Nesse quadro, outras cidades brasileiras vivenciaram um processo de desenvolvimento semelhante ao constatado em Ponta Grossa.

Paralelamente à crise das regiões agrícolas de culturas tradicionais, as regiões economicamente com melhor desempenho atraem contingentes populacionais marginalizados pela manutenção da estrutura latifundiária. Se uma parte dessa população migra para o campo, uma outra parte sente-se atraída pelas cidades. Entre estas aquelas que são capitais regionais ou que representam etapas importantes "dos corredores de exportação" são as que mais atraem pela perspectiva de emprego que podem oferecer. (MONTEIRO, 1996, p.244)

⁶⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, Problemas citadinos II, 28 de outubro de 1937.

⁶⁵DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de fevereiro de 1937.

No recenseamento de 1950, Ponta Grossa aparece como segundo centro populacional do Estado, com 80% da população localizada no meio urbano e 20% na zona rural.

As indústrias de transformação constituíam o principal ramo de atividade da população local destacando-se a da madeira que alcançou, em 1949, 39% do valor das demais. São 122 estabelecimentos industriais ocupando 2.940 pessoas, das quais 2.402 eram operários. Também a prestação de serviços aparece como uma importante atividade econômica do município, contando com 344 estabelecimentos e envolvendo 1.056 pessoas das quais 413 são operários.

Quanto à instrução pública, o recenseamento geral de 1950 revela que em Ponta Grossa 77% das pessoas com mais de 10 anos de idade eram alfabetizadas. Posição privilegiada, pois em todo o Paraná o índice da época era de 51%.

Um boletim publicado pela Liga Desportiva de Ponta Grossa, datado em 1952, apresenta alguns indicativos a respeito do desenvolvimento cultural encontrado na cidade, tais como: 6 jornais, 3 boletins, 3 cinemas, 13 associações literárias, 27 bibliotecas (particulares e públicas), 60 estabelecimentos de ensino primário, 12 de ensino secundário e 2 de ensino superior – a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras e a de Farmácia e Odontologia.

O desenvolvimento constatado permitiu à "cidade-encruzilhada" projetar o sonho de tornar-se um centro cultural, com a consolidação de sua instituição de ensino superior.

Desde que foi criada a Freguesia de Sant'Ana, os moradores vinham insistindo junto às autoridades, no sentido de ser criada uma escola pública no florescente povoado.

(...) Apontamentos coligidos pelo saudoso jornalista e escritor Daily Luiz Wambier informam que somente em 1869 surgiu o primeiro colégio ou escola em Ponta Grossa, que funcionou em caráter particular, fundado e dirigido pelo Dr. Agostinho Martins Collares, que viera de São Paulo em 1865, nomeado Juiz Municipal.

Em 1895, na sua plataforma de governo, o Prefeito Balduino D'Almeida Taques, prometia: "construir uma escola à altura do progresso de Ponta Grossa, com o material oriundo da demolição do mercado antigo. Afirma a tradição oral que essa

escola prometida se concretizou no Grupo Escolar " Senador Corrêa", cujo velho edifício está sendo substituído pelo moderno prédio dos nossos dias.

(...) Através dos anos os estabelecimentos de ensino, institutos públicos e particulares, os centros de cultura, os de arte, em toda as suas expressões, vieram preparando o terreno onde a tradição cultural do nosso povo floresceu exuberante e fecunda na sementeira plantada carinhosamente pelos mestres ilustres de muitas gerações, quais pomicultores do intelecto na missão sublime de produzir frutos sazonados com que se haveriam de nutrir as populações que no roteiro da história princesina forjaram seu progresso.

(...) Esse lastro cultural e o índice de civilização alcançado pela nossa gente, aliados à condição privilegiada de centro de importante região geo-econômica, cuja influência sempre se fez sentir em todo o interior do Estado, há muito tempo ensejaram a Ponta Grossa clima favorável ao ingresso no estágio universitário, conquista suprema de qualquer comunidade no setor de ensino.

Data de 1937 a primeira tentativa de instalar uma unidade de ensino superior, em nossa cidade. Graças à influência do então Prefeito Municipal, Sr. Albary Guimarães, e o movimento reivindicatório dos intelectuais e classe estudantil, o então Interventor Manoel Ribas, de honrosa e saudosa memória, criou em Ponta Grossa uma Faculdade de Farmácia e Odontologia, que nasceu sob as melhores auspícios, e contando com Corpo Docente de alto gabarito, instalada no antigo edifício da Praça Marechal Floriano Peixoto, onde até pouco funcionava o Centro de Saúde.

Contudo, circunstâncias adversas e injunções de várias naturezas invalidaram o esforço comum, pois quando se preparava para formar sua primeira turma de farmacêuticos e dentistas, a faculdade foi fechada por falta de reconhecimento do então Ministério da Educação e Saúde.

Mas, a semente lançada em terreno fértil e adubada pelo espírito idealístico germinaria mais tarde, com a criação e instalação da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras, hoje de tão gloriosas tradições. O feito data de 1951 e foi estabelecimento pioneiro que abriu a trilha gloriosa e nobre por onde hoje se desenvolvem as raízes da nossa futura Universidade.

(...) E com esta conquista estaremos concretizando aquele ideal dos pioneiros, quando nos primórdios da cidade sonhavam com a instalação de uma escola primária, certos de que somente a cultura do nosso povo poderia oferecer-nos condições reais para o progresso e para a civilização. (VIEIRA, 1967, p.51)

Nada melhor que o cronista para retratar com nitidez a visão de setores da comunidade sobre as razões e necessidades de se criarem instituições de ensino

superior em Ponta Grossa. A importância regional da cidade, seu apego à educação, as implicações políticas, a exaltação de certas lideranças aparecem com clareza no texto. Percebe-se que havia por parte da elite local um desejo e um interesse em consolidar o prestígio da cidade na esfera cultural. O CCEC (1948) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1951) são fundados nesse momento. E Guaracy Paraná Vieira⁶⁶ foi hábil em traduzir esses anseios.

Os temas que límpidamente brotavam da pena do cronista, com uma facilidade invejável e um manejo poético e sensível das palavras e das imagens abrangiam uma gama de extraordinária amplitude. A política estava sempre presente, assim como a arte e as novidades do progresso e do conhecimento. Os eventos sociais... os casamentos e os jubileus... as festas e as celebrações... as vitórias... (ZAN, 1993, p.5)

Enfim, a crônica de Vieira revela o imaginário da elite local sobre Ponta Grossa.

Nas décadas de 1930 a 1950, o Paraná vivia a expansão de suas fronteiras com a ocupação efetiva ao norte e sudoeste de seu território.⁶⁷ À medida que o norte do Paraná assumia uma posição de destaque no contexto econômico estadual,

⁶⁶Guaracy Paraná Vieira nasceu em Paulo Frontim (PR) em 1918 e veio para Ponta Grossa no final da década de 1930. Autodidata, ficou conhecido como Vieira Filho autor de "Perfis da Cidade", crônicas publicadas nos jornais locais e lidas diariamente na Rádio Clube Pontagrossense e depois na Rádio Difusora, por mais de trinta anos.

⁶⁷A grande colonização do norte do Paraná ocorreu na década de 1930 controlada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, de capital inglês, quando surgiram inúmeras cidades planejadas próximas umas das outras "formando um verdadeiro colar": Londrina, Cambé, Araongas, Apucarana, Maringá e outras. A região tornou-se um grande centro de atração para as migrações internas (paulistas, mineiros, nordestinos, catarinenses etc.), com a terra roxa e o café que lhe trouxeram riqueza e importância política (WACHOWICZ, 1972).

Em estudos mais recentes sobre a região norte do Estado aparecem outras interpretações. Tomazi (1997) procura demonstrar como o discurso "Norte do Paraná" foi construído e os silêncios que se estabeleceram nesse processo. A imagem da ocupação ordeira e pacífica é desmitificada, velhos atores representam outros papéis e novos entram em cena. Em sua visão, esse território foi (re)ocupado e estruturado com base nas relações e pressupostos capitalistas. Fenômenos como a violência e a exclusão são elementos presentes e constitutivos da (re)ocupação dessas terras atingindo principalmente o indígena e o caboclo.

alterava-se o jogo político e o Paraná Tradicional perdia espaço. Cidades como Ponta Grossa são afetadas pela nova conjuntura.

Ainda assim, a dinâmica sociocultural ponta-grossense mantém o mesmo ritmo nos anos 50. A cidade contava com três cinemas: o antigo Renascença, o Império e o Ópera. O Cine Império localizado na Praça Barão do Rio Branco, com capacidade para 1.100 pessoas, era o mais popular deles e exibia faroestes, dramalhões mexicanos, seriados policiais e filmes nacionais. Esta programação era exibida na seção "pão duro",⁶⁸ que começava às 20 horas e se estendia até a madrugada.

O Cine Teatro Ópera inaugurado em 1950, contava com 1.400 lugares e decoração sofisticada. Tornou-se o preferido do público, principalmente na sessão das 19h30 aos domingos. Por meio desses três cinemas a juventude ponta-grossense tinha acesso aos modismos e costumes americanos e europeus e procurava imitá-los nos trajés, nos penteados e nas atitudes.

A tradição musical permaneceu com as bandas e orquestras, e principalmente pela criação da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI). Fundada primeiramente em Curitiba em 1940, a SCABI instalou-se em Ponta Grossa no ano de 1949 e foi assim anunciada:

Será realizada hoje, no Clube Guaíra, gentilmente cedido a primeira reunião, em nossa cidade, da filial da Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê. O Dr. Adam Polan Kossbudzki, e sua exma esposa, D. Zelina Kossbudzki, patrocinam entre nós esse movimento artístico cultural. Por nosso intermédio, o Dr. A. P. Kossbudzki, solicita o comparecimento dos interessados no desenvolvimento artístico em nossa cidade, no clube Guaíra às 20 hs. Estamos certos que será, grande o número de pessoas que comparecerão a essa, útil reunião, para que Ponta Grossa possa contar dentro em breve com a presença de grandes artistas, que além de nos proporcionarem belos espetáculos, incentivarão o desenvolvimento da arte entre nós.⁶⁹

⁶⁸Nessa sessão o ingresso era mais barato, e se exibiam no mínimo três filmes.

⁶⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 de setembro de 1949.

A SCABI promovia espetáculos periódicos, nos clubes sociais de Ponta Grossa por não contar com sede própria. O público era seletivo e o número de sócios se ampliou rapidamente. Esta Sociedade atuou até os anos 60; após um breve intervalo, retomou suas atividades no ano de 1972, para, poucos anos depois, deixar de existir.

Quanto à literatura, em seus estudos sobre a poesia ponta-grossense, Florenzano (2001) destaca três momentos distintos. O primeiro refere-se às décadas iniciais do século XX, quando a literatura seguia a linha tradicional, adotava os cânones do século XIX e expressava-se em formas convencionais. O soneto era predominante na poesia. Dessa tradição, afastou-se Anita Philipowski.

Um segundo momento iniciou-se em 1928, quando Brasil Pinheiro Machado publicou no Diário dos Campos seus versos chamados "Os quatro poemas", em que a influência do grupo antropofágico é evidente. Obras e publicações em periódicos locais demonstram, porém, que a tradição se manteve nas letras ponta-grossenses.

Durante a década de 1950 mudanças decisivas nas tendências literárias da cidade aconteceram principalmente pela influência de Bruno Enei. Nascido em São Paulo, passou grande parte de sua vida na Itália e ao retornar ao Brasil fixou residência em Ponta Grossa onde exerceu o magistério. Graças às iniciativas de Enei, subverte-se o tradicionalismo cultural e literário entre os jovens ponta-grossenses. Subversão essa, contudo, que não chegou a significar uma ruptura radical com o soneto.

Nos anos 50 o Jornal da Manhã e o Diário dos Campos abordam diversas temáticas, revelam as aspirações e os problemas da cidade: a busca da industrialização, a presença desconfortável de mendigos e cães vadios nas ruas, os pedidos de uma biblioteca pública municipal, os esforços para tornar-se um centro universitário, a luta pela retomada do prestígio político no Estado. Enfim, em diferentes textos a região e a cidade são apresentadas na complexidade de sua construção sócio-histórica que envolve a relação campo-cidade, arcaico-moderno,

ruptura-permanência. Pode-se então perceber os diferentes projetos que coexistiram na cidade, tais como o da elite campeira, dos ervateiros, dos anarquistas, dos comunistas, dos livre-pensadores, dos anticlericais, dos maçons, dos socialistas etc.

Nessa sociedade plural conviveram também diferentes imaginários: o da cidade tradicional e conservadora; o da cidade ordeira, pacífica e laboriosa; o da cidade moderna, pujante, movimentada e o da cidade cívica e civilizada. Em 1952, o *Correio dos Ferroviários* reforça esses imaginários constitutivos da identidade pontagrossense:

O que constitui motivo de orgulho para os pontagrossenses é o fato de jamais terem traído a causa que abraçaram.

Em qualquer parte do país onde se encontre um filho de Ponta Grossa vê-se que nele está a chama viva do civismo, pronta a explodir ao menor contato.

Não há povo, porém, que se entenda melhor. Vive numa completa harmonia de pontos de vista e é esta, talvez, a causa que a bela Princesa dos Campos, dia a dia, progride...

Sempre que se fala na Lapa, a Legendária, eu me orgulho de ser lapeano, quando, porém, se fala na Capital Cívica do Paraná, eu me envaideço de ser pontagrossense, de coração.⁷⁰

E foi cenário para o Movimento Integralista, que aí encontrou ambiente propício para seu desenvolvimento na década de 1930 e para sua reestruturação nos anos 50.

A constituição desse processo identitário pode ser considerada eco do movimento Paranista. Este movimento surge no início do século XX em uma Curitiba que vive a efervescência cultural propiciada pelo surto econômico da erva-mate e, acima de tudo, em uma época que carecia de novas representações políticas e tradições regionais, já que desaparecera a figura do Imperador que congregava em torno de si a Nação e se construía novas identidades.

⁷⁰CORRÊIO DOS FERROVIÁRIOS. Rede de Viação Paraná Santa Catarina, Ponta Grossa, p.29-30, fev. 1952.

O Paraná, após perder parte de seu território para Santa Catarina na Guerra do Contestado, com mais de 2/3 do seu território desocupado, procurava incentivar a imigração e, principalmente, integrar a construção de uma unidade territorial. Os debates com Santa Catarina pela posse territorial da área do contestado teve saldo positivo: os catarinenses debruçaram-se vigorosamente sobre a história regional para justificar a posse das terras perdidas pelos paranaenses.

Era preciso "inventar as tradições", criar a identidade paranaense. Este era o objetivo do Movimento Paranista. A primeira preocupação foi a problemática decorrente da multiplicidade étnica, que necessitava incorporar toda a heterogeneidade presente no Estado para o projeto de construção da identidade cultural. Por isso o movimento se chamou Paranista. Seu principal líder, Romário Martins, justificava que o termo teria nascido de forma espontânea no norte do Estado, onde o poeta Domingos Nascimento teria ido e a população local, majoritariamente paulista, o chamava de "parnista" ao invés de paranaense, em clara analogia ao termo nativista de sua terra de origem, no caso, paulista.

Dessa forma, os paranaenses se dedicaram à construção de um novo Paraná, sem enfrentamentos com o governo central, objetivando contribuir para a consolidação republicana. Pretendia-se construir a idéia de um estado cujas bases seriam o progresso, a ordem e a civilização, um local privilegiado e atraente, com um futuro promissor.

Existente já no século XIX, a ideologia paranista teve em Romário seu principal sistematizador e divulgador no início do século XX.

Pode-se depreender dos textos paranistas o desejo de legitimação da cidade como espaço e momento para a realização do ideário burguês de civilização e progresso. Esta literatura buscou a recuperação de um sentimento de amor à terra paranaense, e, acima de tudo, uma identificação da população com o mesmo.

O pinheiro do Paraná, a gralha azul, a estátua feita pelo artista João Zaco Paraná – o Semeador –, imagens ligadas à natureza e à pujança de seu potencial,

simbolicamente remetiam à idéia de que semeador poderia ser qualquer um, aquele que semeia a cultura, as artes, as fábricas, o solo, a justiça, todos aqueles que deixaram sua semente na construção de um Paraná melhor.

São imagens símbolos e representações que, em seu caráter ufanista, podem ser encontradas em todo o Paraná. Especialmente em Ponta Grossa, o tom ufanista ainda é percebido nas crônicas do Jornal em diferentes momentos até meados do século XX.⁷¹

⁷¹Conforme Lopes Pereira (1996, p.273-292); Szesz (1996, p.293-323) e Zulian (1998)

"VERDE, QUE TE QUERO VERDE": O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS



FOTO BIANCHI. Acervo de Carmencita de Holleben Mello Ditzel.

CAPÍTULO 2

"VERDE, QUE TE QUERO VERDE": O INTEGRALISMO NOS CAMPOS GERAIS

As produções do imaginário tomam forma e se materializam nas instituições e nas práticas, mas são tratadas em proveito da ordem social e do poder que a guarda. O arranjo das situações públicas inscreve-se em um espetáculo onde o ritual mais rigoroso pode coexistir com a improvisação mais desenfreada.
(Georges Balandier)

A trajetória do Integralismo como movimento político-cultural a partir da fundação da AIB (1932) até a consolidação do PRP (1955) constitui o núcleo de discussão deste capítulo. A análise está centrada nos projetos e imaginários que disputaram espaço durante esse período, especialmente em Ponta Grossa, cidade pólo dos Campos Gerais marcada por um processo de modernização conservadora e pela permanência da elite campeira no poder.

Ao refletir sobre os anos 30, Alcir Lenharo utiliza como fundamento o texto "Massa e Poder" de Elias Canetti, para afirmar: "a ordem é o retrato vivo de um quadro cristalizado de relações de poder que reverte incessantemente no seu próprio crescimento" (LENHARO, 1986, p.199). A ordem aparece como algo que sempre existiu e, portanto, aceita com naturalidade. O imaginário da ordem nos anos 30, presente entre varguistas e integralistas, permeava a organização sociopolítica em diferentes níveis, e foi associado à militarização do corpo. O soldado-modelo passa a ser o exemplo de comportamento para os trabalhadores e para o cidadão comum. Essas idéias estão presentes no discurso de Vargas dirigido aos imigrantes alemães de Santa Catarina: "Nos países novos às forças militares cabe alta função educadora e nacionalizadora. Pelos quartéis passam todos os anos, milhares de jovens que aprendem a servir o Brasil." (LENHARO, 1986, p.201).

Servir a pátria, nessa construção, significava manter a ordem e os poderes constituídos, defender a Nação, compreender o trabalho como força geradora do progresso, exaltar a disciplina corporativa, partidária, sindical, religiosa. Desta forma, constituiu-se um conjunto de valores comuns a toda sociedade, independente de opção político-ideológica.

Lenharo sugere que o Estado Novo se apresenta como legítimo representante das aspirações da sociedade brasileira:

Vem do Estado a única voz que fala em nome de todos os brasileiros. O homem comum, o cavalheiro dos salões, o homem e a mulher do campo, o operário, o comerciante, são descaracterizados socialmente para serem recuperados na perspectiva de uma identidade que a organicidade na nação engendrara através da harmonia social já alcançada. (LENHARO, 1986, p.35)

Nessa visão, o regime e os movimentos autoritários e totalitários do período procuram diluir os conflitos de classe, os regionalismos e as pluralidades, dando lugar à concepção de unidade social, o povo brasileiro.

Boris Fausto identifica em sua análise que, no Brasil, projetos autoritários estão presentes desde as primeiras décadas do século XX, muitas vezes defendendo princípios comuns a um leque de correntes doutrinárias, como o autoritarismo, a repulsa ao individualismo e a relevância do papel do Estado na organização da sociedade (FAUSTO, 2001).

Desse leque faz parte o Integralismo, que teve "vida ruidosa", mas efêmera, cuja atuação foi cercada pelo catolicismo conservador e o Estado autoritário. No entanto, o Estado Novo foi que representou o apogeu do amplo grupo de ideólogos autoritários e o seu final, ainda que tivesse trazido a desvalorização do pensamento autoritário, não significou a extinção de seus princípios.

Na Quarta República (1946-1964), o governo encontrou no processo eleitoral uma fórmula de segurança para manter o povo razoavelmente convencido de que estava participando do processo político. Defendia-se a idéia de que todos os

problemas se resolveriam pelas eleições, independente de mudanças estruturais. Os vários pleitos mantinham um grau de efervescência que alimentava essa idéia de mudança. No final desse período, ficava claro que o simples jogo eleitoral acabaria se esgotando sem cumprir o papel de mudar os destinos do país.⁷²

Escrever a história significa atribuir ao tempo a sua fisionomia. A partir dessa lição de Walter Benjamin, alguns historiadores brasileiros procuram caracterizar os anos 50 no país como um período que se iniciou sem grandes expectativas de mudança e em que o passado parecia insistir em permanecer.

Na política internacional instalara-se a Guerra Fria, acirrando os conflitos entre conservadores e progressistas. No Vaticano, o Papa Pio XII simbolizava o espírito da conservação, reforçando a idéia de que a Igreja não seria abalada por eventuais sobressaltos. No plano nacional, a maioria da população continuava no meio rural, Vargas iniciava a década como Presidente eleito, o rádio atingia seu apogeu e os estabelecimentos católicos de ensino ainda preferiam manter separados meninos e meninas.

Esse cenário se alterou a partir de meados dessa década: a Revolução Cubana, o pontificado de João XXIII, a morte de Stalin e a ascensão de Kruchev; o suicídio de Vargas, um certo deslocamento para a esquerda na juventude católica brasileira, a expansão do consumo, a popularização da televisão, a implantação da indústria automobilística e cinematográfica, sinalizavam novos tempos.

⁷²A esse respeito ver as obras: História dos intelectuais nos anos cinqüenta, de Leandro Konder, in Historiografia brasileira em perspectiva, de Marcos Cezar Freitas, São Paulo: Contexto, 1998; Educação, Estado e Poder, de Fábio Konder Comparato, São Paulo: Brasiliense, 1988; O Brasil de 1946 a 1964, de Edgar Luiz de Barros, Campinas: Atual, 1988; História do Brasil, de Boris Fausto, São Paulo: Edusp, 1995. As informações apresentadas foram obtidas nestes textos.

2.1 1930: Velhos e Novos Projetos

Lembrei-me que, se anotasse diariamente, com lealdade e sinceridade, os fatos de minha vida como quem escreve apenas para si mesmo, e não para o público, teria aí um largo repositório de fatos a examinar e uma lição contínua da experiência a consultar. Não o fiz durante a minha mocidade...

Lembrei-me disso hoje, dia da Revolução... Que nos reservará o futuro incerto neste lance aventureiro?
(Getúlio Vargas)

Durante a década de 1930, o mundo conviveu com diferentes manifestações e expressões do pensamento autoritário. O declínio do projeto liberal democrático, entre outros fatores, propiciou a ascensão de partidos, movimentos e governos com forte apelo junto aos imaginários sociais por se apresentarem como solução dos problemas deixados pela liberal democracia, sobretudo após 1929.

No Brasil, essa década foi igualmente marcada pelo movimento revolucionário, ao mesmo tempo em que assinalou o amadurecimento dos brasileiros pelas coisas do país.

A Revolução de 30, grande catalisador dessa efervescência político-cultural, é vista e caracterizada diferentemente por historiadores e outros cientistas sociais: Nelson Werneck Sodré e Wanderley Guilherme defendem que este movimento expressa a ascensão da burguesia industrial à dominação política; Boris Fausto se contrapõe à idéia anterior e interpreta o movimento como uma realização dos setores dissidentes da oligarquia aliados aos militares, o resultado disso foi o estabelecimento de um "estado de compromisso" entre diversas forças políticas; Virgílio Santa Rosa, Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe entendem 30 como Revolução das classes médias e/ou como continuidade dos movimentos militares da década de 1920; Edgar de Decca e Ítalo Tronca abordam o movimento sob a ótica dos vencidos procurando desvelar o processo de ocultação da dominação presente

na historiografia, e Luciano Martins analisa a Revolução de 30 como episódio de um processo amplo iniciado nos anos 20 e que se conclui no Estado Novo. Questiona seu estabelecimento como marco historiográfico destacado por muitos autores.

Ainda nessa década a literatura adquiriu dimensão nacional definitiva passando a apresentar as regiões como partes subordinadas a um todo, e a palavra nacionalismo foi mais do que nunca um rótulo usado pelas concepções tradicionalistas e conservadoras, as de cunho autoritário (Azevedo Amaral, Oliveira Vianna) ou francamente fascistas (Otávio de Faria, Plínio Salgado), que culminaram no Estado Novo.⁷³

Um jornalista e político nordestino, exilado em 30, fortemente influenciado por Franz Boas, sacode o Brasil ao publicar *Casa Grande e Senzala* (1933). "...o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e ao negro, sobretudo se pensamos no prestígio de um escritor como Oliveira Vianna e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológica ao nazismo" (LEITE, 1969, p.270). O impacto renovador da tese culturalista de Gilberto Freyre não impediu que, algum tempo depois, sua interpretação do Brasil parecesse datada e anacrônica.

No terreno estritamente cultural, ampliaram-se os mecanismos de transmissão do saber com o estímulo à adoção de livros didáticos de autores nacionais no ensino secundário; à fundação de escolas superiores de estudos sociais, filosóficos e literários; à fundação de universidades não vinculadas imediatamente à formação profissional e a edição da "Brasília", o maior acervo sistemático de conhecimento até então sobre o país.

No período correspondente ao Estado Novo, a educação é cada vez mais entendida como fator importante para o desenvolvimento nacional, enquanto

⁷³A respeito desses temas, ver: Capanema: o ministro e seu ministério, de Angela Castro Gomes, Rio de Janeiro: FGV, 2000; Questão Nacional na Primeira República, de Lucia Lippi de Oliveira, In *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*, de Helena C. De Lorenzo e Wilma P. da Costa (org.), São Paulo: EdUNESP, 1997; Sociedade e Cultura, de Renato Ortiz, In *Brasil: um século de transformações*, de Ignacy Sachs et al. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

arrefecem as lutas ideológicas em torno das questões educacionais. Ao mesmo tempo, estabeleceu-se um novo padrão de relações políticas entre o poder federal e os estados, e se consolidou um novo estilo de participação que prescindia das agremiações partidárias tradicionais.

O "varguismo" dessa fase definiu seu conceito de cultura nacional e popular que consistia em grandes realizações literárias e artísticas, cujos alicerces eram o folclore e a erudição. Para tais fins, multiplicou-se o número de agências públicas voltadas para a cultura e educação. Para cumprir sua missão pedagógica, o Estado recrutou intelectuais e cientistas, os quais deram origem a um novo segmento burocrático.

No tempo de Capanema (Ministro da Educação e Saúde 1934-1945), os intelectuais e a classe dirigente alcançaram um novo patamar de relacionamento.⁷⁴ Capanema, como gestor da educação e da cultura, realizou reformas de ensino (Leis Orgânicas de Ensino – 1942-1946) e incentivou as áreas da radiodifusão, da comunicação e do canto coral. Assim se forjava um Brasil integrado pela "alta cultura" do qual Villa-Lobos foi o porta-voz.⁷⁵

⁷⁴Romanelli (1989) procura explicitar a trama das relações existentes entre os elementos que interferem no sistema educacional. Em sua opinião, são intervenientes nesse processo os seguintes fatores: os econômicos, responsáveis pela demanda de recursos humanos que devem ser preparados pela escola; os culturais, pois a tradição cultural influencia na escolha de valores e nas opções da clientela escolar; os políticos, porque o exercício do poder responde a interesses de camadas ou facções aí representadas. Quando não há harmonia entre esses elementos, o sistema depara-se com os períodos de crise, como aquele vivenciado nos anos 20. Para essa autora, nas sociedades subdesenvolvidas, de modo geral, a educação tem desempenhado papéis eminentemente conservadores o que permite em muitas circunstâncias a sujeição do sistema ao poder político. Com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, as lutas ideológicas em torno dos problemas educacionais entravam numa espécie de hibernação. A Constituição de 1937 modificava substancialmente a situação, pois limitava a ação do Estado na educação (ROMANELLI, 1989, p.153).

⁷⁵Sobre esse período, ler: Constelação Capanema: intelectuais e políticas, de Helena Bomeny (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2001; Tempos de Capanema, de Simon Schawartzman, et al., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

Nomes destacados das mais diversas tendências e correntes ideológicas, como os modernistas de esquerda, os militantes da Ação Católica⁷⁶ e os escolanovistas acercaram-se do Governo para produção de uma cultura oficial. Debatendo-se entre a liberdade de criação e a mera prestação de serviço público, muitos desses intelectuais optavam pela produção de viés nacionalista (MENDONÇA, 1996, p.289-293).

Exemplo emblemático dessa situação está na relação do projeto Mário de Andrade com o Decreto-Lei n.º 254 e, mais ainda, com a prática preservacionista do IPHAN. Projeto e decreto significam importantes avanços em relação à situação

⁷⁶O projeto restaurador de uma neocristandade do catolicismo ultramontano e intransigente, no século XIX, levou a Hierarquia católica e, em particular, o Papado, a partir de Pio IX, a convocar de modo sistemático a colaboração dos leigos nesse projeto e a definir o papel de um laicado militante na reconstrução de uma Cristandade num mundo em processo de secularização e nos confrontos com o Estado liberal, laicista e aconfessional. Os leigos deveriam defender a Igreja e os interesses católicos; assegurar à Igreja, pela intervenção política, a proteção que os Estados liberais lhe negavam; "recristianizar" a sociedade segundo princípios da doutrina cristã. A "ação dos católicos" fez-se então movimento social católico e foram criadas as instituições confessionais por excelência: o partido, a escola, as associações operárias, a imprensa. As primeiras manifestações dessa ação ocorreram na Alemanha, na Bélgica e na França. Na Itália, com a Questão romana, os católicos também saem da atitude de gueto para criarem o Movimento Cattolico e a Opera dei Congressi. Foi com Pio X que o termo e a Ação Católica propriamente dita surgiram. Na encíclica *Il fermo proposito*, o papa enunciou firmemente os princípios que deveriam presidir a Ação Católica como a forma específica de apostolado organizado dos leigos que caracterizou a primeira metade do século XX. Pio X organizou a Ação Católica italiana de forma centralizada, uniforme, como iniciativa da hierarquia e por ela controlada, como um prolongamento da ação do clero, da sua missão apostólica. Pio XI iniciou, todavia, uma nova etapa decisiva dessa forma de apostolado leigo: a ação dos leigos como complementar à do clero, como um dever de "participação no apostolado hierárquico", como um "mandado" da Igreja. Pio XI desejava congregar os leigos para grandes ações de massa na sociedade, como forma de pressionar os Estados autoritários e totalitários, e reconstruir uma "sociedade cristã" sob o signo do "reino universal de Cristo". O ideal de refazer a "sociedade cristã", não a partir de uma rede de obras católicas, mas a partir da ação temporal, levou o projeto de neocristandade, em sua nova fase, para a solução da "terceira via", igualmente equidistante das soluções liberais e socialistas. Era um apostolado mais adaptado à vida urbana, às camadas médias, à secularização crescente. Após a Segunda Guerra Mundial, o papa Pio XII estimulou o desenvolvimento da Democracia Cristã e reorientou a Ação Católica. O Vaticano II redirecionou os interesses da Igreja e levou grande parte dos leigos da Ação Católica a assumir novas posições. A Hierarquia não aceitou essas alterações e a Ação Católica passou por uma grande crise a partir de 1956, encaminhando-se para o esvaziamento. Sucederam-lhe os Movimentos típicos do final do século XX (Focolares, Renovação Carismática, Opus Dei etc.) (TEIXEIRA, 2000, p.28 e 29).

anterior a 1930, uma vez que o direito de propriedade privada deixa de ser absoluto. Este princípio sobrepõe o interesse público ao individual e legitima a interferência do Estado na preservação cultural. A partir daí o caminho estabelecido no decreto e trilhado pelo Estado se afasta do projeto. Mário de Andrade defendeu a preservação de bens móveis e imóveis, de usos, hábitos, folclore e até das superstições populares. O decreto e a ação do Estado resumiram-se às coisas, ou seja, bens móveis e imóveis, e privilegiaram os símbolos de poder das classes dominantes (FALCÃO, 1984).

Ao analisar a relação Estado e cultura no Brasil, Oliven (1984) afirma que a partir de 1930 se pode observar duas tendências complementares nessa relação: o controle e a censura ao lado do incentivo e da preservação.

Skidmore (1982, p.21-64) afirma que os militares exerceram, em vários momentos de nossa história, "o papel de árbitros finais da política interna", o que explica, em parte, sua atuação na era Vargas. Vistos como componentes de mais uma etapa de luta entre as elites, os acontecimentos de 1930 se distinguem das lutas precedentes pelo poder, em dois aspectos: 1.º) porque pôs fim à estrutura republicana que vigorava desde 1890; 2.º) porque canalizou uma concordância geral "quanto à necessidade urgente de uma revisão básica no sistema político". Essa concordância geral, no entanto, era composta de ideários diversos e muitas vezes conflitantes. Os conflitos e as disputas por idéias e poder levaram um Brasil exausto ao regime autoritário do Estado Novo. Em linhas bem gerais, o autor aponta que as forças políticas se aglutinavam em dois grupos, liberais e nacionalistas autocráticos. Vargas é apresentado por ele como grande articulador e manipulador dos interesses econômicos e políticos, e a sua permanência no poder é vista, em grande parte, como resultado de sua habilidade política e seu carisma. Outro fator que lhe chama a atenção, nesse período, é a atuação da classe média, grupo social pequeno, mas de grande influência, para a manutenção do equilíbrio em qualquer sistema democrático, que se divide entre

o constitucionalismo liberal e o radicalismo (de esquerda ou de direita). A fragilidade da classe média facilitou a aceitação do autoritarismo imposto em 1937.

Em suma, o Estado Novo era um estado híbrido, não dependente de apoio popular organizado na sociedade brasileira e sem qualquer base ideológica consistente. Vargas esperava assumir, para seu próprio proveito político, a direção das mudanças sociais e do crescimento econômico do Brasil. Apesar das roupagens corporativas, o seu Estado Novo era uma criação altamente pessoal. (SKIDMORE, 1982, p.54)

A centralização do poder no governo de Vargas foi uma reação à descentralização da Constituição de 1891 e ao poder das oligarquias regionais e correspondia, em alguns aspectos, às aspirações das classes médias urbanas, dos tenentes e dos constitucionalistas liberais.

Fausto (1985) deixa, porém, uma advertência, Getúlio evitou mobilizar o país em uma cruzada nacional, aspiração das Forças Armadas, porque ele e alguns grupos privados inclinavam-se para uma associação com capitais estrangeiros, alemães ou americanos. É dessa forma que o incentivo à indústria se configurou, durante o Estado Novo, em uma política de substituição de importações e de estabelecimento de uma indústria de base.

A esse conjunto de medidas culturais, administrativas e econômicas Getúlio somou a propaganda e a repressão como instrumentos para o fortalecimento do poder. Para controlar as forças políticas regionais estruturaram-se as interventorias e os departamentos administrativos em nível estadual. Além do interventor, coordenador político designado diretamente pelo presidente, foram criados os departamentos estaduais que funcionavam como substitutos do Legislativo e como órgão supervisor do Executivo.

Nesse quadro, a especificidade maior foi, sem dúvida, a política sindical e trabalhista, consubstanciada no corporativismo,⁷⁷ na centralização e na hierarquia de suas esferas.

Tudo isso, porém, não se deu em condições progressivas e homogêneas. A ditadura do Estado Novo passou por fases distintas. Inicialmente, entre 1937 e 1941, apresentou caráter mais fechado e se aproximou dos países nazi-fascistas europeus. Pressionado pelos Estados Unidos e por manifestações internas, Vargas reformula suas diretrizes aproximando-se dos aliados. Assim, as contradições do regime afloravam com mais nitidez e, nos anos finais, Vargas confere nova imagem ao governo buscando cada vez mais o apoio popular.⁷⁸

Na década de 1940, as esquerdas no mundo todo e, em especial, na América Latina, estavam sob influência da "União Soviética", que passa a recuperar seus heróis e símbolos nacionais esquecidos como antídoto ao nazismo. No Brasil, as esquerdas associam luta de classes, antiimperialismo, valorização dos traços locais, busca de elementos genuinamente nacionais (CANDIDO, Folha de S. Paulo, 1995). O nacionalismo ganhou nova coloração e novas bandeiras. Intelectuais como Guerreiro Ramos criticam nossa dependência cultural quanto a métodos e teorias; os partidos nacionalistas defendem as riquezas do país, sobretudo o petróleo.

⁷⁷O corporativismo em geral está associado a movimentos e regimes antiigualitários e antilibertários, sendo, portanto, o oposto do liberalismo. Consiste numa manifestação da extrema direita, embora o centro-direita eventualmente o aceitasse. Em sua origem associa-se a correntes legitimistas e católicas que postulam a restauração do caráter orgânico e hierárquico característico das sociedades pré-industriais, em que a colaboração se sobrepõe aos conflitos. Entre seus principais teóricos estão La Tour du Pin, Ketteler e Luigi Taparelli d'Azeglio. Ao longo do século XX assumiu diferentes versões. A partir das concepções de Manoilescu, Schmitter indica dois grupos de corporativismo, distintos quanto à origem e natureza, mas que preservam o ideal de colaboração: o corporativismo de Estado e o corporativismo societal. Na América Latina surgiram exemplos de regimes corporativos, como o Brasil de Vargas e a Argentina de Perón, que defendiam a idéia de democracias autoritárias reguladas pelo Estado e pelas instituições corporativas (TEIXEIRA, 2000, p.104-107).

⁷⁸Os temas aqui tratados podem ser encontrados em: Repensando o Estado Novo, de Dulce Pandolfi (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 1999; Uma História do Brasil, de Thomas Skidmore, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998; Revista de Sociologia e Política, Curitiba, UFPR, n.6-7, 1996; n.9 1997.

Essas tendências culminaram num antiimperialismo no final da Era Vargas e na abertura popular do governo João Goulart. Ao longo desse período surgem afirmações nacionais com nova roupagem: na transferência do Distrito Federal para o interior, no cinema novo, na educação proposta por Paulo Freire. O nacionalismo passa a ser progressista, e o debate ideológico na área educacional se concentra em torno do projeto da Lei das Diretrizes e Bases (Lei n.º 4.024).

Apesar de suas variações, para Cruz Costa o nacionalismo brasileiro é essencialmente assimilador e afirmativo, isto é, não despreza as contribuições estrangeiras e pretende afirmar o Brasil a partir de suas forças e fraquezas.

Assim, o nacionalismo não serviu de cenário apenas para os debates em torno das questões econômicas ao longo dos vinte anos em pauta (1930-1950), mas também de princípio norteador para a elaboração de um conceito de cultura brasileira.

2.1.1 "Aquarelas do Brasil"

Ao longo de toda década de 1930, no Brasil, princípios e valores autoritários foram defendidos por Vargas, pelos integralistas, comunistas, intelectuais e setores da Igreja Católica, que produziram uma série de discursos reafirmando essa tendência.

Vargas emitiu seus discursos por meio do rádio, dos jornais e dos próprios documentos oficiais. No documento "Cinco Anos de Unidade e Ação", publicado em 1942, Getúlio dirige-se assim à Nação:

O homem de Estado, quando as circunstâncias impõem uma decisão excepcional, de amplas repercussões e profundos efeitos na vida do país, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, não pode fugir ao dever de toma-la, assumindo, perante a sua consciência (sic) dos seus concidadãos, as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança nacional.

A investidura na suprema direção dos negócios públicos não envolve, apenas, a obrigação de cuidar e prover às necessidades imediatas e comuns da administração. As exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo.

Por certo, essa situação especialíssima só se caracteriza sob aspectos graves e decisivos nos períodos de profunda perturbação política, econômica e social.

A contingência de tal ordem chegamos, infelizmente, como resultante de acontecimentos conhecidos, estranhos à ação governamental, que não os provocou nem dispunha de meios adequados para evita-los ou remover-lhes as funestas conseqüências.

Oriundo de um movimento revolucionário de amplitude nacional e mantido pelo poder constituinte da Nação, o Governo continuou, no período legal, a tarefa encetada de restauração econômica e financeira e, fiel às convenções do regime, procurou criar pelo alheamento às competições partidárias, uma atmosfera de serenidade e confiança, propícia ao desenvolvimento das instituições democráticas. (VARGAS, 1942, p.5)

Nesse documento Vargas expressa claramente a concepção de poder e de autoridade por ele exercidos. Numa crítica ao modelo liberal da República Velha, faz menção à organização política daquele período:

Tanto os velhos partidos, como os novos, em que os velhos se transformaram, sob novos rótulos, nada exprimiam ideologicamente, mantendo-se à sombra de ambições pessoais ou de predomínios localistas, a serviço de grupos empenhados na partilha dos despojos e nas combinações oportunistas em torno de objetivos subalternos.

À verdadeira função dos partidos políticos, que consiste em dar expressão e reduzir a princípios de governo as aspirações e necessidades coletivas, orientando e disciplinando as correntes de opinião, essa, de há muito, não a exercem os nossos agrupamentos partidários tradicionais. O fato é sobremodo sintomático se lembrarmos que da sua atividade depende o bom funcionamento de todo sistema baseado na livre concorrência de opiniões e interesses.

Para comprovar a pobreza e desorganização da nossa vida política, nos moldes em que se vem processando, aí está o problema da sucessão presidencial, transformando em irrisória competição de grupos, obrigados a recuperar pelo suborno e pelas promessas demagógicas, diante do completo desinteresse e total indiferença das forças vivas da Nação. Chefes de governos locais, capitaneando desassossegos e oportunismos, transformaram-se, de um dia para outro, à revelia da vontade popular, em centros de decisão política, cada qual decretando uma candidatura, como se a vida do país, na sua significação coletiva, fosse simples convencionalismo, destinado a legitimar as ambições do caudilhismo provinciano. (VARGAS, 1942, p.6)

Em um discurso proferido em dezembro de 1937, o presidente afirmou:

A Constituição em vigor – acentuava o Chefe da Nação – estabelece a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. O volume de iletrados constitue (sic) obstáculo ponderável, tanto ao aparelhamento institucional como para o desenvolvimento das atividades produtivas. É preciso reduzi-lo rapidamente, e nessa campanha devem empregar-se todos, em estreita cooperação com o Estado. O preparo profissional constitue outro aspecto urgente do problema, e foi igualmente considerado nas responsabilidades do novo regime. Cabe aos elementos do trabalho e da produção, agrupados corporativamente, colaborar com o governo para formar os técnicos de que tanto carecemos. Especialistas de renome mundial dão à nossa alta cultura lugar de destaque nos centros mais adiantados, e o governo prevê ampara e impulsiona os seus trabalhos, criando facilidades ao desenvolvimento das pesquisas e dos estudos de ciência pura e aplicada. (VARGAS, 1942, p.111)

Evidencia-se nesse discurso a vinculação do ensino com o mercado de trabalho e a necessidade da cooperação da sociedade civil com o Estado.

Ao mesmo tempo em que impõe normas e critérios para o sistema educacional, Vargas acena para os estudantes com a valorização da sua participação na vida universitária mediante a criação da União Nacional dos Estudantes (Decreto-Lei n.º 4.105 de 11 de fevereiro de 1942).

O ideal nacionalista também se expressou no projeto de nacionalização do ensino nos núcleos de colonização estrangeira. Por utilizar outros idiomas no processo educacional e divulgar valores de outras culturas, cerca de duas mil unidades escolares nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo foram fechadas por decreto do Presidente. Ao lado disso, o Governo Federal proibiu aos estrangeiros o exercício do magistério primário nas zonas de colonização. Em contrapartida, o Ministério da Educação enviou recursos aos estados para a reestruturação das suas redes escolares.

Na disputa pelo poder, os comunistas, reunidos em torno da Aliança Nacional Libertadora (ANL),⁷⁹ fundada em julho de 1935, mesmo defendendo ideais democráticos, também adotavam princípios autoritários e centralizadores.

O programa da ANL chamava a atenção para a luta contra o imperialismo e o latifúndio; contestava ainda a dominação dos países subjugados ao capital estrangeiro e criticava as classes dominantes brasileiras, em especial os seus regionalismos. Defendia também a unificação nacional gerenciada pelas massas e parte da burguesia nacionalista. Alertava para o perigo do Integralismo e do Fascismo, bem como para a postura do governo Vargas:

Apesar de toda a demagogia sobre a unificação nacional, o Integralismo é bem uma fotografia da podridão, da decomposição, da divisão dos interesses contraditórios entre as claques das classes dominantes de um e de outro Estado...

O governo Vargas tem por isso satisfeito os interesses os mais contraditórios, de todos os magnatas estrangeiros e de seus lacaios nacionais. Despedaçando o Brasil, sufocando na miséria o povo.⁸⁰

Ao divulgar seus princípios norteadores, a ANL se apresentava como catalisadora dos interesses nacionais e como única agremiação capaz de representar o povo brasileiro. Apesar das divergências ideológicas com outros projetos, a ANL adotava a mesma posição em relação ao sentido de poder e autoridade.

⁷⁹A ANL era uma entidade de âmbito nacional criada em 1935, que tinha Luiz Carlos Prestes como seu presidente de honra e principal líder. Constituiu uma frente ampla que reunia representantes dos comunistas, socialistas, antifascistas e dos tenentes desiludidos com a Revolução de 1930. Expressava interesses de setores sociais heterogêneos que envolviam camadas médias urbanas e parte do proletariado. Congregava os setores descontentes com Vargas e com a constituinte de 1933/34. Sua organização insere-se no contexto de resistência ao avanço do fascismo e da criação de frentes populares em vários países. Sob o lema "Pão, Terra e Liberdade", a ANL cresceu atingindo a marca dos cem mil filiados, organizados em núcleos distribuídos em todo país. Sua atuação foi particularmente intensa na luta contra o avanço do integralismo. Posta na ilegalidade, quatro meses após sua criação, em julho de 1935, continuou lutando na clandestinidade. Em novembro do mesmo ano, participou da Intentona Comunista, movimento insurrecional debelado pelo poder central (TEIXEIRA, 2000, p.38 e 39).

⁸⁰PRESTES, Luis Carlos. **A Platéia**, 1935.

A Aliança Nacional Libertadora precisa englobar todas as organizações de massas, precisa e deve verdadeiramente representar o povo e saber lutar efetiva e conseqüentemente, pelos seus interesses... já representa a enorme força revolucionária do nosso povo e a sua incomensurável vontade de sacrifício para a luta pela libertação nacional do Brasil. Os últimos acontecimentos de Petrópolis e o vigor com que o povo de São Paulo levou os chefes integralistas a uma retirada medrosa, dizem do que será capaz a frente única nacional. (PRESTES, 1935)

Por se tratar de uma frente ampla, a ANL reunia, além dos comunistas e socialistas, liberais e antifascistas, e sua proposta englobava reivindicações comuns a esses segmentos sociais. Isso impedia uma posição radical que afastaria os mais moderados e explica a limitação de seu programa.

Conforme seu Manifesto, a ANL defendia uma unidade nacional que envolvia os proletários, os oficiais, a juventude, os intelectuais, as mulheres, os "padres pobres", os pequenos industriais e comerciantes, os "homens de cor" etc., todos compreendidos como vítima da exploração imperialista, e, portanto, com interesse em lutar pela sua libertação e em combater seus representantes nacionais: Vargas e os integralistas. A ANL pretendia mobilizar as massas nessa cruzada.

Nesse quadro, o Integralismo era apontado pela ANL como um movimento nefasto aos verdadeiros interesses nacionais que representava o imperialismo e o latifúndio:

A fascistização do governo Vargas é um fato evidente e a adoção da lei monstro um dos marcos característicos, entre muitos, da marcha para o fascismo. Ao mesmo tempo o movimento integralista, claramente financiado pelo imperialismo, pelos senhores feudais e pela grande burguesia nacional, trata de enganar as massas com uma demagogia mística, ultranacionalista e aparentemente antiimperialista. Os chefes integralistas, a serviço do imperialismo, dos latifundistas e dos grandes capitalistas nacionais trabalham pela completa escravização do povo brasileiro do imperialismo e sua maior submissão aos latifundistas e grandes industriais e, para tanto, serão os instrumentos do mais hediondo terror.

Só as lutas de massas poderão realmente impedir o crescimento e dominação do fascismo. A organização de tais lutas é uma das tarefas essenciais da ANL, e, incontestavelmente, uma das causas principais da grande simpatia com que conta na

massa trabalhadora, desde seus primeiros passos. As massas querem aniquilar o movimento integralista e vêm na Aliança a organização capaz de reunir numa grande e única força os esforços dispersos da multidão de milhões que, em todo o Brasil, quer evitar de todas as maneiras o desencadeamento da mais brutal e sanguinária reação – o terror fascista.⁸¹

O Integralismo, movimento combatido pela ANL, é outra vertente autoritária que se disseminou com facilidade no Brasil da década de 1930. Esse movimento teve em Plínio Salgado, intelectual paulista fortemente influenciado pelo conservadorismo católico de Jackson de Figueiredo, seu idealizador.

Plínio Salgado⁸² nasceu em 22 de janeiro de 1895, em São Bento de Sapucaí, São Paulo, e faleceu no dia 7 de dezembro de 1975, em São Paulo. Romancista, poeta, ensaísta, tornou-se conhecido como fundador e chefe da Ação Integralista Brasileira. Em 1919 mudou-se para São Paulo, onde ingressou no jornal Correio Paulistano. Participou ativamente da Semana de Arte Moderna, momento em que define sua posição em defesa do nacionalismo, ingressando no grupo "Verde Amarelo" com Menotti Del Picchia, Cassiano Ricardo, Jeovah Mota, Raul Bopp, criadores do "Manifesto da Anta". Essa vertente modernista divergia do grupo "Pau Brasil" liderado por Oswald e Mário de Andrade, e que produziu o "Manifesto Antropofágico".

Em seu primeiro livro, "O Estrangeiro" (1926), romance de caráter político que o projeta nacionalmente, já aparecia a preocupação com a crise social e com a expansão do comunismo. Seu segundo romance político, "O Esperado" (1931), Plínio considera como um esboço para a decifração das angústias econômicas e sociais vividas pela sociedade em função da exploração do capitalismo internacional.

⁸¹Trecho da carta de Luiz Carlos Prestes a Hercolino Cascardo, em 15 de maio de 1935.

⁸²Essas e outras informações biográficas contidas neste capítulo encontram-se em diversos textos, entre eles: Plínio Salgado: um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha, de Augusta R. Dorea, São Paulo: GRD, 1999; Plínio Salgado e a revolução do espírito, de Ruy Pereira e Alvim, São Paulo: Editoração, 1993; Anais do Centenário e da 2.^a Semana Plínio Salgado, São Paulo: GRD, 1996; Dicionário crítico do pensamento de direita, de Francisco Carlos T. Silva (Org.), Rio de Janeiro: FAPERJ, 2000; Evolução do pensamento político brasileiro, de Antonio Paim e Vicente Barreto, São Paulo: Edusp, 1989.

No ano seguinte lança "O Cavaleiro de Itararé", dedicado à juventude estudantil e militar. Para Plínio, este livro completava o conjunto de três estudos-depoimento – um aviso, um prognóstico, uma glorificação.

Em 1933 Salgado publicou "Psicologia da Revolução", dedicado aos intelectuais, e "O que é o Integralismo?", orientação doutrinária e ideológica, voltada à massa popular. Desde então a maioria de seus textos se caracterizaria pela fundamentação doutrinária.⁸³ Mas o livro que o projetou, inclusive internacionalmente, foi "Vida de Jesus", publicado em 1942.

Em sua trajetória, Plínio associa sua produção intelectual à prática política. Já em 1913, ao lado de algumas lideranças da região, cria o Partido Municipalista, sua primeira opção política destinada a defender os interesses dos municípios. Quinze anos depois é eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista. Em 1930 viaja pela Europa e pelo Oriente a serviço e acompanha as mudanças políticas em curso. Encontra-se com Mussolini o que fortalece seu interesse pelo fascismo italiano. Passou, então, a construir uma proposta de ação política para a renovação e a modernização da vida política brasileira, que se concretiza com a fundação da Sociedade de Estudos Políticos e da Ação Integralista Brasileira, em 1932. Esse ano seria ainda marcado pelo lançamento do Manifesto de Outubro, documento que sintetiza os princípios do Integralismo:

Deus dirige o destino dos povos. O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da família, da pátria, da sociedade...

Os homens e as classes, pois, podem e devem viver em harmonia. É possível ao mais modesto operário galgar uma elevada posição financeira ou intelectual. Cumpre que cada um se eleve segundo sua vocação. Todos os homens são suscetíveis de harmonização social e toda superioridade provém de uma só superioridade que existe acima dos homens: a sua comum e suprema finalidade. Este é um pensamento

⁸³Tais títulos são: "A quarta humanidade" (1934), "Palavra nova de tempos novos" (1935), "Doutrina do Sigma" (1936) e "Página de combate" (1937).

profundamente brasileiro, que vem das raízes da nossa História e estará no íntimo de todos os corações...

A Nação brasileira deve ser organizada, una, indivisível, forte, poderosa, rica, próspera e feliz. Para isso precisamos que todos os brasileiros estejam unidos. Mas o Brasil não pode realizar a união íntima e perfeita de seus filhos, enquanto existirem Estados dentro do Estado; partidos políticos fracionando a Nação; classes lutando contra classes; indivíduos isolados, exercendo pessoal ação nas decisões do governo; enfim todo e qualquer processo de divisão do povo brasileiro... (MANIFESTO..., 1985, p.333).

Em 1934, durante o Segundo Congresso Nacional Integralista, realizado em Petrópolis, a AIB tornou-se Partido Político, e Plínio foi confirmado seu Chefe Nacional. Em 1937 a AIB lançou Plínio como candidato à Presidente da República, para concorrer com Armando Salles de Oliveira e José Américo. Com o golpe do Estado Novo, esta eleição foi suspensa.

Uma nova Constituição foi outorgada, e os partidos políticos dissolvidos. Em 1938 uma tentativa para derrubar Vargas foi organizada pelos integralistas e liberais que defendiam a bandeira da restauração democrática. O fracasso de tal movimento resultou em diversas prisões e no exílio de Plínio Salgado em Portugal.

Desde sua chegada em território português (08 de junho de 1939) até 1944, Plínio viveu discretamente e fez-se silêncio a seu respeito. A partir daquele ano, com o anúncio da vitória das democracias e da publicação de "Vida de Jesus", ele passa a ocupar espaço privilegiado em alguns setores da imprensa lusitana.

No exílio Plínio entrou em contato com o líder fascista português Rolão Preto, com os integralistas lusitanos e com um provável agente da Gestapo, identificado como Schroeder.⁸⁴ Recebeu apoio dos católicos, especialmente do Monsenhor Moreira das Neves e do Cardeal Cerejeira. Na imprensa, Plínio Salgado recebeu destaque no jornal católico "Novidades", no jornal de extrema direita "A Nação" e na revista "Estudos", da Democracia Cristã de Coimbra.

⁸⁴Arquivo PIDE-GDS, Torre do Tombo.

Plínio apareceu na primeira página do jornal "Novidades" em 7 de março de 1944, como palestrante das comemorações de Santo Tomás de Aquino no Mosteiro dos Olivais. Esta foi a primeira vez que falou em público nesse país e alcançou grande sucesso. A partir de então, Salgado está constantemente presente nas páginas do "Novidades". É apresentado como grande orador, escritor e homem de fé. Sua mensagem empolga os católicos portugueses que prestigiam suas conferências e lêem seus textos. Não há menção a suas atividades políticas anteriores e, em Portugal, sua atuação como conferencista está ligada ao meio universitário e católico.

Isso só iria ocorrer em setembro de 1945, quando o "Novidades" publica o Manifesto Diretiva enviado ao Brasil, conferindo importante espaço a um texto político de Plínio Salgado.

O grupo que mantinha esse jornal tinha afinidade com as idéias de Plínio e reunia grande parte de seus amigos no exílio. A leitura do "Novidades" permite estabelecer um roteiro das atividades públicas de Plínio naquelas terras: local, data, tema, autoridades presentes, seus apresentadores e a reação do público.

Em longa entrevista à redação do "Novidades", procurou explicar como escreveu a "Vida de Jesus", uma idéia antiga que se tornou decisão em 1938. Comentou que as primeiras narrativas sobre a vida de Cristo ouviu-as da mãe e nunca as esqueceu: "São as mães, ontem como hoje, e por todo o sempre, as evangelizadoras por excelência, as máximas construtoras do caráter dos homens e do fundamento da sociedade cristã, e onde faltar o seu trabalho, tudo faltará à formação espiritual das nações."⁸⁵

Na mesma entrevista faz um relato sobre sua formação intelectual, afirmando que, como todos da sua geração, nos anos 20 aproximou-se do materialismo, dos

⁸⁵NOVIDADES, 06 de abril de 1944.

filósofos da moda e sofreu a influência dos pensadores do século XIX que ecoavam no XX.

O ano de 1922 em que toda a juventude intelectual brasileira se reuniu fazendo deflagar a revolução literária e artística num ímpeto destruidor de velhas fórmulas, foi também o ano da separação, desde o qual se assinalaram definitivos desencontros. É que, transposta a crise suscitada pela inquietação estética, vimos que a renovação da arte não passara de um derivativo da nossa angústia moral. O problema não era artístico, era religioso, porque envolvia uma concepção da vida e do mundo.⁸⁶

Finalizando, descreveu o longo processo de amadurecimento que o levou à produção de seu "Vida de Jesus". Segundo Plínio, a obra que resultou de sua experiência de vida foi concebida no Brasil, no final da década de 1920, e concluída em Portugal em 1940: "Ai está, também, de certa maneira, a explicação do caráter pessoal que imprime a muitas de suas páginas. Procurei ver Jesus com os olhos da minha experiência no meio dos homens."⁸⁷

Para ele, o objetivo da obra era: "...falar uma linguagem acessível aos homens do meu tempo, que são homens apaixonados por tudo o que leva a forte marca de um pessoalismo fremente... Ninguém deve falar senão daquilo que conhece e eu não conheço nada melhor do que a própria vida que vivi. Nela encontrei as tintas, as sombras, as luzes com que pintar o meu painel."⁸⁸

Quanto ao jornal "A Nação", Plínio continuou publicando mesmo depois de seu retorno ao Brasil. Nesse periódico as matérias reúnem resumos de seus discursos, notícias sobre suas atividades e eventos em sua homenagem.

Na revista "Estudos" a primeira referência a Plínio é a divulgação de parte de sua conferência intitulada "O conceito cristão de democracia", proferida na abertura solene do Centro Acadêmico da Democracia Cristã. Na ocasião, Salgado conquistou

⁸⁶NOVIDADES, 06 de abril de 1944.

⁸⁷NOVIDADES, 06 de abril de 1944.

⁸⁸NOVIDADES, 06 de abril de 1944.

a assistência, "o que não é muito fácil em Coimbra", comenta-se na revista. Nos números subseqüentes aparecem anúncios do livro que resultara da palestra.

João Bigotte Chorão, da Editora Verbo/Portugal, conheceu Plínio Salgado e acompanhou suas atividades no exílio. Comentou em entrevista que a experiência do exílio foi muito marcante e diminuiu o radicalismo de Plínio, tornando-o conhecido como líder religioso em Portugal. Para ele, o Plínio de 1946/47 não é totalmente o mesmo dos anos 30. O estilo de combate era outro, sendo a palavra a sua principal arma. Segundo Chorão, o sofrimento pessoal no exílio, a obra "Vida de Jesus", o apoio da Igreja, o contato com os integralistas lusitanos, permitiram a Plínio Salgado evoluir e mudar seu estilo de linguagem e de ação. Comentou ainda, lembrando Vintila Horia, escritor romeno, que o exílio é a passagem do profano para o sagrado, e isto se aplica a Plínio.⁸⁹

Antonio José Brito, que em 2000 se autodenominou como "último fascista português", ao tratar da passagem de Plínio por Portugal conta que, além dos católicos, dos integralistas e dos fascistas, ele mantinha contato com Salazar e que esses encontros nunca vieram à superfície. Para Brito, as idéias expressas por Salgado em "Madrugada do Espírito" não representam o ideário totalitário, portanto, ao se afastar do totalitarismo, ele se afasta do fascismo. Disse ainda que Plínio não foi fiel a si mesmo para permanecer na política, o que lhe permite defini-lo como oportunista.⁹⁰

Com efeito, a embaixada portuguesa no Rio de Janeiro acompanhou seu retorno e informou a Salazar sobre sua chegada e fundação do Partido de Representação Popular:

Realizou-se ontem Teatro Municipal primeiro meeting novo partido representação popular que acaba eleger Plinio Salgado seu Presidente. Partido constituído com base antigos integralistas. Contra hostilidade ambiente Plinio reuniu ontem grande massa que encheu teatro e largo fronteiro. Primeiro orador um deputado que fez exposição

⁸⁹Entrevista concedida em Lisboa em 13 de novembro de 2000.

⁹⁰Entrevista concedida no Porto em 1.º de setembro de 2000.

princípios. Depois Raymundo Padilha que leu programa sendo um dos pontos política externa aproximação com Portugal e formação Brasil mentalidade consciente origens nacionalidade passando ensinar-se sua história desde origens Nação portuguesa. Plínio fez grande discurso constantemente aplaudido. Disse pôr de parte processo acção integralista que correspondeu uma epoca passada para lançar movimento salvação pública através novo partido indole democratica mantendo sua posição espiritualista e portanto cristã e anti-marxista. Referiu-se a hospitalidade recebida em Portugal com agradecimento. Reparição Plínio deve preocupar opinião geral e constituir novo e importante elemento êste cenário político. (a) Teotônio Moreira.⁹¹

Em 1955 concorreu à Presidência da República, recebendo expressiva votação no Paraná, estado pelo qual se elegeu Deputado Federal em 1958. Em 1962 elegeu-se Deputado Federal por São Paulo. Após 1964 ingressou na Aliança Renovadora Nacional, partido pelo qual se elegeu Deputado Federal em 1966, 1970, 1974. Aos 78 anos Plínio fundou o Movimento de Renovação Nacional (MORENA), com finalidades cívicas e culturais.

2.1.1.1 "A Revolução do Espírito"⁹²

A formação intelectual de Plínio Salgado pode ser caracterizada em fases distintas: na adolescência, leu Lamarck, Haeckel, Le Bon, Spencer e Farias Brito – este último despertou seu interesse pelo espiritualismo; de 1922 a 1926, absorveu

⁹¹Telegrama enviado pela Embaixada de Portugal do Rio de Janeiro a Salazar. 30 de outubro de 1946. Acervo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

⁹²Francisco Martins de Souza distingue três vertentes principais na composição do Movimento Integralista: a de Plínio Salgado, a de Miguel Reale e a de Gustavo Barroso. Para Salgado, duas categorias são fundamentais – a integração e a intuição. Reale vincula corporativismo e sindicalismo. Segundo o autor, o Integralismo na concepção de Reale era resultado de sua passagem pelo socialismo e de uma meditação sobre os problemas brasileiros e não expressão de mimetismo de fenômenos estrangeiros. Barroso reflete sobre o processo histórico da pobreza nacional relacionando-o ao anti-semitismo. As três correntes, apesar de suas variações, buscavam uma solução tipicamente nacional para os problemas brasileiros a partir de contribuições como as de Alberto Torres e Euclides da Cunha.

as idéias de Marinetti, Apollinaire, Max Jacob e outros; de 1926 a 1930, leu Marx, Sorel, Lenin, Trotsky, Riazanov, Plekhanov e Feuerbach.

Durante os anos 20 e 30, Plínio leu e refletiu sobre alguns temas que se tornaram elementos de sustentação de sua doutrina: nacionalismo, Doutrina Social da Igreja, autoridade e ordem, crise do liberalismo e reformulação da organização do Estado.

Em 1927 afirmou que:

a nossa obra não é, não pode ser ainda, de sistematização filosófica, mas será de integração espiritual da nacionalidade. É o bandeirismo num sentido novo. Nosso trabalho é mais de ação do que de pensamento. Precisamos agir no sentido de fundar sobre a pura tradição brasileira um espírito de independência e de afirmação... não se pode negar o contingente da ação espiritual na economia dos povos. Essa força, que é inegável na história da humanidade poderá ser a salvação do mundo contemporâneo. (SOUZA, 1989, p.323)

Entre 1927 e 1930, Plínio se convenceu da necessidade de reformular a estrutura e os quadros partidários nacionais. Mostrou-se convicto da oportunidade de uma revolução que envolvesse uma reorganização no pensamento político brasileiro.

Plínio amadurece suas idéias afirmando que o Integralismo sustenta-se no tradicionalismo e na história, portadora de verdades, fatores que garantem coerência e plausibilidade ao seu pensamento. Assim, articulou um conjunto de princípios (transcendentais e morais), centrados na ordem e na espiritualidade, cujo valor é permanente, pois representam para ele a essência da nacionalidade.

No Manifesto de 1932 encontram-se as idéias-força do Integralismo: a inspiração cristã na concepção de universo e de homem, o princípio da autoridade que envolve hierarquia, confiança e respeito, o nacionalismo (anticapitalista e anticomunista), a crítica à organização e aos partidos políticos republicanos, a questão social, a família e a nação, vinculadas a um Estado forte; o município como conjunto das famílias e célula da nação, e, finalmente, o Estado Integral, que prescindiria dos partidos e se sustentaria nas classes produtoras, no município e na

família. Tais argumentos se apóiam em elementos do conservadorismo católico e na concepção de Estado nacionalista e autoritária de Alberto Torres.

Do conservadorismo católico, Plínio se apropriou de valores como a ordem e a autoridade. Recebe grande influência de Jackson de Figueiredo e do Centro Dom Vital.⁹³ A essas idéias, Plínio acrescenta os princípios do corporativismo. Em síntese, pode-se dizer que o Manifesto de 1932 propõe um municipalismo, o antifederalismo, o sindicalismo corporativista, o nacionalismo tradicionalista e espiritualista voltado para a modernização a partir dos instrumentos proporcionados pelo Estado revolucionário, o Estado Integralista.

Mais tarde, ao reorganizar o movimento integralista no Partido de Representação Popular, Plínio modifica parte de sua proposta e abandona a perspectiva de ruptura institucional e as características fascistas adotadas pela AIB. O espiritualismo passa a se tornar cada vez mais importante na construção de seu pensamento. As obras publicadas no exílio indicam essa mudança.⁹⁴

⁹³O Centro Dom Vital foi fundado por Jackson de Figueiredo em 1922, com apoio de D. Leme, num ano importante na história política, intelectual e religiosa (movimento tenentista, fundação do PCB e Semana de Arte Moderna). O grupo vitalista formulou um programa de ação que pretendia restaurar os laços entre a Inteligência e o Espírito e entre o racionalismo arreligioso das classes cultas e o sentimentalismo religioso das classes populares. O Centro foi organizado com a finalidade de caracterizar as leis, lutar pela paz, contribuir com o episcopado na obra de revitalização da intelectualidade. Os meios para a consecução desses objetivos eram: a criação de uma biblioteca e de um serviço de informações bibliográficas, a publicação de obras coerentes com os interesses católicos. Alceu Amoroso Lima assumiu a presidência do Centro em 1928 e manteve a orientação do mesmo fundada no princípio de autoridade e na defesa do nacionalismo. O Centro desenvolveu muitas atividades: criação do prêmio Jackson de Figueiredo, organização da Associação Católica de Estudos Superiores, fundação da Associação das Bibliotecas Católicas etc. Consistiu numa organização nuclear na mediação da elite católica, a hierarquia e os intelectuais, com os fiéis em geral (DIAS, 1996, p.89-92).

⁹⁴Vida de Jesus (1942). O mistério da Ceia (1944), A aliança do sim e do não (1944), O Conceito Cristão de Democracia (1945), O Rei dos reis (1945), A mulher no século XX (1946), Madrugada do espírito (1946), Mensagem das pedras do deserto (1946), Primeiro Cristo (1946), A imagem daquela noite (1947).

Ao conceber o programa do PRP,⁹⁵ Plínio buscou conciliar corporativismo e representação classista, defendendo o sistema eleitoral democrático e o voto secreto, como manifestações da autêntica vontade nacional.

Para tal, colocou a representação classista como questão menor e defendeu a representação proporcional que a AIB tanto criticara:

Proclamei ontem que a fonte da soberania nacional manifesta-se pela legítima representação do povo nas urnas, de acordo com os ensinamentos naturalistas de Rousseau, ou de conformidade com as lições espiritualistas de Suarez. Aí está um 'princípio' que faz parte de uma doutrina. Esse 'princípio' eu continuo a proclamar pois minha doutrina não mudou... proclamei, que essa representação do povo se fizesse por meio da sua categorização em classes e a manifestação de cada classe pelo voto (representação classista)... sou forçado a concluir que o meu 'programa' de ontem iria concorrer para que o meu 'princípio' fosse contrariado. (SALGADO, 1949, p.1 e 6)

Apesar das mudanças, a continuidade entre AIB e PRP era evidente a partir da presença de Plínio Salgado e da grande maioria das lideranças regionais, e foi sempre destacada pelos integralistas. A simbologia também se reformulou, e os

⁹⁵O Partido de Representação Popular, PRP, fundado em 1945, reuniu antigos militantes da AIB, sob a liderança de Plínio Salgado e se manteve atuante até a dissolução dos partidos políticos pela ditadura militar, em 1965. Sua fundação representou a retomada do projeto político integralista, com algumas adaptações formais e discursivas. O Partido foi aceito pelo Tribunal Superior Eleitoral, que considerou sua doutrina democrática. Essa democracia é bastante peculiar e foi elaborada durante um longo tempo por Plínio Salgado. Seu ideário se fundamentava no anticomunismo, no nacionalismo, no espiritualismo e na centralização do poder. O PRP significou uma reorientação doutrinária e a redefinição do integralismo para adaptá-lo ao contexto do pós-guerra. Em 1946, Plínio Salgado, ao retornar do exílio, assumiu a presidência do Partido, cargo que ocupou até a dissolução da agremiação em 1965. O PRP tinha uma organização fortemente centralizada e adotava princípios hierárquicos e disciplina rígida, muitas vezes utilizando a prática de intervenções e processos de expulsão. É evidente que Salgado detinha o controle da estrutura partidária. Suas principais bases eleitorais encontravam-se no Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo, onde contava com cerca de 10% do eleitorado. Sua ação e seu discurso se dirigiam principalmente aos setores médios urbanos e aos pequenos proprietários rurais das regiões de colonização italiana e alemã. Manteve sempre uma postura crítica ao que denominavam vícios "da politicagem", o individualismo dos candidatos, a libertinagem, a degradação dos costumes, como, por exemplo, o divórcio e o homossexualismo. O eixo central de suas estratégias era o anticomunismo e a o espiritualismo (CALIL, 1998).

símbolos vinculados diretamente ao nazi-fascismo foram deixados de lado, uma vez que não faziam mais sentido.⁹⁶

O caráter militar encontrado na década de 1930, defendido como necessário para o enfrentamento dos comunistas, foi igualmente abandonado, pois esse embate aconteceria na década de 1950, no âmbito partidário. Buscando coerência e continuidade, Plínio redefiniu o Integralismo, apresentando-o como doutrina imutável, geradora de partidos:

Eu já disse muitas vezes que integralismo é uma coisa e que a Ação Integralista Brasileira foi outra coisa. Aquele é uma doutrina e esta foi um partido político e um movimento social. O integralismo, como doutrina, é a própria Democracia na sua verdadeira acepção cristã... (SALGADO, 1948, p.1 e 9)

O integralismo... não é um partido, é uma doutrina geradora de partidos. Ele teve um órgão político que se chamava Ação Integralista Brasileira... resolvi não mais reabri-lo. Não sou, portanto, um chefe de partido. Sou o chefe de uma doutrina político-social. (SALGADO, **Boletim do PRP**, 1946, p.3 e 4)

⁹⁶Os símbolos são estudados em diversas disciplinas como a linguística, a arte, a psicologia e por autores de diferentes tendências. Cassirer e Gadamer opuseram as categorias símbolo e signo, mas não impediram um certo consenso que considera o símbolo como uma subclasse de signos. Schaff afirma que o símbolo, além de representar uma idéia abstrata, transcende a dimensão puramente cognitiva. Seu significado transborda a fronteira do racional atingindo as camadas mais profundas da psique humana. Símbolos são objetos materiais que representam noções abstratas. Para Jung "palavra ou imagens são simbólicas quando representam algo mais que o seu significado imediato e óbvio". Ambas possuem um aspecto "inconsciente" que nunca está definido ou completamente explicado. Por isso, muitos pensam que os símbolos devem ser diferenciados dos signos. Esse é o caso de Urban, para quem os símbolos são diferentes dos signos naturais e de certas formas de signos convencionais. Apesar de todas as variações relativas aos símbolos, pode-se dizer que um símbolo tem sempre um resíduo implícito a ser esclarecido e que numa relação simbólica há alguma forma de semelhança (iconicidade fraca). Como as ações humanas nem sempre resultam de "racionalizações" os símbolos podem ser utilizados para desencadear e controlar comportamentos. Essa mensagem persuasiva joga com elementos mais profundos que a simples ordem, pois ela deve atingir o receptor a ponto de fazê-lo agir de determinada forma e sentir que essa é a sua vontade. Os símbolos, portanto, incitam, estimulam a ação desejada pelos seus produtores. Vão além da apreensão inteligível e apelam para a apreensão emocional, inconsciente e arquetípica.

Essa ligação parcial entre AIB e PRP se explica pela conveniência de seu uso: quando se tratava de atrair os integralistas reforçavam-se os elementos de permanência; quando se dirigia a outros segmentos sociais, enfatizavam-se a ruptura e a mudança. Enfim, apesar desse jogo, a definição programática do PRP permite afirmar que os princípios integralistas estavam presentes no partido:

Os ideais dos integralistas conciliam-se com os do novo partido pelos seguintes motivos: 1.º O Partido de Representação Popular é espiritualista e cristão; 2.º É baseado nas aspirações de liberdade humana decorrentes na crença em Deus e na imortalidade, liberdade e responsabilidade da alma humana; 3.º Objetiva a realização de uma democracia, não de palavras ou de predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos, porém da verdadeira fraternidade; 4.º Proclama e sustenta o princípio da independência e soberania da Pátria, quer do ponto de vista político, como do econômico, do cultural, do moral e do espiritual, pelo que se insurge contra a dominação estrangeira, contra qualquer desses aspectos, repudiando as ideologias exóticas e o cosmopolitismo deformador; 5.º Quer um Brasil íntegro, territorial e moralmente, mantenedor de suas tradições dentro do qual exista a liberdade da pessoa humana, a autonomia dos municípios, o direito de propriedade, a justiça social propiciando os meios de todo trabalhador possuir bens garantidores da sua própria liberdade e da sua família, um Brasil, enfim, engrandecido pelo esforço de seus filhos e respeitado na ordem internacional. (SALGADO, **Idade Nova**, 1946, p.58)

2.2 "Para Compreender o Integralismo"

...um só caminho se apresenta aos brasileiros honestos (...) Fazer da idéia o pão de cada dia; transformar o pensamento em coluna de fogo; abrigar-se numa doutrina como quem se abriga de um temporal de ventos desnordeantes, de chuva avassaladora. (O Legionário)

Para compreender o Integralismo, antes torna-se necessário mostrar a aproximação do Movimento com outras correntes doutrinárias. Felice (1976) elabora um balanço geral acerca das explicações propostas ao Fascismo em diferentes

momentos históricos⁹⁷ e sociedades e a partir de distintas correntes de pensamento. Ao longo desses períodos as variações de interpretação são perceptíveis: a que vê o fascismo como produto da crise moral da sociedade europeia da primeira metade do século XX; a que associa o fascismo ao desenvolvimento econômico e de unificação nacional tardio de alguns países europeus; a marxista, que considera o fascismo como um estágio decadente do capitalismo. Essas interpretações são permeadas pela distinção do fascismo como fenômeno unitário (geral), como movimento histórico particular de alguns países, como uma das formas possíveis de organização das sociedades de massa.

Felice (1976) dialoga com diversos autores comentando, comparando e criticando seus textos. Concorde com algumas posições defendidas por Tasca (1971), "definir o fascismo é... escrever a sua história", isto é, compreendê-lo em relação às suas circunstâncias, seus detalhes e suas nuances. O autor lembra que esses estudos mais particularizados não devem esquecer os elementos comuns presentes nos regimes, nos movimentos e nos partidos fascistas. Em sua opinião tais elementos podem ser assim resumidos: o fascismo foi um fenômeno europeu ocorrido entre as duas guerras mundiais; deve ser visto como manifestação da luta de classes envolvendo vários segmentos, sem se poder abstrair seu viés autoritário, nem ignorar seu caráter revolucionário. Estes fatores conjugados constituem sua complexidade e especificidade, ou seja, uma "revolução de valores" como preconizavam seus teóricos.

Plínio Salgado também vê o Integralismo como revolução de valores, revolução do espírito. "É a base única sobre a qual se pode erigir o edifício de uma ordem nova adequada às circunstâncias dos tempos. Ou adotamos uma concepção segura do Universo e das leis a que está subordinado, assim como do Homem e do seu papel no mundo da matéria e no mundo do Espírito, ou então nada faremos de definitivo como

⁹⁷Essas interpretações estão agrupadas, conforme o autor, em: contemporâneas ao movimento fascista, as dos anos 30, aquelas do Pós-Guerra aos anos 60 e a interpretação recente.

construção de ordem e de paz." (SALGADO, 1946, p.19). O Integralismo, então, constituir-se-ia na única alternativa para a reorganização social.

O texto de Bertonha (2001) analisa as relações entre o Fascismo italiano e o Integralismo brasileiro, bem como as atividades dos imigrantes italianos e seus filhos, procurando mostrar a influência do movimento liderado por Mussolini na elaboração da ideologia integralista. O autor deixa claro que pretende "visualizar" certos laços estabelecidos entre o fascismo italiano e o integralismo. Fazem parte desses laços as relações entre o governo fascista italiano e a Ação Integralista Brasileira.

Em seu entendimento, o governo fascista, até 1936, apenas analisou superficialmente o movimento integralista procurando identificá-lo com o fascismo. A partir de então o governo italiano se dispõe a colaborar com o movimento para afastá-lo da influência do nazismo e ampliar a da Itália na política brasileira. Fazia parte dessa estratégia a transferência de recursos para a organização do movimento integralista. Após a implantação do Estado Novo, a Itália incentiva a AIB a apoiar Vargas, que demonstrava simpatia a Mussolini.

Nesse texto merecem destaque alguns pontos: o fascismo italiano como fonte de inspiração para movimentos nacionais; o modo como aspectos da experiência fascista foram "transplantados" para o Integralismo; a comunicação entre esses movimentos; a disputa entre o fascismo e o integralismo, junto aos italianos e seus descendentes, bem como as respostas desses grupos aos apelos recebidos.

Em suas conclusões, o autor afirma que entre os italianos natos o fascismo obteve maior adesão e entre seus descendentes, o Integralismo. Diversas variáveis (geração, etnia, condição econômica) explicam essa atitude distinta.

Entre as duas guerras mundiais, a Itália fascista faz grande esforço de "reconexão" com seus imigrantes no mundo todo. "A ação fascista no país foi muito útil, realmente, à direita nacional ao popularizar as idéias autoritárias e estimular muitas pessoas a uma maior simpatia em relação ao Estado Novo e ao Integralismo."

(BERTONHA, 2001, p.12). Os integralistas mantinham estreita relação com o fascismo italiano em São Paulo, mas reconhecer a importância dessa ligação não significa ignorar outras influências recebidas nem as especificidades do movimento.

O nascimento do fascismo e o pensamento de Sorel e de seus discípulos são a preocupação de Sternhell (1989), que acompanha a trajetória desse pensador, em especial, a sua crítica ao marxismo, a aproximação com a *Action Française* e Maurras⁹⁸ e com o liberalismo na defesa da propriedade privada.

A produção intelectual e a atuação política de líderes sindicais são analisadas procurando clarificar suas opções e compreender suas ambigüidades e contradições. A influência da *Action Française* e Maurras é também percebida nos textos de Plínio Salgado.

Ao discutir as matrizes teóricas do totalitarismo, Romano (1997) considera o Romantismo uma linha que marca, até a atualidade, o pensamento ocidental em seus pressupostos fundamentais.⁹⁹ Sua discussão mescla algumas reflexões sobre

⁹⁸Surgido na França a partir da crise gerada pelo caso Dreyfuss, o Comitê de L'Action Française, criado por Henry Vaugois e Maurice Pujo, ampliou espaço a partir da publicação da Revue de L'Action Française em 1899. Ultr nacionalista, a revista defendia a monarquia por interferência de Charles Maurras, que se tornou líder do movimento e responsável pela publicação. Suas idéias conservadoras, anti-republicanas e antidemocráticas pregaram um nacionalismo distinto do defendido no século XIX. No início do século XX, o movimento se ampliou discutindo a separação Estado-Igreja e, a partir de 1908, a revista transformou-se em jornal diário, dirigido por Maurras, e aglutinando diversos intelectuais da época como Léon Daudet, Jacques Bainville, Georges Bernanos e Jacques Maritain. A doutrina da Action Française ultrapassou as fronteiras francesas e influenciou diversos movimentos conservadores durante o século XX.

⁹⁹Na obra *Conservadorismo Romântico*, Romano (1997) considera que as vertentes progressista e conservadora aproximam-se na dívida que apresentam em relação à doutrina das cores de Goethe. Seu objetivo é analisar as correntes de pensamento presas ao século XIX, destacando os pontos de aproximação e de distanciamento entre elas. A relação Estado-Igreja, o conceito de soberania, o projeto revolucionário da burguesia são discutidos a partir das perspectivas de vários autores, como Maquiavel, Nietzsche, Hegel, Novalis e outros. Num primeiro momento, o autor contrapõe os discursos de Hegel e demais herdeiros das luzes aos pressupostos dos românticos. Em seguida, sintetiza as concepções românticas acerca da política procurando clarear sua corrente autoritária. Depois analisa a doutrina das cores de Goethe e salienta a discussão acerca dos elementos reacionários e conservadores presentes no romantismo.

o relacionamento entre marxismo, idealismo e romantismo. Temas como a relação sujeito-objeto, indivíduo e sociedade, família-sociedade-Estado, são discutidos convergindo para a solução autoritária que reconhece o indivíduo apenas como integrante de grupos: família, comunidade, Estado. Os grupos reconhecidos são aqueles em que os interesses se diluem, pois o objetivo é escamotear os conflitos de classe. A matriz autoritária presente no conceito de comunidade é apresentada como uma das possibilidades de sua aplicação. O indivíduo desaparece no povo e este é visto como a eterna criança que precisa de orientação e proteção. Desta visão ao autoritarismo dos governantes presentes no fascismo e nas ditaduras, a distância é curta (1997).

Para Romano (1994), o pensamento político conservador elimina a idéia de soberania popular em prol de conceitos abstratos sobre o Estado, privilegiando seus dirigentes e quadros. "O que é 'conservador'? O medo de que a população estrague a festa do poder, destruindo a segurança, a propriedade, os vínculos da tradição, as inovações técnicas que só beneficiam alguns. (...) Se tal concórdia implica em jogar nos porões da polícia este ou aquele inocente, se ela disfarça ódios arraigados, tudo isto importa pouco." (ROMANO, 1994, p.29).

Para o autor, a atitude diante da soberania popular é elemento que define um pensamento político como democrático ou conservador. Para os conservadores, a soberania popular consiste em risco e perigo à ordem vigente.¹⁰⁰

Essa visão de homem e sociedade é similar à apresentada por Plínio nos textos produzidos ao longo de toda sua vida política: nos primeiros tempos da AIB, durante seu exílio em Portugal e depois, na década de 1940, com a organização do PRP. Na conferência realizada em Coimbra em 8 de dezembro de 1944 a convite do

¹⁰⁰Karl Manheim define o pensamento conservador como aquele que não detém nenhuma utopia e, portanto, não possui predisposição para a formulação de teorias. Como ele mesmo ressalta, o pensamento conservador "consiste originalmente no gênero de conhecimento que fornece um controle prático". Para Manheim, o conservadorismo valoriza o passado, considerando o tempo como um criador de valor. Procura-se, então, preservar o passado e a sua presença se torna uma experiência concreta.

Centro Acadêmico de Democracia Cristã, Plínio afirma que as idéias apresentadas não constituem novidade, pois orientam seus escritos há um bom tempo. Sua preocupação nuclear são os conceitos de autoridade e liberdade e os limites entre ambos. Logo, a Democracia Cristã faz da liberdade dos homens o fundamento da autoridade do Estado que, por sua vez, faz desta, condição da primeira.

Como antítese dêste quadro do ideal democrático de liberdade e igualdade em um povo governado por mãos honestas e providas, que espetáculo apresenta um Estado democrático deixado ao arbítrio da massa! A liberdade moral da pessoa se transforma em pretensão tirânica de desafogar livremente os impulsos e apetites humanos, com dano para os demais; a igualdade degenera em nivelção mecânica, em uniformidade monócrona. O sentimento da verdadeira honra, a atividade pessoal, o respeito pela tradição, a dignidade, em uma palavra, tudo o que dá à vida seu valor, pouco a pouco se funde e desaparece, e unicamente sobrevivem, por uma parte, vítimas enganadas pela fascinação aparatosa da democracia (fascinação que se confunde ingenuamente com o espírito mesmo da democracia, com a liberdade e a igualdade) e, por outra parte, exploradores, mais ou menos numerosos, que souberam, mediante a força do dinheiro ou da organização, assegurar para si próprios, sobre os demais, uma posição privilegiada e ainda o mesmo poder.

E uma vez que aquela ordem absoluta, à luz da sã razão e especialmente à luz da fé cristã, não pode ter outra origem senão um Deus pessoal, Criador nosso, segue-se que a dignidade do homem é a dignidade da imagem de Deus; a dignidade do Estado é a dignidade de uma comunidade moral que Deus quis e que a dignidade da autoridade política é a dignidade de sua participação na autoridade de Deus. Nenhuma forma de Estado pode, deixar de ter em conta esta conexão íntima e indissolúvel, e muito menos a democracia.

Como poderá pois, acusar-se de falência o Cristianismo, se os seus valores sociais são postergados? Não é, antes, da sua ausência que sofre e morre a civilização moderna? A Europa quis desconhecer, senão expulsar, Cristo da organização da vida social – e ei-la que oscila entre a anarquia e a tirania.

Bancarota cristã? Não! Bancarota da falta de Cristianismo! (SALGADO, s.d., p.11, 13)

As relações Estado-Igreja constituem elemento fundamental para a compreensão da história política portuguesa na contemporaneidade. O Estado Novo, regime autoritário instaurado naquele país em 1926, faz parte desse processo,

pois assumiu desde o início uma orientação ideológica predominantemente católica. No entanto, a enorme influência da Igreja na implantação e consolidação desse regime não permite concluir que o salazarismo foi um regime confessional. "No salazarismo, ao contrário do que aconteceu na Espanha com o franquismo, nem o catolicismo foi declarado religião do Estado, nem o nome de Deus foi constitucionalizado... nem as outras religiões eram proibidas (...) nem a igreja nacional era subsidiada pelo Estado." (CRUZ, 1998, p.12).

Nesse, como em outros domínios, o salazarismo foi um regime de compromisso, em que católicos e leigos pactuavam o projeto e sua execução, observa o autor citado. O compromisso é analisado em seus múltiplos aspectos mostrando que esse entendimento evoluiu até atingir uma oposição expressa pela Igreja a um regime que insistia em não se adaptar aos novos tempos.

Em sua dissertação de mestrado, Carvalho (1993) procura elucidar os conceitos de nação e nacionalismo no Integralismo lusitano – sua escolha para a base dessa investigação recaiu sobre a revista Nação Portuguesa¹⁰¹ por ser a expressão coletiva desse pensamento e ao mesmo tempo obra de combate e de doutrinação:

...e que registra o desiderato do estabelecimento de uma monarquia orgânica tradicionalista e anti-parlamentar, conjugando uma tendência concentradora, personalizada no poder pessoal do rei, de grande amplitude no que concerne ao poder executivo, e numa tendência descentralizadora, originariamente assegurada pela família, como autónomo administrativo, e prolongada pelo município, pela província (como legítima expressão regional) e fechada no topo através da nação administrativa (assembléia corporativa).¹⁰²

¹⁰¹Revista de filosofia e política, fundada em 1913 por Alberto Monsaraz, António Sardinha e Hipólito Raposo, intelectuais que pretendiam manifestar seu protesto contra a República portuguesa. A publicação foi dividida em séries: 1914-1916 (Nação Portuguesa); 1922-1928 (Revista de Cultura Nacionalista). Publicação teórica e doutrinária do integralismo, defendia a monarquia orgânica tradicionalista antiparlamentar.

¹⁰²REVISTA NAÇÃO PORTUGUESA, n.1, 1914.

O Integralismo português¹⁰³ exerceu significativa influência no pensamento de Plínio Salgado, principalmente a obra de António Sardinha.¹⁰⁴ Os Movimentos, lusitano e brasileiro, apresentam diferenças: o primeiro é monarquista e emerge no começo do século XX; o segundo é republicano e ganha força a partir da década de 1930. Mas ambos são Movimentos de direita, nacionalistas, influenciados pelo catolicismo conservador, gestados no meio intelectual e apropriados e submetidos pelo Estado Novo.

Admitidas as ligações entre o fascismo, o Integralismo lusitano e o brasileiro, torna-se possível discutir o Integralismo de Plínio Salgado como Movimento nacional.

¹⁰³Movimento político e cultural herdeiro do pensamento contra-revolucionário português do século XIX e da tradição legitimista; foi gestado entre os reacionários da Universidade de Coimbra, logo após a implantação da República. Católico e monarquista, o movimento sofreu forte influência da Action Française e de Charles Maurras. Surgiu em 1914, como movimento literário e doutrinário, em torno da Revista Nação Portuguesa. Em 1916, o "nacionalismo estético, tornou-se político... a razão estética volveu-se em razão social", afirmava António Sardinha, e a Junta Central do Integralismo simbolizava essa mudança de rumo. Faziam parte da Junta: Adriano Xavier Cordeiro, António Sardinha, Hipólito Raposo, João do Amaral, José Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, Luís de Almeida Braga e Rui Enés Ulrich. Com a vitória sidonista e a publicação do jornal A Monarquia, o movimento atinge relevância (1917). A instabilidade posterior ao assassinato de Sidónio Pais e a questão da legitimidade de D. Manuel II dividem os integralistas. Aqueles fiéis a D. Manuel II formam a Acção Tradicionalista Portuguesa (1921). O pacto de Paris (1922) encerra essa fase de intervenção política fragilizando o movimento pois, nas palavras de Hipólito Raposo: "o Pacto de Paris pôs o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa, dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucionalista." O integralismo reflui após o Pacto retomando a atividade doutrinária com vigor atingindo os meios conservadores mediante a defesa do sindicalismo (fundamentado na escola de Georges Valois e no catolicismo social) e do nacionalismo (contra os partidos, as sociedades secretas, o bolchevismo e a intervenção estrangeira). É o momento da aproximação com o fascismo. A influência do integralismo se fortalecia à medida que sua organização e atuação política se fragilizavam. Assim, seu projeto marcou o Estado Novo português.

¹⁰⁴António Sardinha (1888-1925) simpático ao republicanismo e ao anarco-sindicalista, de comportamento elitista e aristocrático, converteu-se ao catolicismo e à monarquia em 1912. Líder do integralismo lusitano, diretor da Revista de Cultura Nacionalista, foi reconhecido por seus ensaios. Publicou "Ao princípio era o Verbo", "O valor da raça", "O território e a raça", "Adiante por sobre os cadáveres". Sua obra foi influenciada pelo espiritualismo tomista, por Jacques Maritain e Garrigou Lagrange. São conceitos fundamentais em seus textos: pessoa – o indivíduo torna-se pessoa quando se submete à totalidade em que se insere; sociedade – deve ser a expressão do interesse geral, portanto harmonia, coesão, ordem e unidade. Para ele, os grupos são manifestações das pluralidades individuais e devem ser integrados numa vinculação totalizadora – a comunidade voltada para o Absoluto.

A AIB foi analisada a partir de diferentes perspectivas, principalmente entre 1940-1980, quando predominam as explicações do movimento em sua dimensão nacional. São marcos dessa etapa as interpretações de Helgio Trindade, Gilberto Vasconcelos, José Chasin e Marilena Chauí.

Para Chauí, o pensamento autoritário brasileiro apresenta uma fragilidade teórica à qual corresponde uma eficácia prática, efetivada num "discurso normativo e programático-pragmático":

O discurso integralista tem a peculiaridade de operar com imagens, em lugar de trabalhar com conceitos... o primeiro efeito da operação com imagens é de ordem epistemológica: as imagens são um espelhamento ampliado e iluminado da experiência imediata, dotadas da capacidade de unificar aquilo que nesta última aparece fragmentariamente. Unindo o disperso, a imagem, espelho dos dados imediatos, exclui a reflexão e, simultaneamente cria a ilusão de conhecimento, graças ao seu aspecto ordenador. Esse procedimento possui também um efeito de cunho psicológico servindo tanto para apaziguar o destinatário pondo em ordem sua experiência, quanto para alarmá-lo com a desordem existente no mundo. (CHAUÍ e FRANCO, 1978, p.40)

Analisar as idéias de Plínio Salgado como "não identificáveis plenamente" com a ideologia do Integralismo em sua totalidade e o papel desempenhado pelos conceitos totalitarismo¹⁰⁵ e revolução no interior de seu ideário é o objetivo de

¹⁰⁵Termo utilizado pela ciência política na década de 1920 para descrever o regime fascista na Itália que posteriormente foi aplicado à Alemanha Nacional-Socialista e à URSS, especialmente no período stalinista. Seu uso consolidou-se durante o período da Guerra Fria. Uma das definições mais conhecidas desse conceito, de Friedrich e Brzezinski, elenca seis características distintas do totalitarismo: uma ideologia totalizadora, partido único, polícia secreta e o controle monopolista dos meios de comunicação de massa, das armas e das organizações sociais. Para H. Arendt, o totalitarismo constitui uma nova forma de dominação diferente das exercidas pelas antigas tiranias e despotismos, pois, além da destruição da capacidade política, busca a destruição dos grupos e instituições que tecem as relações da vida privada. Sua finalidade é a transformação da natureza humana. Para a realização dessa tarefa associa: ideologia, terror e partido único. Entre a interpretação de Arendt e a de Friedrich-Brzezinski existem diferenças: a maneira de abordar o tema, o papel conferido ao chefe, o âmbito de aplicação do conceito. Mas essas interpretações convergem em outros aspectos: o totalitarismo é visto como nova forma de dominação, sem precedentes quanto ao grau de mobilização da sociedade; identificação de três aspectos centrais do regime totalitário – uma ideologia oficial, o terror oficial, o partido único de massa. Do ponto de vista da filosofia política,

Ricardo B. de Araújo (1988). Na tentativa de mostrar que o pensamento de Plínio possui uma lógica particular, Araújo levanta pontos de contato e distanciamento com o fascismo italiano, semelhanças e diferenças com Miguel Reale¹⁰⁶ e Gustavo Barroso¹⁰⁷. O estabelecimento de um "sentido concreto" dos conceitos de totalitarismo, fascismo, conservadorismo e autoritarismo encaminha para a conclusão do caráter totalitário do pensamento de Plínio. Dois elementos presentes no conceito de totalitarismo são essenciais para se compreender as concepções plinianas: a idéia de participação absolutizada e a identificação das noções de igualdade e uniformidade.¹⁰⁸

pode-se dizer que o totalitarismo é um fenômeno novo e único na história, decorrente da falência da democracia liberal ou de um movimento revolucionário. Os regimes totalitários prescindem de legitimação externa (teoria do direito divino, soberania popular) pois sua ideologia é a revelação de uma verdade absoluta (a superioridade da raça ariana; realização da sociedade perfeita; o comunismo). Não há separação entre Estado e Sociedade Civil pois o líder é intérprete da verdade e da história, encarnação da própria sociedade.

¹⁰⁶A especificidade da reflexão teórica de Reale, em contraste com a de Plínio, reside na abordagem técnico-jurídica com que trata a estrutura que deverá ter o Estado Integralista, em vez de fazer reflexões de princípios. De certo modo, a formação católica de Plínio e mesmo o seu perfil intelectual como homem de letras levaram-no a valorizar mais a reforma do homem do que a do Estado. Em Reale, ao contrário, a sua formação jurídica e a trajetória política na vida universitária, que passou pelo liberalismo e pelo marxismo até chegar ao Integralismo, fizeram-no conferir ao Estado uma posição central em seu pensamento. Reale empreende sua reflexão teórica a partir de obras que versam sobre a história das idéias políticas como "Formação da Política Burguesa", "O Estado Moderno", "Atualidades do Mundo Antigo", "O Capitalismo Internacional – introdução à economia nova" e "Atualidades Brasileiras". As suas obras doutrinárias integralistas foram: "A Posição do Integralismo"; "Perspectivas Integralistas" e "ABC do integralismo". Essa diferenciação está presente nos estudos sobre o Integralismo como os realizados por Francisco Martins de Souza, Hélgio Trindade, Edgar Carone, José Brito Roque entre outros.

¹⁰⁷Gustavo Barroso nasceu em Fortaleza (1888) e faleceu em 1959 na cidade do Rio de Janeiro. Advogado, dedicou-se ao magistério, ao jornalismo e a literatura. Em 1923 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Dirigiu as revistas cariocas Fonfon e Selecta. Publicou 128 livros. Representou a terceira corrente do Integralismo defendendo o anti-semitismo, produto de análise econômica e não de cunho racial ou religioso. Suas obras doutrinárias são: Brasil, colônia de banqueiros, 1934; O Integralismo de Norte a Sul, 1934; O Quarto Império, 1935; O que o Integralista deve saber, 1935; A palavra e o pensamento integralista, 1935; Espírito do século XX, 1936; O Integralismo em Marcha. 1936; Judaísmo, Maçonaria e Comunismo, 1937; A Sinagoga Paulista, 1937; Comunismo, Cristianismo, Corporativismo, 1938; Integralismo e o Mundo, sd.

¹⁰⁸Cabe observar que o autor analisa apenas as obras de Salgado publicadas durante a existência da AIB, ou seja, entre 1932 e 1938.

Plínio não utiliza com frequência a categoria totalitarismo em seus textos pois, para ele, ela caracteriza o Estado comunista. Confunde totalitarismo com exercício autoritário do poder. Esta indistinção confirma a possibilidade de outro sentido de totalitarismo desenvolvido por Salgado, na visão de Araújo (1988). O próprio Reale reconhece as diferença entre os princípios teóricos e os papéis desempenhados pelas principais lideranças integralistas:

Como já observei, a AIB não formava unidade compacta do ponto de vista doutrinário, nela atuando correntes de opinião diversificadas. Pelo menos três delas persistiram até o término do movimento: uma, a mais numerosa, liderada por Plínio Salgado, fundada na doutrina social da Igreja e na exaltação nacionalista; uma outra, que dava ênfase especial aos problemas sociais e sindicais, assim como aos problemas jurídico-institucionais do Estado; e uma terceira, mais preocupada com os valores tradicionais da história pátria, a que acrescentava um anti-semitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação, com Gustavo Barroso à fente.

A segunda dessa corrente encontrava maior desenvolvimento em meus livros e nos de Olbiano de Melo, que, na realidade, era mais sindicalista que corporativista, o que, entre outras razões, explica a reduzida repercussão de sua obra no meio dos "camisas-verdes", ao contrário do que assevera Wilson Martins, que lhe confere foros de primeiro plano na formação ideológica da AIB. Na realidade, o "sindicalismo nacionalista" de Olbiano de Melo (evito de propósito a expressão "nacional-socialista" que acabou confundindo com o hitlerismo) não exerceu influência maior no pensamento integralista apesar de inegável mérito de suas obras.

Olbiano de Melo iniciara um movimento filo-fascista no interior de Minas Gerais, com base, porém, no estudo da situação e da possível evolução do sindicalismo no Brasil, numa espécie de pródomo da futura República Socialista, atribuída depois aos propósitos do Presidente João Goulart e seus aliados: o seu movimento foi absorvido pela AIB, como foi o dos "camisas-pretas" do advogado Carlos Crisci, em São Paulo, ou a Legião Cearense do Trabalho. Olbiano, que reunia todas as virtudes da mineiridade quanto à sua reservada e esquiva atuação, passou a integrar a "Câmara dos Quarenta", que longe de ser o órgão-chave da direção do movimento, como é voz corrente, correspondia antes a um Conselho, no qual Plínio Salgado congregava as figuras exponenciais da agremiação, oriundas das mais diversas áreas culturais. (REALE, 1987, p.81)

Recentemente os historiadores assumiram o Integralismo como objeto de suas investigações procurando entendê-lo nas suas especificidades regionais.¹⁰⁹ Constituem exemplos desse viés as análises de René Gertz e João Ricardo de Castro. O primeiro toma como campo de pesquisa as áreas de colonização alemã nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina; já o segundo analisa a trajetória da AIB no Maranhão no período de 1933 a 1937, momento em que os integralistas militaram na legalidade.

Outra proposta inovadora é a de Rosa Maria Cavalari (1999) que procura elucidar os mecanismos e as estratégias de organização, divulgação, unificação e homogeneização do Movimento. A autora acompanha Trindade ao considerar que a AIB foi fortemente influenciada pelo fascismo europeu. Seu objetivo é explicar o processo rápido pelo qual o Integralismo se transformou em partido de massa. Para ela, "a mística do sofrimento" e o "prazer da luta" são elementos fundamentais da estratégia de convencimento adotada pelos integralistas.

Na visão de Cavalari (1999), o Integralismo se apresentava como movimento cultural capaz de guiar as massas para a maturidade. A cultura é entendida como bem (posse de conhecimentos), podendo ser transmitida por aqueles que a possuem. Nesse sentido, a análise das publicações integralistas é essencial para a compreensão do movimento. A autora classifica os textos integralistas a partir dos próprios critérios de produção, isto é, os livros publicavam as idéias dos teóricos, e o jornal as popularizavam. A direção nacional da AIB controlava e normatizava as publicações de tal maneira que os jornais do interior reproduziam os de maior porte. Em função disso, os poucos elementos de diferenciação entre os jornais do Norte e do Sul do país foram as propagandas comerciais, as notícias sociais e as referências à política local.

Cavalari (1999) aponta ainda como características marcantes da imprensa integralista a obediência ao mesmo padrão gráfico e o constante recurso à estratégia de persuasão (imagem da crise brasileira, tom emotivo e outros). Os integralistas são vistos nessa obra como uma "comunidade de leitores", pois lêem as mesmas obras,

¹⁰⁹A esse respeito, ver: IRSCHLINGER (2001); CANABARRO (1994) e FALCÃO, L. F. (1998).

ouvem as mesmas idéias e adotam as mesmas atitudes. Os elementos de particularização indicados pela autora nos jornais do interior são objetos de interesse para estudos regionais, pois mostram os vínculos do Movimento com a sociedade local.

A partir desses estudos e pesquisas pode-se afirmar que é possível compreender o Integralismo como um movimento político-cultural que se difundiu pelo país e que ultrapassa a existência da AIB, estendendo-se aos anos 50, mesmo com as reformulações de suas premissas e estratégias de ação.

2.2.1 Os camisas-verdes nos Campos Gerais

O Integralismo teve grande aceitação no Sul do Brasil, onde se encontravam muitas colônias alemãs e italianas. No Paraná, alcançou grande repercussão não só pela presença das colônias estrangeiras, mas pela tradição política do estado. Oliveira (2001) realiza um estudo "fortemente empírico" sobre a formação da sociedade e dos mecanismos de poder no Paraná, e procura compreender os vínculos existentes entre as elites econômica e política paranaenses. O conceito de classe dominante está ancorado nos textos de Marx e Poulantzas. Essa classe seria formada por grupos familiares que se reproduzem por meio de diversos mecanismos ao longo do tempo. Não constitui um bloco homogêneo e sua unidade resulta do interesse das frações nela reunidas. O autor vê o Paraná como um estado voltado para o consenso e para a continuidade política em âmbito regional e nacional.

Suas considerações sobre a sociedade dos Campos Gerais e a formação de sua classe dominante são fundamentais para a compreensão da estrutura do poder regional. Contribuem também para entender a rápida difusão do Integralismo nas principais cidades do Estado como Curitiba, Ponta Grossa, Guarapuava, e em municípios menores nos Campos Gerais, como Teixeira Soares, Castro, Piraí do Sul, Jaguariaíva etc.

Em Castro os integralistas iniciaram suas atividades em janeiro de 1935, contando com vinte simpatizantes, entre os quais estavam médicos, jornalistas, políticos e empresários. As reuniões dos integralistas aconteciam semanalmente na sede do

núcleo, situado no centro da cidade. Em 1937 esse grupo fundou o jornal O Legionário, periódico doutrinário e de divulgação das ações dos camisas-verdes na região:

O LEGIONÁRIO será o jornal dos proletários, dos estudantes, dos jovens, das crianças, das mães, dos brasileiros de todas as profissões, de todas as classes, e de todas as idades... terá por objetivo principal a divulgação da doutrina Integralista em linguagem acessível a todos... refletirá em suas colunas a marcha gloriosa das legiões do Sigma. Por seu intermédio ouviremos a voz do chefe e a daqueles que atendendo ao seu apelo se arregimentaram sob a bandeira azul e branca para construir a Grande Nação – o nosso querido Brasil.¹¹⁰

Para O Legionário, de acordo com seu primeiro número, o Integralismo deveria ser entendido como "ação social, uma cruzada de renovação em prol de uma pátria melhor". Na tentativa de uma explicação didática, afirma que o Integralismo não é um partido político, pois os partidos defendem interesses de setores sociais e se congregam em torno de um programa, enquanto o movimento Integralista busca a todos os brasileiros e se reúne em torno de uma doutrina. Nesse número foi divulgado o Código de Ética Jornalística elaborado pelo Chefe Nacional e que deveria ser seguido por todos os jornalistas do Sigma. O Código defende um jornalismo doutrinário, educativo, preocupado com a veracidade das informações e critica o sensacionalismo.

Ainda que se dirigisse a toda a população, como afirmava ser seu objetivo, o jornal constantemente convocava as mulheres, a mocidade e os católicos para as fileiras do Sigma. A mulher, embora tivesse um espaço reduzido na imprensa, aparece com a missão de despertar esse ideal entre as demais, tal como o faz a integralista Cecília Isabel:

¹¹⁰O LEGIONÁRIO, 20 de janeiro de 1937, p.01. Este semanário integralista circulou em Castro durante o ano de 1937. Foi dirigido por Joaquim Carneiro e o responsável pela redação era João Toledo Mascarenhas. Seu objetivo principal era a divulgação da doutrina integralista a todas as classes sociais e a todas as idades numa linguagem acessível. Por isso, apresentava com regularidade data, local e hora das reuniões integralistas, e incentivava os leitores a contribuir com o jornal e com o Movimento. Ao lado disso, cumpria com o seu papel de órgão de comunicação pois nele podiam ser encontradas notas sociais e esportivas, a programação do Cine Odeon e notícias locais, nacionais e internacionais. Os anúncios tinham espaço privilegiado e merecem destaque: Joalheira Lopes, Café Seletto, Tinturaria Castrense e o Café Pérola. Na programação do Odeon chama atenção a divisão do público: soirée, soirée popular e soirée das moças.

Eu faço este apelo a ti, mulher brasileira... A pátria precisa de ti, a pátria chama por seus filhos... Renuncia a este ambiente de ilusões, ambiente corrompido de futilidades. Aceita, com um sorriso dignificante nos lábios a missão que Deus, te confiou, de mulher, filha, esposa e mãe.¹¹¹

Essa publicação acompanhava a marcha das "Legiões do Sigma" e reproduzia "a voz do chefe", Plínio Salgado, e de outras lideranças. Segundo o jornal, nos Campos Gerais o Movimento espalhou-se. A edição de 27 de janeiro de 1937 faz menção às filiações no núcleo integralista de Jaguariaíva:

ADMIRAVEL O SURTO DO INTEGRALISMO EM JAGUARIAÍVA

Uma caravana de camisas-verdes, integrada pelo nosso redator visita o interior do Município. Mais 2 sub-núcleos fundados! 93 inscrições num só dia!

No Domingo passado, 24 do corrente, conforme fôra antes projetada, saiu de Jaguariaíva com destino ao interior do município, uma pequena "bandeira" integralista...

O Nucleo de Jaguariaíva é um dos Nucleos mais futurosos do Paraná. Lá, a Liberal Democracia está de pezames. E ao que tudo indica, nas proximas eleições, os camisas-verdes de Jaguariaíva, poderão contar com uma estrondosa vitoria.¹¹²

Outro artigo refere-se à criação do Núcleo Integralista de Piraí do Sul:

...Piraienses! Bravos patrícios! Batalhadores que sois hoje do credo "Ordem e Progresso", vós como todos aqueles que tiveram o desassombro de abraçar a causa patriótica do Integralismo, legião dos camisas-verdes, sofrereis a oposição e a perseguição mesmo dos adeptos da política desengonçada e dos fantoches políticos, instrumentos de manejo do capitalismo, mas vós, que tendes a convicção inatingível de que estais cooperando para a criação de uma Pátria nossa, puramente nossa, unicamente nossa, deixai que vos atirem as pedradas da injúria e da incompreensão; esmagai com a sola do vosso sapato as palavras vãs dos fazedores de política, que tudo prometem e não dão nada e certos de que marchais para o triunfo passai de

¹¹¹O LEGIONÁRIO, 27 de janeiro de 1937, p.01.

¹¹²O LEGIONÁRIO, 27 de janeiro de 1937, p.01.

cabeça erguida, por cima do apôdos que vos jogarão. Chegará o dia em que brasileiros deste imenso, Brasil veremos triunfante e protetora a nossa bandeira tremular respeitada por todos.¹¹³

A partir do Estado Novo, o Integralismo teve seus espaços políticos reduzidos. Nos Campos Gerais, Teixeira Soares, única cidade da região que elegeu um prefeito integralista, chegou a vivenciar alguns conflitos em razão dessa conjuntura, como expõe o jornal Diário dos Campos:

Como é sabido, por força do artigo 177 da Constituição, foi demitido da função de Prefeito de Teixeira Soares, Sr. Molinari, sendo nomeado seu substituto o senhor Ironi Teixeira Pinto. O Sr. Molinari era adepto do Sigma e por isso, Secretário e Tesoureiro da Prefeitura também eram integralistas. Assumindo o cargo o senhor Ironi Pinto procurou cercar-se de funcionários de sua confiança e demitiu o secretário integralista Daros, substituindo-o pelo Sr. Carlos Ribeiro. O Sr. Daros não se conformou com isso e terça feira última, talvez para tirar uma revanche, entrou no recinto da Prefeitura, de chapéu na cabeça e lançou ao Tesoureiro um vibrante anauê. Advertido sobre a inconveniência de sua atitude em uma repartição pública, o sr. Daros, revoltando-se, insultou o prefeito e o secretário, saindo em seguida...¹¹⁴

Em Ponta Grossa, a AIB organizou-se já nos fins de 1932 e, até sua extinção em 1938, contou com três chefes: Estevam Coimbra, Emmanuel Bittencourt Corrêa de Castro e Benjamin Mourão. O núcleo local da AIB reunia mais de 700 filiados e grande número de colaboradores e simpatizantes.

Ponta Grossa constituiu-se em uma das cidades onde o integralismo melhor se estruturou no Paraná, contando com grande número de italianos e alemães e seus descendentes em sua composição populacional na década de 1930 e possuindo uma população majoritariamente fixada na zona urbana, o que facilitava as discussões de idéias, a circulação de notícias e a organização de associações das mais diversas formas. Enfim, o integralismo encontrou na cidade um local propício para a sua disseminação. (CHAVES, 2001, p.179)

¹¹³O LEGIONÁRIO, 03 de março de 1937, p.02.

¹¹⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 de dezembro de 1937.

Em 1934, são comuns notícias sobre o Integralismo publicadas pelo Diário dos Campos. Por exemplo, o jornal divulgou entrevista com Abílio Holzmann, militante local, que dizia que o regime Liberal Democrático havia oferecido à classe pobre somente a instrução primária e que só isso não seria suficiente para a "evolução" dos povos – do Brasil, o Integralismo prometia instrução secundária e superior: "o Integralismo tornará acessível aos filhos dos operários a instrução secundária e superior; garantirá por meio de seus sindicatos, representação legítima de todas as classes; guiada pela tríade bendita: Deus-Pátria-Família assombrará o mundo com um novo Brasil, Respeitado e Forte".¹¹⁵

A estada de Plínio Salgado em Ponta Grossa mereceu destaque e o Diário dos Campos comenta sua fala no Teatro Éden, denominando-o: "reformador de idéias de um Brasil novo, forte, soberano".¹¹⁶ Convidado a permanecer mais um dia na cidade, Plínio elogiou os ponta-grossenses dizendo-lhes que têm capacidade de amar a pátria e entender a *Idéia Nova*.

Outra visita que repercutiu na cidade foi a da bandeira integralista de Curitiba. Além de informar que os camisas-verdes que chegaram na Av. Vicente Machado foram muito aplaudidos pelos ponta-grossenses, o jornal estampou que "Ponta Grossa foi ontem a capital da Província Integralista".¹¹⁷

Posteriormente, a tônica de várias reportagens do Diário dos Campos seria a legalidade do Integralismo, a permanência de Plínio em sua chefia e a repressão a outras organizações. De acordo com o jornal, o alvo da repressão eram os sindicatos, os trabalhadores mais esclarecidos, a pequena imprensa trabalhista, os intelectuais independentes e os comunistas, que poderiam ser condenados a cumprir penas de dois a quinze anos.

¹¹⁵DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 de novembro de 1934.

¹¹⁶DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 e 23 de setembro de 1934.

¹¹⁷DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 de outubro de 1934.

Não raro, as ações dos integralistas eram convertidas em notícias. Divulgou-se, por exemplo, que o chefe provincial da AIB, Vieira de Alencar, estava organizando uma concentração integralista com o apoio dos ferroviários para que num trem especial conduzisse a Curitiba os camisas-verdes da Princesa dos Campos.

Com um efetivo de 175 milicianos, seguiu hoje, à hora 0:30, a bandeira miliciana do núcleo integralista de Ponta Grossa, para tomar parte na concentração da capital que vai reunir em parada geral, para juramento à bandeira nacional, perto de 2.600 camisas-verdes da Ação Integralista Brasileira. (...) A bandeira chegará à capital à hora 0:6 de hoje sendo recebido por uma bandeira provincial, postada à rua Barão do Rio Branco.¹¹⁸

A viagem foi relatada em manchete pelo Diário dos Campos e a participação dos integralistas recebeu elogios de autoridades como o brigadeiro Dr. Orlando Ribeiro de Castro, chefe do departamento Nacional Eleitoral e Sindical do Serviço de Ordem Política que, na ocasião, se encontrava em Curitiba. "...a bandeira miliciana de Ponta Grossa brilhou em toda a linha pelo seu garbo, número de homens, cuidado com instruções e perfeita disciplina".¹¹⁹

Os Encontros nacionais da AIB também mereciam divulgação. Foram os casos do II Congresso Integralista Brasileiro, realizado em Petrópolis (1935), e da reunião do Núcleo Integralista do Braz (1935). Dessa reunião, o jornal fez menção ao discurso de Plínio que, ao referenciar o Paraná, teria dito que "o núcleo de Ponta Grossa é tão poderoso que os seus componentes desafiaram os aliancistas a fundarem ali uma sucursal. De fato, os comunistas têm receio de serem enxotados pelos camisas-verdes de Ponta Grossa." Essa afirmação levou o Diário dos Campos a consultar o chefe do Núcleo Integralista de Ponta Grossa, Estevan Coimbra, se havia feito algum desafio à Aliança Nacional Libertadora. E ele teria dito que não.

Nos dias seguintes ocorreram alguns atritos entre o Diário dos Campos e os integralistas sobre o teor das matérias publicadas. Tais atritos se acentuaram

¹¹⁸DIÁRIO DOS CAMPOS, 06 de janeiro de 1935.

¹¹⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 de janeiro de 1935.

quando o jornal divulgou a proibição – ordem expedida pelo interventor Manoel Ribas – do uso da camisa-verde no Paraná. Meses depois, a notícia tratava de confirmar que os integralistas não podiam usar camisa verde, nem fazer propaganda de sua doutrina, por ordem unânime do Tribunal Regional do Estado.

O Diário dos Campos comentava, criticava e divulgava não só as ações dos integralistas, mas igualmente de instituições como a maçonaria e a Igreja Católica. Desde 1934, essas críticas vinham se tornando mais intensas, pois a Igreja Católica havia assumido oficialmente posição contrária ao Integralismo e condenado o envolvimento do clero e de seus fiéis com essa doutrina. A opinião da Igreja parecia importante também para os seguidores do sigma. O jornal integralista O Legionário menciona em alguns de seus exemplares a adesão de sacerdotes ao movimento e o apoio de setores da Igreja. Percebe-se que havia certa tensão entre os católicos em relação ao Movimento camisa-verde.

Nos primeiros tempos da AIB, alguns bispos e padres apoiaram o Integralismo. Entre os nomes mais destacados estão o do bispo de Porto Alegre D. João Becker e do então padre Hélder Câmara. Em um texto da Enciclopédia do Integralismo, Câmara escreveu sobre o papel da educação integralista:

Nós temos que reagir contra a deturpação dos propósitos tão lindos da escola nova. Nós temos que salvar a pedagogia moderna nos seus legítimos anseios! E não há dúvida que é muito mais de entender-se a escola soviética do que a escola ianquizada que os brasileiros vivem a imitar.

A pedagogia da Rússia é diabólica, mas é muito mais decidida e coerente do que a da América do Norte. Os russos não param em paliativos. Assentam, firmemente, um ponto a obter e, para a consecução do seu objetivo, empregas às claras, meios terríveis. (CÂMARA, s.d., p.32)

Adiante, conclui:

Dentre em pouco, uma jovem criadora de pedagogia integralista, vossa mestre de ontem e nossa irmã de hoje, a camisa-verde Letícia Ferreira Lima mostrará como nossa doutrina educacional é equilibrada e justa, verdadeira e ampla! Aqui eu ainda

lembrarei como, senhores de uma doutrina assim, saberemos realizá-la sem incorrer nas tristes inconseqüências do mestre burguês.

Não intentaremos o reajustamento da sociedade pela escola. Implantaremos um regime novo e só então a nova escola poderá existir e atuar de maneira eficaz. (CÂMARA, s.d., p.34)

Em 1937, o Diário dos Campos continuou publicando artigos que relacionavam Integralismo e catolicismo, procurando apontar a incompatibilidade entre ambos. Exemplo disso encontra-se neste texto de José Hoffmann:

Quem escreve essas linhas é um católico... Os chefes integralistas procuram, astutamente, fazer crer, aqui no Paraná e em outros Estados, onde o catolicismo representa a maioria esmagadora, que a sua doutrina é recomendada pela Igreja e por seus eminentes antistes. Fazem-no, é bem de ver, para granjear, adeptos. Poucos não foram os católicos pontagrossenses que, imbuídos em sua boa fé, prestaram, levados por essa propaganda solerte, o juramento de fiel obediência a um homem, o iniciador do fascismo crioulo.

Ao mesmo tempo que assim agem no Paraná e em outras unidades da Federação, os próceres integralistas não escondem a sua solidariedade a Hitler, que é protestante e perseguidor do catolicismo...¹²⁰

Na mesma edição o jornal traz a notícia do afastamento de Dom João Becker, Bispo de Porto Alegre, do Integralismo, e reproduz suas afirmações:

O integralismo tem os mesmos defeitos dos regimes absolutos, da autocracia, da ditadura. A Nação brasileira consciente e ufana de sua liberdade, nunca se sujeitará condicionadamente ao arbítrio vacilante de um chefe de Estado totalitário, nem a ele só, em atenção á sua pessoa, jurará obediência e fidelidade. O que o integralismo oferece em nome de Deus já está garantido pela Constituição Federal... Julgo uma necessidade para todos os bons católicos apoiarem e defenderem as instituições republicanas vigentes e o regimen democrático consagrado pela Constituição Federal...¹²¹

¹²⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de março de 1937.

¹²¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de março de 1937.

Ao analisar a trajetória de Dom João Becker enfatizando a relação da Arquidiocese de Porto Alegre com o poder central, Artur Isaia (1998) comenta que o bispo, por meio da sua 25.^a Carta Pastoral, *Normal de renovação social*, definiu sua posição de apoio a Vargas rompendo com qualquer vínculo com o Integralismo.¹²²

Para reforçar seus argumentos, o jornal publica a opinião do Cônego Domingos Martins, de Belo Horizonte:

Justifica-se toda a repulsa dos católicos contra o Integralismo, que é uma caricatura do nazismo perseguidor de religiões. A perseguição a milhares de padres católicos na Alemanha é uma advertência as nações católicas que adotarem o nazismo em suas varias modalidades. O Brasil religioso está no dever de combater energicamente o integralismo, porque além de colidir com os Santos Evangelhos, que determinam obediência absoluta só a Deus, coloco-me contra esse qualquer, que prega a mudança do regime liberal, por todos os modos convenientes à nossa índole de povo pacífico... As legendas do Integralismo, cada vez mais pomposas, incluindo até o santo nome de Deus, são uma isca perigosa de demagogos que bons católicos devem repelir.¹²³

Nesse mesmo artigo, o jornal se apresenta como tolerante e ressalta a eficiência administrativa de Hitler, mas se contrapõe às estratégias impositivas dos integralistas e ao anticatolicismo dos nazistas.

A notícia de que o Vaticano havia condenado o nazismo é oportunamente estendida às demais correntes autoritárias e serve para fortalecer a posição do jornal.

Supomos não se fazer mister insistir na grande afinidade existente entre o fascismo da Itália, o nazismo da Alemanha, o rexismo da Bélgica, o integralismo no Brasil, etc. em ultima análise, esses sistemas políticos só se diferenciam nas cores das camisas e em poucos subalternos... Plínio Salgado, solertemente, para granjear adeptos, procura

¹²²A obra de Artur Isaia analisa a trajetória e as Cartas Pastorais de Dom João Becker com objetivo de investigar o posicionamento oficial da Arquidiocese de Porto Alegre frente a escalada autoritária varguista (p.17). O trabalho está dividido em três partes: a primeira, "Em busca de uma unidade moral", acompanha o posicionamento oficial do episcopado de Dom Becker; a segunda, "Construção nacional e catolicismo", enfatiza as relações cordiais entre o bispo e Vargas; a terceira, "Regeneração social e ordem política", analisa as ligações do projeto Leme – Vargas.

¹²³DIÁRIO DOS CAMPOS, 19 de março de 1937.

fazer crer que o sigma está adstrito á Igreja Católica Romana para os que a ela pertencem, e as igrejas presbiterianas para os que não admitem o poder Papal... Agora, nos chega a notícia de que S. S. Pio XI, em sua ultima encíclica, condenou o nazismo. Isso equivale dizer que o Papa condenou, também tácita mas inegavelmente, o fascismo, o integralismo e todas as imitações do regime vigorante na Itália. Um telegrama nos dá ciência, aliás, que a volta precipitada de Mussolini, da Líbia para Roma, foi motivada precisamente pela agitação que causou na capital alemã a orientação solene de Pio XI ao clero germânico, e pela derrota sofrida pelas italianos em Guadalajara...¹²⁴

Em Ponta Grossa, apesar das críticas do Diário dos Campos e de setores organizados da sociedade, nas eleições municipais de 1935, a AIB elegeu quatro vereadores: Olympio de Paula Xavier¹²⁵, Antônio Dechandt¹²⁶, Albino Wiecheteck¹²⁷ e Adelino Machado de Oliveira¹²⁸. Esse fato demonstra a repercussão do ideário

¹²⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 de março de 1937.

¹²⁵Olympio de Paula Xavier, pertencente a uma tradicional família local, nasceu em 1902 e formou-se em Odontologia e Direito em Curitiba. Exerceu cargos públicos e foi professor de Língua Portuguesa e História em Ponta Grossa.

¹²⁶Antonio Dechant, filho de imigrantes alemães, nasceu em Ponta Grossa em 1896. Na década de 1920, tornou-se proprietário da Tinturaria Esperança de onde expandiu seus negócios. Foi presidente do Operário Ferroviário, o mais popular clube de futebol da cidade e dirigiu o Asilo São Vicente de Paula por oito anos. Após o término de seu mandato como vereador, afastou-se da vida política. Faleceu em 1981.

¹²⁷Albino Wiecheteck era descendente de alemães e destacou-se como comerciante em Ponta Grossa.

¹²⁸Adelino Machado de Oliveira nasceu em 1893 no município de Palmeira (próximo à Ponta Grossa). Filho de ferroviário, atuou no comércio e na indústria ponta-grossense. No início da década de 1930 estabeleceu uma casa comercial em Ponta Grossa e em 1935 foi eleito vereador. Em 1951, então filiado ao PTB, elegeu-se novamente vereador na cidade. Em sua segunda gestão, como Presidente da Câmara, substituiu o Prefeito Municipal em vários impedimentos. Autodidata, Adelino Oliveira tinha como autores preferidos Coelho Neto, Humberto de Campos e Raymundo Correa. Apreciava música popular, clássica e folclórica. Tocava violão e era um admirador de pintura, danças e teatro. Participou de diversas entidades na cidade, como a Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê, o Centro Operário Cívico Beneficente, a União Católica, a Associação São Vicente de Paula, além de diversos clubes sociais. Faleceu em 1969.

integralista na cidade, uma vez que a Câmara de Vereadores contava com apenas oito cadeiras.

Na sessão solene de tomada de posse, em 25 de janeiro de 1936, Olympio de Paula Xavier, em nome de seu partido, "pediu e obteve uso da palavra", e "definiu a atitude não oposicionista da bancada integralista".¹²⁹ Já na primeira sessão ordinária, em manifestação oficial, o mesmo vereador solicitou que o prefeito Albary Guimarães tomasse providências para que fossem concluídas as obras da Igreja na Praça Barão de Guaraúna, no centro da cidade. Na mesma ocasião, requereu informações sobre as relações contratuais entre o município e o Governo do Estado.¹³⁰

Pouco depois, em julho do mesmo ano, em função da ordem de fechamento dos núcleos integralistas no Paraná, Olympio Xavier, em nome da bancada comunicou à Presidência da Câmara Municipal que todos os vereadores camisas-verdes se ausentariam das sessões enquanto durasse tal determinação:

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal desta cidade de Ponta Grossa. Em virtude de haver o Exmo. Sr. Governador do Paraná determinado, sem fundamento legal, fossem fechadas as Sédes dos Nucleos Integralistas dêste Estado, unica unidade da Federação em que tais medidas arbitrarías foram tomadas, a Bancada Integralista desta cidade, por Deus, pela Pátria e pela Família, resolve, em sinal de veemente protesto, e até ultteriores deliberações, não comparecer às Sessões da Câmara Municipal de Ponta Grossa. Sala das Sessões, 2 de julho de 1936. (aa) Olimpio de Paula Xavier, Albino Wiechteck, Antonio Dechandt e Adelino Machado de Oliveira. Continuando com a palavra, após solicitar que fosse transcrito na Ata o mencionado requerimento, frizou que a atitude da Bancada Integralista não visava escurecer o ambiente de cordialidade que vinha caraterizando a Câmara de Ponta Grossa, mas era uma atitude política indispensavel, em face das circunstancias.¹³¹

¹²⁹Ata da Sessão Solene de tomada de posse do Prefeito Municipal e Vereadores de Ponta Grossa. 25 de janeiro de 1936.

¹³⁰Ata da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 27 de janeiro de 1936.

¹³¹Ata da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 02 de julho de 1936.

A decisão dos integralistas foi solidariamente apoiada pelos demais vereadores, que inclusive registraram suas manifestações oficialmente.

Respondendo às palavras do Vereador Olimpio de Paula Xavier, o Exmo. Sr. Presidente lamentou o fato e agradeceu a cooperação da Bancada Integralista, no que foi secundado pelos Vereadores Leopoldo Roedel e Alberto Thielen, que fizeram suas às palavras do Exmo. Sr. Presidente da Câmara.¹³²

Essa atitude dos vereadores não integralistas chama atenção, porque, além de inviabilizar os trabalhos por falta de quórum, contrariava as orientações das forças políticas que eles representavam.

Quando do fechamento das Câmaras Municipais em todo país em virtude da implantação do Estado Novo, Olympio de Paula Xavier, novamente representando a bancada integralista, manifestou-se da seguinte forma:

Pedi a palavra o sr. Vereador Olimpio de Paula Xavier que, em seu nome e no de seus companheiros, agradeceu aos demais componentes do legislativo a atenção sempre dispensada a si e aos seus companheiros durante os trabalhos legislativos, desde a instalação desta Câmara. Outrossim, rendiam homenagem ao sr. Ossian Madureira Correia, Presidente duas vezes eleito, isso por causa do seu alto espírito de justiça na orientação dos trabalhos.¹³³

A leitura das Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa no período de 1936-1937 permite concluir que as relações entre integralistas e demais vereadores era de cordialidade e cooperação.

Esse relacionamento pode ser compreendido a partir da representatividade dos integralistas na Câmara Municipal que se evidenciou em diversos casos, como na eleição de Juizes de Paz de Ponta Grossa em fevereiro de 1936. Neste processo, para escolha dos juizes para Ponta Grossa, Itaiacoca e Conchas (distritos da

¹³²Ata da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 02 de julho de 1936.

¹³³Ata da Câmara Municipal de Ponta Grossa, 10 de novembro de 1937.

cidade), os vereadores integralistas elegeram seus três representantes, derrotando os candidatos do Partido Social Democrático.

A dimensão urbana de Ponta Grossa nesse momento permite pensar as normas e os ritos de sociabilidade na cidade tendo presente aquilo que Pierre Mayol denominou "conveniência" (MAYOL, 1996). ou seja, o comportamento do indivíduo na comunidade à qual pertence faz com que ele seja "reconhecido" pelos demais. As tradições preestabelecidas definem modos de agir os quais tendem a impedir a ruptura do contrato social implícito que rege a coexistência dos grupos. A arte da convivência com parceiros (vizinhos, amigos, parentes, subalternos etc.), ligados pelo fato concreto e essencial da proximidade e da repetição, se dá a partir de tal contrato. Ao abrir mão de atitudes isoladas ou individuais em nome de um "saber comportar-se", todo indivíduo contribui com sua cota para a vida coletiva, para ser "reconhecido" e "considerado" por seus pares.

A AIB mantinha a sede principal numa das ruas centrais de Ponta Grossa e três subsedes nos principais bairros da cidade, entre as quais se destacava, pela atuação, a do bairro da Nova Rússia, importante pelas atividades industriais e comerciais nos anos 30. Essa subsede era chefiada por Pedro Dihl, de ascendência alemã, industrial do ramo de bebidas, e por Waldemar Hoffmann, também de origem alemã, antigo militante do Partido Hitlerista de Ponta Grossa.

Para divulgar suas idéias os integralistas locais contam com: INVICTA, revista mensal, pequeno formato, 16 páginas, de orientação católica e integralista, dirigida por Vulmeron B. Marçal, tendo como redator João Cecy Filho, diretor financeiro da AIB; e A RAZÃO, semanário independente, pequeno formato, 10 páginas, orientação integralista, dirigida por Princelívio Miranda.

Os camisas-verdes também organizaram uma rádio localizada no centro da cidade. Essa iniciativa coube a Abílio Holzmann, comerciante de origem alemã, que adaptou suas instalações comerciais para abrigar a emissora. A Rádio Verde teve

duração efêmera, pois, fundada em 1937, foi proibida de funcionar em dezembro do mesmo ano com a implantação do Estado Novo.

Essas medidas repressivas atingiam diversos grupos em todo o país. Uma conspiração dos sigmóides cariocas foi relatada em 17 de março de 1938, quando o Diário dos Campos afirmou que, em Ponta Grossa, "desde muitos dias antes de 10 de março, dia aprazado para o início da mashorca, os sigmóides andavam num vaivém contínuo. Ligações e reuniões eram denunciadas pelo agrupamento à noite na rua 15 de novembro (...). Pela manhã do dia 10 houve concentração de gente em vários pontos da cidade...."

O Diário dos Campos deu grande destaque às ações integralistas e à repressão ao movimento, prisão dos envolvidos e condenação de onze de seus membros locais. Entre os enquadrados no artigo 4.º da Lei de Segurança Nacional como líderes da conspiração em Ponta Grossa estão: Benjamim Mourão (chefe municipal), Luiz Cundari (funcionário da Companhia Prada de Eletrificação), Valentim Coelho (correspondente do Correio do Paraná), Pedro Dihl (proprietário de fábrica de bebidas), Bertholdo Ditzel (comerciante), Odilardo Freitas (funcionário do Banco do Brasil), Olympio de Paula Xavier (advogado), Antero Machado de Mello (sócio-proprietário da farmácia ContiMello), Elysio Rodrigues da Rocha (ferroviário) e outros. Em seus comentários sobre a fracassada Intentona, o jornal enfatizava o antagonismo entre os integralistas e os aliancistas na cidade, conferindo um caráter inquietante na exposição de planos e objetivos da rebelião.¹³⁴

¹³⁴De acordo com os arquivos do DOPS/PR, foram também detidos em razão da intentona em Ponta Grossa: Arnaldo Legat, Dante Lavalle, Raul Vieira, Elói da Cunha Costa, Guilherme Voigt, Nelson Solano Batista, Manoel Torres, Francisco Cardoso de Menezes, José da Cruz Brito, Reinaldo Safraider, Valdemar Hoffmann, João Cecy Filho, Jorge Canto Nasser, Abílio Holzmann etc.

Nessa fase, procurou se associar integralismo e fascismo, na tentativa de incriminar os participantes da Intentona. Muitas foram as denúncias encaminhadas às delegacias de Ponta Grossa e Curitiba. José Hoffmann, crítico ferrenho do Integralismo, prestou depoimento confirmando denúncias do Diário dos Campos contra Abílio Holzmann e sua esposa. "Juca" responsabilizou Holzmann pela articulação do movimento integralista na cidade através da "rádio verde". De acordo com ele, após a prisão de Holzmann, a esposa deste continuou com as transmissões e arregimentou outras mulheres para a causa.¹³⁵

Além de Hoffmann outras testemunhas acusaram os integralistas, reafirmando seus vínculos com Hitler e o nazismo. Percebe-se a intenção de incriminar os camisas-verdes, independente do motivo.

Por um curto período os integralistas silenciaram-se até que Plínio Salgado divulga um manifesto por todo o país.

Há um anno, dirigi-me a vós, numa hora de inquietude, que comportava afflictivas apreensões, alguns dias depois plenamente justificadas. Naquella oportunidade, tracei-vos, de maneira nítida, a orientação condizente com os postulados da doutrina espiritualista e nacionalista que esposaste.

Hoje, doze mezes transcorridos em silêncio ao qual me obriguei a fim de não serem minhas palavras interpretadas como defesa individual, volto a dirigir-me a todos aquellos que durante seis annos estudaram, compreenderam e acceitaram as idéias que expuz, em todo o território da Pátria, animado pela esperança de oppôr uma barreira de vontades esclarecidas á ameaça bolchevista e á anarchia dos espíritos.

Ensinei-vos a fé em Deus, o amor a Pátria, o ideal de unidade nacional, a prática das virtudes christãs, o culto dos heroes brasileiros e dos episódios militares da nação, a renúncia pessoal, o esforço permanente no sentido de doar á Posteridade um Brasil maior do que aquele mesmo que herdamos de nossos antepassados...

O Brasil vale todos os sacrificios pessoaes por maiores que sejam... por ele soffremos todos os insultos e calúnias da imprensa vermelha e liberal democrática, assim como todas as perseguições dos políticos profissionais...

¹³⁵Depoimento prestado por José Hoffmann na Delegacia Regional de Ponta Grossa, em 24 de maio de 1938. Acervo da Delegacia de Ordem Pública e Social, Curitiba.

Não julgueis que estas minhas palavras encerram quaesquer intuitos de vulgar adesão, de mudança, um milimetro sequer, da linha de dignidade que me impuz e vos tracei... Qual a orientação que pois, vos recommendo? A orientação da paz, da ordem, da abstenção de quaesquer agitações.¹³⁶

Nesse panfleto, Plínio reforçou suas idéias e recomendou aos integralistas que se afastassem de qualquer conflito com o governo.

Derrotados, postos na ilegalidade, os integralistas desaparecem das páginas do Diário dos Campos até meados dos anos 40. A partir de 1942, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, o grande inimigo passou a ser o Nazismo. Terminado o conflito, o Comunismo assumiu esse papel nas representações do jornal. Inúmeras matérias sobre essa temática foram publicadas.

No tempo em que José Hoffmann, um católico liberal, descendente de russo-alemães, foi proprietário e principal cronista do Diário, o jornal caracterizou-se pelo combate às idéias "exóticas" expressas por movimentos como o comunismo e o Integralismo, dos quais absteve-se de publicar artigos doutrinários e propagandas em suas páginas. Ou seja, a posição desse jornal partiu sempre de alguns princípios defendidos por Hoffmann, e nessa representação o Integralismo era visto como desrespeito à ordem social e às autoridades constituídas, como mera reprodução de modelos externos, como inadequado à índole pacífica do povo brasileiro. Seus militantes eram apresentados como extremistas, fanáticos, violentos, agentes do nazismo envolvidos em conspirações reprováveis.

Na disputa com grupos de outras tendências, o projeto integralista, apesar da oposição da imprensa e do governo, tomou vulto e conseguiu alcançar significativa repercussão em Ponta Grossa e na Região.

¹³⁶Manifesto de Plínio Salgado, 1939. Acervo da Delegacia de Ordem Pública e Social, Curitiba.

2.3 Redemocratização ou Continuismo?

*Escuta! É a grande voz da multidão!
São teus irmãos, que se erguem! São canções...
Mas de guerra ... e são vozes de rebate!*

*Ergue-te, pois, soldado do Futuro,
E dos raios de luz o sonho puro,
Sonhador faze espada de combate!*

(Antero de Quental, Sonetos)

No Pós-Guerra, a influência americana renovou e atualizou o padrão cultural nacional substituindo o rural e o folclórico pelo cosmopolitismo, o romance regionalista pelo psicológico e no teatro a propaganda pela arte sem vínculos. Estão inseridas nesses novos tempos a industrialização do cinema e a televisão, as quais abriram espaço para o povo de "carne e osso" com a chanchada e os programas de auditório.

Kubitschek, com o seu Plano de Metas, levou à valorização dos procedimentos técnicos em todos os campos e a uma releitura do nacionalismo, que gerou o nacional-desenvolvimentismo.¹³⁷ O Brasil buscava superar o atraso sem perder a originalidade. A simplicidade das linhas arquitetônicas de Brasília e a bossa-nova são exemplos da nova tendência.

Nesse contexto ocorre um período de expansão do mercado editorial no país, aprimoram-se os recursos técnicos e se adotam novos gêneros literários para publicação. O mercado editorial se concentra fortemente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, onde ocorreu um significativo crescimento da comercialização do livro superando obras financiadas

¹³⁷A expressão nacional-desenvolvimentismo sintetiza uma política econômica que combina Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro para promover o desenvolvimento, a partir da industrialização.

pelos próprios autores ou por instituições portadoras de redes próprias de distribuição, como o Estado ou a Igreja.¹³⁸

A literatura de ficção assume o primeiro posto a partir do crescimento de venda que atinge os chamados gêneros "menores", isto é, os romances das coleções menina-moça, os policiais, os de aventura, as biografias romanceadas e os livros infantis. Esses índices de preferência estão ligados a algumas circunstâncias como o prolongamento da escolaridade feminina, a participação da mulher em inúmeras carreiras e ocupações do trabalho pedagógico, enfim, à expansão da parcela do público de leitores recrutados nas novas camadas médias que buscam obras de mero entretenimento (MICELI, 1979).

As mudanças por que passava o sistema de ensino com a abertura das primeiras faculdades de filosofia, ciências e letras, a criação de novos cursos superiores, a reformas dos currículos, o impulso para os cursos técnicos, sem dúvida, contribuíram para as transformações ocorridas em outra linha no mercado editorial. Assim se explica um aumento significativo das tiragens ligadas às ciências sociais e à educação. Ensaios, relatos jornalísticos, monografias esquentam o debate nessas áreas.

As pequenas editoras e os próprios autores assumem a publicação da poesia, da crítica e da história literária, principalmente nas regiões afastadas do então pólo editorial. Os autores do interior procuravam se aproximar dos grandes centros mediante concursos literários que eram vistos como possibilidade de projeção para seus nomes e de publicação para suas obras.

Ao abordar a relação entre os intelectuais e a política no Brasil, Pécaut (1990) distingue duas gerações e dois grandes momentos forjadores da cultura brasileira. A geração dos anos 25-40 esteve preocupada com o problema da identidade nacional

¹³⁸Esse período conta com diferentes abordagens, entre as quais destacam-se: Brasil de 1954-1964: sugestão de roteiro a partir da história das idéias educacionais (Anísio e Vieira Pinto), de Marcos Cezar de Freitas, In Revista Brasileira de História – Brasil 1954-1964, São Paulo: FAPESP, 1994; Dialética da Colonização, de Alfredo Bosi, São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

e das instituições. Aquela do período 54-64 partia do pressuposto que o povo brasileiro já estava constituído e seu interesse recaía na defesa da nação perante as potências imperialistas. São projetos distintos, porém ambos estão permeados de forte sentimento nacionalista.

A partir de 1915, o nacionalismo invadiu a cultura brasileira. Expandiu-se na literatura a ponto de tornar suspeita qualquer obra que parecesse manter alguma distância em relação a ele. Deu origem a associações onde os intelectuais estavam onipresentes, e cujo protótipo foi a Liga de Defesa Nacional – criada em São Paulo pelo poeta Olavo Bilac e que logo encontraria adeptos em outras cidades. (PÉCAUT, 1990, p.25 e 26)

O Centro Dom Vital agregou e tutelou os intelectuais que, sem dúvida, simpatizavam com um nacionalismo reacionário. Destes, muitos abraçaram a causa integralista.

Os estudos sobre a intelectualidade, a cultura e a universidade brasileiras, ao estabelecerem marcos ou modelos, prendem-se aos grandes centros e situam-se principalmente no eixo Rio-São Paulo. Em São Paulo, a despeito da proximidade entre as elites locais e o projeto de implantação da Universidade, as novas disciplinas tornaram-se mercado de trabalho para as mulheres e/ou descendentes de famílias de origem imigrante, muitas abastadas, mas sem qualquer envolvimento prévio com os setores cultos dos grupos dirigentes. Além destes, brasileiros provenientes de setores tradicionais empobrecidos ou de famílias ligadas ao magistério secundário e outros cargos burocráticos e culturais disputavam um lugar nas ciências sociais. O perfil desses novos profissionais contrastava com o daquele vigente até então nas escolas tradicionais de ensino superior (Direito, Medicina e Engenharia).

No Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a independência de uma elite intelectual é praticamente impossível, em função da proximidade com o poder central. Os critérios de relevância intelectual nessas condições estão ligados muito mais ao conteúdo do que ao rigor metodológico.

Em São Paulo, fortaleceram-se as Universidades; no Rio, os Institutos, em que o exemplo mais acabado é o ISEB.¹³⁹

De qualquer forma, toda essa transformação advinda principalmente dos meios culturais não foi suficiente para evitar a permanência de alguns padrões ligados à tradição.

2.3.1 Outros tons do verde

Com o fim do Estado Novo, o país ingressou num processo de redemocratização¹⁴⁰ que envolvia a organização dos partidos políticos e a realização de eleições. É dentro desse contexto que Plínio Salgado e seus seguidores fundam o Partido da Representação Popular (PRP) em 1946.

Em 1945, o país receberia um executivo federal mais forte em função de algumas medidas adotadas pela ditadura estadonovista: a transferência de certas

¹³⁹O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB (1955-1964), foi criado no governo Café Filho quando Candido Mota Filho ocupava o Ministério da Educação. Segundo Jaguaribe seus antecessores imediatos foram o grupo de Itatiaia e o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP). Deste instituto, fizeram parte os economistas e sociólogos: Candido Mendes, Guerreiro Ramos, Isarel Klabin, Inácio Rangel, Hélio Jaguaribe. Dos paulistas do grupo de Itatiaia, somente Roland Corbisier integrou a Instituição. O IBESP manteve de 1953 a 1955 uma intensa atividade intelectual, organizando cursos, conferência e editando a Revista Cadernos do Nosso Tempo. Essa revista pretendia elaborar um diagnóstico da sociedade brasileira que norteasse uma planificação econômico-social do aparelho de Estado. O Instituto foi substituído por um novo destinado a atividade de ensino e pesquisa sob nova denominação. A maioria de seus integrantes procedia do IBESP. Ingressaram novos intelectuais como Álvaro Vieira Pinto. Segundo Sodré, a heterogeneidade desse grupo refletia o desejo de recrutamento amplo da intelligentsia brasileira para formular um pensamento político que norteasse as ações político-administrativas do Estado que se batizou de ideologia de desenvolvimento. Essas informações constam do relatório de pesquisa: *Reconstrução Histórica da Vida e Obra de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987)*, do professor Jefferson Mainardes, Departamento de Educação, UEPG.

¹⁴⁰Essa questão é bastante discutida pelos historiadores. Alguns defendem a permanência de matrizes autoritárias nesse processo; ver *Estado e partidos políticos no Brasil – 1930-1964*, de Maria do Carmo Campello Souza, São Paulo: Alfa-Omega, 1980; *Autoritarismo e transição*, de Paulo Sérgio Pinheiro, In *Revista USP*, São Paulo: Edusp, 1991; *Os democratas autoritários: Liberdades sindicais de associação política e sindical na Constituição de 1946*, de João Almino, São Paulo: Brasiliense, 1980; *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano*, organizada por Boris Fausto, São Paulo: Bertrand, 1991.

funções dos governos estaduais e municipais para a área de competência federal (empréstimos, educação); a atividade de novas áreas (indústrias, transportes); responsabilidade da previdência social e organização dos sindicatos trabalhistas, a ampliação da burocracia. E, reitera-se, a propaganda e a repressão constituíam os instrumentos de fortalecimento do poder.

Ao analisar o significado da propaganda produzida durante o Estado Novo, Capelato (1998) procura compreender o caráter autoritário da propaganda política veiculada pelos meios de comunicação, pela educação e produtos culturais na conquista "dos corações e mentes" dos brasileiros. Para a autora, "A propaganda política vale-se de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas." (CAPELATO, 1998, p.36). Com efeito, por meio de A Hora do Brasil, o governo divulgava suas ações e diretrizes disseminando suas metas de industrialização, nacionalismo econômico e previdência social. Tal estratégia serviu para que Getúlio criasse o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e reaparecesse como líder democrático.

A marca do ingresso do país em nova fase foi a renovação da legislação eleitoral (Decreto-Lei n.º 7.486) que exigia a organização das agremiações partidárias nacionais. A norma estabelecida para fortalecer a democracia efetivamente minimizava o poderio das facções oligárquicas nos estados que, tradicionalmente, dispunham de grande autonomia.

Em linhas gerais, as forças políticas nesse momento se aglutinaram em dois grandes grupos, os partidários de Getúlio e seus opositores. É nesse contexto que os integralistas se reorganizam.

O período 1946-1964, situado entre duas fases de autoritarismo, costuma ser encarado como momento particular da nossa história política recente. Alguns estudos, entretanto, têm apontado para certo continuísmo presente nessa fase de

restauração democrática quando conviveram o pluralismo partidário, as eleições diretas, a estrutura intervencionista e o sindicalismo corporativo.

Os opositores a Vargas oriundos de diversos setores e de diferentes matizes ideológicos organizaram a UDN (União Democrática Nacional), cuja função principal era lutar contra a ditadura. A fragilidade desta integração logo apareceu e grupos se desvincularam formando outros partidos, como o Partido Republicano (PR) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). À medida que o grupo udenista se tornava mais homogêneo, aprofundavam-se a posição de centro do partido e seu conservadorismo. O traço mais significativo na formação da UDN é a sua total desvinculação do aparelho de estado federal.

O Partido Social Democrático (PSD) foi organizado pela iniciativa dos interventores de vários estados que, aos poucos, iam agregando lideranças políticas optantes em permanecer no partido governamental. Minas Gerais e São Paulo são exemplos claros dessa iniciativa. Não havia um conjunto de idéias e princípios aglutinando os integrantes do Partido. A ordem viera de cima, fora cumprida pelos interventores e aceita pelas lideranças interessadas na permanência no poder. Isso explica a reduzida deserção em suas fileiras e a vitória maciça nas eleições em relação aos demais partidos. Quanto ao PTB, identificava-se plenamente com o getulismo (BARROS, 1989, p.393-415).

As alianças político-partidárias, a partir de 1945, entre os três partidos PTB, PSD, UDN, acompanham as variações conjunturais construindo diferentes ligações. Contudo, pode-se dizer que os nacionalistas se reuniam no PSD-PTB e o segmento vinculado ao setor de exportação integrava a UDN.

Após o suicídio do presidente, os conflitos entre oposição e governo são recolocados: o PTB recupera prestígio, confere um conteúdo nitidamente ideológico ao partido e se aproxima dos comunistas na luta antiimperialista; já a oposição se agrega em torno do combate ao estadonovismo, ao comunismo e ao radicalismo em

geral. O PSD paulatinamente assume uma posição de centro e passa a analisar com este enfoque as possíveis alianças eleitorais (BEIGUELMAN, 1988, p.317-321).

Essa movimentação partidária em torno de interesses conjunturais serve como objeto de análise a autores como Lamounier e Rachel Meneguello (1986), que consideram que "o Brasil é um caso notório de subdesenvolvimento partidário" (p.9). Observam que, além da indisciplina individual de seus membros, os partidos sempre conviveram com dificuldades e impedimentos colocados pelo Executivo. Para os autores, até 1930 a elite governante se empenhou em evitar a articulação de forças que pudessem competir com o poder central; poder que foi desafiado pela mobilização intelectual e militar que antecedeu a Revolução e transformou a reforma eleitoral em compromisso programático.¹⁴¹

Ainda com relação aos fenômenos políticos cabe comentar os ideais e objetivos de Juscelino Kubitschek. O que mais distinguiu sua campanha, em 1955, foi o Plano de Metas, que transformou o desenvolvimento e o planejamento econômicos em palavras de ordem. A missão era modernizar, e isso significava aprofundar o processo de substituição das principais importações. O plano era composto por 30 metas distribuídas entre os setores de energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação. A construção de Brasília não constava do plano inicial, mas foi incorporada durante a campanha e assumida como compromisso do então candidato à presidência da República.

A interiorização da capital e o "cruzeiro rodoviário" adquiriram dimensão de meta prioritária para o presidente Juscelino Kubitschek.

¹⁴¹Ao tratarem do **Esboço de um modelo**, Lamounier e Meneguello (1986) lembram que de 1822 a 1986, o Brasil conheceu sete formações partidárias distintas: liberais *versus* conservadores (de 1837-1889); partidos únicos estaduais (da Primeira República até a Revolução de 1930), um pluripartidarismo embrionário (polarizado nos extremos pelos movimentos integralista e comunista) até o golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937; um pluripartidarismo melhor configurado de 1945 à sua extinção; um bipartidarismo tutelado (ARENA *versus* PMDB) (de 1965 a 1979); retorno controlado do pluripartidarismo através da reforma partidária de 1979; ampliação do leque pluripartidário a partir de 1985.

O grande desafio da nossa História estava ali: seria forçar o deslocamento do eixo do desenvolvimento nacional. Ao invés do litoral – que já havia alcançado certo nível de progresso – povoar-se o Planalto Central.

O núcleo populacional, criado naquela longínqua região, espriar-se-ia como uma mancha de óleo, fazendo com que todo interior abrisse os olhos para o futuro grandioso do país. Assim, o brasileiro poderia tomar posse do seu imenso território (...) Fixei-me nessa idéia (...) construção da nossa capital (...) a Meta-Síntese. (KUBITSCHKE, s.d., p.8 e 9)

A ocupação do planalto central, as rodovias, as hidrelétricas dinamizariam o interior pondo fim ao seu marasmo. Os dois brasis tão diferentes, tão distantes na visão de Euclides da Cunha, finalmente se encontravam. Tal projeto gerou polêmica nacional.

As décadas de 1940 e 1950 foram períodos de grandes mudanças no país e no mundo. Período de conflitos internacionais, de modernização e crescimento econômico, lutas pela democratização, repressão, emergência de novos valores éticos e sociais. Nessa fase o Brasil vivencia seu processo de modernização alterando sua configuração geopolítica. Antigos e tradicionais setores político-econômicos perdem importância, ao mesmo tempo em que outros se dinamizam assumindo posição privilegiada no cenário regional e nacional. Industrialização, crescimento econômico, altas taxas de inflação fazem parte desse universo complexo e contraditório.

No Paraná, em 1950, Bento Munhoz da Rocha Netto, em coligação liderada pela UDN, elege-se governador com 63% dos votos. Sua ascensão significou, em certa medida, o retorno à cena política das famílias que governavam o Estado antes da Revolução de 30 e que expressavam os interesses de setores significativos da economia local – grupo ervateiro e madeireiro – excluídos por Vargas (PAZ, 1990).

Interpretações consagradas da historiografia brasileira afirmam que, em 30, os setores tradicionais de nossa economia foram afastados abrindo espaço para os modernos. O Paraná constitui uma exceção a esse processo, pois aqueles que ensaiavam experiências industrializantes (Munhoz da Rocha, Camargo) foram afastados e os grupos ligados à pecuária, economia tradicional, ocuparam o poder.

Portanto, Bento e a conservadora UDN significam nesse contexto a "modernidade" local (PAZ, 1990).

Nas eleições da década de 1940 no Paraná as coligações apresentaram traços particulares e o PRP não alcançou grande repercussão. Na eleição de 1945 para o Legislativo, foram eleitos 37 deputados, sendo 16 do PSD, 7 da UDN, 6 do PTB, 1 do PCB, 4 do PR, 1 do PSP, 2 do PRP – Anexo 2 (IBGE, 2003, p.272).

Em 1947, as eleições para o governo do estado levaram ao poder Moysés Lupion, numa coligação envolvendo PSD, UDN, PTB e PRP. O candidato obteve 91.059 votos, equivalente a 64,08% dos votos válidos apurados – Anexo 2 (IBGE, 2003, p.270).

Nas eleições de 1955, novamente o Paraná apresenta um quadro peculiar: Lupion (PSD, PDC, PTN) retorna ao governo estadual (Anexo 2); nas eleições presidenciais Adhemar de Barros é o favorito, e o integralista Plínio Salgado obtém expressiva votação (28%).¹⁴²

Essa votação expressiva de Plínio pode significar um eco da importância do movimento integralista no Estado, em especial em Curitiba, e/ou o desprezo dado à sua candidatura no debate estadual por não considerá-lo uma ameaça aos prováveis vencedores (SZVARÇA e CIDADE, 1989). Nesse contexto o conteúdo personalista, emotivo, envolvente e autoritário do Manifesto Integralista, sintetizado em seus elementos marcantes – família, trabalho, liberdade e propriedade – está presente nas propostas do Partido, dirigidas especialmente às classes médias, conforme explicita o Manifesto Diretiva do PRP:

¹⁴²Szvarça e Cidade, ao refletir sobre o "voto verde" em Curitiba, analisam o discurso de Plínio Salgado, procurando compreender a argumentação por ele apresentada. Constatam a permanência do caráter autoritário e de outros elementos remanescentes da AIB e apontam as razões desse sucesso: a conjuntura paranaense, o crescimento econômico impulsionado pelo café, a intensificação do processo de urbanização da capital paranaense, a busca da identidade regional do Paraná (entendida como sintoma de crise). Relatam a reação de setores da imprensa estadual e nacional sobre esse resultado.

IV - Em conseqüência do acima enunciado, o Integralismo sustenta:

1.º) - Indestrutibilidade da família e sua constituição nos moldes tradicionais, que, há quatro séculos tem sido a alicerce da vida nacional brasileira; a autoridade do Chefe de Família e o seu direito de impedir que o Estado lhe usurpe funções que lhe são inerentes; o culto das virtudes cristãs, salvaguardando a Família de tôdas as influências deleterias das doutrinas e costumes materialistas, baseadas no egoísmo individualista e visando destruí-la pelo colectivismo totalitário...

2.º) - Manutenção do direito de propriedade até aos limites impostos pelo bem comum, considerada como legítima afirmação da pessoa humana e garantia de sua independência e dos direitos da iniciativa privada e auto-determinação do Homem em função da liberdade, assim como segurança da manutenção da prole pelo próprio Chefe de Família, que assim não vê diminuída ou abolida a sua autoridade, o que tudo considerado imprime ao direito de posse, jus, domínio, transmissão e herança, verdadeiro carácter de espiritualização, dados os fins superiores que, neste caso, a propriedade objetiva...

V - Como conseqüência do que ficou exposto nos itens precedentes, o Integralismo deduz:

1.º) - Igualdade de direitos e deveres de todos os seres humanos...

4.º) - Harmonização dos princípios de autoridade e de liberdade... (SALGADO, **O integralismo...**, 1946, p.183, 185)

O processo de rearticulação do Integralismo por intermédio do Partido de Representação Popular (PRP) fez, então, parte do contexto da "redemocratização" brasileira de 1945. Essa "redemocratização" não é vista por alguns historiadores como marco de ruptura radical com o sistema anterior, pois deixa perceber traços de continuidade no processo político brasileiro entre 1930 e 1964.¹⁴³

¹⁴³Gilberto Calil adota essa perspectiva e afirma que o Integralismo e o PRP não são fenômenos exóticos ao processo político brasileiro, mas levam ao extremo posições autoritárias presentes em outros projetos e partidos políticos. Considerá-los exóticos pode significar a negação da presença de princípios e práticas autoritárias que permeiam a história do país. Foi a existência de tais propostas com ampla aceitação na sociedade que gerou as condições necessárias para a emergência do integralismo nos anos 30 e possibilitou a sua rearticulação em 1945. Para Calil, o processo de redemocratização foi contraditório e, se, por um lado, envolveu a campanha antifascista (1942), a reativação da União Nacional dos Estudantes e da Liga de Defesa Nacional, por outro, permitiu o fechamento do Partido Comunista e da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (1947).

A participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, e a conseqüente euforia patriótica que tomou conta do país, desencadeou uma oposição radical ao nazifascismo em amplos setores da sociedade. Nesse ambiente de negação ao totalitarismo, os integralistas procuravam sair da ilegalidade e reorganizar-se como força político-partidária. Identificados com o fascismo perante a opinião pública revidavam as acusações e procuravam destacar suas características nacionais.

Entre as críticas feitas ao Integralismo destacava-se a do seu caráter autoritário. Manifestações, artigos, propaganda antiintegralista espalhavam-se por todo o país construindo um cenário desfavorável a sua rearticulação. Essas dificuldades foram ampliadas com a atitude de Miguel Reale, um dos líderes mais respeitados pela militância integralista, que se posicionou contra a reorganização da AIB.

Em longa entrevista aos Diários Associados (julho de 1945), Reale se dirigia principalmente aos seus antigos companheiros e apontava a rearticulação integralista como obstáculo à solução dos problemas nacionais. Negava a associação entre nazismo e integralismo, destacava a participação dos integralistas na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e opunha-se à retomada do corporativismo. Para ele, o corporativismo não se justificava como proposta política, pois na prática sacrificava as liberdades individuais levando as nações para soluções autoritárias.

Bem mais tarde, em suas Memórias, Reale avalia a AIB e sua participação no Movimento:

A AIB tinha uma estrutura complexa, compreendendo uma hierarquia de órgãos deliberativos e executivos, como a chefia nacional, as secretarias nacionais, as chefias provinciais e municipais. Em teoria, mas não na prática (pois Plínio era muito cioso de suas prerrogativas), as decisões de maior responsabilidade deveriam caber ao Supremo Conselho, que era formado pelo chefe, os secretários nacionais, mais os chefes das maiores "províncias". Dentro do Conselho se constituía uma espécie de Triunvirato, prevendo-se uma ordem de prioridades ou de competência, na hipótese de falta ou impedimento do chefe nacional, cabendo a Gustavo Barroso o segundo lugar, e a mim o terceiro. Veremos, mais tarde, que Plínio, ao partir para o exílio em Portugal, não obedeceu a esta ordem de precedência, fato que a seu tempo será

relembrado. A tão falada "Câmara dos Quarenta" tinha mais função figurativa, reunindo-se raramente.

(...)

A segunda corrente do Integralismo, formado de elementos jovens que iriam se projetar poderosamente no cenário político e cultural do País, exige que lhe dediquem breves considerações complementares. Ela representava, com efeito, algo de original no contexto da AIB, com grande potencialidade de desenvolvimento cultural, pelo fato de congregar valores jovens empenhados em problemas jurídico-institucionais, sobressaindo San Thiago Dantas, Alvaro Lins, Abfar Soriano, Luís de Câmara Cascudo, Miguel Seabra Fagundes, Otto Guerra, Gilberto Osório de Andrade, Antonio Gallotti, Jeovah Motta, Guerreiro Ramos, Adonias Filho, Moacir de Aguiar, Lauro Maciel, Rômulo de Almeida, Américo Jacobina Lacombe, J.Garrido Torres, Arnóbio Graça, A.B.Cotrim Neto, Jorge Lacerda, Andrade Lima Filho, Carlos Lins de Andrade, Anor Butler Maciel, João Leães Sobrinho, ou Mauro Mota, e, numa posição distinta, conjugando o corporativismo a uma compreensão militante da Igreja no plano social, o Pe. Helder Câmara renunciando atitudes do catolicismo pós-conciliar.

(...)

Prevalecia, é claro, a posição de Plínio Salgado, em torno de quem formavam não só os demais líderes da AIB, do porte de Madeira de Freitas ou Raimundo Padilha, assim como jovens brilhantes, então de firme formação católico-social, como Roland Corbisier, Alfredo Buzaid, Italo Galli, Godofredo da Silva Telles Júnior, José Loureiro Júnior, Bruno Afonso de André, Alceu Cordeiro Fernandes, Rui de Arruda, Ângelo Simões de Arruda, Lauro Escorel, Genésio Pereira Filho, e tantos outros de prol... (REALE, 1987, p.80-82).

Pouco depois de deixar as hostes integralistas, Reale ingressou no Partido Socialista Brasileiro¹⁴⁴ e mais tarde no Partido Social Progressista de Adhemar de Barros, destacando-se entre suas principais lideranças. Sobre seu afastamento da AIB, Reale conta:

Convidado por Padilha para "receber instruções", fui a Campinas, colocando as cartas na mesa: não concordava absolutamente com os poderes que lhe haviam sido conferidos, à revelia da ordem hierárquica que presidira a estrutura da Ação

¹⁴⁴Que apoiou a candidatura Dutra e não teve qualquer relação com o PSB fundado em 1947 pelos integralistas da "Esquerda Democrática".

Integralista Brasileira. Igual atitude teve Gustavo Barroso, igualmente preterido. Desde então considerei-me desligado da AIB, não mais participando de suas atividades clandestinas, nem tampouco do Partido de Representação Popular (PR), que Plínio Salgado resolveu fundar, como que voltando às suas origens perrepista, após a queda do Estado Novo. (REALE, 1987, p.143).

Diferentemente de Reale, as principais lideranças intermediárias acompanharam Salgado, entre eles os antigos chefes provinciais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraíba. O chefe de gabinete e o secretário da AIB, Loureiro Júnior e Rui Arruda, também permaneceram fiéis a Plínio.¹⁴⁵

Entre 1945-1950 a preocupação com as críticas e denúncias marcou decisivamente a trajetória do partido. "Carta Aberta à Nação Brasileira", produção coletiva publicada em maio de 1945, "O Integralismo brasileiro perante a Nação", de Plínio Salgado, e "A Verdade sobre o Integralismo", de Jayme Ferreira da Silva, circularam com o intuito de responder às críticas e denúncias dirigidas ao Integralismo.

O texto de Plínio em defesa do Movimento ressalta que não houve revolta integralista em 1938, mas uma revolta de vários partidos à qual aderiram poucos integralistas, "todos homens de reconhecido patriotismo, nunca se utilizaram, e nem se utilizariam de armas fornecidas pelo estrangeiro, tampouco de dinheiro excuso" (SALGADO, **O integralismo...**, 1946, p.193). E reafirma o Integralismo como um estado de espírito, uma atitude moral e uma revolução interior que se destina ao aperfeiçoamento da alma brasileira. Mais ainda: "O Integralismo superou a fase partidária, a vida sempre efêmera de todos os partidos na história de todos os povos. É agora um inspirador político, um gerador de forças da opinião." (p.197).

Jayme Ferreira da Silva (1996), vereador do Distrito Federal (Rio de Janeiro - 1947), proferiu e publicou discurso rebatendo as críticas de alguns colegas da Câmara, Agildo Barata, Otávio Brandão, Pedro de Carvalho Braga, Aloísio Neiva

¹⁴⁵A esse respeito, ver: CALIL (1998, p.42).

Filho, membros do Partido Comunista do Brasil, além do jornalista e político Carlos Lacerda. Essas críticas foram organizadas em "13 Interpelações" envolvendo a identificação do Integralismo ao Fascismo, as ligações com a Alemanha nazista, o caráter antidemocrático e corporativo, a postura racista, a Intentona Integralista e suas conseqüências, e a continuidade da AIB no PRP.

Nesse texto os argumentos estão fundamentados na doutrina da AIB e do PRP, nas Encíclicas *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI, e na obra de Mihail Manoilescu sobre o corporativismo. Outros autores são recuperados pontualmente como reforço à argumentação de Ferreira da Silva.

Jayme nega o caráter fascista do Movimento empregando um tom contundente e apaixonado em seu discurso. Reafirma o Integralismo como doutrina cristã, totalista, ancorada nos grupos naturais. A associação Deus, Pátria e família sedimentava toda sua exposição. Em defesa do caráter democrático do Integralismo, o autor retoma o manifesto dos bispos americanos encaminhado a Roosevelt e o Manifesto-programa de 1936. Apóia sua argumentação nas idéias de Jacques Maritain, para quem a democracia está diretamente ligada aos princípios do cristianismo. Retoma também alguns exemplos da prática democrática dos integralistas: os congressos nacionais anuais, a organização do movimento em conselhos que auxiliavam a Chefia Nacional, a aceitação do Plebiscito de 1937.

Já no Manifesto-programa de 1936, nessa mesma defesa, Plínio Salgado havia afirmado que:

IV – O Integralismo não é antidemocrático. Ao contrário, quando condena os partidos é porque visa substituí-los pelas corporações, órgãos que em nossos dias são os únicos capazes de captar e exprimir a vontade popular. O Integralismo, portanto, não é a doutrina ou a apologia da ditadura. O Estado Integral será um Estado forte, não para comprimir as liberdades legítimas naturais, porém, para garanti-las contra o abuso dos poderosos, preservando a soberania nacional, o bem-estar e a dignidade de cada brasileiro. (SILVA, 1996, p.24)

Para Ferreira da Silva, esse e outros documentos integralistas não preconizam o partido único, mas condenam os partidos que dividem a nação em torno de interesses regionais enfraquecendo a unidade nacional e instigando a luta de classes. O Integralismo sugere a substituição do partido pela corporação econômico-política, que exprime a democracia orgânica. A corporação integralista é diferente da fascista, que se sustenta apenas em interesses econômicos, afirma Jayme.

As ligações com a Alemanha nazista são por ele negadas e exige prova concreta por parte dos acusadores. A falta de evidências seria suficiente para inocentá-los.

No caso da Alemanha, não tenho dúvida (pelo que tenho lido nos livros nazistas, notadamente no livro de Hitler – Minha Luta – e pelo que tenho deduzido das medidas e iniciativas governamentais), que o governo hitlerista está, sem dúvida alguma, infringindo as mais sagradas leis naturais e humanas e dando lugar a que católicos, ciosos do livre arbítrio e da intangibilidade do homem e de sua família, se rebelam contra o Estado. (...) O ascetismo, a mística, a família, a super-humanização do tipo do Furer, a sua divinização ao ponto de o considerarem, os mais exaltados, a encarnação de Odin, exprime um artificialismo político que foge de toda a base e equilíbrio da razão humana. Nós, os integralistas, que somos coisa absolutamente diferente do nazismo e do fascismo, não nos cansamos de dizer que o nosso fundamento é cristão. (SILVA, 1996, p.29)

Quanto à acusação de racismo, mais uma vez seria o espírito cristão do movimento que impediria tal prática. Algumas opiniões emitidas por Plínio Salgado são retomadas:

Não sustentamos preconceitos de raça; pelo contrário, afirmamos ser o povo e a raça brasileiros tão superiores como quaisquer outros. Em relação ao judeu, não nutrimos contra essa raça nenhuma prevenção. Tanto que desejamos vê-la em pé de igualdade com as demais raças, isto é, misturando-se, pelo casamento, com os cristãos. Como estes não são intransigentes nesse sentido, desejamos que tal inferioridade não subsista nos judeus porque uma raça inteligente não deve continuar a manter preconceitos bárbaros.

Nessas condições, não podemos querer hoje mal ao judeu, pelo fato de ser o principal detentor do ouro, portanto principal responsável pela balbúrdia econômico-financeira que atormenta os povos, especialmente os semicoloniais como nós, da América do

Sul. O judeu-capitalista é igual a um cristão-capitalista; sinais de uma época de democracia liberal. Ambos não terão mais razão de ser porque a humanidade se libertará da escravidão dos juros e do latrocínio do jogo das Bolsas e das manobras banqueiristas. A animosidade contra os judeus é, além do mais, anticristã e, como tal, até condenada pelo próprio catolicismo. A guerra que se fez a essa raça na Alemanha, foi, nos seus exageros, inspirada pelo paganismo e pelo preconceito de raça. O problema do mundo é ético e não étnico. (SILVA, 1996, p.39 e 40)

Jayme comenta sobre o exílio de Plínio Salgado considerando-o uma injustiça contra esse "insigne brasileiro" e afirma que o movimento de 11 de maio de 1938 era pluripartidário e visava ao retorno à ordem constitucional. Quanto às ligações AIB – PRP, ambos adotam o lema Deus, Pátria e Família.

O PRP estabeleceu alianças regionais com outros partidos durante as disputas eleitorais do período. Assim, em 1946 no Paraná, se une ao PSD, UDN e PTB para eleger Moysés Lupion ao Governo do Estado. Nas eleições municipais de 1947, em Ponta Grossa, o partido apóia o candidato João Brasília Ribas do PSD e PST, elegendo um vereador, o médico Amadeu Pupi.¹⁴⁶

O PRP alcançou pouca representatividade na esfera nacional e, muitas vezes, foi ameaçado de fechamento por ser considerado um partido extremista como o PCB. Nas eleições presidenciais de 1955, entretanto, Plínio Salgado obtém expressiva votação no Paraná, sendo o mais votado em cidades como Curitiba (SZVARÇA e CIDADE, 1989), Ponta Grossa, Rio Negro, Lapa, Londrina e Cambé, o que demonstra que as idéias pregadas pela AIB ainda faziam eco na sociedade paranaense. Proporcionalmente, sua maior votação foi atingida em Ponta Grossa.

¹⁴⁶Nasceu em Campo Largo, Paraná. Formado em Medicina pela UFPR. Em Ponta Grossa, fundou e dirigiu o Hospital São Lucas e foi professor do Departamento de Odontologia na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Após ocupar o cargo de vereador em Ponta Grossa, foi eleito deputado estadual pelo PRP, para a legislatura 1951-1954, sendo o único representante do Partido nesse período. Mais tarde filiou-se ao Partido Social Democrático e a seguir, a ARENA, elegendo-se para a Assembléia Legislativa por mais três vezes. Na década de 1970, foi eleito Vice-Prefeito de Ponta Grossa e substituiu o titular na segunda metade do mandato.

O Diário dos Campos, arrendado ao deputado Sady de Brito (PSD) e dirigido por Nivon Weigert, também do PSD, assume posição política clara em 1955 a favor de Moysés Lupion, candidato pelo partido ao governo do Estado. Em relação ao PRP, o jornal divulgava notas esparsas sobre as ações partidárias no âmbito nacional. Em maio de 1955 esse jornal vende uma coluna ao partido. Nesse espaço, em geral, publicavam-se artigos doutrinários, panoramas da campanha eleitoral nos cenários nacional, regional e local, entrevistas com líderes perrepistas e críticas à sua oposição, e em boa parte desses textos percebe-se a continuidade dos argumentos utilizados pela AIB. Um exemplo disso é a permanência da idéia de crise nacional: "o quadro geral das calamidades do país confrange os que amam esta pátria. O Brasil é o país dos grandes desequilíbrios..."¹⁴⁷ Aponta-se Plínio Salgado como a única alternativa de mudança efetiva para o país. São transcritos alguns discursos de Plínio na íntegra nos quais se pode perceber a permanência do ideário nacionalista, do espiritualismo e do moralismo existentes nos anos 30.

É possível afirmar que houve mudança radical na linha editorial do Diário dos Campos em relação às idéias integralistas. A crítica ferrenha mantida por seu antigo proprietário e redator José Hoffmann fora substituída pelo silêncio dos editoriais e pelo espaço vendido à nova agremiação dos camisas-verdes. Tal fato pode ser atribuído à mudança de direção do periódico e a outros fatores, tais como a presença de antigos integralistas, como Lourival Santos Lima, no PSD e a "roupagem" atual do movimento.

Em 1955 o diretório local do PRP situava-se na rua Sant'Ana, no centro da cidade, e divulgava por meio do Diário dos Campos suas deliberações. Em 3 de agosto desse ano, o diretório realizou a convenção municipal indicando para presidente Theófilo de Oliveira Souza, para vice-presidente Antônio Dechandt, para secretário João Leite Mendes, para vogais Alfredo Voigt, Carlos Bianchini, Antero Machado de Mello e João Perantunes. Naquele ano, seus integrantes decidiram não concorrer à Prefeitura Municipal e definiram que seus filiados não poderiam

¹⁴⁷DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 de agosto de 1955.

participar de comitês de outros partidos, pois teriam uma chapa para a vereança composta por 15 candidatos.¹⁴⁸

Algum tempo antes das eleições já se contava com a vitória de Plínio em Ponta Grossa, hipótese confirmada pela enquete eleitoral realizada pela Rádio PRJ – 2:

Plínio Salgado	362 votos
Ademar de Barros	249 votos
Juscelino Kubitschek	201 votos
Juarez Távora	128 votos
Em branco	24 votos
TOTAL	964 votos ¹⁴⁹

Ponta Grossa contava com um universo eleitoral de 17.769 votantes. Plínio obteve 5.937 votos, sendo o candidato mais votado na cidade. Passadas as eleições, o jornal tece elogios à vitória de José Hoffmann – prefeito, Moysés Lupion – governador e apenas cita o resultado favorável a Plínio na cidade e na região.¹⁵⁰

2.3.2 O Diário da "Ressurreição"

Um ano antes da criação do PRP (1946), as notícias sobre as atividades dos integralistas voltam a ocupar espaço no Diário dos Campos. Uma entrevista concedida por Plínio Salgado a Adolfo Rosa em Lisboa é reproduzida no jornal para mostrar a posição do líder quanto às eleições que se aproximavam:

¹⁴⁸Candidatos a vereador pelo PRP: Alnari Nunes Rocha - radiotelegrafista; Amadeu Maggi - industrial; André Mulaski - industrial; Antonio Dechandt - industrial; Anthero Machado de Melo - farmacêutico; Arthur de Paula Xavier Lisboa - comerciante; Carlos Bianchini - contador; Durval T. S. Almeida Teixeira - contador; Edgar Vosgerau - construtor; Edilon Biscaia - contador; Estefano Dobruski - guarda-livros; Irineu Frare Batista - bancário; José da Crus Britto - funcionário público; Marconi Pedroso - contador; Nelson Caneparo - industrial; Pedro Francisco Buss - comerciante; Tibúrcio Costa Martins - alfaiate (DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 de agosto de 1955).

¹⁴⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 de outubro de 1955.

¹⁵⁰Essa não foi a reação de outros periódicos paranaenses; O Estado do Paraná de 18 de outubro de 1955, por exemplo, trouxe em seu editorial: "...durante longos anos estaremos cobertos de ridículo, por termos sido a unidade brasileira onde o Integralismo obteve a melhor colocação".

Os jornais brasileiros sabem da grande força que o Integralismo representa, bem como da posição que poderemos assumir em face das eleições presidenciais. Entretanto posso garantir que nada resolvi a tal respeito, mesmo porque não possuo relatório completo sobre o que se passa. Só depois de conseguir todos os pormenores poderei dizer alguma coisa.¹⁵¹

Em contrapartida, meses depois, o jornal faz menção a uma circular de Vieira de Alencar – antigo chefe provincial do sigma no Paraná – dirigida a um membro da extinta AIB, dando conta de que estavam sendo tomadas as providências necessárias para a reorganização do Movimento: a primeira delas, arvorar a bandeira de combate ao *comunismo dissolvente*. Diante disso, a matéria finaliza com um alerta crítico: "assim, pois, está provado que está sendo tentado um movimento para ressuscitar o fascismo crioulo. E isso, logo depois de uma guerra que, havendo custado o sacrifício de milhões de vidas, tinha por escopo principal, justamente isso: extirpar o fascismo da face da terra!"¹⁵²

Ainda assim, o Manifesto-Diretiva, enviado por Plínio Salgado, foi publicado pelo Diário dos Campos:

O Integralismo brasileiro, antes de ser um partido ou uma associação, é uma doutrina política baseada em nítida concepção do universo e do homem, concepção da qual decorem os precisos conceitos sobre a personalidade humana, e família, a economia, e o estado. Proclamando sua inabalável crença em Deus e sua existência, e na imortalidade da alma humana, o Integralismo condena todas as ideologias materialistas, concitando seus adeptos a exercer vigilante defesa dos fundamentos religiosos.¹⁵³

¹⁵¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 03 de abril de 1945.

¹⁵²DIÁRIO DOS CAMPOS, 07 de julho de 1945.

¹⁵³DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de setembro de 1945.

O jornal não deixa também de divulgar uma declaração de Plínio Salgado a respeito de seus posicionamentos:

Não vamos nós subordinar o permanente ao passageiro, o imutável ao mutável. Essa a razão porque vos indiquei nesse manifesto-diretiva os meios para exercerdes o voto obrigatório, sem envolver na transitoriedade da hora que passa aquilo que pode amanhã representar a defesa mais decisiva da nação brasileira como hoje representa e resume a perenidade de um pensamento em cuja essência vive a própria alma da nossa pátria.¹⁵⁴

A edição destaca um trecho em que Plínio faz um apelo ao imaginário da eternidade, compreensível, para ele, pois:

O pensamento autoritário precisa localizar em algum ponto externo, anterior e fixo um conjunto de afirmações protocolares graças às quais entre a pensar. Apóia-se no já visto (o fato exemplar), no já pensado (a teoria prévia), no já enunciado (o discurso autorizado); teme o novo e o inédito e esforça-se para retrai-los até às fronteiras do já sabido. (CHAUÍ e FRANCO, 1978, p.47)

No emblemático 15 de novembro de 1945, o Diário dos Campos reproduziria matérias veiculadas no Rio de Janeiro sobre a campanha contra a rearticulação do Integralismo promovida pelos jornais A Notícia e Movimento Popular Anti-Integralista, que associavam fascismo e integralismo.¹⁵⁵

O regresso de Plínio Salgado ao Brasil é matéria do Diário dos Campos, que comenta a "recepção fria" que lhe foi oferecida no aeroporto. Nos dias seguintes as notícias davam conta de que Plínio havia assumido a direção do movimento e que os integralistas adquiriram o jornal O País.¹⁵⁶

¹⁵⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de setembro de 1945.

¹⁵⁵DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de novembro de 1945.

¹⁵⁶DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de agosto de 1946.

O retorno de Plínio Salgado à política fez com que populares se revoltassem contra o Partido de Representação Popular (PRP), segundo relatos do jornal:

Plínio Salgado, chefe do Integralismo, que se acobertava sob a bandeira do Partido de Representação Popular, provocou protestos populares e ataque com depredação do prédio e sala da entrada do Teatro Avenida. O povo considerou que o retorno de Plínio Salgado às atividades políticas é um ultrage aos mortos de Pistoia, ultrage levantado em nome do fascismo sanguinário e criminoso.¹⁵⁷

A indefinição editorial caracteriza as notícias do Diário dos Campos. Ao mesmo tempo em que informava sobre a reformulação promovida por Plínio Salgado nos estatutos do PRP, comentava sobre a sessão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), afirmando ser necessário conhecer as relações do PRP com a antiga AIB, de ação antidemocrática.¹⁵⁸

Notícias de 1955 sobre a política ponta-grossense afirmam que:

a escolha do candidato (do PRP) será feita na 'cambica'. Três são os nomes que se enfileirarão para a escolha: dos Sres. Teófilo de Oliveira, João Leite Mendes e Antonio Dechandt. Interessante é notar que no PRP ninguém disputa o privilégio de ser candidato. A sorte será tirada para ver quem deverá arcar com o sacrifício de ser candidato, em nome dos interesses partidários.¹⁵⁹

Observa-se que o jornal reproduz, ainda que com certa ironia, a imagem do cargo político como sacrifício, como algo difícil de realizar, que os integralistas utilizavam para despertar nas pessoas a compreensão e o espírito de ajuda.

Ao lado disso, os integralistas mantinham nesse diário uma coluna. Nesse espaço o PRP buscou recuperar os antigos militantes para a campanha de Plínio, evocando a trajetória de luta dos anos 30:

¹⁵⁷DIÁRIO DOS CAMPOS, 28 de novembro de 1946.

¹⁵⁸DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de junho de 1947.

¹⁵⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de janeiro de 1955.

É a ti, companheiro integralista da primeira hora que vestiste a camisa verde, que assinaste a tua ficha de inscrição na extinta Ação Integralista Brasileira entre 1932 e 1937, participaste deste glorioso movimento de idealismo, que ajudaste a abrir escolas, ambulatórios, lactários, bibliotecas, núcleos cívicos e culturais aos milhares, em todo o território nacional, ensinando o amor a Deus à Pátria e à Família, dando o exemplo de disciplina, de ordem, de trabalho, de respeito às Instituições e às Leis – e que, hoje, por uma razão ou por outra, não estás ao lado de Plínio Salgado, neste terrível momento em que passa nossa Pátria – é a ti, companheiro, que me dirijo...¹⁶⁰

Acompanhando o processo eleitoral, o jornal publicou matéria sobre a convenção municipal do PRP e da nova estrutura de seu diretório local. Mesmo fazendo menção à possível ilegalidade do partido, não deixou de expor a expectativa dos perrepistas locais e a visão de Plínio Salgado sobre esse processo:

...a interferência dos integralistas nas eleições será visando unicamente o bem da pátria, não considero inimigo nenhum brasileiro, nem Vargas, nem os dois outros candidatos, gerais Dutra e Eduardo Gomes, nem os patrícios que mais se distinguiram nos ataques aos integralistas ou à minha pessoa, pois esses ataques foram equívocos ou suposições errôneas. Não guardo ressentimento pessoal. Quando tiver os elementos para analisar a situação brasileira minha palavra será desambiciosa, sem preferências pessoais, nem rancores...¹⁶¹

Na mesma entrevista, Salgado acrescenta:

Não sou candidato e não quero nada para mim. A única coisa que desejo é ver o Brasil feliz em suas bases cristãs, com um governo suficientemente forte para garantir a liberdade justa, a respeito à pessoa humana, justiça social, independência e honra da nação. Esse é meu pensamento e os integralistas sabem disso. Meu representante e os que o rodeiam devem estar fazendo tudo para que o nosso grande movimento possa, no momento propício, prestar os mais sinceros e nobres serviços para a pátria.¹⁶²

¹⁶⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de junho de 1955.

¹⁶¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de junho de 1955.

¹⁶²DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de junho de 1955.

Em maio do mesmo ano, o Diário dos Campos divulgou entrevista de Plínio Salgado na qual tecia comentários sobre o governo Café Filho e a campanha presidencial daquele ano. Salgado afirmou que estava em campanha sem qualquer temor pelo apregoadado poderio econômico de seus adversários políticos:

Tenho dito freqüentes vezes, inclusive aos meus comícios, que esta é uma campanha para grandes sacrifícios. Aqueles que forem apenas meus amigos particulares não precisam votar em mim, mas os que estiveram dispostos a sacrificar-me e a sacrificarem-se junto comigo estão já convidados para essa tentativa de salvar a nação.¹⁶³

Observa-se uma vez mais que o discurso pliniano reforça a necessidade de sacrifício para a salvação nacional. Imagem esta que também é reiterada por Inácio Reboaldo na coluna mantida pelo PRP nesse diário:

Encara o Sr. Plínio Salgado o cargo de presidente da República como um posto de sacrifício. Não nos admiramos com a asserção porque partida de quem sempre teve a noção verdadeira da responsabilidade. No entanto o povo brasileiro reconhecendo o esforço desenvolvido por este homem oferece-lhes a um prêmio, embora venha ele ainda revestido em forma de uma coroa de espinhos.¹⁶⁴

Os integralistas não abandonam, assim, a estratégia de associar seu ideário aos valores evangélicos, e a figura de Plínio à imagem de Cristo ou de um profeta bíblico que "não recorre ao humorismo para se fazer entender nem pratica a demagogia com um perigoso relacionamento de linguagem e de comportamento social. Austero na exposição de suas idéias, tendo na face as expressões de energia e sinceridade, o sr. Plínio Salgado mais se assemelha a um profeta bíblico do que a um líder moderno..."¹⁶⁵

No espaço do PRP, Luiz Compagnoni enumerou os pilares de sustentação da campanha de Plínio à presidência da República: seu valor pessoal; 60 livros

¹⁶³DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de maio de 1955.

¹⁶⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 15 de julho de 1955.

¹⁶⁵DIÁRIO DOS CAMPOS, 03 de junho de 1955.

vendendo um milhão de exemplares; a imprensa do interior; os centros de juventude; os comitês populares; o apoio dos antigos integralistas; o contingente eleitoral do PRP, 350.000 votos; o fracasso dos governos e dos outros políticos; o esfacelamento dos demais partidos e o elemento religioso.

...existem mais de seis mil sacerdotes e milhares de religiosos em todo o país. Não se imiscuem na política, mas lêem livros e sabem ler. (...) Arcebispos e bispos já fizeram os maiores elogios a Plínio. O elemento religioso não se inclinará ostensivamente para nenhum candidato, mas não se poderá negar sua indisfarçável simpatia e admiração para este incansável lutador.¹⁶⁶

A coluna ressaltava ainda que, como Cristo pregava o Evangelho, Plínio pregava a democracia orgânica. Assim, a campanha presidencial de Salgado é vista como obra de evangelização.

A sua campanha é uma campanha evangelizadora profundamente nacionalista, altamente moralizadora. A sua preocupação – e nisto difere de todos os candidatos – não é vencer o pleito, mas acordar o Brasil, despertar esta nação tão jovem que jaz sob o domínio de todos os vícios. (...) As suas palavras incandescentes de patriotismo, pronunciadas nesta hora não se perderão. Elas estão caindo no coração generoso do povo. E hão de frutificar. E hão de crescer.¹⁶⁷

Conclui:

Os simples, os humildes, os que acreditam e os que amam; os que sofrem e os que sonham; os que sabem cantar e os que sabem rir; todos esses que têm uma preocupação, um sonho incubado na própria alma; todos aqueles que vivem mais para o futuro do que para o presente – todos esses acreditam nas palavras de Plínio Salgado, no seu evangelho de redenção nacional.¹⁶⁸

¹⁶⁶DIÁRIO DOS CAMPOS, 09 de junho de 1955.

¹⁶⁷DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de agosto de 1955.

¹⁶⁸DIÁRIO DOS CAMPOS, 27 de agosto de 1955.

Por ocasião da apresentação dos candidatos que compunham a chapa de vereadores do PRP, a coluna refere-se a Plínio utilizando a frase: "Este é o homem", e em seguida, a sua foto com o texto: "Para Presidente da República, Plínio Salgado." Percebe-se explícita comparação a Cristo, no momento bíblico em que, depois de ser coroado de espinhos, é apresentado ao povo.

A representação da ressurreição também compõe a estratégia discursiva do PRP: "Mas então, Plínio Salgado não está morto? Não havia sido ele já enterrado, cremado, liquidado, esquecido? Este é o grande fenômeno nacional: a 'ressurreição' de Plínio Salgado."

Na busca do voto, o PRP reforça as qualidade morais de Plínio Salgado e o seu espírito cristão:

é patriota sincero e idealista, possui vasta cultura, durante o já longo tempo de pregação por Cristo e pela nação. Plínio Salgado tem dado cabais provas de coerência doutrinária, pregando incessantemente, heroicamente o cristianismo, o patriotismo e o anticomunismo francos (...) Provou cabalmente ser um grande condutor de homens, de condição humilde, filho de um boticário pobre de São Bento do Sapucaí...¹⁶⁹

Observam-se aqui aspectos apontados por Capelato (1998) em sua análise sobre a propaganda política. Para a autora, no campo das representações do poder desencadeia-se uma luta de forças simbólicas com vistas ao reforço da dominação, ao consentimento em relação ao poder e á interiorização de normas e valores. Daí a exaltação das virtudes pessoais e a imagem do sacrifício recorrentes no discurso integralista como argumento determinante para a escolha de Plínio Salgado como condutor nacional:

¹⁶⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 30 de julho de 1955.

este é o grande fundamento da obra de Plínio Salgado: desprendimento pessoal, o amor à causa pública, o sacrifício pelos humildes, pelos pobres, pelos desprotegidos. Precisamos eleger um homem limpo, culto, honesto, capaz, acima de todos os candidatos, indiscutivelmente, sobrepara Plínio Salgado.¹⁷⁰

Para legitimar essa imagem, a coluna do PRP abre espaços para manifestações de apoio a Plínio por parte de intelectuais e religiosos, como é o caso do cardeal Cerejeira, que acolheu Plínio durante seu exílio em Portugal. O cardeal, ao analisar as obras de escritores católicos, referiu-se a Plínio Salgado como "pensador de poderosos surtos intelectuais e homem de ação. O contato com o pensamento filosófico de Farias Brito e a lição dolorosa de certas experiências humanas haviam de reconduzir Plínio Salgado aos caminhos da fé."¹⁷¹

Transcreveu igualmente o comentário de Álvaro Lins e Silva a respeito de Plínio:

...despertar a consciência moral e cívica dos brasileiros, amortecida durante tantos anos pelos ventos do materialismo e da descrença. Diz ainda, que Salgado fazia um retrato da realidade brasileira, "que transcende a pesquisa econômico-social, é obra de observação sociológica, é ciência pura. E não se deteve na sua fala, o sr. Plínio Salgado, a uma análise da crise atual. (...) apresentou todas as soluções para os problemas do Brasil, em linguagem clara e incisiva, dando uma lição aos homens públicos, que se preocupam apenas com o personalismo político. (...) Em verdade, o chefe integralista, ausente dos conchavos e das soluções de gabinete para o caso do Brasil (...) desanuviou os horizontes com sua plataforma política.¹⁷²

Plínio Salgado e o Integralismo buscavam sustentação no imaginário católico, ressaltando imagens de pobreza, desprendimento e espírito de sacrifício. O uso dessa simbologia garantiu a adesão de diversos segmentos sociais à doutrina integralista,¹⁷³

¹⁷⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 01 de junho de 1955.

¹⁷¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 02 de agosto de 1955.

¹⁷²DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de agosto de 1955.

¹⁷³A respeito da questão dos símbolos, seus usos e aplicações, ler CASTORIADIS (1982).

além da construção de sua própria identidade. Conforme Bachelard: "a imaginação... é a faculdade de formar imagens que ultrapassam a realidade, que cantam a realidade. É uma faculdade de sobrehumanidade" (BACHELARD, 1985, p.xvi) Esse recurso foi utilizado pelo Integralismo com prodigalidade, e em Ponta Grossa, além de seus próprios meios de divulgação, os integralistas contaram com um espaço em um jornal de circulação mais ampla.

Quanto ao Diário dos Campos, a análise dos seus textos políticos permite distinguir três orientações editoriais, em todo o período analisado:

- a fase de Hugo Reis, quando se caracteriza como jornal de oposição – defendia os operários, divulgava textos da doutrina espírita, envolvia-se em questões e debates referentes aos poderes públicos;
- a fase de José "Juca" Hoffmann – o Diário perde as características de oposição pois em seus editoriais apóia Getúlio e seus representantes no Estado, Manoel Ribas, e no município, Albary Guimarães. É reconhecido como defensor dos princípios liberais e da Igreja Católica. Combate as "idéias exóticas" – o Comunismo e o Integralismo – criando estereótipos que dificultavam a aceitação do "outro", do "diferente" numa sociedade "pacífica, ordeira, laboriosa" como a ponta-grossense;
- a fase de Nivon Weigert – o compromisso partidário com o PSD torna-se explícito, o embate ideológico dilui-se nas disputas nacionais e mundiais como se não houvesse um inimigo próximo.

As representações expressas nesses textos constituem os imaginários sociais, e nessa perspectiva compreendê-los não significa reduzi-los a suas representações " não imaginárias", mas, ao contrário, é a tentativa de explicar de que modo os imaginários são constitutivos da própria realidade (FALCON, 2000).

É possível afirmar, assim, que a imprensa, em particular esse jornal, configurou-se como um espaço de disputa dos diferentes projetos e de expressão dos imaginários que permearam a luta pelas instâncias do poder local. E esse jogo político reproduz os projetos delineados em outras esferas de poder articulando-o as particularidades da cidade e da região.

"DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA": IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES



FOTO BIANCHI. Acervo de Carmencita de Holleben Mello Ditzel.

CAPÍTULO 3

"DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA": IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES

O fantasma da unidade e da homogeneidade do "corpo social" – e sua presença obstinada na trajetória política do Brasil – adquire maior visibilidade quando entra em cena a pátria enquanto ideal comum e objeto de desejo do coletivo para o qual vão convergir as expectativas de afirmação da unidade e da identidade da nação. (Eliana Dutra)

Os sistemas de representações presentes nas sociedades traduzem conjuntos de crenças que legitimam a ordem social estabelecida e de sentidos que circulam instituindo/instituindo-se na disputa pela hegemonia. Esses imaginários perpassam as práticas sociais e constituem, assim, processos de sentidos que possibilitam regular comportamentos, identificar e distribuir papéis sociais. Os grupos vivenciam esse processo e reconhecem esse sentido como a "verdade" (TEVES, 2002). Esses imaginários podem ser percebidos nos ritos, nos símbolos, nos documentos, enfim, em diferentes formas de comunicação.

A proposta deste capítulo é a análise de diversos textos – doutrinários, jornalísticos, religiosos –, produzidos por militantes, teóricos e intelectuais, e compreendidos como expressão de diferentes imaginários presentes na sociedade ponta-grossense entre as décadas de 1930 e 1950.

Os textos utilizados neste capítulo foram agrupados em conjuntos: textos integralistas, envolvendo jornais doutrinários, discursos e obras de lideranças, as cartas pastorais escritas por D. Antonio Mazzarotto e o jornal cultural do Centro Euclides da Cunha.

A metodologia da análise de conteúdo está associada ao conceito de apropriação como "uso inventivo e criador", de acordo com Chartier. Buscam-se

nessas construções os elementos de afinidade e contraposição e as formas de ressignificação de alguns valores adotados pelas três agremiações: política, religiosa e cultural.

3.1 O Texto Militante: o Imaginário Integralista

*Brasileiros, marchemos, marchemos!
Não se vence temendo perigo!
Os traidores da Pátria esmagaremos!
Enfrentemos os vis inimigos!*

*Companheiros de todo o Brasil
Anauê! Anauê seja o grito
Tenha o braço de ferro e granito
Na defesa da Pátria e de Deus
A enfrentar as batalhas estóico
E na guarda da terra dos seus,
Seja bravo, integral, forte e heróico.*

Marcha da Milícia (TRINDADE, 1979, p.198).

O texto dos militantes como expressão do imaginário integralista requer sua inserção no campo das representações, cujo domínio ultrapassa os limites definidos pela experiência e pelas deduções que ela autoriza. Nessa perspectiva o imaginário envolve toda e qualquer experiência humana em sua totalidade, "do mais coletivamente social, ao mais intimamente pessoal" (PATLAGEAN, 1990, p.291).

O Integralismo procurou construir a idéia-imagem do homem integral, porta-voz do movimento, a partir de um conjunto de doutrinas e estratégias de ação a um só tempo capaz de atrair, formar e diferenciar esse "novo homem" na sociedade.

Os partidos e organizações de tendência autoritária conquistam os seus adeptos também pela simbologia que utilizam, como uniformes, distintivos, emblemas, hinos e cores próprias; todo este verdadeiro arsenal simbólico serve para distinguir seus adeptos

dos demais membros da sociedade. Mas, além de procurar criar uma identidade para os adeptos, esta simbologia exerce um efeito de fascínio no homem, uma forma de sedução que poderá perpassar todos os seus sentidos, levando-o a entregar-se completamente em nome dos ideais do partido. (CANABARRO, 1994, p.14-15)

Os integralistas reforçaram o caráter controlador dos imaginários sociais pois, como afirma Baczko (1985), os imaginários sociais garantem graus variáveis de influência sobre as atitudes individuais e coletivas direcionando as energias e orientando as esperanças para os resultados pretendidos.

No Manifesto de outubro de 1932, Plínio procura definir o homem integral.

É uma dualidade consubstancial exprimindo-se numa unidade substancial. Isto significa que o homem não é apenas um corpo, nem apenas alma, porém as duas coisas ao mesmo tempo. Como corpo, tem necessidades materiais de comer, vestir-se, morar, procriar, zelar pela manutenção e educação dos filhos; como alma, aspira neste mundo atingir, conforme sua vocação, os maiores graus da cultura científica ou artística e, além da vida terrena, uma felicidade que vai além da vida de seu corpo, O homem deve praticar sobre a terra as virtudes que o elevam e o aperfeiçoam. O homem vale pelo trabalho, pelo sacrifício em favor da Pátria e da Sociedade. Vale pelo seu estudo, pela inteligência, pela honestidade, pelo progresso nas ciências, nas artes, na capacidade técnica, tendo por fim o bem-estar da Nação e o elevamento moral das pessoas.

Esse ideal seduziu principalmente os jovens e as classes médias que procuravam participar da vida política brasileira.

...a base social da Ação Integralista permite concluir que, ao nível da direção nacional e regional, é a classe média superior (profissões liberais e oficiais) que controla o aparelho do partido. Quanto aos dirigentes e militantes locais, sua base está constituída de duas categorias sociais: a maioria dos aderentes provém da classe média inferior (pequenos proprietários, empregados e funcionários) com uma relativa afluência das camadas populares, constituídas por trabalhadores (a maioria em pequenas e médias indústrias), de agricultores ou trabalhadores rurais (em geral de zonas de pequena propriedades) e de alguns artesãos. (TRINDADE, 1979, p.136 e 137)

Para Plínio Salgado, a classe média era o destinatário por excelência do discurso integralista pois estava preparada para reconhecer a importância do movimento para o país; preparada, pois era o segmento social que enfrentava mais intensamente os problemas da sociedade capitalista. Plínio não definia claramente classe média e utilizava um conteúdo moralista e espiritualista para cativá-la.

O ódio de uns e de outros contra o espírito elevado da classe média e as mentalidades cultas não tem limite (...). Não se trata porém da classe média e sim da inteligência e da cultura, da moralidade e do espírito que criam a dignidade humana, determinando que se paire acima das lutas mesquinhas conscientes dos superiores destinos da criatura humana. (SALGADO, 1933, p.42)

Em consonância com essa tônica moralista, o homem integral deveria ser reconhecido tanto pelas suas atitudes, que incluía a disciplinarização do corpo, quanto pelos símbolos que trazia. Nas reuniões, desfiles e outros eventos, ele deveria estar vestido adequadamente com a camisa verde-oliva, o sigma e o casquete.

Os militantes reconheciam a importância do uso da camisa verde. O verde representava a riqueza das matas brasileiras e a bandeira nacional e servia para identificá-los e divulgar o movimento.

O símbolo do Integralismo Brasileiro é o sigma grego, escolhido por Leibnitz para indicar a soma dos finitamente pequenos, o símbolo da soma integral em segundo lugar, diz Gustavo Barroso, ser o símbolo que os primeiros cristãos da Grécia indicavam Deus e servia de sinal de reconhecimento. Porque a palavra SOTEROS, ou Salvador começa por um Sigma. Por fim, o sigma é a letra que designa a estrela polar do hemisfério sul, onde está situado o Brasil. "*Assim, o Sigma, símbolo da nossa idéia Integral, está na ciência, está na tradição religiosa de nossa civilização cristã e está nas próprias estrelas do nosso firmamento*". (HUNSCHE, 1937, p.67)

O sigma sintetizava a intenção de caracterizar um homem completo, um modelo de cidadão, pai de família e artífice de uma nova pátria. A formação desse homem integral exigia uma atividade educativa. Os integralistas dedicavam-se à ação social de acordo com a orientação do partido. Em O Legionário encontram-se referências à Campanha do Ouro para a Salvação da Pátria, o registro de doações

para a construção de um Asilo em Castro e de atividades de alfabetização de crianças, jovens e adultos, que facilitava a divulgação da doutrina.

O Núcleo de Jaguariaíva funda escolas para os sertanejos

No bairro de campinas do Elias, onde também existe um sub-núcleo chefiado pelo snr. Miguel Dobbins, o Núcleo Integralista de Jaguariaíva inaugurou no dia 21 do corrente, uma escola de alfabetização, com grande alegria e entusiasmo da população sertaneja daquela zona.

Aos companheiros de Jaguariaíva e ao snr. Miguel Dobbins, pelos esforços envidados nessa louvável iniciativa, o Legionário saúda com um vibrante anauê!¹⁷⁴

Essa saudação compunha o ritual¹⁷⁵ dos integralistas que se cumprimentavam erguendo o braço direito e pronunciando a palavra de origem indígena '*anauê*'. Tal gestual era hierarquizado: três vezes para o chefe nacional e duas vezes para as demais lideranças. Anauê é uma referência explícita ao elemento indígena como símbolo da brasilidade e pode significar "bom-dia, que a aurora te traga alegria", "você é meu parente" (HUNSCHE, 1937; TRINDADE, 1979).

Além de realizar tarefas de cunho social como a registrada no Legionário, o homem integral deveria participar ativamente do Movimento, pois a AIB era "diferente" dos partidos políticos tradicionais e oferecia espaço para todos aqueles que aceitassem as regras estabelecidas.

Para os militantes integralistas, o mundo vive uma crise constante em que se confrontam as forças do materialismo e do espiritualismo. Aos demais, restaria a

¹⁷⁴O LEGIONÁRIO, 31 de março de 1937.

¹⁷⁵Os rituais ocupavam lugar de destaque na socialização dos integralistas desde o batismo cristão. Aquele que desejava batizar seu filho conforme o ritual integralista devia pedir a colaboração do Chefe local. Na cerimônia, parentes e padrinhos da criança e os membros da juventude integralista eram obrigados a ostentar o uniforme do movimento. A bandeira integralista, desfraldada durante o batismo, servia para envolver a criança no final do ritual, momento em que o pai ou o padrinho pronunciavam as palavras: "Companheiros! Ele recebeu o primeiro sacramento da Fé Cristã sob a égide do Sigma. Ao futuro pliniano o seu primeiro Anauê". Além do ritual do batismo, existiam outros ritos de iniciação, o culto ao Chefe Nacional, os desfiles etc. (TRINDADE, 1979).

escolha definitiva de um desses conceitos, pois dela decorre todo o ordenamento socioeconômico das nações e do mundo. Nessa visão, o materialismo, sintetizado no marxismo, pressupõe a subordinação completa do indivíduo à coletividade mundial, em conseqüência destrói os meios de defesa da pessoa, que são a família, a nação e a religião. A outra versão do materialismo, a liberal-democracia, é responsabilizada pela decadência progressiva dos valores humanos, ao pregar a transigência, o pluralismo e os modernismos que conduzem a família e a nação para o afastamento dos "valores do Espírito".

Em contraposição, sintetizado na democracia orgânica/cristã, o Integralismo concretiza deliberações particulares numa expressão geral de objetivos e princípios a partir da família, célula da sociedade.

Para isso o homem une-se à mulher e funde esta pequena república, que chamamos de família, na qual ambos exercem magistério e magistratura, primeiro por serem mestres de seus filhos na formação moral, segundo porque o homem e a mulher devem ser soberanos em sua casa, não podendo nenhum governo interferir na sua liberdade. É o conjunto de famílias que formariam a Nação e os demais grupos naturais seriam para garantir-lhes os legítimos direitos.¹⁷⁶

Plínio afirmou que essas eram as "idéias nucleares" de seu pensamento e retoma Pio XII para apregoar que qualquer sistema que resulte da vontade da massa e não do povo¹⁷⁷ será facilmente manipulado por uma liderança que consiga capitalizar seus desejos e aspirações. Afirma, ainda, que a democracia quando considerada um fim em si mesma em nada difere do totalitarismo; a questão essencial é a quem ela deve servir. E o Integralismo responde: deve servir ao homem, criado à imagem e semelhança de Deus, um ser gregário, organizado nos grupos naturais cujo conjunto forma o povo.

¹⁷⁶MANIFESTO INTEGRALISTA de outubro de 1932.

¹⁷⁷Para os integralistas, povo "é o conjunto das pessoas conscientes de sua responsabilidades, agindo de acordo com suas convicções, comungando do sentimento seus anseios e esperanças" (BRANDÃO, E., 1996, p.15).

Essas idéias orientam as concepções doutrinárias, bem como as estratégias de ação do Movimento. Em decorrência, os integralistas vivenciam sua ação socioeducativa e política acima de tudo como obra evangelizadora. Esta constatação possibilita a articulação dos conceitos integralistas em torno das seguintes temáticas: espiritualidade, nacionalidade e idealismo.

3.1.1 A mística espiritualista

Pode-se compreender a mística como união de uma pessoa ao mistério divino ou como crença em Cristo e nos Evangelhos. Ela se compõe de símbolos definidos da forma como explica Bourdieu (1989), ou seja, como instrumentos de integração social, de conhecimento e de comunicação, que tornam possível o consenso no que diz respeito ao sentido do mundo e que contribui para a reprodução da ordem social.

A concepção de pátria de Plínio Salgado é fundada no espiritualismo e na mística cristã,¹⁷⁸ e está presente nos diferentes momentos em que ele reflete sobre a

¹⁷⁸Na vida cristã, a palavra mística tem três significados:

1.º Mística quer dizer, antes de tudo, aquilo que se refere à celebração dos mistérios cristãos. Os Padres da Igreja utilizaram com muita freqüência essa palavra na Liturgia, de modo que, para eles, místico é aquele que tem relação com os santos mistérios. E eles o aplicaram sobretudo para expressar a transformação operada nos cristãos através dos sacramentos: batismo, eucaristia e etc.

2.º Mística, quer dizer algo que é simbólico ou simbolizado. Ou algo que é expresso através de símbolos. No que diz respeito ao culto, pode-se usar a expressão mística por dois motivos: porque se refere aos mistérios, e porque estes mistérios se exprimem através de símbolos. Em um símbolo temos dois elementos: o invisível e o sensível. Os sacramentos, por exemplo, são por definição os sinais sensíveis da graça invisível. Porém, o uso mais importante do termo místico, dentro dessa concepção, está no que se chamou de "leitura e busca do sentido místico da escritura", onde se diz que, cada texto da escritura, tem sempre um sentido simbólico, que revela uma realidade escondida, sob a aparência do sentido histórico. Ex.: O Cântico dos Cânticos.

3.º Por mística entende-se também os segredos da graça nas almas, ou seja, aqui se entende por mística toda comunicação sobrenatural com Deus, através da fé que adere à sua palavra, da esperança e do amor que conduzem a ele, e da graça que nos faz participar de sua vida.

Durante muito tempo se confundiu a mística com fenômenos místicos: visões, aparições sensíveis, revelações e etc. – ainda que as revelações se autênticas, sejam parte da mística, contudo, elas não são essenciais ao estado místico. O essencial da mística é a amorosa e misteriosa comunhão do cristão com Deus (FONTE: Documento NET www.carmelo.com.br/artigos/mistica/mistica15.asp).

identidade nacional e os problemas do país. Ao tratar da "mística da pátria", ele afirmou que seu objetivo era "criar no povo brasileiro, não apenas a consciência de suas realidades e necessidades, mas também e, sobretudo, o amor à sua nação."¹⁷⁹ Não um amor qualquer, mas sim aquele que reproduzisse as qualidades encontradas no Integralismo: "Somos homens que, penetrando o interior de nossa terra, estamos criando, levando o verbo e o exemplo, uma nova mentalidade ao povo brasileiro, ensinando-o o amor mais firme e conscientemente ao Brasil..."¹⁸⁰

Essa e outras lições foram bem absorvidas por Abílio Holzmann, que as reproduz em tom combativo:

O que nos deu o regime atual? – Uma Pátria mesquinha pelo capitalismo internacional; uma Pátria humilhada por outros países; impostos altos ao comércio, indústria e lavoura; analfabetismo; uma Pátria de "politiqueiros" corruptos que apoderam-se do dinheiro público... O integralismo construirá o regime de verdade e justiça; em uma economia sólida, desafogará a indústria, comércio e lavoura com a supressão gradual dos impostos; reformará o aparelho de justiça para servir a quem necessite; não permitirá que o capitalismo interfira nos negócios do Estado e nas classes produtoras. Tornará acessível aos filhos de operários a instrução secundária e superior; garantirá, por meio de seus sindicatos, representação legítima de todas as classes; guiado pela triade bendita: Deus - Pátria - Família - assombrará o mundo com um novo Brasil, RESPEITADO E FORTE.¹⁸¹

¹⁷⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 14 de julho de 1955. Em entrevista concedida por Plínio Salgado à *Manchete*, e reproduzida na coluna do PRP.

¹⁸⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 23 de agosto de 1955.

¹⁸¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 25 de novembro de 1934.

A leitura de Lourival Santos Lima,¹⁸² então um estudante ginasiano, do pensamento dos líderes integralistas, Plínio, Reale e Barroso, com o idealismo próprio dessa fase da vida, mostra sua fidelidade à doutrina:

Hoje... é como o mais obscuro dos ginasianos e o mais humilde dos integralistas, que aqui estou contando, antecipadamente, com o perdão de todos vós... lembrança feliz esta de trazer aos ginasistas do Paraná, a expressão palpitante solene dos princípios que sinceramente abraçamos, em nosso amor incondicional pela causa do Brasil... Pela causa do Brasil, porque se em cada brasileiro, eu vejo a nobreza de ser desta terra gloriosa, em cada integralista, eu defino a defesa solene da FAMÍLIA, da PÁTRIA e de DEUS... O comunismo e o liberalismo tem efeitos semelhantes, quanto funestos: o primeiro invadindo, principalmente, as classes pobres, na sua louca avidez de dominar para escravizar, e o segundo a saturar os menos pobres, das mesmas paixões partidárias, que se mostram cotidianamente, nas páginas maculadas da imprensa, que se vende, para que as penas mercenárias dos vivedores, iludam o povo, através dos fraseados adjetivados e prometedores. Por conseqüência desse espírito estreito de partidarismo, temos os constantes fatores de agitação perturbadora, na devastação infame, fracionando o país, na maldita cruzada da destruição nacional.¹⁸³

Nesse discurso Santos Lima reafirma algumas das idéias centrais do Integralismo utilizando o mesmo tom eloqüente de suas lideranças e critica a estrutura partidária nacional, atribuindo a ela a efervescência política existente no

¹⁸²Lourival Santos Lima (08 /10/1914 - 26/08/1988). Nasceu em Antonina/PR, e viveu a infância e a adolescência em várias cidades paranaenses. Em Curitiba fez seus estudos formando-se professor normalista e bacharel em direito. Radicou-se em Ponta Grossa em 1943, onde exerceu o cargo de diretor da Escola Ferroviária Coronel Tibúrcio Cavalcanti, foi promotor público, professor no Colégio Estadual Regente Feijó e da Faculdade de Direito e titular do Segundo Ofício de Registro de Imóveis - Títulos e Documentos. Integralista na juventude, colaborou com inúmeras publicações regionais como: O Jaguariaíva, A Razão, Voz do Sigma. Escreveu também para a Revista Fon-Fon do Rio de Janeiro. Em Ponta Grossa, Santos Lima publicou durante muitos anos a Coluna *Amica Veritas* no jornal Diário dos Campos. Participou do Centro Cultural Euclides da Cunha, Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico de Ponta Grossa e de Paranaguá, Academia de Letras José de Alencar e Academia Paranaense de Letras. Na década de 1940 participou da fundação do PSD no Paraná.

¹⁸³Discurso no Ginásio Paranaense, 22 de setembro de 1934.

país. Os inimigos declarados, comunismo e liberalismo, são responsabilizados pelos problemas do povo brasileiro.

Define povo como um conjunto de indivíduos que formam a pátria, e a esta como o céu, o solo, a tradição, a consciência, o lar, o berço dos filhos e o túmulo dos antepassados. Enfim, para Santos Lima, a pátria é a comunhão de leis, da língua e da liberdade. Essa definição é retomada também dos textos de Rui Barbosa. Percebe-se nesse discurso que povo e pátria são entendidos como sinônimos, o que também ocorre em outros textos integralistas.

Militante da AIB, Santos Lima convoca seus colegas – pois, para ele, os estudantes são indispensáveis nessa cruzada – para abraçar a causa integralista, "idéia luminosa" que valoriza o passado nacional e caminha para o progresso da pátria e do povo brasileiros.

Plínio Salgado definiu o nacionalismo como "a profunda consciência de nossas necessidades, do caráter, das tendências, das aspirações da pátria, do valor da raça."¹⁸⁴ Observe-se que ele utiliza "nossas", ou seja, ele se identifica com os leitores. Por sua vez, os militantes integralistas reconhecem Plínio como guia e única alternativa para a solução dos problemas nacionais e, em decorrência, para "a salvação da pátria".

Na coluna do PRP, a necessidade de "salvar a pátria" é argumento central.

O quadro geral das calamidades do país confrange os que amam esta Pátria. O Brasil é o país dos desequilíbrios. Desequilíbrios demográficos..., assistencial..., das rendas..., cultural... Desequilíbrio moral, pela perda acelerada da consciência cristã da nacionalidade e desregramento dos costumes, sobretudo nas altas rodas, em desconsonância com os fundamentos espirituais da Nação Brasileira.¹⁸⁵

¹⁸⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 04 de novembro de 1937.

¹⁸⁵DIÁRIO DOS CAMPOS, 7 de agosto de 1955. Coluna do PRP.

Os perrepistas retomam a idéia de crise que só pode ser solucionada por Plínio Salgado, numa clara associação ao "mito do Chefe", que, nesse momento, é por ele negado: "...o chefe não é uma pessoa, porém uma idéia que está independente do homem que comanda... Pretendo substituir essa tendência messiânica do nosso povo pela mística de idéias. Substituir homens por doutrinas".¹⁸⁶ Observa-se nesse trecho tanto o fortalecimento da tendência espiritualista quanto a ambigüidade do discurso de Plínio Salgado.

Apesar de suas palavras, Plínio exerceu plenamente a Chefia da AIB e do PRP. A AIB, inspirada nos modelos fascistas atribuía ao Chefe um poder centralizado, total e permanente. Seus estatutos afirmavam que cabia ao Chefe Nacional dirigir e comandar todo o movimento, e que sua pessoa era "intangível" e sua função "perpétua". Em 1936, os protocolos e rituais da AIB redefinem os poderes do Chefe, mas o caráter de submissão dos militantes persiste mediante do juramento de obediência a Plínio Salgado. Para ele, são quatro os elementos em que se sustenta o poder do Chefe: 1. A autoridade do Chefe não pode ser questionada; 2. Não pode haver contradição entre o Chefe e a doutrina; 3. O Chefe não deve revelar verdadeiramente suas idéias (segredo); 4. A capacidade de comunicação com as massas (carisma). Nos tempos do PRP o papel do Chefe foi relativizado, mas Plínio controlou efetivamente a agremiação.¹⁸⁷

O Integralismo apropriou-se de valores e símbolos católicos, embora se apresentasse aberto a todas as crenças. A luta contra o materialismo em sua doutrina aparecia tanto como elemento de unificação quanto estratégia de persuasão.

O integralismo quer inteira liberdade de crença religiosa. Afirmando DEUS e o Espírito, não pode o Estado integral ser exclusivista em matéria de crença. Ele se põe de acordo com a luminosa encíclica *Caricatis Christi Compulsi* de S. S. o Papa Pio XI,

¹⁸⁶DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de setembro de 1955. Coluna do PRP.

¹⁸⁷A esse respeito, ver TRINDADE, 1979.

a qual preconiza, para resistir ao materialismo dissolvente, a frente única não só de todos "os que se orgulham do glorioso nome de cristão", como escreve textualmente o Sumo Pontífice, mas também de "todos os que fazem de sua crença o fundamento da Ordem Social".¹⁸⁸

Os militantes tinham domínio dessa retórica. Santos Lima apresenta o Integralismo como movimento aberto a outros credos, inclusive aos espíritas, sem ignorar que os católicos constituíam a maioria entre os seguidores do sigma. Não abandona, porém, a idéia do Integralismo como única via para solução dos problemas sociais:

Todos os religiosos, seja espírita, protestante ou católico, que ainda não ingressaram no Integralismo, só podemos ver neles - ignorantes de boa fé. Ignoram o meio social em que vivem e para onde caminham. Estão, indubitavelmente, naquele caso unilateral que se denomina o homem-ético. Querem resolver tudo por conselhos e dogmas religiosos. Desprezam o aspecto integral, que é a realidade do mundo social. É o malfadado unilateralismo. Quando se palestra com alguém desses indivíduos, sempre dizem eles: "Eu não tenho nada com política"... Sou religioso para com Deus... Esse negócio é mesma complicação... confusão... "e vai saindo crente de que a nossa vida está garantida pela passividade ante as angústias sociais. Passividade humana e covardia cristã!¹⁸⁹

Em seus textos Plínio Salgado intercala o *sagrado* do nacionalismo à mística, o devotamento ao nacionalismo espiritualista, a pátria espiritualista ao amor. Essa associação vai se intensificando cada vez mais em sua obra.

Já em 1938, em carta a Getúlio Vargas, Plínio afirmou: "lancei os princípios do Estado Novo e comecei a criar a mística do nacionalismo espiritualista".

¹⁸⁸O LEGIONÁRIO, 20 de janeiro de 1937.

¹⁸⁹Discurso de Lourival Santos Lima, outubro de 1935.

No Manifesto Diretiva de 1945, Salgado propôs aos brasileiros:

Não vamos pois subordinar o permanente ao passageiro, o imutável ao mutável. Essa a razão porque vos indiquei nesse manifesto-diretiva os meios para exercerdes o voto obrigatório, sem envolver na transitoriedade da hora que passa aquilo que pode amanhã representar a defesa mais decisiva da nação brasileira, como hoje representa e resume a perenidade de um pensamento, em cuja essência vive a própria alma da nossa pátria.¹⁹⁰

O Manifesto apresentava as ações e os princípios integralistas como única alternativa para a Nação. Ao fazer isso, Plínio construía a perspectiva da eternidade para o movimento. Assim, justificava que a Ação Integralista foi fechada, mas a doutrina integralista permanecia.

Na defesa dessa doutrina, a Coluna do PRP faz o seguinte apelo:

Companheiro!

Onde está aquele idealismo transbordante e contagiante, que o Integralismo insuflou à Nação, de 1932 a 1937! Aquela, mística que ensinou o povo brasileiro a cantar o Hino Nacional, que levou a Bandeira da Pátria a todos os recantos do território nacional, que prestava continência às Forças Armadas da Nação, elevando-lhes o prestígio no meio da população civil. Aquele despreendimento pessoal capaz de todos os sacrifícios.

Tudo isto está fazendo falta, muita falta à Nação!¹⁹¹

Na busca de adeptos, a coluna do PRP em 1955 reafirma o Integralismo como doutrina espiritualista.

O integralismo não é doutrina totalitária, como muitos superficialmente supõem. Seu conteúdo filosófico tomista, sua fé na liberdade, seu conceito cristão de pessoa humana o impedem de erigir outro imperialismo absoluto que não seja o próprio Deus. Nem o estado, nem a raça, nem o messianismo de uma classe, mas Deus, como fonte e norma de tudo é o que Plínio Salgado pregava.¹⁹²

¹⁹⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de setembro de 1945.

¹⁹¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de junho de 1955.

¹⁹²DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 de julho de 1955.

Essa orientação já estava presente no Manifesto-Diretiva:

O Integralismo brasileiro, antes de ser um partido ou uma associação, é uma doutrina política baseada em nítida concepção do universo e do homem, concepção da qual decorrem os precisos conceitos sobre a personalidade humana, a família, a economia, e o estado. Proclamando sua inabalável crença em Deus e sua existência, e na imortalidade da alma humana, o Integralismo condena todas as ideologias materialistas, concitando seus adeptos a exercer vigilante defesa dos fundamentos religiosos.¹⁹³

Destacam-se nessas passagens a estratégia discursiva de negar o "suposto" totalitarismo integralista, a afirmação da orientação cristã e o divino como princípio norteador da doutrina. A palavra deus, comum a todas as crenças, aparece nesses discursos como forma de atingir o imaginário de todos aqueles que orientavam suas vidas por princípios religiosos. Nessa elaboração, acompanhar Plínio Salgado correspondia a seguir a Deus na construção de uma Pátria melhor.

3.1.2 O Estado Integral: nós e os outros

No imaginário Integralista, a "Pátria melhor" somente poderia ser alcançada no Estado Integral. Essa concepção de Estado compreende a descentralização administrativa, a economia planificada e a centralização política. O município é a unidade administrativa fundamental, e os partidos serão substituídos pelas corporações. A participação política está vinculada ao sindicato, órgão de direito público que representa as categorias profissionais, exceto o clero e os militares. Os sindicatos elegem os Conselhos das diferentes esferas do Poder.

Os adversários do Estado Integral são definidos pela representação do homem e do Poder. Assim, para Plínio, a liberal-democracia produziu dois conceitos: o de homem-cívico, o absurdo biológico, e o de soberania nacional, um "absurdo sociológico". Nessa construção o Estado "é um mero espectador" que não consegue

¹⁹³DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de setembro de 1945.

efetivar a justiça social e o equilíbrio da produção e do consumo. O outro adversário, o coletivismo, é igualmente perigoso, pois permitiu ao marxismo a criação do conceito do homem econômico, "mentira filosófica e científica". Nessa concepção o homem perde seus atributos transcendentais.¹⁹⁴

Os textos dos camisas-verdes expressam suas convicções em contraposição aos princípios dos grupos, comunistas, capitalistas e judeus. Assim, o Integralismo se apresentava como:

Reação do espiritualismo contra o materialismo, do nacionalismo contra o internacionalismo dissolvente; da produção contra o capitalismo, no terreno econômico; reação do espírito nobre do trabalho contra o comunismo, doutrina dissolvente e contrária ao primado do espírito, filha da visão unilateral dos fenômenos sociais e políticos, e manobrada por forças ocultas para conduzir o mundo e desígnios incompatíveis com a dignidade humana.

(...)

A adoção do Estado Corporativo, com a diferença ainda de que o Estado Corporativo Brasileiro ou Integral, é democrático, porque os sindicatos, federações e corporações elegem, pelo voto, seus representantes no governo...¹⁹⁵

Cabem a esse Estado Integral uma intervenção clara na economia e a defesa da propriedade privada para o bem geral. Nesse sentido, os integralistas se distinguem dos liberais quanto ao papel do Estado, embora se aproximem em relação ao conceito de propriedade.

uma fiscalização necessária em prol do incremento imprescindível às atividades em todos os setores do trabalho e da produção (...), tem a finalidade de proteger o comércio, indústria e lavoura, não deixando influir na própria vida da economia individual às vezes sem progresso por falta de estímulo e de cultura. (...) O Estado Integral prega que o estrangeiro que aqui montar comércio terá que apresentar certidão de fiscalização bancária de que possui capital necessário e a idoneidade

¹⁹⁴A esse respeito, ver HUNSCHE (1937).

¹⁹⁵O LEGIONÁRIO, 17 de fevereiro, 1937, p.4.

precisa. O Integralismo incentivará a produção de matérias-primas para a indústria para libertá-las da dependência estrangeira e minorar a importação. (...) Quer fazer das propriedades legítimos fatores de progresso para o bem geral.

O conceito de propriedade dos comunistas é refutado com veemência porque os integralistas o consideram uma "apropriação indébita".

O anticomunismo defendido pelo Movimento se insere no imaginário político do Brasil nos anos 30 e é um dos componentes de uma disposição totalitária que convergiu para o Estado Novo. Essa tendência aparece como ideologia de sustentação da imagem de uma sociedade una, indivisa e homogênea, e que reuniu diferentes setores e instituições na construção de um imaginário anticomunista. Eliana Dutra observa que a tentativa de construção de um projeto totalitário presente nessa fase se fundamentou em quatro pilares: anticomunismo/revolução, trabalho, pátria e moral. Comenta ainda que a imagem de Deus, criador e destruidor, permite a sacralização do poder (DUTRA, 1997).

Para Carla Luciana Silva, o imaginário anticomunista no Brasil não foi gestado pelas elites políticas dos anos 30, mas pode ser remetido a uma lógica autoritária anterior.

As concepções políticas são represadas pelos preconceitos morais, religiosos e ideológicos, como anunciou Marx ao falar da Santa Aliança entre o Papa, o Czar, Guizot e Matternich. As formas com que elas são apreendidas, ressignificadas e reproduzidas na sociedade estão diretamente vinculadas à criação e disseminação dos imaginários, que deve ser estudado em suas continuidades. Tratamos, no caso do anticomunismo, de sua inserção na cultura política, que é uma forma de apropriação estabelecida no imaginário, que passa a moldar as ações políticas de dados grupos sociais. O imaginário, portanto, é ideológico, e não pode ser desvinculado do processo histórico, que está relacionado ao desenvolvimento das forças produtivas. Ele está vinculado com a forma com que as classes dominantes se conservam no poder político, econômico e social. (SILVA, C. L., 2000)

Nessa perspectiva, ao retomar como princípio o anticomunismo, o PRP o faz numa conjuntura histórica (Guerra Fria) em que esse argumento é atraente para vários setores da sociedade brasileira.

Associado ao anticomunismo e às críticas ao capitalismo, os integralistas estruturaram uma justificativa para o anti-semitismo defendido por Gustavo Barroso.

Todas as nossas minas de ouro, ferro, petróleo... estão em mãos do judaísmo internacional. É o judeu que não deixa o Brasil explorar o petróleo que possui... somos estrangeiros dentro de nossa própria pátria. Ignorando a causa de sua desgraça, os brasileiros brigam entre si matando os próprios irmãos para gáudio do judeu, que ainda nos vende armamento, vive regaladamente a custa de nosso suor e da nossa miséria e ainda diz que o brasileiro é raça inferior, e que é pobre porque é vadio... Mocidade desperta! É preciso meditar... tomar atitude em face de nossa desgraça! ¹⁹⁶

Um depoimento de Miguel Reale explica que a "guerra aos judeus" nada tinha a ver com as questões raciais:

...não temos preconceito de raça. Colocamos o problema no campo moral: para nós não há judeus, mas homens honestos e desonestos. Os judeus honestos são tão merecedores de nossa estima como os brasileiros cumpridores de seus deveres. (...) o elemento semita, que já colaborou na formação do Brasil-colônia, pode e deve trazer o seu coeficiente poderoso de energias para a implantação do Estado Integral(...). Não há, pois, razão alguma para se repelir o judeu de nosso movimento. E se alguém vos perguntar como recebemos os judeus deveis responder: de braços abertos se forem da marca de Disraeli e de Dino Arias, mas os expulsaremos de nosso meio se forem discípulos de Trotsky ou de Rotschild.¹⁹⁷

No entanto, essa posição não correspondia à visão geral dos militantes. Há os que assimilaram o anti-semitismo como o fez Santos Lima:

...o capitalismo internacional escraviza as nações pela pobreza e pela contumaz campanha da imoralidade nos costumes, para um dia sujeitá-las aos seus interesses ocultos – o triunfo do povo eleito do Israel, tão bem engenhado nos célebres "Protocolos dos Sábios de Sião". O problema judaico é outra questão urgente de ser considerada. A avidez judaica não é de hoje. Desde os fatos bíblicos com a expulsão

¹⁹⁶O LEGIONÁRIO, edição 09, 24 de março de 1937, p.02, João Toledo Mascarenhas.

¹⁹⁷DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de dezembro de 1934.

dos judeus do Egito, onde estavam absorvendo o Estado do Faraó, desde a mesma tentativa na Península Ibérica, quando para lá conduzem os mouros seus parentes e depois, expulsos êstes, ficam lá perturbando a economia das monarquias recém-formadas, seguindo-se, então o período das perseguições. Perseguições essas que só favoreceram os judeus, porque satisfazendo a condição de serem batizados, êles continuam a vida de antes, cumprindo os planos das sinagogas, como fingidos cristãos-novos. E conquistando a simpatia do mundo que se inspirava no liberalismo anti-cristão, muito de acôrdo com as pretensões judaicas. A inquisição embora tenha suas razões de ser condenada, entretanto, foi um recurso da época, preferido pelos reis católicos para dar cabo da praga judaica que devastava tanto o ouro público pela conquista passiva, como insinuava costumes decadentes aos meios cristãos. No caso recente da Alemanha hitlerista estampa-se outro caso idêntico... É possível que um ou outro excesso se tenha cometido nesse particular. Não se nega, porém, ao povo alemão, o direito de acordar do letargo e da miséria em que vivia, para decididamente reassumir o govêrno de seus mais sagrados interesses.¹⁹⁸

Essa retrospectiva procura justificar o anti-semitismo em diferentes situações históricas chegando a apoiar essas ações na Alemanha.

De qualquer forma, o anti-semitismo foi sempre uma questão polêmica no âmbito do Movimento e também entre seus críticos.

Plínio Salgado pregou o anti-semitismo que tem hoje por refúgio não a Alemanha de Bismarck, mas sim o partido hitlerista, agremiação esta que conseguiu repetir a velha política demagógica de dividir para governar, escolhendo a parte mais fraca para o banco dos réus (...) O chefe integralista, envolve judaísmo em mantas de comunismo ao mesmo tempo fazendo crer que os judeus são banqueiros, possuem o poder do dinheiro em suas mãos e também são comunistas (...) favorecendo a ditadura proletária.¹⁹⁹

De outro lado, os militantes reafirmam as orientações integralistas em um discurso de convencimento dirigido a público específico.

¹⁹⁸Discurso de 1935.

¹⁹⁹DIÁRIO DOS CAMPOS, 11 de dezembro de 1934.

Aos jovens, os textos pretendem ser entusiásticos e reflexivos. Esta *Carta à mocidade de Castro* expõe as razões para a adesão ao Movimento:

...– Então por que te conservas de braços cruzados perante tanta miséria? Não achas que é uma covardia, enquanto teus irmãos se empenham em luta contra tudo isso, permaneceres indiferente e de braços cruzados?

(...)

Mocidade de Castro!

Eu sei que tu não pensas assim, si não ingressaste ainda nas fileiras do Sigma, é porque não leste nada a esse respeito.

(...) porque só dentro do Integralismo, está o bem do Brasil e a felicidade da tua família, ou seja a tua felicidade.²⁰⁰

Esses apelos foram uma constante na ação integralista e mostraram eficácia política, como demonstra esta carta de um jovem durante a campanha de 1955:

Transcrevemos a seguir um trecho de uma carta... Comove pela sua eloquência nestes tempos tão materiais:

'Escolhi a mocidade de minha terra, para ajudar-nos nesta nobre campanha. Fundei um Comitê Municipal da mocidade. E, realmente, está acontecendo algo de extraordinário. Cada dia que passa é um jovem a mais. Cada vez que se conversa em política é o nome de V.S. que sempre sustenta a palestra. E cada vez que se encontra com um antigo camisa verde, a vontade de lutar dobra e redobra. Sim! Sr. Plínio Salgado, os primeiros raios de sol brotam entre as trevas confusas da política nacional. Já podemos dizer que Deus está iluminando a mente dos homens e mostrando-lhes o caminho certo a seguir.(...)

E neste momento em que tudo parece transformado, sentimo-nos dentro da consciência dos homens, dizendo-lhes: 'Venham companheiros, que precisamos salvar nossa Pátria!' E, êles por mais que tenham espírito de destruidores parecem não resistir a esta exclamação, e suas fisionomias parecem nos dizer: 'Pátria, alerta estou'.²⁰¹

²⁰⁰O LEGIONÁRIO, Castro, 17 de fevereiro de 1937. Já em 24 de fevereiro o jornal registra o ingresso de um jovem ao Partido.

²⁰¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 06 de agosto de 1955. Coluna do PRP.

Plínio Salgado em suas conferências para a Ação Católica em Portugal sistematizou suas "antigas e sempre novas idéias" sobre a mulher:

...a mulher integral, a mulher que se realiza na plenitude biológica e espiritual, não é nem superior nem inferior ao homem; é diferente.

(...)

O serviço das mulheres nas fábricas, nos escritórios ou no comércio deve, evidentemente, ser permitido, desde que constitua o escudo que as preserva da miséria material e moral, e não um meio para perdê-las.

(...)

Como, pois, educar a mulher?

Formando o seu carácter, de modo que ela não seja nem a boneca de cabecinha vazia só preocupada com o luxo, a exibição, as futilidades de uma vida ociosa, nem também o ente desgracioso, de passo militar e atitudes masculinas, a aspirar a uma igualdade ridícula e não de direitos e deveres inerentes a diferenciações imprescriptíveis. (SALGADO, 1947, p.71, 94-95.)

Os integralistas convocavam as mulheres para a militância, pois "somente vestindo a camisa verde" poderiam defender os filhos, o lar e a pátria.

...Chegada é a hora em que se vão decidir os destinos de tua pátria... Entretanto, conterrânea minha, não desanimes... Já não haverá forças que detenham a marcha dos camisas verdes... Venha a ajudar as legiões do Sigma a edificar o Brasil do futuro... um Brasil feliz onde tu terás assegurada a integridade do teu lar.²⁰²

Os integralistas entendem que é dever da mulher participar de atividades políticas e comparecer às urnas para exercer o direito do voto em defesa de seus ideais. Quanto ao trabalho remunerado, a mulher deveria assumi-lo somente em situações de necessidade; já o trabalho voluntário deveria fazer parte de seu cotidiano. Toda mulher integralista deveria dedicar parte de seu tempo a uma ação educativa e principalmente caridosa. Na visão de Plínio, "...a sua ação social deve ser eminentemente educadora, tomando contacto com as massas populares, auscultando os anseios dos

²⁰²CASTRO JORNAL, Castro, 7 de setembro de 1935, p.2.

desafortunados e dos injustiçados, de modo a não permitir que as forças do mal se aproveitem das aflições dos infelizes..." (SALGADO, 1947, p.112).

Os operários deviam aliar-se aos seguidores do Sigma, pois a proposta de Plínio Salgado correspondia às aspirações desses trabalhadores. No final de seu discurso, Plínio Salgado diz que não ensina

...ao operário a doutrina da covardia, da desilusão, do ódio, da renúncia, do ostracismo inevitável da conformação com as imposições da política como a democracia liberal. Nós ensinamos a doutrina da coragem, da esperança, do amor à Pátria, à sociedade, à vida, no que tem esta de belo e de conquistável, da ambição justa de progredir de possuir bens, de elevar-se, de elevar a família. Não destruimos a pessoa, como o comunismo; nem a opimimos, como a liberal democracia: dignificamo-la.²⁰³

O Integralismo promete aos operários, para além da garantia de seus direitos, a dignidade humana, desde que estes assumam o seu "lugar social".

Só o integralismo assegura ao trabalhador o lugar a que esse tem direito na harmonia social sem se cobrar de tais benefícios com a anulação da personalidade. O operário sob a vigilância do sigma tem direito de ter família, de ter pátria, de ter aspirações intelectuais. O integralismo garante ao operário a segurança de sua dignidade que é a própria dignidade humana.²⁰⁴

No dia 1.º de Maio de 1937, Plínio Salgado dirigiu-se aos trabalhadores, dizendo que os integralistas sentiam as angústias e o drama do operariado brasileiro. Nesse discurso Plínio realça sua identificação com essa classe, pois fora operário e ainda assim se considerava, daí porque sua mensagem, segundo ele, era facilmente entendida pelos trabalhadores. Todo discurso foi baseado no "Manifesto de Outubro" e afirmava que os integralistas desejavam:

²⁰³O LEGIONÁRIO, 03 de março de 1937.

²⁰⁴O LEGIONÁRIO, edição 14, 06 de maio de 1937, p.03.

...dar ao operário, ao soldado, ao marinheiro a possibilidade de subir conforme sua vocação e seus justos desejos. Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar, pelas suas qualidades, pelo seu trabalho e pela sua constância, tanto na sua classe como fora dela, e até no governo da Nação.

As classes organizadas garantirão os seus membros, em contratos coletivos, velarão as necessidades de trabalho ou produção de cada um, de modo a não submetermos, como até agora tem sido, os que estão desempregados as humilhações, dos pedidos de emprego, tantas vezes recebidos com desprezo pelos que procuram, o que ocasiona justas revoltas.²⁰⁵

A argumentação de Plínio no Manifesto, apesar do tom emotivo, se assemelha a de Reale ao situar o socialismo e o liberalismo como inimigos dos trabalhadores. Nesse mesmo texto, os trabalhadores são considerados, assim como a família, "a base da felicidade na terra" e o "alicerce do movimento integralista".

Os intelectuais camisas-verdes, como, por exemplo, Miguel Reale, refletem sobre a organização dos trabalhadores:

...E assim surgiu o sindicalismo. Fóra do circulo estatal ia se desenrolar o maravilhoso fenomeno economico grupalista, que – esfera do trabalho – desde logo confluuiu para o marxismo, combatendo o Estado meramente juridico de interesses burguezes, para implantar o Estado economico de interesses proletários...

Com o sindicalismo não saímos dos quadros fundamentais do liberalismo. Houve apenas transposições dos mesmos principios da esfera individual para a esfera grupalista: continua-se a política anti-estatal.²⁰⁶

Reale anuncia o corporativismo como a melhor alternativa, negando tanto o individualismo como o coletivismo. Na visão integralista, a ascensão social do operário dependia de seu esforço no trabalho e da escolarização, proporcionada pelo Estado.

²⁰⁵O LEGIONÁRIO, edição 14, 06 de maio de 1937, p.04.

²⁰⁶O LEGIONÁRIO, 3 de março de 1937.

A questão social deve ser resolvida pela cooperação de todos, conforme a justiça e o desejo que cada um nutre de progredir e melhorar. O direito de propriedade é fundamental para nós, considerado no seu caráter natural e pessoal... O que nos desejamos dar ao operário, ao camponês, ao soldado, ao marinheiro é a possibilidade de subir, conforme a sua vocação e os seus justos desejos. Pretendemos dar meios a todos para que possam galgar pelas suas qualidades, pelo trabalho e pela constância, uma posição cada vez melhor, tanto na sua classe como fóra dela e até no governo da Nação.²⁰⁷

Para os integralistas, os conflitos entre capital e trabalho estendem-se ao mundo rural. O crescimento das cidades do Brasil a partir do início do século XX evidencia a dualidade rural-urbano e fundamenta a tese defendida por Santos Lima:

O contraste que se nos depara ao observar o Brasil-cidade, burguês, e o Brasil-sertão, brasileiro, faz a tristeza nos invadir a alma! Tudo é diverso! Tudo é desigual! Tudo se choca e se desharmoniza! De um lado, populações pobres, analfabetas, desorientadas pela ignorância das necessidades, populações que labutam na sua primitiva faina, cançadas, desiludidas, desacorçoadas da melhora eternamente prometida! De outro lado, aristocracias do luxo, do dinheiro, da extravagância, dos francesismos, dos macaquismos, enfáticas, arrogantes, orgulhosas, desregradas, sem finalidades, estúpidas! Contraste dos dois Brasís, que se não comparam porque infelizmente se destroem! Porque vivem opostamente, um parasita do outro, um rindo do outro, um ridicularizando o outro: o Brasil-burguês gargalhando do Brasil-sertão! E o Brasil-sertão chorando pelo Brasil-burguês!²⁰⁸

Ao mostrar essas diferenças, esse militante, que havia participado de uma bandeira integralista no pequeno município de Ipiranga, no interior do Paraná, encontra argumento para a exaltação do caboclo, que também teria um lugar nas fileiras do movimento:

²⁰⁷O LEGIONÁRIO, 24 de fevereiro de 1937.

²⁰⁸Discurso de 1935.

O caboclo sempre pode ser um bom integralista porque tem caracteres para tal. Bastante sentimental, êle é um verdadeiro contraste com o cidadão empoadado de civilização burguesa. O caboclo não troca o seu rincão amado, os seus amigos velhos, os seus fandangos festivos, os seus caprichos ingênuos, o seu cavalo de confiança por todo o conforto dos arranha-céus, por tôda a hipocrisia das cidades, por tôda a imoralidade das "soirées", por tôda a faceirice da malícia, por tôda a ambição do ouro. O caboclo ama a sua liberdade verdadeira, que é sentir, em plenitude, a sua tradição e o seu meio cósmico, jamais aspirando essa liberdade formal, do burguezote escravo das novidades histórico-judaicas, viciado de seus direitos inexistentes! Muitos dirão que o matuto é ignorante e incivilizado. Mas queiram ou não queiram, a verdade está com o matuto.²⁰⁹

Nesse discurso, o militante valoriza o caboclo como elemento de identidade nacional, critica a influência cultural estrangeira, defende a tradição e a moral e reitera a associação entre os judeus e o capitalismo.

Outro grupo social que os integralistas buscavam atrair para o Movimento eram os militares. O argumento de Plínio centrava-se no caráter "democrático" do Integralismo e na efetiva compatibilidade entre o exército nacional e a milícia integralista: a defesa da nação. Assim, as dúvidas que pairavam entre os militares indecisos quanto à adesão ao sigma, conforme Plínio, careciam de fundamento, pois havia mesmo afinidade de compromisso. Era possível, então, jurar fidelidade às bandeiras do Integralismo e do Brasil.

O Integralismo é antiliberal, anti-semita e anticomunista. Os militantes acreditavam e difundiam que comunistas, capitalistas e judeus eram exploradores e perigosos. Ser contrário a estes grupos, "os outros", constituía parte de sua identidade... A identidade integralista consiste na afirmação do espírito e da "democracia cristã", na valorização das classes produtivas, da ordem e da hierarquia sociais, na defesa da tradição, da família e da nacionalidade.

²⁰⁹Discurso de 1935.

Nessa perspectiva, Plínio esclarece:

O Integralismo, pois, no Brasil, é bem diverso do Integralismo francês de Charles Maurras, porque esse não passa de um "nacionalismo integral", com a preocupação de restaurar as tradições; diverso é, também, do Integralismo lusitano, que transplantou o sentido tradicionalista da corrente gaulesa, com a tendência de reatar o processo social moderno ao espírito medievalista; e diferente é, por outro lado, não só do "racismo" alemão, cuja tese de superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do "fascismo" italiano, ao qual somente nos assemelhamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social.

Trata-se, portanto, de um movimento original, genuinamente brasileiro, com uma própria filosofia, um nítido pensamento destacado na confusão do mundo contemporâneo. (SALGADO, 1995, p.55)

Plínio procura delimitar as influências recebidas pelo Integralismo e afirmá-lo como movimento nacional cuja filosofia deveria iluminar a consciência dos homens. Acima de tudo, ele pretendia inculcar em seus correligionários a convicção de que o integralista era um eleito, o único capaz de transformar e ordenar a sociedade.

3.1.3 Idealismo e democracia integralista

O ideal de uma nova pátria encontra-se tanto nos textos doutrinários quanto em hinos e canções: "Unindo de sul a norte/ os filhos da raça forte,/ que engrandece esta nação./ Há de chegar o momento/ em que, uno, o pensamento/ o Brasil dirigirá..."²¹⁰ Esse ideal permeou a trajetória do Integralismo e se amoldou às conjunturas. Houve um momento em que se associou à necessidade de aperfeiçoamento moral do homem; aspirações que só seriam alcançadas pela revolução do espírito, conforme o militante Levy Saldanha: "uma revolução interior, porque ela se realiza no nosso íntimo e somente após essa realização vai modificar

²¹⁰A Marcha Integralista, de Ribamar Pereira.

o ambiente... Para nós, revolução é uma mudança de atitude do espírito diante dos problemas que se lhes apresentam em qualquer ordem moral ou material".²¹¹

Plínio entendia que esse aperfeiçoamento moral significava a ruptura com as formas de pensar e de sentir do século XIX. Aos poucos, essa reformulação vai se tornando mais espiritualizada: "O conceito cristão da vida deve ser o dos equilíbrios perfeitos. É preciso conhecer o homem, a argila de que é feito, a sua finalidade superior, a sua missão na terra, os seus sentimentos, a invulnerabilidade de sua consciência, para se poder organizar o Estado..." (SALGADO, **Madrugada...**, 1946, p.45).

Assim, as relações das pessoas, dos grupos com o Estado estão balizadas pelo limite entre o poder temporal e o espiritual.

Se o Estado se inspira nos princípios religiosos e sabe distinguir os limites entre o poder de César e o poder de Deus, então a personalidade humana, com todos os seus atributos, prerrogativas, deveres e justas aspirações encontrará nele garantias; se, ao contrário, o Estado se inspira nos interesses da sua própria manutenção, como entidade viva, nesse caso, querendo se defender da pulverização colectivista do socialismo internacional, a personalidade humana sucumbe triturada por um socialismo nacional. (SALGADO, 1956, p.84)

Da mesma forma que o conceito de Estado, a concepção de democracia do Integralismo se inspirava em princípios religiosos e se fundamentava em traços particulares.

A democracia cristã é uma democracia de conseqüências; é um efeito, jamais uma causa. A sua fonte, neste caso, não pode ser a massa bruta e incapaz de discernimento, a vontade da multidão inconstante conduzida ao sabor dos audaciosos. A sua fonte são os princípios, a doutrina, as regras ordinárias de uma concepção de vida.

É desses princípios, dessa doutrina, dessas regras que decorre o conceito da democracia cristã. Se não a considerarmos como tal, isto é, como resultado de uma

²¹¹O LEGIONÁRIO, 20 de maio de 1937.

consciência religiosa, teremos de tomá-la como causa de si mesma, causa e efeito ao mesmo tempo, e torná-la-emos o instrumento do evolucionismo materialista, ou da revolução também materialista do sindicalismo soreleano, ou do néo-marxismo, ou do nacionalismo totalitário.

Tomada como causa e efeito, a democracia é sinônimo de tirania: a violência do maior contra o menor número, mesmo quando a verdade e a justiça estejam com a minoria. (SALGADO, 1945, p.90-91)

As características enfatizadas por Plínio na elaboração do conceito de democracia são a negação da participação das massas, a defesa dos grupos naturais e a crença de que essa democracia, mais do que um regime político, é uma concepção de vida que resulta de uma consciência religiosa.

Na coluna do PRP, Otto Prazeres retoma o conceito de democracia elaborado por Plínio: "Consiste em fazer com que os bens de uma sociedade política, um país, possa dispor ou proporcionar, sejam participados ou distribuídos pelo maior número possível dos indivíduos que fazem parte dessa sociedade política."²¹²

Em outras colunas do PRP, militantes ampliam o conceito de democracia, destacando que:

...é, sobretudo, o sistema da competência e da responsabilidade, o processo de moralização, administrativa, evitando o predomínio, muitas vezes nocivo de grupos eventualmente com maior prestígio do que outros, no jogo de azar da política nacional. Trata-se, afinal, da confluência dos fatores: econômico, político, num verdadeiro sistema de representação popular e nacional.²¹³

A dimensão que o Integralismo confere à democracia torna-a atraente para determinados grupos. É o que se percebe nesta comunicação dirigida por um líder classista a seus companheiros durante a campanha presidencial de Plínio:

²¹²DIÁRIO DOS CAMPOS, 22 de junho de 1955.

²¹³DIÁRIO DOS CAMPOS, 12 de julho de 1955.

O advogado Jader Medeiros, presidente da conhecida instituição de assistência à classe dos motoristas, acaba de dirigir o seguinte manifesto aos profissionais do volante: (...) Não obstante, tendes o direito de perguntar: E por que Plínio Salgado deve ser o nosso candidato à Presidência da República?

Respondo-vos que deve ser Plínio Salgado porque ele representa, nas trevas da moral da hora presente, a luz de uma fulgurante e radiosa esperança; deve ser Plínio Salgado porque somente êle é portador das credenciais indispensáveis e essenciais para realizar um programa de Governo baseado na moralidade e honestidade de propósitos, tendo em vista a solução de todos os problemas que assobêrbam e afligem o Povo Brasileiro: deve ser Plínio Salgado, porque êle representa, indiscutivelmente a restauração dos valores morais e das verdadeiras capacidades na direção dos cargos públicos e administrativos do nosso país; deve ser Plínio Salgado, porque nesta quadra infame da vida brasileira, quando os trabalhadores nacionais vem sendo vergonhosamente ilaqueados na sua boa fé por uma legislação trabalhista capenga, nem sempre justa e eficiente êle representa a própria dignificação do trabalho e a certeza da implantação, em nossa terra, da verdadeira justiça social, com a valorização do trabalhador nacional. (...)

E isto porque, vencendo Plínio Salgado, não apenas a vossa classe como das demais classes trabalhadoras de nossa terra, serão convocadas por êle para a seu lado, ombro a ombro realizarem a Democracia Orgânica tão ardentemente desejada por todos aqueles que querem ver o Brasil forte, respeitado, rico e feliz, infelizmente isento da politicagem de campanário, dos ladravazes exploradores dos dinheiros públicos e da boa fé do Povo desta terra iluminada pela Cruz de Cristo e que pela vontade e pela determinação de seus filhos há de conduzi-la a seus gloriosos destinos.²¹⁴

Para a construção dessa nova pátria, o Integralismo convoca os brasileiros de todas as descendências, harmonizando a pluralidade étnica²¹⁵ com o objetivo de edificar "o Brasil, uno, indiviso".

Plínio em seus textos afirma que não existe um povo brasileiro, mas sim uma população brasileira, cuja composição encontra-se inacabada. Além dos

²¹⁴DIÁRIO DOS CAMPOS, 2 de setembro de 1955. Coluna do PRP.

²¹⁵As vertentes teóricas do Integralismo produziram diferentes concepções sobre a questão racial e étnica. Procuraram em sua ação agregar as etnias, uma vez que grande parte de seus adeptos estava entre alemães, italianos e seus descendentes. A esse respeito, além dos textos integralistas, ver: HUNSCHE (1937), GERTZ (1987) e BERTONHA (2001).

portugueses, índios e negros, "raças formadoras", fazem parte desse processo as contribuições de outras nacionalidades. Essa compreensão permite-lhe valorizar "as populações interiores" (agricultores, pequenos comerciantes, tropeiros) que produziam e faziam circular juntamente com suas mercadorias as tradições, os costumes e as linguagens regionais e conceituar brasilidade como: "...sentimento profundo e consciente de uma fatal solidariedade com o solo brasileiro".²¹⁶

A brasilidade de Plínio consiste em "afirmar o valor do Brasil" e unir a todos os brasileiros (independentemente de sua origem étnica e de classe) na construção de uma Nação "poderosa, rica e feliz". Enfim, trata-se de um sentimento e de um projeto.

O nacionalismo pliniano²¹⁷ envolve diversos aspectos – econômico, cultural, étnico – com diferentes pesos na doutrina ao longo de sua elaboração. No entanto, pode-se afirmar que sua característica marcante é o traço sentimental e literário. A essa dimensão romântica foi acrescentada a idéia do Império, cultural e doutrinário, portanto diferente do imperialismo fascista. Plínio afirmava: "Não me contento com a implantação do Estado Integral no Brasil. Quero que esta idéia se irradie para toda a América do Sul." (SALGADO, 1935, p.246).

O espírito expansionista de Plínio esteve, porém, em segundo plano pois o ideal maior dos integralistas era a construção da pátria organizada no Estado Integral sob a democracia cristã.

²¹⁶A esse respeito, ver HUNSCHE (1937).

²¹⁷A esse respeito ver TRINDADE (1979); GUIBERNEAU (1997).

3.2 O Texto da Fé: As Cartas Pastorais de D. Antonio

Para sermos, um dia cidadãos da cidade celeste representada por Jerusalém, é mister não sermos agora cidadãos da cidade terrestre representada por Babilônia. Cidadãos da Babilônia terrestre são os que habitam na terra, não apenas com o corpo, mas com o espírito, buscando ansiosamente (sic) os bens temporais e apegando-se desordenadamente a eles. O príncipe dessa cidade é o demônio, que a tiraniza. Cidadãos da Jerusalém celeste, além dos que ditosos reinam no Céu, são os que, encontrando-se ainda no exílio desta terra, buscam, no serviço de Deus, as riquezas da alma, desejando ardentemente ser desatados da carne e estar com Cristo, Rei dessa cidade. Cidades essas diametralmente opostas, não é possível, filhos caríssimos, ser, ao mesmo tempo, cidadão de ambas. (D. Antonio Mazarotto, 1957)

Os textos religiosos, as cartas pastorais²¹⁸ do bispo diocesano D. Antonio Mazarotto, devem ser percebidos como autocompreensão e expressão da hierarquia católica, presença destacada na construção de uma identidade nacional.

A presença e a atuação da Igreja Católica na sociedade brasileira remontam ao período colonial, quando pode ser visualizada como coadjuvante do processo histórico, sob a égide do Estado. Tal sistema vigorou ao longo da Colônia e do Império, tornando o catolicismo a religião oficial do país. No entanto, na fase

²¹⁸As cartas pastorais constituem uma das modalidades discursivo-religiosas entre outras (breves, avisos, circulares, sermões, memoriais, mensagens de diversos teores) e um gênero literário peculiar entre as formas de comunicação da Igreja Católica. Sua origem remonta aos primórdios do cristianismo, cujo intento era orientar, exortar e admoestar as comunidades de acordo com seus problemas e/ou necessidades. O qualificativo "pastoral" prende-se à principal atividade econômica da sociedade hebraica, e apropriado pelo discurso religioso e cristão para se fazer compreendido. O pastoreio de rebanhos tornou-se uma figura bíblica, consagrada até hoje na teologia eclesiológica. Os funcionários hierárquicos (bispos, presbíteros) da Igreja Católica são "pastores" do rebanho cristão, os fiéis. Uma carta pastoral sempre tem um caráter e um conteúdo referente ao pastoreio dos fiéis, estando estes incluídos entre seus destinatários (ARAÚJO, J. C. S., 1986, p.27).

imperial, especialmente durante o reinado de Pedro II, um segmento da hierarquia eclesiástica destacou-se, aquele que se alinhava à chamada corrente ultramontana. Tal segmento primava pelo conservadorismo, pelo afastamento do clero das atividades partidárias, pela centralização e por uma defesa intransigente dos pontos de vista da Santa Sé.²¹⁹

A redefinição da ordem política trazia novos desafios à hierarquia eclesiástica e à sociedade nacional. O ato republicano, ao secularizar a instituição política, separando-a da Igreja em 1890, despojou-a da ordem política da qual fizera parte. (ROMANO, 1979, 82).

O debate suscitado pelas propostas de interação entre catolicismo e sociedade moderna acontece especialmente a partir do início da década de 1920. Os anos vinte marcaram época e mobilizaram a sociedade brasileira em diferentes projetos. Eventos significativos como a Semana de Arte Moderna, em São Paulo, a fundação do Partido Comunista, a emergência de movimentos de reformas educacionais, inspirados nos princípios da Pedagogia Nova e as comemorações do Centenário da Independência motivaram estudos sobre a realidade brasileira, com o objetivo de traçar um retrato do verdadeiro Brasil. "Pensar o Brasil", expressão cunhada pelo intelectual Vicente Licínio Cardoso, nos anos 20, foi o lema de um momento em que proliferaram obras de reflexão sobre a realidade brasileira, fundamentadas no

²¹⁹ Isso decorre do fato de que, a partir da segunda metade do século XIX, Roma criou mecanismos para adquirir um maior controle sobre as Igrejas nacionais. No Brasil, parte da hierarquia católica, tentando imprimir um novo rumo à Igreja, iniciou um processo de reforma tanto do clero como das práticas religiosas difundidas pelos seus próprios membros e seguidas pelos leigos, conhecido como romanização.

O ideário veiculado pela instituição católica no período fazia permanente referência ao conjunto de temas com sentidos vinculados aos princípios da doutrina tridentina, implantados no Brasil em meados do século XIX. O modelo de Reforma Católica, inspirado no Concílio de Trento, visava substituir o modelo Igreja de Cristandade, vigente no período colonial. Um de seus pontos básicos foi a ação de bispos reformadores, comprometidos com a formação de um clero alinhado às novas diretrizes. Em suma, a palavra de ordem dos bispos do Brasil era "reformular o clero" e "reformular o povo cristão".

conhecimento do território, do povo e, sobretudo, no grau de adequação das instituições à realidade, propondo um balanço dos anos de República.

Nesse momento tem início a consolidação de um modelo eclesiológico que irá se alterar somente com o Concílio Vaticano II. O surgimento do modelo de neocrisandade pode ser datado de 1916, mas os 25 anos precedentes se caracterizaram por adaptações institucionais aos desafios de existir numa república secular. Embora não fosse inédito, só floresceu após 1920 e atingiu seu apogeu de 1930 a 1945, quando Vargas era presidente.

Diz Francisco Iglésias (1981, p.138) que em 1922, como é natural, o ambiente não se apresentou com nitidez aos protagonistas: cem anos depois da Independência, o país não está de todo emancipado e vive problemas que clamam por equacionamento. No período, a intelectualidade leiga e católica está profundamente insatisfeita com o atraso do país, com a ignorância e má-formação intelectual e moral do povo e com a inépcia do governo.

Nesse ano, o Rio de Janeiro celebrava o Congresso Eucarístico em comemoração ao Centenário da Independência, quando D. Sebastião Leme,²²⁰ arcebispo do Rio de Janeiro e segundo cardeal brasileiro, fez o solene lançamento de seu programa político-pastoral para o Brasil. Na mesma ocasião é publicada a Pastoral Coletiva do Episcopado Nacional (1922, 55) reafirmando-se a Igreja como tradicional mantenedora da ordem e da harmonia da sociedade, ao mesmo tempo em que lamentava a separação do Estado:

²²⁰D. Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) foi o terceiro arcebispo do Rio de Janeiro e o segundo cardeal brasileiro. Desde 1916, ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda, elaborou as bases do movimento reformador, mediante famosa carta pastoral sobre a ignorância religiosa, de grande repercussão nos meios católicos. Foi transferido de Olinda para o Rio como bispo auxiliar do cardeal Arcoverde, com direito à sucessão. A atividade pastoral de D. Leme fundamentou-se em princípios tidos por eles como eternos: que todos os católicos passem a querer, pensar e obedecer. Em sintonia com seu arcebispo. Bastante significativa é a divisa de seu brasão episcopal: ***Cor unum et anima una*** (Cf. DIAS, 1996, 52).

Num país em que ampla liberdade é concedida a todas as crenças, e nossos antagonistas, numa atividade febril, agitam a sociedade, porfiando em levar-nos de vencida; numa época em que certa casta de gente, assoalhando maravilhosas teorias, procura aliciar as novas, inexperientes gerações contra a ordem social estabelecida; não é possível que o pároco, campeão da causa santa, deixe de olhar de frente tão graves problemas, e não se ponha a campo em defesa dos mais caros interesses da Religião e da Pátria.²²¹

No entanto, a organização eclesial encontrou rapidamente novas formas de recuperar boa parte do terreno político e institucional perdido. É significativa a fala de D. Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, em 1939: "Sobreveio a República e se renovou a face da terra. Muitos males, por certo, ela trouxe à Igreja de Cristo em nossa pátria; mas trouxe juntamente um bem, que superou todos os males: foi a liberdade." (ROMANO, 1979,148)

A romanização da Igreja no Brasil passa por estas e outras questões, sinalizadas por Della Cava, como:

A integração sistemática da Igreja brasileira, no plano quer institucional, quer ideológico, nas estruturas altamente centralizadas da Igreja Católica dirigida por Roma. Sinais desse último processo são abundantes, tais como o estabelecimento do Colégio Sul Americano ou Colégio Pio Latino Americano, em 1858, onde 26 arcebispos e bispos latino-americanos tinham sido formados até 1922, e de onde saiu diplomado em teologia o primeiro cardeal da América Latina, D.Joaquim Arcoverde, do Brasil (1905); a crescente participação do clero e do laicato brasileiros nas peregrinações do ano santo a Roma; a convocação, em Roma, em 1899, do primeiro sínodo da América Latina, sob os auspícios do papa. (DELLA CAVA, 1977, p.43)

Nas palavras de Azzi (1994, p.9), o esforço de recriação de um Estado cristão concretizou-se a partir da década de 1920, num claro projeto de restauração da influência do catolicismo dentro da sociedade brasileira, contando, para isso, com

²²¹Carta Pastoral do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis de suas Dioceses por Ocasião do centenário da Independência. In AZZI, **A neocristandade...**, 1994, p.55.

expressivo apoio do poder político. Esse novo período, que engloba quatro décadas, foi denominado Restauração Católica.

A Restauração Católica²²² constituiu um programa de ação elaborado e conduzido pela hierarquia eclesiástica, impregnada pela idéia de restaurar cristãmente a sociedade brasileira. Desse modo, a Igreja passa, de uma posição defensiva, típica do século XIX, para uma nova atitude de conquista espiritual do mundo. O pessimismo do século XIX, quando ela se via cercada e atacada por hereges e maus cristãos, cedeu lugar a um espírito de otimismo, coragem e cruzada: a meta da Igreja era retomar o domínio na sociedade. A influência política passou a ser vista como instrumento oportuno para a transmissão da fé.

Sobre o momento da implantação do programa restaurador da Igreja, Fernando de Azevedo assim se expressou:

É nesse momento, e dentro das dificuldades e graves ameaças ao prestígio da Igreja, que se inicia o mais vigoroso movimento católico de nossa história, pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpenetração da Igreja e do Século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional a um tempo, e pela combatividade, nem sempre marcada pelo espírito ecumênico, de catolicidade, ou por uma grande largueza de vistas. (AZEVEDO, F., 1963, p.271)

Na concepção da hierarquia da época, a instituição se compreende dotada de poder espiritual e, no exercício de sua missão, colaboradora das autoridades governamentais na manutenção da ordem e da harmonia sociais.

Fez-se, então, necessário o surgimento de um clima propício para entendimentos entre interesses políticos e religiosos por parte das lideranças do Estado e da Igreja. Assim, os prelados vão abandonando a linguagem de denúncia, típica dos primórdios da República, com relação ao ateísmo do novo regime, para

²²²O tema da Restauração Católica no Brasil, a ação decisiva de D. Sebastião Leme, a militância de Jackson de Figueiredo e o alcance e significado da Revista A Ordem e do Centro D. Vital, encontram-se fartamente abordados e documentados em Azzi, Beozzo, Marchi, Miceli, Montenegro, Bruneau, Casali, Dias, Villaça, Richard, Romano.

ênfatizar as demonstrações de simpatia religiosa por parte do governo, insistindo num catolicismo mais vigoroso, e que se imiscuísse nas principais instituições e nos governos. Assiste-se, assim, aos novos esforços da hierarquia católica no sentido de recuperar a influência e direção sobre a cultura emergente da modernidade. Ela se declara em combate ao secularismo e às seitas exóticas, optando mais uma vez pela mobilização das massas.

Além dessa aproximação com o poder constituído, a Igreja procurou reforçar seus laços com a população por meio do diálogo. Ao fundamentar todo um trabalho de reafirmação da fé e dos princípios católicos, ela vai se redefinindo num processo identitário "que, para se expandir, necessita se enraizar em culturas particulares" (SILVA, 2000, p.37). Assim, empenhou-se em concretizar determinadas posições que entendia indispensáveis à expansão de seus quadros e ideário: a influência sobre o sistema educacional, a moralidade católica, o anticomunismo e o antiprotestantismo.

Por outro lado, o Vaticano encorajou os esforços da Igreja do Brasil especialmente no papado de Pio XI,²²³ cuja visão da Igreja e da política aproximava-se à de D. Sebastião Leme. Sob Pio XI, os movimentos da Ação Católica tornaram-se peças-chave dentro da Igreja. Esse papa julgava os partidos políticos excessivamente divisionistas, mas, assim mesmo, buscava alianças com o Estado para defender os interesses católicos.

A Restauração Católica aglutinou em torno de D. Leme aqueles intelectuais que organizaram o Centro D. Vital e a revista *A Ordem*, denominações emblemáticas e reveladoras da leitura que a hierarquia eclesiástica fazia da sociedade da época.

²²³O longo pontificado de Pio XI (1922-1939) se inscreve num período de profunda transformação da igreja Católica: o papado decidiu-se a ser um governo efectivo dos crentes católicos do mundo, o que se havia de traduzir em diversas medidas que se escalonariam desde o fortalecimento da Cúria Romana – a burocracia do Vaticano- até a condenação de movimentos ou partidos (...) que lhe pareciam contrários aos seus fins últimos, sem esquecer um controle mais apertado das próprias ordens religiosas e as nomeações dos bispos, que passaram a ser feitas sob directa vigilância da Santa Sé (MEDINA, 2002, p.13-14).

Deste núcleo, encabeçado por Jackson de Figueiredo²²⁴ e, posteriormente, por Alceu Amoroso Lima, saem indicativos e propostas que, a partir dos anos 30, vão incorporar os discursos sobre a legitimação da inteligência católica perante a sociedade.

Em textos coerentes, Jackson de Figueiredo demonstrou o esforço na elaboração de uma doutrina em prol da paz e da segurança nacionais. Ele entendia o catolicismo como algo vivo, uma atitude diante de tudo, algo essencial que não se resumia à fé ou à doutrina. Combateu vivamente a apatia do ambiente da época, expressa no diletantismo intelectual ou em práticas políticas viciadas, como também o pensamento que lhe parecia inimigo da Igreja, como o positivismo ou o evolucionismo. Jackson de Figueiredo vai investir na idéia de sensibilizar todos os católicos indecisos, organizando a chamada "reação católica". À frente da elite intelectual da época, sedimentou a vertente católica leiga em forte moralismo, ao mesmo tempo em que apoiou certo nacionalismo político emergente, ambos confluindo num tema comum: a *ordem* (MORAIS, 1985, p.53).

Foi substituído por Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, que assumiu a presidência do Centro D. Vital e a liderança do laicato. Algumas alterações puderam ser percebidas a partir daí, propiciadas inclusive pelas diferenças pessoais entre Jackson e Alceu: enquanto o primeiro se batia pela autoridade, o segundo se bate pela liberdade; se ao primeiro espantava a desordem, ao segundo espanta, sobretudo, o autoritarismo do Estado nos modernos regimes extremistas em que o indivíduo é reduzido a nada. No entanto, tais modificações não significaram uma reorientação explícita: repetidas vezes, Alceu se declara admirador e seguidor de Jackson de Figueiredo. Em 1932, escreve sobre o movimento integralista, revelando,

²²⁴Jackson de Figueiredo, nascido em Aracaju em 1891, integrou-se à Igreja Católica em 1918, iniciando o apostolado que irá marcar sua personalidade e sua obra. Assim é que, em 1921 e 1922, respectivamente correspondentes ao início da edição da revista A Ordem, e à fundação do Centro Dom Vital, se revela a fase mais significativa de sua agitada militância; é desse momento a radicalização da polêmica pelas verdades da fé, expressa em capítulos de livros, conferências e jornais, causa em cuja defesa consumiu a vida.

de início, simpática expectativa, atitude que vai abandonando paulatinamente, até condená-lo de maneira explícita.

Um problema que tem sido evocado é o de qual seria a posição de Jackson de Figueiredo diante do Integralismo. Como os integralistas freqüentemente afirmassem que as idéias de Jackson foram precursoras de sua pregação, Alceu dizia que até certo ponto era razoável considerar Jackson como um dos lançadores do movimento pois

...foi o primeiro de nossa geração que, sem ser socialista ou comunista, denunciou os erros e os males do liberalismo. Foi o primeiro que marcou a necessidade de um regime de autoridade, que viesse reagir contra a dissolução crescente dos costumes políticos pela ideologia democrática. Foi o primeiro que teve o desprazer de chamar a si mesmo reacionário, contra a moda revolucionária que atingiu quase todos os que se prezavam de avançados e atuais. Foi ainda ele o primeiro que, apesar de participante do movimento nacionalista, acusado de lusófono, entrou em cordialíssimas relações com o *Integralismo Lusitano* de Sardinha que, em Portugal, preparou o renascimento português moderno e o Estado Novo de Salazar. Por estes e outros motivos, é incontestável que Jackson de Figueiredo foi o precursor de todos os movimentos de reação antiliberal e anti-socialista, que em nosso meio constituem para a maioria uma novidade absoluta. (ATAÍDE, 1936, p.187-188)

Mesmo assim, existem dúvidas quanto à sua inserção nas fileiras verdes. É possível que no início do movimento tenha se entusiasmado mais do que o Alceu; porém, em pouco tempo afastou-se por não concordar com a absolutização do Estado pregada pelos integralistas e, de acordo com a sua personalidade, combateu com tenacidade o movimento (IGLÉSIAS, 1981, p.156).

Não resta dúvida que o catolicismo contou com intelectuais do porte de Heráclito Sobral Pinto, Gustavo Corção, Edgar da Mata Machado e tantos outros. Intelectuais que fizeram suas as causas da Igreja e exteriorizaram questões até então discutidas apenas pela hierarquia católica.

Foi, sobretudo, a partir do Centro D. Vital que a Igreja se mobilizou, entre 1924 e 1926, para conseguir que "emendas católicas" fossem introduzidas na Constituição, por ocasião da revisão constitucional do governo Bernardes. Nessas emendas incluíam-se o reconhecimento do catolicismo como religião da maioria do

povo brasileiro e a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Apesar da campanha desencadeada pela revista *A Ordem* e do apoio de alguns deputados, entre os quais Francisco Campos, as "emendas católicas" foram rejeitadas. Esse fato denota que o grupo católico na Primeira República não se constituía, nesse momento, num ator suficientemente expressivo a ponto de conseguir impor seu programa na esfera de decisões políticas (HORTA, 1994, p.95).

Em suma, se na década de 1920 as relações entre Igreja e Estado não voltaram a ser oficiais, assumiram sem dúvida um caráter oficioso. Segundo Euclides Marchi,

Aos poucos a Igreja reconquistaria os direitos que julgava seus. Os homens de governo não mais tinham para com ela uma atitude hostil como os do início da República. (...) Uma ação coordenada e prudente por parte dos bispos, a participação de católicos convictos no governo e nos postos de administração pública e a presença de intelectuais como os que formavam o Centro D.Vital, todos esses fatores contribuíram para que governo e católicos, Igreja e Estado passassem a viver uma fase de cooperação e harmonia. (MARCHI, 1989, p.232)

Nesse contexto, os fascismos e mesmo o nacional-socialismo, a Falange na Espanha e o salazarismo em Portugal são vistos pela Igreja como a única barreira militante que se ergue contra o comunismo. No afã de garantir, perante o Estado moderno, direitos religiosos mínimos, a Igreja mostrou-se disposta a concessões-limites de onde precisou posteriormente recuar, tanto em relação ao fascismo com a Carta Encíclica de Pio XI " *Non Abbiamo Bisogno*" (1931, contra os abusos do fascismo) quanto, de modo mais grave, em relação ao nacional-socialismo com a encíclica " *Mit Brennender Sorge*" (1937). Somente depois de os fascistas terem tentado suprimir a Igreja é que esta começou a criticar Mussolini e Hitler. Na Espanha os bispos insistiram para que os católicos apoiassem as forças de Franco.²²⁵ Na encíclica *Divini Redemptoris* (1937) Pio XI condenou o comunismo

²²⁵Pio XI tentou usar o Estado fascista para afirmar as metas da Igreja e Mussolini, por sua vez, esforçou-se para conquistar o apoio do Vaticano; na maioria das vezes, as relações foram cordiais.

como intrinsecamente errôneo e, por toda a Europa nos anos 20 e 30, a Igreja alinhou-se às forças conservadoras.

Essa linha de conduta, bastante rígida quanto à defesa dos princípios religiosos e do seu livre exercício, torna-se inteiramente flexível perante os diferentes regimes políticos, inclusive totalitários e ditatoriais, aproximando-se, em política, de um comportamento quase oportunista e aético (BEOZZO, 1984, p.320). Se houve uma aproximação da Igreja com o Integralismo, nunca houve qualquer dúvida sobre sua radical rejeição ao socialismo, que aparece em todos os documentos sob a denominação de comunismo.

Os integralistas, ao apresentarem em sua doutrina o lema "Deus, Pátria e Família", atraíram fortemente a Igreja que, com sua tradição conservadora, via com bons olhos os regimes totalitários, pois estes, segundo sua concepção, eram os únicos capazes de lutar contra o "perigo vermelho". (TONINI, 2003, p.24)

A radical separação entre a esfera política e a esfera religiosa pode explicar a indiferença quando não o franco apoio à ditadura do Estado Novo.

Esse posicionamento está alicerçado num fundo comum de valores como a defesa e o fortalecimento da moralidade e da autoridade, a conciliação entre autoridades civis e religiosas, a defesa da ordem social, a valorização da família, o combate ao comunismo.

Nesse contexto, ocorre a criação da Diocese de Ponta Grossa,²²⁶ em 10 de maio de 1926, mediante a Bula "Quum in dies numerus", de Pio XI. O primeiro bispo

²²⁶Compreendia uma área de mais de 56 mil quilômetros quadrados, uma população superior a 200 mil habitantes, 38 sacerdotes e nenhum seminário. Era formada por doze paróquias distribuídas entre os municípios de Ponta Grossa, Castro, Cruz Machado, Guarapuava, Imbituva, Ipiranga, Ivaí, Palmas, Prudentópolis, Rio Claro, Tibagi e União da Vitória. Isto significa afirmar que à Diocese de Ponta Grossa cabia uma vasta região central e grande parte do sudoeste do Paraná.

da Diocese, D. Antonio Mazzarotto,²²⁷ foi indicado em 1929 e recebeu a sagração em Roma, em 1930.

D. Antonio foi membro do Grêmio Literário São Luiz, colaborador da revista católica "Cruzada" e diretor da Congregação Mariana da Catedral. Publicava, anualmente, no aniversário de seu episcopado, uma carta pastoral, que além de seu conteúdo doutrinário, apresentava um plano para a diocese naquele ano. A primeira delas escreveu-a ainda em Roma, em 1930, publicando ininterruptamente até 1965,²²⁸ quando apresentou seu pedido de renúncia à Santa Sé.

Em sua primeira carta pastoral, intitulada "Reino de Cristo", registrou:

Aos bispos e a todos os pastores de almas confiou Jesus e alta e nobilíssima missão de dilatar na terra o reino de Deus. É este o sublime ideal que eles, em todos os seus trabalhos e empresas, devem trazer sempre diante dos olhos e para traduzil-o em obras hão de empenhar todas as suas diligencias e esforços...

²²⁷Nasceu em Santa Felicidade (PR), em 1890, filho de Angelo e Amália Gasparin Mazzarotto. Frequentou a escola de primeiras letras no local. Seu professor de latim, Padre Bresciani, preparou-o para ingressar no Seminário Episcopal de Curitiba, onde iniciou seus estudos em 1905. Foi ordenado sacerdote em 1914, por D. João Francisco Braga, bispo de Curitiba. Atuou como docente no Seminário Episcopal e lente catedrático de latim no Ginásio Paranaense. Tornou-se coadjutor da Catedral e era conhecido como eminente orador sacro, de palavra erudita e linguagem castiça.

D. Antonio formou o patrimônio da Diocese e convidou congregações religiosas para o atendimento de paróquias e colégios. Promoveu a criação de novas paróquias, incentivou as obras vicentinas e fundou o Seminário Diocesano São José para a formação do clero. Dividiu seus trabalhos pastorais entre o atendimento à sede e visitas a paróquias e capelas distantes.. Faleceu em 15 de julho de 1980.

²²⁸"Reino de Cristo" (1930); "Doutrina Cristã" (1931); "Magia Espiritica"(1932); "Arca da salvação" (1933); "O Matrimônio Cristão" (1934); "Tríplice Horrenda Escravidão" (1935); "A Respiração da Alma" (1936); "Os Canais da Graça" (1937); "Vida Essencialmente Ativa" (1938); "Membros do Corpo Místico" (1939); "Operários da Vinha" (1940); "Males Gravíssimos" (1941); "O Vizinho, a Vítima, o Alimento" (1942); "Remédio Eficaz" (1943); "Morrer para Viver" (1944); "Manancial de Graças" (1945); "O Aqueduto"(1946); "Tribunal da Misericórdia" (1947); "O Supérfluo aos Pobres" (1948); "Lugar de Expição" (1949); "A Geena do Fogo" (1950); "Perseguições Vantajosas" (1951); "A Nossa Pátria" (1952); "Admirabile Sertum" (1953); "Almae Familiae Praeses" (1954); "Deo Gratias" (1955); "Nobilíssima Missão, Dever Gravíssimo" (1956); "A Nossa Pátria" (1957); "Defesa e Conquista" (1958); "Vida da Alma" (1959); "A Grande Viagem" (1960); "Solene Assembléia" (1961); "Milícia Celeste" (1962); "Preparação e Fruto" (1963); "Parecenças com o Divino Modelo" (1964); "Obras da Palavra e do Silêncio" (1965).

A obrigação principal nossa de ministros de Deus, é procurar com todo empenho que as almas pelas quaes deu Jesus a vida e derramou todo o seu sangue, se deixem governar pelos seus preceitos e santificar pela sua graça e por este meio, que é o único, reine nellas tão clemente Senhor...

O homem é, pois, o soberano e o representante da criação e como tal incumbe-lhe o dever de, em nome das creaturas que o cercam e servem, proclamar com suas vozes e actos a soberania de Deus. Este preito deve também a Deus em seu proprio nome, porque se de Deus são os Céos e a terra, a Deus deve o homem o que é e quanto tem... É mister que animosamente se dêem vozes e altos brados contra os que ameaçam subverter a fé e a moral. É necessário estar de sobre aviso, porque o homem inimigo, no dizer de Jesus, vem sorrateiramente de noite para semear o joio...²²⁹

D. Antonio dedicou-se aos interesses da Igreja que naquele momento pretendia efetivar o processo de romanização formando um clero com espírito novo, orientado pela figura do pastor, apóstolo e santo.

Nas cartas pastorais de D. Antonio Mazzarotto, parece ser possível encontrar o projeto e os valores propostos pela instituição católica, pois tinham poder de normatização sobre os católicos ponta-grossenses, podendo ser vistas como instrumentos elaborados pela hierarquia para estruturar a comunidade. Dessa forma contribuíram para a incorporação de valores e princípios defendidos pela Igreja Católica que, a partir da ação de D. Antonio, passam a ser aceitos como se fossem naturais. As cartas, lidas ou ouvidas na Igreja, divulgam a palavra do bispo, que assume conotação sagrada.²³⁰ O sentido de autoridade se encontrava implícito nas palavras do bispo, uma vez que esse líder religioso era "Apostolo por vontade de Deus, por ordem de Deus, não pelos homens, mas por Jesus Christo. A primeira credencial pois a reclamar d'aquelle que vem nos annunciar a palavra divina é que elle comprove a legitimidade de sua missão, que mostre que foi enviado por Deus." (BARROS, 1894).

²²⁹MAZZAROTTO, A. **O reino de Christo**. Roma: Tip. Consorzio Nazionale de Emigrazione e Lavoro, 1930, p.03-25. Carta Pastoral escrita pelo bispo, dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa.

²³⁰A esse respeito, ver: JOHANSEN (2003) e ZULIAN (1998).

A população ponta-grossense, em sua grande maioria católica, convivia com adeptos de outras religiões, como protestantes e espíritas. D. Antonio esforçou-se para firmar junto ao imaginário católico a concepção de que aqueles que professavam outros credos seguiam falsos profetas e eram perigosos.

Ao analisar o campo religioso, Pierre Bourdieu afirma que os profetas portavam uma nova visão de mundo e que, ao anunciar mudanças sociais, confrontavam interesses da religião dominante. Desta forma, todos os concorrentes do campo religioso se configuravam em perigo para a sociedade católica. Tal premissa está contemplada nas palavras de D. Antonio:

Nos tristes tempos que correm, muitos e graves são os perigos que ameaçam a fé e a moralidade. Ao lado do septicismo e da incredulidade, não poucas seitas heréticas se esforçam por dispersar e arruinar o rebanho de Jesus Cristo. E ultimamente, com inaudita actividade e furor diabolico, organizou-se o cruel comunismo materialista, que intenta não menos do que extirpar a Deus das consciências e dos corações, banir-o das famílias e da sociedade e destruir a maravilhosa obra bimilenária de Jesus Cristo, nosso Salvador.²³¹

3.2.1 A moralidade cristã

Nos anos 30, para a maior parte do episcopado, a crise do país, acima dos problemas sociais e econômicos, era fundamentalmente ética. Ao serem restaurados os valores morais, com o apoio efetivo da Igreja, o Brasil fatalmente acharia o caminho da paz e da prosperidade. Acompanhando a voz da hierarquia nacional, D. Antonio Mazzarotto proclama:

²³¹MAZZAROTTO, A. **Vida essencialmente activa**. Carta Pastoral escrita pelo bispo, dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa, 1938. p.03.

Prouvera a Deus que entrasse pelos olhos de todos a verdade de que, suprimidos o dique da moral cristã, e apagada a luz da religião, os povos se chafurdam no fétido lodo dos mais horrendos vícios e, na administração pública, se emaranham em muitas e clamorosas injustiças, o que iria debilitando as nações e, aos poucos, lhes iria corroendo todas as fibras, até que acabariam por se desgraçarem e perderem.²³²

Na ótica do episcopado nacional a moralização do tecido social passava pelo fortalecimento do princípio da autoridade, matriz de toda organização. Liberalismo e socialismo, vistos como forças desagregadoras da sociedade, abririam o caminho para o caos. A Igreja, construindo a imagem de sustentáculo da ordem social e defensora do princípio da autoridade, entendia que apenas os princípios religiosos seriam capazes de preservar a autoridade. Logo, a salvação seria apoiar as autoridades constituídas. Texto exemplar nesta visão é o de D. Francisco de Aquino Corrêa, arcebispo de Cuiabá, a carta pastoral *Deus e a Pátria*, escrita após a Revolução de 1930:

Acha-se a nação sob o regime de uma revolução triunfante. E que outra coisa é a revolução senão uma ofensiva armada contra a autoridade? E o que é uma revolução vitoriosa senão a que venceu e depôs a autoridade, abalando assim este princípio básico de todo o edifício político? O que mais precisamos hoje é corroborar o exercício da autoridade, suprir a falta de lei e opor um dique à onda vermelha e invasora do bolchevismo. Ora, todos esses males são favorecidos pela decadência da religião, e contrariados pela sua prosperidade. Perder de vista este caráter sacro e religioso da autoridade pública é o grande mal dos países agnósticos, em que se substitui uma falsa soberania popular, que mal se sabe donde provenha, e menos ainda em que consista, porque o que aí se observa de real são suas atitudes extremas, irracionais e igualmente indignas desse soberano, que se diz ser o povo, o qual ora se vê humilhado nos servilismos da chamada disciplina partidária, e ora exaltado nas explosões do motim e da revolta. É natural que esta errônea consciência de tal soberania, independentemente do próprio Deus, diminua e deturpe no povo o devido culto para com os poderes públicos. Nada, ao contrário, eleva, enobrece e prestigia tanto a autoridade como essa verdadeira e divina ascendência, pela qual os seus representantes se nos acreditam, de alguma forma, como embaixadores da majestade de Deus, protegidos pela sua onipotência e inspirados pela sua divina sabedoria. (CORREIA, 1922-1934, p.183-189;195-196)

²³²MAZZAROTTO, A. **A doutrina cristã**. Carta Pastoral escrita pelo bispo de Ponta Grossa, 1931. p.15-16

D. Antonio direciona a questão da autoridade para a esfera religiosa e declara:

Que significa, perguntava (...) o Santo Padre, estar com Bispos e com o Papa? Estar com Bispos, respondia quer dizer reconhecer-lhes a autoridade, a dignidade, a sucessão apostólica localizada em cada um deles e em cada diocese; quer dizer reconhecer nelles os mensageiros de Jesus Christo, a quem foi dito *ide e ensinave*: quer dizer obedecer a elles, reconhecer-lhes tanto theorica como praticamente a autoridade e o mandato, secundar-lhes generosamente as sollicitudes pastoraes pelas almas de que devem dar contas a Deus. (...) Estar com os Bispos significa estar com o Papa, Bispo dos Bispos (...) Estar com o Papa não pode significar senão acolher o que ensina e executar o que ordena.²³³

Essa pregação deixa perceber que cabe à Igreja, fonte de autoridade, orientar todas as ações de seus fiéis. Logo, permanece o princípio tradicional de que a religião cristã constitui um poderoso instrumento de manutenção e preservação da ordem pública. Fundamentalmente, a instituição preocupa-se em exorcizar o perigo de sublevação da ordem social por parte da burguesia liberal, com tendências socializantes cada vez mais acentuadas (HORTA, 1994).

A idéia aparece com muita clareza na carta pastoral de D. Adauto de Miranda Henriques:

Deveis, pois, saber, homens da ordem e da conservação: se a desordem e a corrupção de costumes acabarem por triunfar (...) no nosso tão caro Brasil; se vier um dia de completa ruína para todos os interesses da fé e da moral cristã, sereis os responsáveis no tribunal da história, por haverdes preferido todos esses males sociais a voltar à prática da verdadeira religião, desta religião que praticaram nossos honrados pais, há quatrocentos anos. (HENRIQUES, 1923, p.56)

Em suma, na perspectiva da Igreja, o dilema estava colocado: ou a desordem e a conseqüente corrupção dos costumes, ou a prática da religião.

²³³MAZZAROTTO, A. **Arca de salvação**. Carta Pastoral de 1933. p.18-19.

Na Constituição de 1934, a Igreja conquistou um novo estatuto jurídico e político no interior da sociedade civil. A ampla aceitação de suas posições na Assembléia Constituinte permitiu-lhe preservar sua autonomia ante o Estado e, ao mesmo tempo, facilitar a sua inserção em setores-chave do poder público.²³⁴ O binômio fé e pátria passou a constituir o eixo ao redor do qual deveriam girar os interesses políticos, econômicos e culturais da nação.

O sempre presente medo do "fantasma comunista", representado pela Aliança Nacional Libertadora, como elemento catalisador dos anseios populares, fez com que a Igreja, cada vez mais, delegasse ao Estado a responsabilidade pelo controle das classes populares. A partir daí, a defesa da autoridade e a submissão civil aos desígnios do Estado em prol do bem comum, tornaram-se questões de ordem. A esse respeito D. Antonio Mazzarotto afirmou:

O exemplo do passado inspira-nos a doce confiança de que na ordem civil sempre teremos a benevolência das autoridades que mercê de Deus, geralmente compreendem quanto monta a religião para tornar os povos grandes e fortes.

Precioso será sempre o apoio do supremo magistrado do nosso prospero Estado, daquelle que a vontade popular colloca á frente dos destinos do Paraná, a quem sorri um futuro de grandeza pela amenidade de seu clima, pela riqueza do subsolo e pela fertilidade de suas terras.

Ao actual Presidente do Estado, Dr. Affonso Alves de Camargo, que sempre pautou suas deliberações pelo patriotismo de que deu inequivocas provas, saudamos com vivo affecto e com decidido empenho de prestar-lhe toda a cooperação de que nos faz capaz a autoridade religiosa.²³⁵

²³⁴Entre as propostas defendidas pela LEC e assumidas pelos "deputados católicos" na Assembléia Constituinte estão a indissolubilidade do vínculo matrimonial opondo-se ao divórcio e a reintrodução do ensino religioso nas escolas públicas. Francisco Campos, Ministro da Educação e Saúde, identificava formação moral com educação religiosa, transferindo, dessa forma, para a Igreja a responsabilidade da formação moral do cidadão. Com tal postura, atendiam exigências dos educadores católicos, que reclamavam para a Igreja esta tarefa, além de manter-se fiel a sua concepção autoritária, procurando estabelecer mecanismos para reforçar a disciplina e a autoridade.

²³⁵MAZZAROTTO, A. **O reino de Christo**. Carta Pastoral de 1930. p.33.

À medida que a hierarquia católica vai construindo a idéia de indissociabilidade entre fé e pátria, ressaltando a função de defensora da ordem, um outro aspecto vai sendo evidenciado: que a religião é um elemento vivificador de organização, força de coesão e unidade para a vida social. Este trecho da carta de D. Antonio exemplifica bem essa visão:

Rei, portanto, é Jesus, nem pode abdicar de seus inalienáveis direitos; é Rei tanto dos indivíduos e das famílias, como dos impérios e nações, sem que o seu reino tenha limites no tempo e no espaço; é rei de nosso corpo, alma e de toda nossa vida; é muitíssimo mais Rei que outros reis que d'elles recebem o poder de que estão investidos; (...) A fé, como um thesouro precioso, guardaram nossos antepassados e o nosso querido Brasil nasceu e cresceu sob o benéfico influxo da fé e sob a sombra salvadora da cruz.²³⁶

3.2.2 A família cristã

O movimento de romanização aspirava uma vivência mais profunda da fé, para a qual considerava componente indispensável a colaboração das famílias. Campanhas foram deflagradas pela instituição no sentido de preservar a estrutura familiar das influências das idéias liberais, difundidas no país pelo processo de urbanização. Insiste-se em manter a família dentro dos moldes tradicionais, hierarquicamente ordenada: o pai, como cabeça e provedor; a mulher, ocupando um patamar inferior, responsável pelo bom funcionamento do lar e da harmonia nas relações e os filhos, dependentes, submissos e obedientes.

Muitas são as mensagens de D. Antonio em defesa da família, dos sacramentos e da educação cristã:

²³⁶MAZAROTTO, A. **O reino de Christo**. Carta Pastoral de 1930. p. 8; 13.

Instituindo o matrimônio e elevando-o à dignidade de sacramento, quis Deus, com esta fonte de graças e de dons sobrenaturais, santificar os esposos e valer-lhes no cumprimento das graves obrigações de seu estado... Se é gravíssimo pecado e crime horrendo abusar do matrimônio, impedindo sejam os filhos concebidos ou matando-os depois de concebidos, não é menor culpa negligenciar-lhes a educação (...)

Da educação recebida no lar depende, por via de regra, a linha de conduta, que vai o filho seguir depois, durante toda a sua vida. A primeira educação, a educação dada pelos pais, nos anos da infância e da meninice, é a que ordinariamente traça o caminho que vai, em seguida, palmilhar o homem até o fim de sua existência...

Outros pais há que pretendem educar bem os filhos, mas usam de excessiva indulgência para com seus êrros e defeitos. São vítimas de um amor efeminado, de um amor sentimental, mórbidamente sentimental... Aquêles, porém que verdadeiramente ama o filho, continuamente o corrige, porque o verdadeiro amor é ponderado, é firme, é forte, é viril; é um amor que, além de saber sofrer, sabe, se necessário, impor sofrimento.²³⁷

A Igreja também opunha-se ao divórcio, lutando pela indissolubilidade do matrimônio. Esta foi uma exigência da Liga Eleitoral Católica (LEC) aos políticos na Assembléia Constituinte de 1934. O documento programático da LEC diz:

Será necessário reafirmar do modo mais peremptório que toda a população católica do Brasil, consciente de seus deveres morais e sociais, repele categoricamente o divórcio e empregará contra ele todos os seus esforços? Um regime político que ousasse, pela introdução do divórcio em nossa legislação, desafiar de modo tão arrogante a consciência católica contaria com a repulsa unânime de toda ela, e portanto da maioria esmagadora da nação. Esse regime viria não apenas a repetir os males que se propôs sanar, mas agravá-los de tal modo que tornaria a revolução de outubro um opróbrio para os seus promotores e o dia de sua vitória, a data mais nefasta de nossa história.²³⁸

²³⁷MAZZAROTTO, A. **Nobilíssima missão, dever gravíssimo...** Carta Pastoral escrita pelo bispo, dirigida aos fiéis da diocese de Ponta Grossa, 1956. p.01-11.

²³⁸Citado em Igreja e política no Brasil. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1983. p.108.

Não era outra a visão de D. Antonio:

É deplorável verificar-se que, não raro, mais diligência se emprega em comprar um animal ou vender uma casa, do que em contrahir matrimonio, como se qualquer contrato de compra e venda fosse mais momentoso do que a constituição da família. (...) não se pode collocar o matrimônio entre os contractos communs de compra e venda, que o corpo, como o amor, não é mercadoria com que se possa negociar. O matrimonio é, pois, por sua propria natureza e por vontade expressa de Deus, um contracto essencialmente religioso. (...) Sede firmes e fortes em não consentir que aquelles que, como mestres, vos substituem, abusem da sua autoridade para delirem do coração de vossos filhos aquelles são princípios da moral christã, em que os ides educando e formando.²³⁹

A LEC também possuía um núcleo em Ponta Grossa, conforme se verifica pelas notícias publicadas no Diário dos Campos sobre sua atuação. Exemplo disso, a matéria de 21 de julho de 1934, que tratava da reunião realizada com D. Antonio convocando os católicos para o alistamento eleitoral:

Disse o chefe de nossa Diocese que Ponta Grossa é a Capital Cívica do Paraná, e que porisso, todos os seus filhos que estão em condições de serem eleitores, devem satisfazer esse dever patriótico. Referiu-se o prelector às conquistas obtidas na constituinte pelos representantes da Liga Cathólica. Declarou depois que era seu desejo sincero que o Brasil fosse de Deus e Deus do Brasil.²⁴⁰

O Diário apresentou um conjunto de matérias em que a LEC em Ponta Grossa se afirmava como entidade religiosa sem vínculos partidários ou apoio a qualquer candidato. Seu objetivo é a participação dos católicos no processo eleitoral de acordo com as orientações defendidas pela Igreja. Tal posicionamento foi expresso por carta enviada por João Candido Fortes, presidente da LEC em Ponta Grossa, ao Diário dos Campos:

²³⁹MAZZAROTTO, A. **O matrimonio christão**. Carta pastoral de 1934, p. 7; 16 e 17.

²⁴⁰DIÁRIO DOS CAMPOS, 21 de julho de 1934.

Peço licença para um esclarecimento necessário a bem da verdade e das superiores finalidades da agremiação que tenho a honra de presidir.

Como se infere das publicações contidas nos Boletins da Liga Eleitoral Catholica do Paraná, principalmente no n.º 1 de 17 de fevereiro do anno passado, ficou bem claro que não somos um partido político, nem pretendemos pleitear a união da Igreja com o Estado. Queremos sim a união da Igreja com a nação, com o povo com as várias actividades sociaes do homem, afim de informá-las do espírito de verdadeiro christianismo.²⁴¹

Esse esclarecimento é a resposta a algumas notícias que divulgavam um provável apoio da LEC a Bento Munhoz da Rocha, candidato ao governo do Paraná.

D. Antonio procurou orientar a atuação dos católicos e o seu voto por intermédio da LEC; o bispo recomendava candidato católico para eleitores católicos, mas se opunha ao envolvimento direto do clero com as questões políticas:

É oportuno citar um facto que nos foi comunicado há alguns dias. O Padre Leopoldo de Oliveira, que tem grande queda pela política, pretende quando da sua passagem por Ponta Grossa, fazer em um templo uma predica com um fundo político. S. Revma. D. Antonio Mazarotto, bispo da Diocese, a isso se opoz, e aliás, muito razoavelmente.²⁴²

3.2.3 O combate ao comunismo

O temor da Igreja, no período, sem sombra de dúvida, é o comunismo. Ao mesmo tempo em que se coloca numa ordem espiritual e, portanto superior, a Igreja apresenta o comunismo como a grande revolução do ateísmo materialista, agente de desestabilização da ordem social.

É essa a tônica das publicações editadas pelo episcopado nacional. Na diocese de Ponta Grossa, tal preocupação é clara e freqüente nas pastorais de D. Antonio Mazarotto:

²⁴¹DIÁRIO DOS CAMPOS, 05 de agosto de 1934.

²⁴²DIÁRIO DOS CAMPOS, 18 de agosto de 1934.

Há tantas seitas heréticas e scismaticas que se empenham em perverter os catholicos e em combater a Igreja, tantos meios e lugares de corrupção, tantos incentivos do vício, tantos cinemas lascivos, escolas irreligiosas, livros impios, revistas immoraes... O espírito do mal vae destillando nas almas o toxico da irreligião e da incredulidade, e accendendo nos corações o fogo da cupidez e da luxuria! O atheismo, sob a denominação de communismo, imprudentemente organizado, se esforça diabolicamente para destruir a religião e a familia e solapar todas as instituições mais sagradas.²⁴³

Dois anos mais tarde, o tom do discurso ainda é o mesmo:

Hostiliza-se terrivelmente a crença católica, propaga-se por todos os meios a corrupção dos costumes, multiplicam-se as iniquidades de todo o gênero. Diante de tantos e tão horrendos males que, como nuvens negras, toldam os horizontes de nossos tempos e de nossa pátria, não podeis, filhos caríssimos, permanecer indifferentes e inactivos. E antes, para enfrentardes e vencerdes tão formidandos inimigos, vos haveis de, unidos e corajosos, empenhar numa lucta denodada e constante.²⁴⁴

Não é apenas da Igreja Católica o desejo de incorporação destes valores na sociedade. O ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, no discurso de apresentação do decreto do ensino religioso (1936), entende-o como "uma verdadeira revolução no campo da educação". Se as chamadas reformas educacionais significavam "apenas transformações no domínio da técnica, do processo e dos métodos", sendo, portanto, "indiferentes aos valores", a mudança operada com a introdução do ensino religioso atingia a "substância, os fins, o sentido e os valores da educação". Cabe à educação e ao ensino religioso definir, escolher e recuperar os valores perdidos. Dessa ação educativa dependia o sistema de educação e o sistema ou regime político ao qual a educação encontrava-se subordinada. Campos opunha-se aos educadores liberais e definia como "valores perdidos" a religião, a pátria e a família. Eram defendidos pelos sistemas totalitários da época e constantemente

²⁴³MAZZAROTTO, A. **A respiração da alma**. Carta Pastoral de 1936. p.13.

²⁴⁴MAZZAROTTO, A. **Vida essencialmente activa**. Carta Pastoral de 1938. p.3-4.

invocados nos discursos anticomunistas, especialmente a partir de novembro de 1935. Para Campos, os três valores, estavam indissolúvelmente ligados, a religião, entretanto, era a base dos outros dois:

Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos eternos. Se o bolchevismo combate a religião, é porque combate a família e a pátria. A religião que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? E a pátria, senão uma afinidade de famílias, reunidas pelos laços do sangue e do espírito, e que laços mais fortes de espírito do que os da crença comum? (CAMPOS, 1941, p.154)

Assim, no processo de disseminação de valores que constituíam a base do pensamento político autoritário, como bem demonstra o esquema político de Campos, fecha-se o círculo: o ensino religioso era, ao mesmo tempo, um instrumento de formação moral da juventude, um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa contra o liberalismo e o comunismo.

A idéia de que a defesa desses valores era tarefa urgente também está presente nos discursos de Getúlio Vargas, especialmente a partir de novembro de 1935, e lhe serve contra extremistas de direita e de esquerda. Os primeiros, os integralistas porque colocados contra a autoridade, não poderiam estar sinceramente a favor da "trilogia"; os segundos, os comunistas, visto que eram contra a "trilogia", não poderiam ser senão "pressurosos agitadores" e falsos "arautos da democracia e da liberdade". São, portanto, ambos, inimigos de um mesmo governo que usa contra eles as armas da repressão.

Durante a década de 1930, as ambigüidades de Getúlio e a posição paradoxal do Estado Novo, uma ditadura que entrou na guerra para lutar ao lado das democracias, identificavam-se com as ambivalências vividas pela instituição eclesiástica, que oscilava entre as ideologias da ordem e da democracia. Sem dúvida, o Integralismo exerceu, pelos valores que encampava, forte atração sobre a inteligência católica, leiga ou clerical. Mas, com a divulgação da chamada "esquerda" católica (Maritain, Gilson, Bernanos e outros) e a assimilação desse

pensamento no Centro D. Vital, já sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, a elite católica encontrou um caminho de engajamento. Na conflagração mundial entre os fascismos europeus e as democracias, a intelectualidade católica colocou-se entusiasticamente ao lado das democracias, mesmo que a Igreja oficial mantivesse um acordo tácito de colaboração com o Estado Novo, acordo restabelecido desde a Revolução de 1930, graças à habilidade política do Cardeal Leme.²⁴⁵

É significativo que durante o Estado Novo, a Igreja e o Estado compartilhassem o ódio ao comunismo. A sumária repressão de Vargas ao Partido Comunista em 1935 foi combinada com o apoio ao ativismo religioso na organização dos trabalhadores, pois ambos estavam comprometidos na vigilância contra a infiltração comunista. Ao que parece, o movimento operário católico se fortaleceu expressivamente sob Vargas.

A relação entre fascismo e catolicismo foi abruptamente interrompida pelo Estado Novo, ao mesmo tempo em que suscitou o debate sobre as ligações da Igreja com um regime claramente autoritário e marcado pela repressão.

É possível que o reconhecimento do catolicismo tenha deixado a Igreja dependente do financiamento do Estado e tal fato ter minado parte do dinamismo inicial das organizações leigas fundadas entre 1932 e 1935. Com exceção dos Círculos Operários, que desmoronaram rapidamente ao ser retirada a proteção do Estado Novo, instituições como a LEC e a Ação Católica pareciam não ter finalidade, uma vez que o Estado havia atendido às exigências da Igreja. Assim, atrofiaram-se.

²⁴⁵A conduta do Cardeal Leme, de buscar aliados em todos os campos, isto é, de dar preferência a *grupos de interesses*, ao invés de *partidos*, tinha, na opinião de Della Cava (1975), uma dupla origem. A primeira seria a experiência da Santa Sé - à qual D. Leme era profundamente fiel - frente ao Estado Italiano. A LEC de 1932 era muito semelhante à *Unione Elettorale Cattolica*, criada por Pio XI em 1905, e controlada pelo papado. Da mesma forma, a Ação Católica Brasileira, de 1935, pode ter sido implantada pela mesma razão que levou Pio XI a preferir a Ação Católica ao invés do pequeno Partido Democrata Cristão de D. Luigi Sturzo, então chamado *Partito Popolare Italiano*: a hierarquia poderia controlar melhor uma entidade sob sua própria jurisdição do que outra sob a jurisdição de civis (no caso de Sturzo, sua plataforma social era tida como bastante progressista para o Papado). A segunda razão prendia-se à incerteza política dos anos iniciais de Vargas, momento em que D. Leme advertiu energicamente "ou o Estado reconhece o Deus do povo ou o povo não reconhecerá o Estado" (CAVA, 1975, p.15).

Essas boas relações estenderam-se ao longo da era Vargas e não se alteraram com o golpe de 1945. Dessa forma, a constituição de 1946 ratificou o acordo sustentado nos 16 anos anteriores. Nas palavras de Fernandes (1948, p.854), "...não há muita diferença entre o Direito eclesiástico da Constituição de 1934 e 1946". Observador do período, comenta Thales de Azevedo:

As relações entre a Igreja e o Estado, de fato, melhoraram extraordinariamente nos últimos decênios e parecem mais íntimas ou próximas nos anos mais recentes. Muitos atos oficiais são precedidos de cerimônias religiosas; organizações estatais promovem exéquias religiosas pelos estadistas que falecem no exercício de cargos públicos ou comemoram com solenidades religiosas algumas datas cívicas, as inaugurações de obras públicas e outras atividades. (AZEVEDO, T. de, 1955, p.21)

A combinação entre acordos formais expressos nos documentos constitucionais e acordos informais ainda mais importantes na compreensão das práticas políticas, não obstante a coalizão com a Santa Sé, demonstrou a nova aproximação da Igreja com o Estado, voltando a usar suas estruturas e seus recursos. Os objetivos, de forma mais ampla, eram os de restabelecer a ordem cristã no Brasil. A Igreja sublinhava "ordem e cristã" e o Estado destacava "ordem e estabilidade". Autor no período pós-1930, Camargo diz que "a Igreja passou a ser considerada instituição que trabalha no campo social, para objetivos idênticos aos do Estado, isto é, para o bem comum da nacionalidade" (CAMARGO, 1955, p.385). Em alguns casos a Igreja usava as estruturas do Estado (ensino religioso nas escolas, assistência religiosa ao Exército e a idéia geral de declarar a Constituição em nome de Deus). Em outros, o Estado participava na manutenção das estruturas eclesiásticas (escolas, seminários, Igrejas e hospitais). Uma vez mais a Igreja dizia: "ser brasileiro é ser católico" com a aprovação e o apoio do governo.

Para Bruneau (1974, p.96), parece claro que a mudança de relação de autonomia depois de 1930 causou o retorno a um modelo de influência semelhante ao da forma de Cristandade. Esse modelo se distinguia pela sua natureza compreensiva, suas ligações com todos os níveis da sociedade, e sua dependência, não apenas do

governo, mas também dos grupos locais. Nos termos da percepção que a Igreja tinha da influência, a instituição prevaleceu: a Constituição foi declarada em nome de Deus, a religião foi ensinada nas escolas públicas, os recursos financeiros do governo foram usados nas estruturas da Igreja, e os seus símbolos eram usados pela elite política. Entretanto, esse modelo não exige um compromisso efetivo da parte do povo, nem exige mobilização, geração autônoma de recursos, ou qualquer espécie de verdadeira vida na instituição. Na realidade, a reintegração, ao ser alcançada, impediu alguns processos de inovação que prometiam dar conteúdo às estruturas.

D. Antonio Mazzarotto, ao centrar sua atividade pastoral na divulgação de epístolas, não se afastou do ideário partilhado por toda a instituição católica, de Roma a Ponta Grossa. Ao pensarmos as freqüentes alterações por que passa o campo religioso, nas pastorais de D. Antonio estas eram vistas como rupturas da ordem ou abandono dos valores católicos. Na sua ação mobilizou a força material e simbólica de que dispunha perante a comunidade católica, interessado na divulgação das verdades da fé.

As pastorais não foram utilizadas apenas pelos bispos do Brasil pois apresentavam uma linha de raciocínio comum nos discursos eclesiais quando analisavam questões relativas à formação católica: "É pois com pleno direito que a Igreja promove as letras, as sciencias e as artes enquanto necessarias ou úteis à educação cristã, e a toda a sua obra para a salvação das almas." (PIO XI, 1929).

Na década de 1950, as cartas pastorais de D. Antonio continuam privilegiando as mesmas temáticas que a Igreja reafirmou durante o século XX, embora ele fortaleça o tom espiritualista de sua pregação. Na pastoral "A Geena do Fogo" (1950), trata do dogma do inferno e da idéia de temor associada à moral cristã:

A (...) vantagem do temor de Deus é que livra do temor dos homens, que se chama também respeito humano. (...) Os meninos, mal lhes bruxoleia a razão, aprendem a mentir de medo da repreensão e da humilhação. Os homens mundanos lançam mão do disfarce, da hipocrisia e até do perjúrio, a fim de não perderem a estima, agradarem à opinião pública ou conseguirem seus intentos. O temor dos homens gera todos os assentimentos, bajulações e cumplicidades, afastando do cumprimento das obrigações mais graves e mais sagradas.

Dizei-nos, filhos diletíssimos, qual a razão por que muitos não têm a coragem de suportar palavras injuriosas, senão para o mundo não os terem na conta de vis e medrosos. Porque motivo outros não se abstém do luxo e das modas senão pelo receio das críticas insensatas dos mundanos? Porque é que numerosos cristãos não observam seus gravíssimos deveres religiosos, senão por temerem as chacotas e os motejos dos ímpios e dissolutos?²⁴⁶

Em "Admirabile sertum" (1953) refere-se à Sagrada Família como modelo para a família católica contemporânea, centro irradiador de virtudes como a obediência a humildade e o trabalho. D. Antonio atribui a origem dos "males da sociedade" – luta de classes, desequilíbrio social, a cobiça – ao afastamento dessa representação familiar.

Naquela pobre habitação, os mais nobres dos filhos de Judá ganham o sustento com o trabalho de suas mãos e com o suor de seu rosto. Aí os descendentes do rei Davi vivem satisfeitos uma vida pobre, humilde e ignorada. O Chefe da família, que é o mais santo dos varões, trabalha na oficina, provendo às necessidades da família. A Espôsa, que é a mais privilegiada das criaturas, se ocupa nos afazeres mais humildes da casa. O Filho, que é o Verbo de Deus feito homem, obedece e serve em tudo a Maria e José. (...) Enquanto fora se agitam, inquietam e azafamam os ricos, procurando aumentar e amontoar riquezas materiais, na humilde casa de Nazaré com a pobreza, com o trabalho, com a obediência e com a oração, reina a ordem, a harmonia, a tranquilidade e a paz.

É do abandono dos divinos ensinamentos ministrados pela Santa Família de Nazaré que se originou no mundo o neo-paganismo, esse paganismo que se traduz na cobiça e afêro dos bens terrenos, na fuga do trabalho dos campos, na busca de divertimentos, na sofreguidão dos gozos, na luta de classes, no desequilíbrio social e tantos outros males que, já de si, afligem a pobre humanidade e são a origem e causa de tantas outras desgraças.

Ensinam os falsos profetas do materialismo e do ateísmo que o fim da vida é enriquecer e gozar.²⁴⁷

²⁴⁶MAZZAROTTO, A. **A geena do fogo**. Carta Pastoral de 1950. p.14-15.

²⁴⁷MAZZAROTTO, A. **Admirabile sertum**. Carta Pastoral de 1953. p.8-9.

À família cristã cabia a responsabilidade da educação dos filhos para se contrapor aos valores do mundo moderno, materialista e desagregador, conforme D. Antonio em "Nobilíssima missão" (1956):

Deposta no terreno, a semente germina, vegeta, mas não se tornará em árvore copada e frondosa se lhe carecerem os cuidados e trabalhos do pomicultor. Muito menos a criança se criará sem a contínua vigilância e assistência dos pais. Sem seus múltiplos e constantes desvelos não se lhes poderá desenvolver a vida do corpo, nem a da alma. Daí a educação física, espiritual e sobrenatural que dos pais devem receber os filhos. Essa tríplice educação, harmoniosa e simultaneamente ministrada, é a educação integral, a verdadeira educação, que denominamos educação cristã.²⁴⁸

O maior inimigo ainda é o comunismo, segundo D. Antonio em sua carta "Perseguições Vantajosas" (1951), que denuncia a "cruel perseguição" feita à Igreja naqueles tempos.

Há alguns anos, primeiro no México e depois na Espanha, os bolcheviques atacaram o catolicismo com fúria insana. Nesse último país, vitimaram, por causa da religião, treze Bispos, cerca de seis mil Sacerdotes, de três mil Religiosos e de trezentos mil seculares. Queimaram de vinte a trinta mil Igrejas. Mais recentemente o nazismo tinha desencadeado contra a Igreja uma infernal campanha, na qual se contam aos milhares os que foram bárbaramente torturados e massacrados. Presentemente é o comunismo ateu que continua a fazer crueldades contra os cristãos. Quantos não gemem sob o jugo soviético.²⁴⁹

Enfim, as cartas pastorais de D. Antonio, como expressão do imaginário católico, revelam não apenas esta visão de mundo, mas também a visão particular do bispo, homem formado nesse ideário; carregam consigo mais do que orientações doutrinárias ou morais, a definição do "ser católico" no cotidiano da comunidade diocesana.

²⁴⁸MAZZAROTTO, A. **Nobilíssima missão**. Carta Pastoral de 1956. p.5.

²⁴⁹MAZZAROTTO, A. **Perseguições vantajosas**. Carta Pastoral de 1951. p.3-5.

Parte dos valores defendidos por D. Antonio Mazzarotto pode ser encontrada igualmente no imaginário dos intelectuais do Centro Cultural Euclides da Cunha.

3.3 O Texto Euclidiano: Os Intelectuais e o CCEC

Cultura é o modelo de significados corporificados em formas simbólicas, que incluem atos, ditos e objetos significativos de várias espécies, graças aos quais os indivíduos se comunicam uns com os outros e partilham suas experiências, concepções e crenças. (J. B. Thompson)

Os estudos sobre a intelectualidade, a cultura, a universidade brasileiras, ao estabelecerem marcos ou modelos, em geral, prendem-se ao eixo Rio/São Paulo.²⁵⁰ No entanto, Vilhena procura explorar aspectos laterais desse contexto ampliando sua dimensão.

Estamos falando de uma fase em que a institucionalização das Ciências Sociais brasileiras era incipiente e grande parte de seus protagonistas, em especial fora do eixo Rio/São Paulo, eram intelectuais polivalentes exercendo ao mesmo tempo diferentes atividades no ensino, como profissionais liberais, no jornalismo, no funcionalismo público, etc. (VILHENA, 1996, p.128)

Esses intelectuais ligavam-se a diversos movimentos culturais, particularmente ao folclórico, cuja atividade principal era a realização de congressos que reuniam estudiosos do Brasil e do mundo permitindo aos intelectuais do interior romper o isolamento em que se encontravam. Eram fortemente influenciados pela fábula das três raças e pelas idéias de Silvio Romero, Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e

²⁵⁰A esse respeito ver as obras de Sérgio Miceli, Daniel Pécaut e Dante Moreira Leite.

Gilberto Freyre. A partir da contribuição desses pensadores os folcloristas refletiam sobre a mestiçagem como traço definidor da identidade nacional.

Dessa forma podemos dizer que o movimento folclórico convocou os intelectuais de província, nucleados até então apenas pelos institutos e academias locais, para construir uma imagem de nação unificada, mas que, por outro lado, conferia ao regional um lugar de destaque. (VILHENA, 1996, p.140)

Intelectual de província nessa perspectiva é aquele intelectual do interior, polivalente, que exerce múltiplas atividades, autodidata muitas vezes, preocupado com a nação e o povo brasileiros. Portador de uma cultura erudita, especializa-se mediante seu esforço pessoal em diversos campos da cultura, pois isolado dos grandes centros se vincula às mais variadas agremiações culturais, ainda que apenas como sócio-correspondente. Em geral, escreve na imprensa local e regional e tem grande dificuldade para publicar suas obras.

Essa definição busca sintetizar o perfil desses intelectuais que exerceram um papel central no movimento folclórico e em outros como o euclidiano e foram responsáveis pela preservação, produção, disseminação da cultura no interior do país.

O euclidianismo foi um movimento iniciado pelo Grêmio Euclides da Cunha do Internato Nacional Bernardo de Vasconcelos em 1911. A coletânea "Por protesto e adoração – In Memoriam de Euclides da Cunha", editada em 1919, deu grande impulso ao movimento, pois reproduzia conferências e artigos de renomados intelectuais: Alberto Rangel, Escragnolle Doria, Roquette Pinto, Coelho Neto, Araripe Jr., Silvio Romero, Oliveira Lima, Afranio Peixoto, entre outros. E Revista do Grêmio disseminou pelo país o ideal do euclidianismo editando a correspondência de Euclides e os mais variados textos sobre o escritor. Participavam da publicação, além dos intelectuais de renome, estudantes interessados no tema e escritores desconhecidos.

Em 1928 o município de São José do Rio Pardo, em homenagem a Euclides e Os Sertões, instituiu o dia 15 de agosto como data oficial de comemoração do euclidianismo. Cultuar a memória do escritor é ideal e ritual vivenciado pelos euclidianos espalhados pelo Brasil. Esse ritual pode ser analisado a partir da noção de "lugar de memória" considerado como "campo com regras de funcionamento, com agentes próprios, com um objeto mais ou menos definido" (ABREU, 1994). De São José do Rio Pardo a comemoração espalhou-se para o resto do país como festa cívica e o euclidianismo adquiriu novas finalidades com a adesão de grupos das mais variadas tendências, credos e tradições.

3.3.1 O CCEC: o "Arraial do Pitangui"

Herdeiro da tradição dos institutos e academias, vinculado ao movimento folclórico e ao euclidianismo, surgiu em Ponta Grossa, em 1948, o Centro Cultural Euclides da Cunha. Os "jagunços" deste "arraial"²⁵¹ esclarecem que "o livro que abordou, com mais proficiência, todos os problemas de base da nacionalidade foi 'Os Sertões' de Euclides da Cunha, motivo pelo qual foi esse autor colocado como nosso patrono". De acordo com o seu estatuto, o Centro se apresenta como "uma sociedade civil destinada a congregar intelectuais, prestando-lhes apoio cultural e moral, cooperando, assim, para o desenvolvimento da literatura, das ciências e das artes, bem como estimular o intercâmbio de idéias com o resto do país e das Américas".²⁵²

O estatuto define a organização, o funcionamento e as atividades primordiais da entidade como: realização de cursos, palestras, divulgação de obras científicas e literárias, publicação de um jornal trimestral e organização de uma biblioteca e sala de leitura. Seu idealizador e fundador, o professor Faris Antonio Salomão

²⁵¹As expressões jagunços e arraial são utilizadas em alusão a Canudos.

²⁵²Estatuto do Centro Cultural Euclides da Cunha.

Michaele,²⁵³ dirigiu a associação até 1977, ano de seu falecimento. Homenageado com o título de presidente perpétuo, viu seu nome aclamado, a cada quatro anos, quando se renovava a diretoria.²⁵⁴ O professor Faris foi sucedido pelo Dr. Clyceu Carlos de Macedo que geriu a instituição até 1985, ano de sua desativação.

²⁵³Faris Salomão Antonio Michaele, descendente de família libanesa da região de Akar, nasceu em Mococa (SP) em 1911 e pouco depois se fixou em Ponta Grossa. Iniciou seus estudos no Colégio São Luiz e, desde criança, dominava três idiomas: árabe, alemão e português, além de conhecer rudimentarmente o francês. Fez parte da primeira turma do Ginásio Regente Feijó (1927), onde fundou o Grêmio Literário Visconde de Taunay e colaborou na edição do jornal estudantil "O Fanal". Formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná, exerceu a profissão esporadicamente e dedicou-se ao magistério e às atividades literárias. Na Universidade filiou-se ao Integralismo e mais tarde ao PSD, em Ponta Grossa. Lecionou no Ginásio Regente Feijó, nos cursos de Letras e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e na Faculdade de Direito de Ponta Grossa. Dedicou-se às mais variadas áreas do conhecimento: sociologia, antropologia, história, etnografia, direito, línguas e outras. Entre as línguas indígenas, conhecia o nheengatu, o avanheenga e o tupi jesuítico, língua literária do Brasil colônia. Além destas dominava o grego, o latim, o hebraico, o haussá, o iorubá e o copta antigo, entre outros. Autodidata, característica comum aos intelectuais dos anos 20 e 30, ampliou e aprofundou seus conhecimentos por esforço pessoal. Seu nome está ligado a muitas instituições ponta-grossenses como as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras e Direito, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico de Ponta Grossa, a União Brasileira de Trovadores de Ponta Grossa, o Centro Cultural Brasil-Estados Unidos, o Centro Cultural Euclides da Cunha e o Museu Campos Gerais. Ocupou a cadeira n.º 12 da Academia Paranaense de Letras e, em seu discurso de posse em março de 1968, criticou a crise de valores da época e comentou sobre a atuação de Ubaldino do Amaral Fontoura, para quem "só o poder das idéias é soberano e susceptível de operar transformações reais". Foi também ligado a muitas entidades e associações nacionais e internacionais, tais como: o Instituto Neo-Pitagórico (Curitiba), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Casa da Cultura (Lima - Peru), Academia Ansaldi (Paris - França), American International Academy (Nova York - EUA), Academia dei Magnati Bibliófilii (Nápoles - Itália), Instituto y Biblioteca Panamericana (Buenos Aires - Argentina), Centro Cultural de Filgueira (Filgueira - Portugal) entre outras. Faris Michaele associou a transmissão e a produção do conhecimento a sua trajetória como professor, já que a maior parte de suas obras está vinculada a cursos ou disciplinas que lecionou. Entre suas publicações constam: Ensaio Contemporâneo (1940), Titãs de Bronze (1943), Manual de Conversação da Língua Tupi (1951), Breve Introdução à Antropologia Física (1961), Arabismos entre os africanos da Bahia (1968), Tupi e Grego (1973), Gauchismos no Prata e Gauchismos do Brasil (1976). Colaborou ainda na Coleção História do Paraná (1967), no Dicionário Cultural da Língua Portuguesa (1967) e na Biografia de Vila Velha (1975). Foram publicações póstumas: O Direito entre os índios do Brasil (1979) e Cepa Esquecida (1983), obras consideradas "hinos de amor ao indígena brasileiro" por muitos indianistas.

²⁵⁴O Estatuto normatizava a sucessão através de processo eleitoral, no entanto, em todas as ocasiões houve apenas uma chapa inscrita o que eliminava a disputa. Alguns nomes integraram quase todas as diretorias ocupando cargos distintos. Integraram a primeira diretoria do Centro Cultural: Faris Antonio Michaele (Presidente), Newton Correia Lopes (1.º Vice-Presidente), Milton Lopes (2.º Vice-Presidente), Plácido Cardon, Antonio Armando Cardoso Aguiar, Paulo Bittencourt, João Ricardo Borell du Vernay, Dino Colli, Daily Luiz Wambier, Omar Leite Gondim, João Batista Muzzolon, Egdar Zanoni, Helly Espínola, Nivon Weigert, José Pinto Rosas, Eddie Santos Ribas, Estevão Z. Coimbra e Mario Lima Santos.

As listas de presença às reuniões indicam a participação de professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores e diversos políticos.²⁵⁵ Era comum o Centro conceder o título de sócio honorário ao Prefeito, ao

²⁵⁵Foram também associados destacados:

- Clyceu Carlos de Macedo: médico, professor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, membro da União Paranaense dos Estudantes, integrante do corpo clínico da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, participante da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ponta Grossa, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico de Ponta Grossa e outras.
- Heitor Ditzel: contabilista, professor, jornalista. Marcou época na imprensa local com a sessão "Flashes Locais" publicada no Diário dos Campos e Jornal da Manhã. Fundador e primeiro diretor do Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa, em que lecionou disciplinas de Ciências Contábeis e Humanidades. Como político ocupou a Presidência da Câmara Municipal de Ponta Grossa e em 1951 foi empossado no cargo de Prefeito Municipal pelo PSD.
- Reinaldo Ribas Silveira: poeta, escritor e historiador. Membro da Academia Paranaense de Letras e da Academia de Letras José de Alencar, de Curitiba. Pertencente à tradicional família pontagrossense, dedicou-se à carreira literária publicando várias obras: "Luar de Estio" (1922), "Presente de Noivado" (1934), "Destruição de Jerusalém por Tito" (1943), "Terra dos Pinheirais", "Antologia Pontagrossense" (1960). Publicou contos na Gazeta do Povo e deixou uma "História de Ponta Grossa" que até hoje não foi publicada.
- Deodoro Alves Quintilhano: fiscal de rendas federais, poeta, radialista, dedicado a palestras religiosas. Presidente da União Brasileira de Trovadores, sessão de Ponta Grossa. Publicou em 1963, um livro com dezesseis sonetos, "Escrínio de Saudades". Publicou poemas esparsos na imprensa local.
- João Alves Pereira: gráfico, estudou à noite e concluiu o curso de Letras em 1948 e, mais tarde, o de Direito na Universidade Federal do Paraná. Exerceu a advocacia, foi vereador por dois mandatos. Participou de várias associações beneficentes, clubes, da Loja Maçônica Luz e Verdade. Integrou várias instituições culturais, pertenceu à Associação Brasileira de Imprensa e à Associação Internacional de Imprensa. Iniciou sua vida jornalística no Jornal da Manhã e na Rádio Difusora. Dirigiu e publicou os jornais "O Progressista", "Luz e Verdade".
- Álvaro Augusto da Cunha Rocha: graduado em Direito (UFRJ), professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa e primeiro reitor (1970-1974). Jornalista, escritor e poeta. Seus versos foram publicados em "O Espírito do Tempo" pela Universidade Estadual de Ponta Grossa em 1992.
- Herculano Torres Cruz: advogado, jornalista, secretário geral da Folha de S. Paulo. Fundou e dirigiu inúmeras revistas em São Paulo e Curitiba. Amigo de Graciliano Ramos, com quem dividiu a cela na condição de preso político durante o Estado Novo. Exerceu o cargo de vereador em Ponta Grossa na década de 1950, eleito pelo PTB.
- Daily Luiz Wambier: ferroviário, jornalista, homem de letras e político. Destacou-se como redator e secretário do Jornal do Paraná, redator do Jornal da Manhã e como colunista de vários outros periódicos. Autor de um livro de crônicas denominado "Prelúdio". Participou de duas legislaturas na Câmara Municipal (1951 – 1959), sendo duas vezes Presidente da Câmara de Vereadores de Ponta Grossa.

Presidente do Legislativo, ao Comandante Militar da Região, ao Poder Judiciário e a algumas personalidades de renome nacional.

O professor Faris combinou intensa atividade intelectual a uma vida particular tranqüila. Era um missivista, expressava sentimentos, emoções e conhecimentos em longas cartas enviadas para o mundo todo. As cartas rompiam o isolamento, inserindo esse intelectual de província num intercâmbio enriquecedor com intelectuais dos grandes centros como: Érico Veríssimo, Gilberto Freire, Luís da Câmara Cascudo, Egon Schaden, Herbert Baldus, Roger Bastide, entre outros.

A documentação epistolar encontrada nos acervos do Centro Cultural e particular de seu presidente perpétuo é reveladora de opiniões e convicções omitidas em outras circunstâncias como palestras, discursos e textos. Nas cartas, Faris e seus interlocutores são mais transparentes e despreocupados com a rigidez da forma; são mais espontâneos comentando sobre amigos comuns, questões políticas, problemas e interesses particulares, testemunhando a existência de uma forte rede de solidariedade que ultrapassava o interesse cultural. As cartas revelam ainda os vínculos políticos e a relação com as diferentes esferas do poder mantida por esses intelectuais. A harmonia e a homogeneidade dos documentos e discursos oficiais são quebradas em algumas discussões travadas nas correspondências.

O grupo euclidiano local apresentava grande diversidade de concepções. Comunistas, integralistas, udenistas, sociais democratas entre outros pertenciam ao Centro.²⁵⁶ Como instituição, o CCEC se apresentava como apolítico, neutro e imparcial. Apesar do pluralismo ideológico, marca registrada desses intelectuais, preocupavam-se com a identificação com grupos opositores, ditos de esquerda ou subversivos. Isso se torna explícito em atas e notas oficiais do Centro:

²⁵⁶Exemplifica-se: Dino Colli (médico, músico), José da Guia Larocca (desenhista), Herculano Torres Cruz (já citado), como conhecidos comunistas na cidade. Outros já biografados pertenciam a partidos de direita.

O CENTRO CULTURAL 'EUCLIDES DA CUNHA', DE PONTA GROSSA, PARANÁ, BRASIL.

Não tem côm política, nem reconhece qualquer restrição à liberdade de pensamento. A bem da verdade, e para evitar explorações políticas, declaramos que o Centro Cultural "Euclides da Cunha", desta cidade, entidade fundada em 1.948, e com personalidade jurídica, não tem ligação de espécie alguma com partidos políticos, nem reconhece qualquer restrição à liberdade de pensamento.

Os seus estatutos são claros: entidade apolítica, sem preconceito de côm, raça, religião, classe, pensamento filosófico, etc.

O seu próprio nome deverá ser respeitado, pelo que, juridicamente, nenhum valor têm os centros que se denominem do mesmo modo, neste Estado. Em Curitiba, existe um, dos chamados "Águias Brancas", do P.R.P., partido integralista, o qual Centro é dirigido por estudantes.

Os mesmos serão notificados, devidamente, para que cesse qualquer confusão. Também, nenhuma afinidade tem o Centro com os marxistas ou, mesmo democratas dos vários partidos registrados.

Repetimos: é APOLÍTICO E INDEPENDENTE, promove a cultura pela cultura, procurando aproximar os povos e intensificar o intercâmbio de ordem intelectual, ao mesmo tempo que estuda os mais complexos problemas brasileiros.

Já é tempo dos ambiciosos políticos de certos credos se compenetrarem de que o Idealismo ainda existe e não deve ser dificultado em suas aspirações morais e espirituais.²⁵⁷

Tal posição é compreensível, na medida em que a neutralidade política garantia subvenções das diversas esferas do poder público. Outras razões podem ser decorrentes da concepção positivista e cientificista desses intelectuais que consideravam a cultura e o saber como "a produção mais elevada do espírito humano", conforme afirmava o professor Faris Michaele.²⁵⁸ Defendiam uma produção cultural em busca da objetividade e da verdade, isto significava um distanciamento entre os valores e as opiniões do autor e sua obra, e uma preocupação com a evidência e comprovação dos fatos.

²⁵⁷O TAPEJARA, Ponta Grossa, julho de 1957.

²⁵⁸MICHAELE, Faris. Manuscritos.

O CCEC adotava normas e critérios semelhantes àqueles aplicados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pela Academia Brasileira de Letras, instituições com rituais próprios e onde o acesso das mulheres foi dificultado. Somente nove anos depois (1957) de sua fundação, o Centro abriu espaço para a participação feminina.

...o resultado é, então, haver associados de todos os partidarismos e representantes de todas as classes e setores da sociedade.

Entretanto, uma falha ainda observada: a de nossas distintas patrícias, professoras e intelectuais em geral. Recentemente foram propostas e eleitas as primeiras: Maria Eulina Schena, Lydia K. Almeida, Ana de Barros Holzmann, Arminda Frare e Neusa Castro Guimarães.²⁵⁹

Em menor número que os homens e ocupando cargos secundários, as mulheres aparentemente tiveram uma atuação limitada na definição de diretrizes e ações da agremiação.

Os integrantes do Centro receberam diversas homenagens em Ponta Grossa e nos Campos Gerais. Seus nomes estão nas ruas, praças, escolas e bibliotecas por toda a região, indicando o reconhecimento da sua inserção na comunidade.

O reconhecimento de sua ação cultural extrapolou as fronteiras regionais:

Todas estas reflexões me acodem ao espírito ao tomar conhecimento do que vem fazendo em Ponta Grossa um grupo de intelectuais que ali fundaram um "Centro Cultural Euclides da Cunha". Pelo que tenho lido das atividades deste Centro, que nada tem de político, mas é simplesmente cultural, verifico um rápido progresso. Já ele publica um jornal, o Tapejara, onde, ao lado de produções literárias e filosóficas, se abordam temas culturais de alto interesse como o da influência do elemento indígena na civilização da América Latina.²⁶⁰

²⁵⁹O TAPEJARA, Ponta Grossa, n.19, julho de 1957.

²⁶⁰A GAZETA, Natal, 28 de dezembro de 1950.

O autor conclui que a ação de uma elite intelectual poderia despertar "a massa ignorante e apática", proporcionando-lhe "distrações espirituais". Enfim, a missão educativa desses intelectuais consiste em levar a cultura erudita até o povo, uniformizando tradições e valores para a consolidação da nação brasileira.

O Centro Cultural realizava anualmente a Semana Euclidiana, momento em que a vida e a obra do escritor mereciam todas as atenções. O ideário do Centro também era manifestado pela comemoração de datas emblemáticas, como o Dia do índio, o Dia Pan-Americano e o Dia do trabalho, e pela promoção de eventos como a Semana Monteiro Lobato e a Semana do Folclore. Suas palestras e debates atingiam diferentes espaços e instituições da cidade, como o quartel, o asilo, as escolas e os clubes de serviços. Em conjunto com a Faculdade de Filosofia promoveu cursos de extensão universitária e com as escolas públicas, maratonas intelectuais e concursos literários. Nas rádios da cidade foram comuns palestras realizadas pelos euclidianos sobre diferentes temáticas.

Além dessa ação educativa informal, os integrantes do CCEC eram, em sua maioria, professores. Muitos deles participaram da fundação das primeiras faculdades de Ponta Grossa e da implantação da universidade. No exercício do magistério agiram seguidamente como autodidatas, ultrapassando os limites e a competência de sua formação profissional. Esses intelectuais de província são grandes difusores do ideário que abraçam: nacionalismo, indianismo, pan-americanismo e humanismo. Envolvidos na defesa desses ideais inserem-se na luta pelo desenvolvimento cultural, convencidos de sua neutralidade e imparcialidade.

O CCEC encerrou suas atividades em 1985 quando já não apresentava o mesmo brilho. Havia morrido sua principal liderança, as contribuições financeiras tornaram-se mais raras, as cartas acumulavam-se sem ao menos serem abertas, as reuniões deixaram de ser realizadas por falta de quórum, enfim, o tempo marcava outro ritmo. Para Jacoby, o desaparecimento dos intelectuais públicos "aqueles escritores e pensadores que se dirigem a uma audiência educada e não

especializada" se explica pelo impacto trazido pelas universidades na vida cultural das sociedades contemporâneas. (JACOBY, 1990). Não se trata da dimensão do público atingido, mas o relacionamento dos intelectuais com o público leigo:

O mecanismo de transmissão de cultura – a inefável maneira pela qual uma geração mais velha transmite não apenas conhecimento, mas também sonhos e esperanças – está ameaçado. A cultura mais ampla repousa em um número cada vez menor de intelectuais que envelhecem sem encontrar sucessores. Os intelectuais mais jovens estão ocupados e preocupados com as exigências das carreiras universitárias. À medida que a vida profissional prospera, a cultura pública se torna mais pobre e mais velha. (JACOBY, 1990, p.20 e 21)

Nessa perspectiva, os integrantes do CCEC podem ser vistos como intelectuais públicos, que difundiram seus projetos exercendo a mediação cultural entre os grupos e interesses que representavam e a comunidade.

3.3.2 O "Tapejara": "Somos Assim"

O jornal Tapejara foi criado para difundir a produção e a atividade do CCEC. Distribuído gratuitamente no Brasil e no exterior, destinava-se a um público selecionado, associados do Centro, estudantes universitários, integrantes de outras instituições culturais, considerados interlocutores ideais para a mensagem veiculada. O jornal era parte da rede de solidariedade que tendia a estreitar cada vez mais as relações culturais entre os diversos grupos de intelectuais.

O primeiro número do jornal foi editado em 3 de setembro de 1950 e o último (n.º 24) em 1976. Em seu primeiro número, o editorial do jornal, ao explicar a etimologia do nome de origem tupi, que significa "senhor do caminho", clarifica suas finalidades – "divulgar a mensagem euclidiana e ser porta-voz da fraternidade cultural entre o Brasil e a Indo-América tão rica em homens e idéias" –, bem como os ideais que orientam sua linha editorial: euclideanismo, panamericanismo, indoamericanismo, liberalismo, caboclismo, nacionalismo.

Além do professor Faris Michaelle, diretor do Tapejara, compunham a equipe de redatores Daily Luiz Wambier, João Alves Pereira, Rolando Guzzoni, Álvaro Augusto da Cunha Rocha, Guaraci Paraná Vieira, Raul Gomes, Heitor Ditzel, Ribas Silveira, Lourival Santos Lima, Pedro P. Martins, Thiago Gomes de Oliveira, Eno T. Wanke, Ovídio Gasparetto e Manoel Grott, todos muito conhecidos no cenário cultural da cidade e da região.

O jornal, ao longo de 26 anos, manteve suas características e objetivos, ampliando o número de seções e de páginas (de quatro para 20). A editoria do Tapejara era essencialmente cultural e apresentava diferentes seções e gêneros variados – resenhas, crônicas, poesias, artigos, notas e notícias culturais, página de folclore, bibliografia –, mesclando assuntos como vida e obra de Euclides da Cunha, a contribuição do índio na cultura nacional, raça e mestiçagem, biografias e história de Ponta Grossa.

Na seção "Notas e Notícias Culturais", divulgavam-se todos os eventos e as ações significativos para os euclidianos. São exemplos dessa seção:

A Casa de Euclides, de Natal, Rio Grande do Norte, constitui, incontestavelmente, um dos liames mais seguros e eficientes entre o norte o sul do país. Sendo orientada pelas figuras insígnies de Rodrigues de Melo e Luiz da Câmara Cascudo (este último um dos maiores folkloristas do mundo) muito tem ela contribuído a que se divulgue a mensagem euclidiana de amor, civismo e brasilidade pelo melhor estudo da autêntica e inegável cultura brasileira e do tipo do homem sertanejo, que é o cerne vivo da nacionalidade.²⁶¹

...No dia quinze, fizeram uso da palavra em sessão solene da Câmara, presidida pelo Senhor Governador do Estado, Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, os seguintes oradores: Snr. Daily Luiz Wambier, Snr. João Maia, Dr. João Vargas de Oliveira, Prof. Meira de Angelis, Dr. Chafic Cury, Dr. Petronio Fernal e Governador Munhoz da

²⁶¹TAPEJARA, Ponta Grossa, n. 8, setembro de 1952. Casa de Euclides de Natal.

Rocha. Durante a cerimônia, foi entregue ao Dr. Faris Michael, incansável intelectual paulista, aqui residente, o título de Cidadão Pontagrossense...²⁶²

Repercutiu, dolorosamente, por todo o território nacional, a morte de Graciliano Ramos. É que o combativo filho das Alagoas representava, no cenário das letras, uma inegável linha de continuidade dos grandes escritores vernaculistas, que tiveram por mestre a Machado de Assis.

(...) Pondo de lado certas divergências atinentes à sua atuação ideológica, cumpre, no entanto, digamos haver o talentoso intelectual atingido o mais alto ponto a que pode aspirar um espírito inteiramente voltado à difícil arte da composição (...).²⁶³

No Tapejara também são veiculados textos de autores estrangeiros, como os de Arminda Gonçalves (Portugal), Juan Luna Cárdenas (México), Emile Schaub-Koch (Suíça), Fuco G. Gómez (Havana), Santiago Gastaldi (Montevideo), José Bibberman (Buenos Aires), Oscar Ponce de León (Peru), Constancio C. Vigil (Buenos Aires), Mirto Dall'Ongaro (Itália), Enrique de Gandía (Buenos Aires), além de autores do Paraná e de outras partes do país, como Newton Carneiro, Dario Velozzo, Valfrido Piloto, Umberto Peregrino, Silvio Romero, Mário Lins, Fernando de Azevedo, Roberto Simonsen.

A poesia, a resenha e as notícias culturais encontravam espaço privilegiado no Tapejara. Entre os poetas locais podem-se citar: Lourival Santos Lima, Eno Theodoro Wanke, Deodoro Quintiliano, Faris Antonio Salomão Michael e Ribas Silveira. As poesias, na sua maioria, concretizam o espírito romântico, bucólico e épico desses intelectuais. Do exterior chegavam os versos de Juan Antonio González, A. Garibaldi, Jorge Rivas, entre outros.

As resenhas e a página "Bibliografia" constituíam um espaço reservado para a análise, a crítica e o debate literários. Várias obras euclidianas são comentadas

²⁶²TAPEJARA, Ponta Grossa, n.8, setembro de 1952. Sete de Setembro e Quinze de Setembro.

²⁶³TAPEJARA, Ponta Grossa, n.10, maio de 1953. Graciliano Ramos.

nestas seções. Pode-se exemplificar com: Tinguianas de Valfrido Piloto e Manual de Conversação da Língua Tupi de Faris Michaelle.

Algumas áreas de conhecimento como a Filosofia, a Sociologia, a Geografia e o Direito eram objeto de análise no Tapejara. Naturalmente, o tema de maior interesse para os autores do jornal e que ocupava maior espaço era a vida e a obra de Euclides da Cunha. O primeiro Tapejara foi totalmente dedicado ao escritor.

Assim, o artigo "Euclides da Cunha", de autoria de Faris Michaelle, exalta o escritor como figura ímpar no panorama literário nacional. O homem, o engenheiro, o literato são enaltecidos principalmente por seu apego ao sertão e ao sertanejo. A brasilidade de Euclides, aliada ao seu espírito criador e inovador, constitui, para Faris, seu maior mérito.

No artigo "A grande inspiração", Egdar Zanoni apresenta Euclides como o criador do sertão e sua obra como a fotografia completa e perfeita deste cenário. Para o autor, em sua obra-prima, Euclides fundiu a cultura do idioma, a sublimidade do estilo, o conhecimento de geógrafo, a paciência do observador, a imparcialidade de historiador, a técnica do cartógrafo e complexas indagações.

Em "O Civismo de Euclides", Cyro Ehlke enaltece o homem admirável que foi o escritor, exemplificando com três episódios em que sua coragem e patriotismo afloram. O primeiro é o conhecido gesto de insubordinação na Academia Militar, e os outros dois ocorreram durante a missão para tratar da questão de limites entre o Brasil e o Peru. Para Ehlke, de Euclides não bastava falar do grande escritor, mas era necessário ressaltar o patriota que foi.

Newton de Souza e Silva apresenta o escritor como "a expressão espiritual de um povo em formação", no artigo "Euclides, o Telúrico". Sua prosa é comparada à poesia de Castro Alves e de Gonçalves Dias, pela profundidade de seu conteúdo social e pela inspiração em motivos brasileiros. Seu temperamento excêntrico e a vida trágica são lembrados com respeito.

Em "Ligeiros Aspectos da Obra Literária de Euclides da Cunha", João Alves Pereira sintetiza seus comentários sobre a obra euclidiana mais famosa nas seguintes afirmações: "aquele trabalho, que tanto é narrativo e descritivo, quanto científico e didático, veio mostrar um Brasil e brasileiros que se ignoravam, uma região por vários séculos esquecida e cuja terra moldou o homem para o meio".

No artigo "Euclides da Cunha e o Nacionalismo de 'Os Sertões'", Osvaldo Nascimento qualifica o escritor como o milagre da libertação da literatura pátria e critica a intelectualidade carioca, em sua maioria, cuja produção seria mera "cópia" das modas e estilos parisienses. Euclides é admirado pelo seu nacionalismo, pela ruptura com os hábitos de seu tempo, principalmente a boemia. "Os Sertões" retrata o Brasil nativo e o mais acabado tipo da nossa gente – o caboclo. Em suas frases finais o articulista reforça o tema central: "Os Sertões é, por isso, o primeiro livro, ou melhor, o primeiro marco nos domínios do Pensamento. Profundamente nacionalista, profundamente real, inigualavelmente brasileiro, inimitavelmente humano".

Daily Luiz Wambier sintetiza no artigo "A Coragem de Euclides" um aspecto ainda não abordado: "a extraordinária coragem do emérito estilista em contar a verdade, em escrever sempre e somente a verdade". A verdade para Euclides era descortinar o Brasil do sertão revelando-o em toda a sua aspereza, era escrever sobre o seu país, o seu povo num estilo próprio, peculiar. Wambier endossa a opinião de muitos críticos da obra euclidiana que enfatizam o seu esforço no sentido de nacionalizar o pensamento brasileiro.²⁶⁴

O elenco de artigos, publicados ao longo dos 26 anos do Tapejara, demonstra a permanência de alguns aspectos da vida e obra de Euclides como reflexão central dos euclidianos ponta-grossenses.

No Tapejara n.º 8, publicado em setembro de 1952, Euclides é homenageado pelo cinquentenário de "Os Sertões". Quase todos os aspectos de sua trajetória pessoal

²⁶⁴Os artigos citados foram publicados no Tapejara, Ponta Grossa, n.1, de 3 de setembro de 1950.

e de sua produção literária são discutidos. O poeta Euclides é também lembrado e são publicados alguns de seus poemas: Rimas, A Flor do Cárcere, D. Quixote, Danton e Saint-Just, considerados como uma amostra da alma do povo cabloco.

As angústias e respostas euclidianas em torno do problema da identidade nacional (quem somos nós, brasileiros, divididos pela oposição sul e norte, civilização e barbárie, modernidade e atraso, litoral e sertão) fundamentaram a Doutrina dos Dois Brasis nos anos 50 e 60. Destas observações pode-se concluir acerca do significado e da influência do pensamento euclidiano sobre a intelectualidade brasileira: Euclides da Cunha é um mito e, como tal, sobrevive às críticas e à mudança.

Do ponto de vista social, a maior contribuição de Euclides é o resgate do sertão e do caboclo como elementos formadores de nossa identidade nacional. O Brasil é caboclo, portanto, a contribuição étnica e cultural do índio não pode ser esquecida.

Como escritor, Euclides é considerado o criador do nacionalismo literário, pois, embora sua cultura seja proveniente de fontes européias, soube interpretar e desvelar o Brasil como ninguém. Sua obra é a principal fonte do nacionalismo para os intelectuais do Centro Cultural.

O engajamento de Euclides nas questões políticas e sociais percebido pelos euclidianos do CCEC não se reflete em nenhuma ação concreta da instituição ou do jornal que se apresenta como "apolítico e independente". No entanto, o CCEC sempre esteve envolvido em intensos debates culturais e as páginas de seu periódico foram muitas vezes utilizadas para réplicas e tréplicas referentes a diversas questões.

Com tais evidências, conclui-se que: ler, compreender, divulgar e defender Euclides e sua obra é, para os intelectuais do Centro, mais do que ideal, é missão.

O Centro Cultural Euclides da Cunha se identifica com os ideais nacionalistas, a partir da escolha de seu patrono que, em muitos escritos destes intelectuais é enaltecido pela sua brasilidade, por revelar aos brasileiros o outro lado do seu país – o sertão.

Um trecho do discurso de Murillo Teixeira Barros em homenagem ao senador ponta-grossense Flavio Carvalho Guimarães ilustra claramente o viés nacionalista da instituição.

Discutindo problemas fundamentais de nossa nacionalidade; procurando incutir nos moços de hoje – dirigentes do Brasil de amanhã, a responsabilidade de prestar serviços úteis ao país; valorizando o Brasil-Interior, ainda pobre e pouco conhecido; despertando o amor pelas tradições verdadeiramente brasileiras; estimulando os valores espontâneos do nosso folclore, como expressões sinceras da alma sertaneja; fazendo esforço para regenerar pela cultura uma materialista época de transição; e colocando em equação todos os temas ventilados nas páginas imortais d'Os Sertões, – tal é a orientação básica do Centro Cultural Euclides da Cunha.²⁶⁵

No artigo "Somos Assim...", João Alves Pereira retoma exemplos de bravura e coragem ao longo de nossa história, qualidades herdadas do indígena, "o ascendente da raça". Nesse texto, a tese "das qualidades da raça" transmitidas de geração a geração aparece claramente. O autor não faz referência aos estudos brasileiros sobre o caráter nacional, mas defende a existência de um caráter brasileiro a partir das raças originárias do nosso povo.²⁶⁶

Ao comentar o livro "Tinguianas" de Valfrido Piloto, a redação do Tapejara defende o regionalismo, o nacionalismo como valorização do particular, do típico, do peculiar, do específico. Critica a importação de produtos e idéias norte-americanas que impõem "uma filosofia da vida tipicamente nacionalista, da América Saxônica". Considera a receptividade às influências externas como "falta de consciência telúrica". Já o autor em questão é enaltecido pelo seu paranismo.

Frases como "...para orgulho da raça, há um caldeamento em que flutua a inflexibilidade moral e a tenacidade do índio, base da nacionalidade", "...o que é o sertanejo remanescente da oca primitiva e os homens de projeção dele evoluídos,

²⁶⁵TAPEJARA, Ponta Grossa, 06 de fevereiro de 1952.

²⁶⁶TAPEJARA, Ponta Grossa, n.5, outubro de 1951.

guardando intransigente amor aos bons costumes", "tudo indica que a alma cabocla é a mais brasileira do país",²⁶⁷ mostram que a ligação entre raça e caráter é princípio basilar para alguns jagunços locais que se filiam a determinada linha de interpretação do povo e sociedade brasileiros, típica do final do século XIX e primeiras décadas do século XX. O nacionalismo do CCEC se fundamentava no espírito indianista que valorizava a herança cultural deixada por esse povo.

O artigo "O que devemos ao brasileiro de sangue indígena"²⁶⁸ comenta a obra de Silvio Romero, com destaque para a contribuição indígena à cultura nacional nos mais variados aspectos: costumes, hábitos, vocabulário, romances de vaqueiros, canções. Salientam-se ainda os traços do caráter sertanejo herdados do índio, como a tristeza, resignação, intuição. Neste e em outros artigos percebem-se a valorização da "raça indígena" e certa crítica àqueles que a ignoravam.

Daily Luiz Wambier valoriza as comemorações do Dia do Índio como forma de reconhecimento de seus direitos. Apresenta o Brasil como país da harmonia racial: "...nunca tivemos qualquer problema racial no país. Brancos, negros, índios sempre se deram muito bem, ou, pelo menos nunca se pensou em fazer as odiosas discriminações feitas noutras nações mais civilizadas".²⁶⁹

Os intelectuais do Centro consideravam o indígena o cerne da raça brasileira, raça mestiça. Para estes, o índio, verdadeiro dono da terra, se constituía no símbolo da identidade nacional. Afirmavam que seus argumentos suplantavam a visão idílica e demonstravam "cientificamente" a influência étnica e cultural do índio na civilização brasileira, por isso insistiam em apontar os traços físicos, morais e culturais herdados pelo caboclo, maior beneficiário dessa contribuição.

²⁶⁷TAPEJARA, Ponta Grossa, n.3, março de 1951.

²⁶⁸TAPEJARA, Ponta Grossa, n.2, dezembro de 1952.

²⁶⁹TAPEJARA, Ponta Grossa, n.4, junho de 1951.

As questões da nacionalidade e da identidade são discutidas por diversos pensadores. Partindo do princípio que a identidade é construída simbolicamente pelos diferentes grupos sociais, toda identidade se define por oposição, por diferenciação.

A passagem do século XIX para o XX se constituiu em um momento de reflexão sobre a identidade nacional brasileira. A proclamação da República, a adoção do trabalho livre e assalariado, a expansão da lavoura cafeeira, o surgimento de novas classes sociais, somaram-se às influências filosóficas que defendiam a idéia da humanidade em marcha para o progresso. A noção de progresso passou a diferenciar povos e a classificá-los entre civilização e barbárie. Nesse momento, as questões raciais e culturais se constituíram em critérios de distinção entre os povos. O Brasil, país de contradições e pluralidades, viveu duplamente esse processo de autodefinição: definir-se para o mundo e para si mesmo.

Lília Schwarcz discute a chegada das teorias raciais ao Brasil retornando ao século XVIII, no qual recupera duas idéias-chave em que se inserem o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo. A primeira é a concepção elaborada por Rousseau, da visão humanista da perfectibilidade, ou seja, a capacidade de aperfeiçoamento que é exclusiva do homem. Desta visão surgem o "bom selvagem" e a desigualdade como produto social. A segunda, formada pelas teses de Buffon e De Pauw, é impregnada de uma visão negativa sobre os americanos, pois defendia o postulado da unidade humana, mas estabelecia uma hierarquia entre os agrupamentos. Na obra de Buffon aparecem os primeiros vestígios de uma concepção etnocêntrica.²⁷⁰

Tais discussões permaneceram durante o século XIX e, ao final deste, deram origem para novas teorias. O conceito de raça como "idéia da existência de heranças físicas permanentes entre os vários grupos humanos", significou uma ruptura com a visão iluminista unitária da humanidade.

²⁷⁰A esse respeito, ver: SCHWARCZ (1993); ORTIZ (1994).

As teorias raciais produziram intenso debate sobre a origem do homem e, rapidamente, as diferenças biológicas passaram a dar sustentação às diferenciações socioculturais. Os caracteres físicos passaram a explicar as doenças mentais, a criminalidade e outros males sociais.

A antropologia, vinculada às ciências naturais, e a etnologia, à tradição humanista, reúnem as tendências expostas e delimitam campos de ação. A partir da obra de Darwin, os debates tomarão novos rumos. O conceito de raça se amplia e passa a envolver aspectos políticos e culturais.

O darwinismo foi transposto para a esfera social e hierarquizou os povos, justificando o processo de dominação e exploração dos europeus sobre os outros continentes.

A partir destas concepções, países que vivenciavam o processo de conformação racial passaram a refletir sobre a sua realidade. No Brasil a inter-relação de tais idéias consistiu em inovação ao combinar darwinismo social, evolucionismo e monogenismo. Nesse contexto, o indígena tornou-se o elemento de sustentação da identidade nacional e foi idealizado pelo romantismo que harmonizou as diferenças de cor, classe, raça e fala.

Essa discussão permaneceu, com algumas variações, nas obras de Silvio Romero, Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre. Em Manoel Bonfim, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda as teorias raciológicas perdem força e são substituídas por outras linhas de interpretação.

No período entre-guerras o Brasil, país de passado escravista, multirracial, de dimensões continentais, desníveis regionais intensos, alto índice de analfabetismo, assumiu a tarefa de superar o atraso. O Estado Novo (1937-1945) apontava o interior como reserva de energia nacional e sua integração significava vencer o atraso e tornar o Brasil um país forte. A superação do atraso exigia um projeto eugenista que visava, sobretudo, ao aumento da produtividade no trabalho.

Na Era Vargas, a propaganda política procurou construir uma nova identidade que se configurou em torno do líder agregador de massas, capaz de concretizar aspirações, personificar a nação e simbolizar o coletivo. A representação de Vargas como "terapeuta do povo brasileiro" se associa a do "povo enfermo", presente no imaginário social. Para Capelato, esta enfermidade era explicada pela descendência de raças inferiores e pelo descaso dos governantes. (CAPELATO, 1996).

Nesse contexto, merece destaque a obra de Monteiro Lobato, criador do personagem Jeca Tatu, síntese de uma brasilidade frágil, opaca, indolente.

O imaginário que se construiu sobre o brasileiro, realçando a sua desqualificação, inicialmente esteve restrito à população nacional livre e pobre. No entanto, através do tempo, esse imaginário ganhou contornos de representação da nacionalidade, como um todo, estendendo-se à própria concepção de brasilidade e passando a fazer parte da construção da identidade do brasileiro, como uma de suas características fundamentais. (NAXARA, set.1991/ago. 1992)

Monteiro Lobato critica a idealização condescente em relação ao caboclo, corrente na época, e que havia substituído o indianismo romântico, dizendo: "Este funesto parasita da terra é o caboclo, espécie de homem baldio, semi-nômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças."(MONTEIRO LOBATO, 1955). Monteiro Lobato, a partir de pressupostos científicos e sanitaristas revisou essa construção, mas ela permaneceu no imaginário nacional reforçada pela produção cinematográfica da época.

Os euclidianos ponta-grossenses rejeitavam esta visão negativa e deturpada e buscavam imagens positivas para a contraposição daquele que consideravam nosso autêntico tipo nacional. O caboclo aparece como o símbolo da coragem, resistência e lealdade em inúmeros artigos. Nestes, o caboclo vive na maior parte do território nacional, enfrentando o meio inóspito e a ele se deve a garantia de nossas fronteiras atuais.

No artigo "Jéca-Tatu e Mané-Chique-Chique", publicado no Tapejara, o autor critica Lobato e contrapõe à sua representação do caboclo à de Ildefonso Albano, que compara o sertanejo ao cardo do sertão nordestino. O cardo é "sóbrio, rijo, tenaz, permanente, nada o sufoca, nada o aniquila, nada o faz murchar". Conclui com uma mensagem de confiança no Brasil do futuro alfabetizado e civilizado, capaz de compreender o valor do sertanejo, herói anônimo espalhado ao longo do país. Nesse e em outros artigos do Tapejara as palavras de Euclides – "O Sertanejo é um forte!" – ressoam.

A discussão sobre raça e identidade nacional, também se manteve presente entre os integrantes do CCEC. Inspirados em Euclides da Cunha, valorizavam o sertanejo, herdeiro do legado indígena, e se opunham aos teóricos que destacavam a contribuição negra em detrimento da do caboclo. Consideravam os mestiços tipos regionais (vaqueiros, canoieiros, gaúchos) dotados de aptidões e atributos especiais: "O mestiço brasileiro não denota inferioridade alguma física ou intelectual. É suscetível de quaisquer progressos... Tem produzido grandes homens em todos os ramos da atividade social."²⁷¹

O artigo "Racismo às avessas", de Egon Schadem, publicado no Tapejara em 1952, contrapõe duas visões sobre o processo de mestiçagem, a da higiene racial e a dos seus defensores. A primeira, com base na biologia atribui uma inferioridade "inata e incorrigível" ao mestiço do ponto de vista físico, intelectual e moral. A outra corrente, defende a superioridade do mestiço, e desenvolve um racismo às avessas, ao utilizar uma argumentação idêntica à de seus opositores e atribuir qualidades psíquicas hereditárias às raças e/ou agrupamentos. Para Schadem, as pesquisas sobre hereditariedade não autorizavam nenhuma afirmação nesse sentido.

O artigo "O indianismo na formação da raça e dos costumes brasileiros", publicado no Tapejara em junho 1952, defende a raça brasileira como uma formação

²⁷¹TAPEJARA, Ponta Grossa, 9 de janeiro de 1953.

luso-indiana na qual a contribuição indígena é maior do que a africana em nossos usos e costumes. Enfatiza a participação do índio na conquista e defesa do território, na nomenclatura e na literatura nacional.

Em texto para o Tapejara, Luís da Câmara Cascudo afirmou que:

Na Bahia os mitos de maior divulgação pertencem aos europeus e indígenas. São o Lobishomem, a Mula-sem-cabeça, o Batatão, Batatá ou Boitatá, as Mães daguas, confundidas com os cultos iurubas, o Zumbi que é uma espécie de curupira ou de feiticeiro, etc. Os mitos locais e secundários são mosaicos, reconhecíveis as procedências na coloração complexa do entalhado.²⁷²

Percebe-se a preocupação em afirmar a contribuição do indígena no processo da formação cultural brasileira. A tendência indianista dos autores se evidencia quando exaustivamente reafirmam a presença do indígena em nossa constituição étnica e cultural.

Para os euclidianos de Ponta Grossa, a cultura "é o conjunto dos elementos materiais e espirituais que caracterizam um determinado povo" e, em sentido geral, "é aquele que traduz a filosofia da vida de numerosos povos ligados por iguais tradições de valores morais, materiais, intelectuais ou religiosos."²⁷³

Ao discutir o conceito de cultura, se contrapõem às correntes materialistas, principalmente o marxismo, bem como aos modelos autoritários que suprimem as liberdades individuais.

Na abordagem sobre a questão cultural afirmam os seguintes pontos: a cultura brasileira é uma cultura plural pois resulta de diversas contribuições; algumas contribuições são mais significativas, como a do índio e a do português; as manifestações culturais mais genuínas do povo brasileiro são encontradas em nosso folclore; a cultura letrada no Brasil é herdeira da tradição ocidental; a erudição é um

²⁷²TAPEJARA, Ponta Grossa, n.7, junho de 1952.

²⁷³TAPEJARA, Ponta Grossa, n.9, janeiro de 1953.

valor autêntico para alguns segmentos da sociedade brasileira; a cultura pela cultura, é o sentido do trabalho realizado no CCEC; o mundo cultural se enriquece pelo intercâmbio; o patrimônio cultural se constrói na preservação dos elementos culturais.

Enfim, os integrantes do Centro defendem a existência de uma cultura brasileira resultante de múltiplas contribuições e que encontra na matriz indígena seu lastro de originalidade. Partilham a convicção de que a unidade na diversidade confere à cultura nacional seu traço de autenticidade.²⁷⁴

Esse texto, à primeira vista, parece anacrônico e deslocado da realidade dos anos 70, quando se publicou o último jornal. No entanto, o ideal conservador, quando se vê ameaçado, refugia-se no passado em busca de sustentação para seus valores, e as idéias adquirem plausibilidade à medida que são aceitas pela sociedade ou por determinados grupos.

O Tapejara era um jornal dirigido a um público definido, de instituições e centros culturais. Essas entidades constituíam uma rede solidária partilhando as mesmas representações. Algumas correspondências corroboram estas afirmações:

Agradeço a remessa de Tapejara n. 8 (...) um abatimento moral refletindo uma crise de caráter, parece esteriotipar as sociedades modernas, neste após-guerra em que todos os meios são lícitos, com tanto que levem ao fim. Há, todavia grupos de conservadores da velha guarda que ainda não se deixaram contaminar pela neurose do século. E serão eles os salvadores do futuro. Os modernistas, que se fizeram iconoclastas de um patrimônio de tradições honrosas, hão de passar, como passam os furacões. Mas, muita coisa ainda ficará de pé, como atestado de uma sublimidade expressa na língua, no gênio da raça e nos monumentos que soçobrarão à catástrofe.²⁷⁵

²⁷⁴Régis de Moraes corrobora com esse postulado ao considerar que houve um transplante cultural ibérico para o trópico e que tal fato ocorreu em circunstâncias específicas. Num primeiro momento houve uma "europeização por imposição" durante o período colonial, num segundo período um "europeísmo por conhecimento" após nossa independência, quando a intelectualidade abandona os cânones lusos e se volta sobretudo para a influência francesa. Num ponto, contudo, Régis de Moraes e os euclidianos divergem claramente, a importância da contribuição indígena: estes são árdios defensores da significação dessa influência; aquele afirma que esta praticamente inexistente. Entretanto, para ambos o Brasil é um país mestiço portador de uma cultura sincrética (MORAIS, 1989).

²⁷⁵Correspondência 09/12/1952. Rio de Janeiro para Faris A. S. Michaele. Acervo do CCEC.

O Tapejara, compreendido como texto coletivo do CCEC, expressava um imaginário vinculado a valores conservadores e tradicionais, como os princípios de ordem, harmonia étnica, política e axiológica.²⁷⁶ Tais valores estão presentes nos textos que constoem a história da cidade:

Nascida no sítio que pertencera ao Tenente José Antonio de Oliveira, com o nome de Rincão de Ponta Grossa, dessa grande área rural fora dada posse ao referido tenente pelo alferes Benedito Mariano Ribas, então juiz ordinário de Castro, por despacho de 23 de fevereiro de 1810. É o que consta do belo trabalho do senhor Pedro Novaes, digno e operoso prefeito de Castro, mandado editar em Ponta Grossa na profícua gestão do antigo prefeito Albari Guimarães... A chegada ao bairro do sargento-mor Miguel da Rocha Ferreira Carvalhaes ocorreu no ano de 1804, tendo contraído núpcias com Dona Maria Helena Ferreira, filha de José Ferreira Pinto, abastado fazendeiro, e irmã de Domingos Ferreira Pinto, também fazendeiro e mais conhecido como Mingote. Carvalhaes, seu cunhado Mingote, o alferes Benedito Mariano Ribas, o tenente José Antonio de Oliveira, Domingos Ferreira Lobo e alguns mais eram os maiores do bairro e tudo fizeram em benefício da sua prosperidade nos primeiros decênios do século XIX.²⁷⁷

A exaltação de algumas figuras ligadas ao passado da cidade fica evidente no texto, assim como o interesse em tornar a fundação da cidade um episódio poético:

Nada disso, porém, tornará menos sugestivo o quadro folclórico da revoada dos pombos nos céus do vilarejo nascente, os quais teriam pousado sobre os galhos fortes da figueira existente ao lado do histórico ranchão. É bem possível que o espírito católico dos nossos avoengos, aliado à fecundidade da imaginação, haja concebido e realizado um feito digno do pincel de José Daros ou Leonidas Justus.²⁷⁸

²⁷⁶A esse respeito, ver: ROMANO (1994).

²⁷⁷TAPEJARA, Ponta Grossa, n.7, junho de 1952.

²⁷⁸TAPEJARA, Ponta Grossa, n.7, junho de 1952.

Daily Luiz Wambier, em discurso comemorativo ao 129.º aniversário de Ponta Grossa, enaltece as raízes e tradições locais ao destacar o apego ao trabalho e os valores morais e espirituais da população:

A sua prosperidade não cresceu no clássico do dia para a noite das cidades do norte do estado. Ela foi edificada, ano após ano através do trabalho incansável e ininterrupto da sua gente operosa, diligente e dinâmica. A sua economia, por isso mesmo, repousa em bases sólidas. A contribuição pontagrossense, assim, tem sido das mais úteis à prosperidade estadual, de onde a situação de evidência em que se encontra.²⁷⁹

Este trecho desvela a crise que os Campos Gerais enfrentavam no jogo político estadual e, ao mesmo tempo, invoca o passado para legitimar a importância que o cronista confere à cidade.

Os textos analisados expressam valores, sentimentos, atitudes, princípios de três instituições e revelam os embates, latentes ou explícitos, entre as diferentes forças político-sociais da comunidade ponta-grossense. Permitem ainda que se acompanhe a permanência de alguns imaginários, como o anticomunista ou o da ordem, presentes em diversos segmentos sociais.

A Igreja defensora de valores e virtudes como a autoridade, a hierarquia, a moral católica, a justiça social e a caridade pretende que seus fiéis alcancem a condição de bons cristãos trilhando os caminhos da fé.

Os intelectuais lançando mão do domínio do saber elegem Euclides da Cunha como figura emblemática do civismo, do nacionalismo, da integração cultural.

Os integralistas mesclam os valores cristãos e patrióticos na defesa da família, da moralidade, da pátria, em diferentes formulações, a da AIB de viés explicitamente antidemocrático e a do PRP, que rompe com algumas características do passado.

²⁷⁹TAPEJARA, Ponta Grossa, n.8, setembro de 1952.

A dimensão urbana de Ponta Grossa possibilitava que, naquele período, essas três vozes atingissem todos os segmentos sociais. As mensagens chegavam nos diferentes espaços para atrair, convencer e estimular a defesa desses projetos. Projetos de amplitude universal como o da Igreja e de amplitude nacional como o Integralista e o euclidiano, inseriam-se no cotidiano da cidade.

Os valores e princípios difundidos por esses mediadores tiveram ecos nessa comunidade também pela eficácia das estratégias de divulgação. Argumentos de autoridade, tons pedagógicos, apelos ao envolvimento, discursos imagéticos invadem "mentes e corações" por rádios, jornais e panfletos, no púlpito, nos clubes, nas festas cívicas, nas salas de aula...

O uso de diferentes recursos e espaços na divulgação de uma mensagem de núcleo comum – a defesa da tradição, da moral cristã, da ordem social, do nacionalismo – possibilita diferentes construções discursivas, adequadas ao público a que se destinava. A ressonância dessa mensagem pode ser percebida na idéia-imagem que a população tem de sua cidade: ordeira, laboriosa, civilizada, hospitaleira, cívica. E se concretiza em certos momentos como as eleições presidenciais de 1955, com o chamado "voto verde".

CONSIDERAÇÕES FINAIS



FOTO BIANCHI. Acervo de Carmencita de Holleben Mello Ditzel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas insistimos no fato de que os imaginários sociais não funcionaram isoladamente, entrando sim, em relações diferenciadas e variáveis com outros tipos de imaginários e confundindo-se por vezes com eles e com a sua simbologia. Não esqueçamos que nos tempos modernos, os mitos políticos propriamente ditos, as ideologias e as utopias formam lugares privilegiados em que se constituem os discursos que veiculam os imaginários sociais...

A reflexão sobre o imaginário – real vivido e real pensado – descortina um vasto universo de possibilidades. Neste caso trata-se dos imaginários anticomunistas e da ordem nas expressões que assumem em grupos definidos, o partido, a Igreja, os intelectuais.

Esses imaginários permearam a história do Brasil em boa parte do século XX. De inspiração fascista, seu fortalecimento e sua disseminação são possibilitados por certas características identificadas na sociedade brasileira.

O nacionalismo nas suas diferentes manifestações (indianismo, caboclisto, modernismo etc.) integra esses imaginários, expressando a noção de pertencimento a um povo, a um país em construção. Esse processo de construção da nação brasileira permitiu a setores – de esquerda ou de direita – a adoção de bandeiras nacionalistas: a defesa do solo, das riquezas, do índio e o combate às influências culturais externas e à exploração econômica vivida pelo país.

Nos anos 30 o nacionalismo está presente nos projetos de Vargas, de Plínio Salgado e de Luiz Carlos Prestes, apesar das variações demarcadas nessas tendências. Nos anos 50 adquiriu novas cores com o nacional-desenvolvimentismo de Kubitschek.

O Integralismo mesmo com a insistente reafirmação de Plínio quanto ao seu "caráter" genuinamente nacional foi influenciado pelos movimentos fascistas na sua concepção doutrinária, na sua estrutura e organização, nos símbolos e rituais. E a

adoção dessa matriz foi possível porque a sociedade brasileira se, de um lado, aspirava a um processo de mudança, de outro, não desejava a ruptura com algumas de suas tradições.

Plínio soube diagnosticar esse sentimento, traduzi-lo na imagem de crise e elaborar alternativas de soluções que vinham ao encontro do anseio de amplos setores nacionais. Conjugando ordem e harmonia, propunha que empresários e trabalhadores, civis e militares, homens e mulheres, o litoral e o sertão se empenhassem na "salvação da pátria". Esse objetivo foi abraçado como missão inspirada nos ideais da cruzada cristã, missão militarizada, de franco combate aos inimigos.

Assim, o Integralismo se dirigia a grupos definidos e se apresentava como proposta completa que envolvia a vida privada, religiosa, profissional e política. O camisa-verde vivia imerso na doutrina que regulava toda sua conduta. A prática assistencialista reforçava os vínculos entre os integralistas e facilitava sua ação política pois permitia a construção de outros espaços de relação com a comunidade. Essas atividades envolviam a escolarização, a prevenção da mortalidade infantil, o combate ao desemprego, bem como outras mais prosaicas como a distribuição de roupas e alimentos, e conquistavam a simpatia de diferentes grupos para o movimento. A agressividade das milícias integralistas era abrandada por esses gestos solidários.

A expansão do movimento integralista em diferentes contextos demonstra a eficácia de suas estratégias de persuasão e a sua capacidade de sedução junto a grupos sociais particularizados (as mulheres, os jovens, os operários) e às massas (trabalhadores, classes médias). O sucesso desse apelo também pode ser atribuído à capacidade de adequar, "colorir" as idéias-força do movimento, de acordo com as circunstâncias e o destinatário. Plínio, em especial, reformulava suas sempre novas-velhas idéias.

A presença de tendências contraditórias no interior da AIB poderia ter provocado cisões ou rupturas definitivas no Movimento. Porém, o nacionalismo, o

espiritualismo, o combate ao liberalismo e ao comunismo, o carisma e a atitude conciliatória do chefe possibilitaram a convivência, apesar dessas diferenças, e garantiram a unidade até o momento da reorganização partidária.

Os imaginários sociais e os símbolos em que eles assentam fazem parte de sistemas complexos e compósitos, tais como, nomeadamente, os mitos, as religiões, as utopias e as ideologias...

A adesão ao Integralismo não é um ato "puramente" racional, possui um sentido mais profundo, que ultrapassa a análise de seu conteúdo programático e de suas práticas; é muito mais intuitiva e instintiva. Os integralistas utilizaram largamente a simbologia como recurso de conquista.

A eficiência dos símbolos está na sua imprecisão, pois lhe permite agregar elementos diferentes, conciliar o individual e o comunitário. O nacionalismo usa sua simbologia para mascarar a diferenciação procurando transformar "a realidade da diferença na aparência da similaridade". Isso cria sentimento de pertença, o sentido de grupo (GUIBERNAU, 1997).

Criados livremente, transmitidos pela tradição, os símbolos devem ser reinterpretados constantemente para não perder o sentido e manter a coesão do grupo ou da comunidade. São, portanto, imprescindíveis na construção de identidades dos grupos e das nações.

A afinidade com os princípios católicos e a defesa da família e do corporativismo facilitaram igualmente a aceitação da doutrina integralista em diversos setores da sociedade brasileira.

A família, formadora da personalidade do homem, guardiã dos valores morais, precisava se manter estruturada para cumprir seu papel. Dessa premissa decorre sua organização hierarquizada e o combate ao divórcio. A mulher devia cumprir sua função social, antes de tudo como mãe. A maternidade foi mitificada a partir da concepção cristã. No entanto, as mulheres estavam convocadas a participar das campanhas e outras atividades do movimento.

A sintonia com a Igreja está numa alternância singular entre a colaboração e a manutenção das diretrizes da Santa Sé permitindo uma clara aproximação entre os princípios de um e outro lado. Não é coincidência a impressão que opiniões e textos da hierarquia católica tivessem seus valores incorporados pelo Integralismo. Isso equivale dizer que, católicos e integralistas, não obstante a diferente gênese de seus princípios, partilharam de um fundo cultural e ético comuns.

Os estados do Sul do Brasil acolheram proposta integralista não só pelas razões explicitadas, mas também por abrigar grande número de imigrantes, principalmente alemães e italianos, que se identificavam com a matriz europeia do Movimento.

No Paraná o Integralismo teve ampla aceitação em Curitiba e nos Campos Gerais, região cuja formação sócio-histórica esteve vinculada ao poderio da elite campeira e da Igreja. E cuja base identitária está indissolivelmente ligada às práticas sociais originadas no processo de ocupação regional e na atividade tropeira.

...Todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no tempo. (BACZKO, 1985, p.313)

Nessa região, Ponta Grossa configurou-se como cidade-síntese. Ponto de convergência de caminhos, de atividades econômicas, de populações, a cidade abrigou os mais diferentes grupos que conviveram e disputaram espaço para transformá-la na "sua" cidade, na cidade de seu projeto.

Atas, jornais, cartas, discursos, crônicas foram preservados como testemunho de seu tempo em iniciativas organizadas pela esfera pública e, de forma espontânea, pelas instituições particulares e pelas famílias. Projetos e imaginários foram revelados nos textos produzidos pelos atores sociais envolvidos na disputa pelo capital simbólico. É assim que opiniões, impressões, sentimentos pessoais ou de grupos passam a fazer parte da história.

Esses projetos matizaram com as cores locais as propostas de âmbito estadual ou nacional. Nesse processo, grupos definidos, como as associações religiosas,

culturais e políticas, contribuíram para a construção de diversos imaginários sobre a cidade, que deles se apropriava e os reproduzia. Na dinâmica desse processo, distinguiram-se a Igreja Católica e o Centro Cultural Euclides da Cunha.

Os efeitos da mediação dos intelectuais do CCEC e do bispo diocesano podem ser percebidos nas imagens construídas sobre a cidade, nas práticas sociais e nas opções políticas. A longa permanência da elite campeira no poder, o apoio aos representantes do poder central, o combate às idéias libertárias evidenciam uma tendência sociopolítica conservadora. Tanto é assim que, em 1935, Ponta Grossa elege quatro vereadores integralistas, ou seja, cinquenta por cento da bancada; em 1947, elege um vereador do PRP e em 1955 vota expressivamente em Plínio Salgado.

Na cidade, lugar de convivência, projetos, intenções e imaginários participam do jogo das forças sociais. Uns conquistam espaço e reconhecimento mais geral, outros permanecem restritos a determinados grupos, outros são reformulados ou abandonados. Por mais que um projeto se imponha à cidade, ele nunca é único, nem definitivo. A cidade sempre está aberta a outras experiências.

REFERÊNCIAS

- ABREU, R. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n.14, 1994.
- ALVES, P. Experiências de investigação: pressupostos e estratégias do historiador no trabalho com as fontes. In: **Fontes Históricas: abordagem e métodos**. Assis: Unesp, 1996.
- ARAÚJO, J. C. S. **Igreja católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.
- ARAÚJO, L. F. de. O Espírito Santo na ditadura Vargas: educação e autoritarismo. **Dimensões**. Revista da História da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.13, 2001.
- ARAÚJO, R. B. de. **Totalitarismo e revolução: o integralismo de Plínio Salgado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ARAÚJO, S.; CARDOSO, A. **Jornalismo e militância operária**. Curitiba: UEPF, 1992.
- ATAÍDE, T. **Indicações políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- AYRES, R. M. **Síntese cultural do Paraná**. Guiratinga, s/d (mimeo).
- AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. Brasília: EdUnB, 1963.
- AZEVEDO, T. de. **O catolicismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Governo do Brasil. Ministério da Educação e Cultura, 1995.
- AZZI, R. **A neocristandade: um projeto restaurador**. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, R. **O Estado leigo e o projeto ultramontano**. São Paulo: Paulus, 1994.
- AZZI, R. et. al. A teologia no Brasil. Considerações históricas. In: **História da teologia na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BACHELARD, G. **O direito de sonhar**. São Paulo: Difel, 1985.
- BACZKO, B. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BACZKO, B. **Les imaginaires sociaux: mémoire et espoirs collectifs**. Paris: Payot, 1984.
- BALHANA, A. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- BALHANA, A. P. et al. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.
- BALHANA, A. P. et al. **História do Paraná I**. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

- BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- BARROS, A. A formação do pessedismo e do udenismo no ciclo da reconstituição do pós-guerra. In: BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- BASTOS, E. R.; RIDENTI, M; ROLAND, D. (Org.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEIGUELMAN, P. O processo político partidário brasileiro de 1945 ao plebiscito. In: MOTA, C. G. (Org.). **Brasil em perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- BEOZZO, J. O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a redemocratização. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEI, 1984. v.4.
- BEOZZO, J. O. (Org.). História da Igreja Católica no Brasil. In: **Curso de verão**. São Paulo: Paulinas, Ano III, 1989.
- BERGER, P. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- BERTONHA, J. F. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descendentes de italianos no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH, n.40, 2001.
- BERTONHA, J. F. **O fascismo e os imigrantes italianos no Brasil**. Porto Alegre: EdPUCRS, 2001.
- BIGG-WITHER, T. P. **Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos 1872-1875**. Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: UFPR, 1974.
- BINGEMER, M. C. L. **O impacto da modernidade sobre a religião**. São Paulo: Loyola, 1992.
- BOIA, L. **Pour une histoire de l'imaginaire**. Paris: Les Belles Lettres, 1998.
- BOSI, A. Cultura brasileira. In: MENDES, D. T. (Org.). **Filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- BOURDIEU, P. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, J. et. al. **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- BOURDIEU, P. La ilusion biográfica. In: **Historia y fuente oral**. Barcelona, 1989. v.2.

- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.
- BRANDALISE, C. Camisas-verdes: o integralismo no sul do Brasil. **ACERVO**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.10, n.2, jul./dez. 1997.
- BRANDÃO, C. R. Crença e identidade, campo religioso e mudança cultural. In: SANCHIS, P. **Catolicismo: unidade religiosa e pluralismo cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.
- BRESCIANI, M. S. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- BRITO, A. J. de. **Para a compreensão do pensamento contra-revolucionário**: Alfredo Pimenta, Antônio Sardinha, Charles Maurras, Salazar. Lisboa: Hagio Editores, 1996.
- BRUNEAU, T. C. **Catolismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola 1974.
- CALIL, G. **A nova face do verde**: o integralismo no pós-guerra. (A formação do Partido de Representação Popular). Porto Alegre, 1998. Dissertação (Mestrado) - PUC.
- CALIL, G. **O integralismo no pós-guerra**: a formação do PRP - 1945-1950. Ponto Alegre: EdPUC, 2001.
- CÂMARA, H. O integralismo e a educação. **Enciclopédia do Integralismo**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, s.d. v.9.
- CAMARGO, P. F. da S. **História eclesiástica do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1955.
- CAMPOS, F. **Educação e cultura**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- CAMURÇA, M. A. Imaginário, símbolos e rituais nos movimentos e organizações comunistas: por uma antropologia interpretativa da esquerda. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, p.29-57, 1998.
- CANABARRO, I. dos S. **Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta**: o caso do integralismo em Ijuí. 1994. Dissertação (Mestrado) - UFRGS.
- CANÇADO, A. Chiquita. **Jornal de História**, Ponta Grossa, Dep. História, UEPG, 1999.
- CÂNDIDO, A. Uma palavra instável. **Folha de São Paulo**, 27 de agosto de 1995.
- CÂNDIDO, A. (Org.). A vida ao rés-do-chão. In: **A crônica**. Setor de Filologia FCRB. Campinas: Unicamp, 1992.
- CAPELATO, M. H. R. Propaganda política e construção da identidade nacional coletiva. *Revista Brasileira de História*: ANPUH, **Contexto**, v.16, n.31-32, 1996.
- CAPELATO, M.H. R. **Multidões em cena**: a propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, P. A. de. **Nação e nacionalismo**: mitemas do integralismo lusitano. Coimbra, 1993. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea de Portugal) - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CASALI, A. **Elite intelectual e restauração da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro: DPYA, 1999. v.5.

CASTORIADIS, C. Lês imaginaires sociaux, mémoires et espoirs collectifs. Paris: Payot, 1986. In: SWAIN, T. N. **Identities nômades**: desafio para o feminismo. Disponível em: <<http://www.desafuimyfa.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2003.

CATANI, A. M. A Sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, n.78, 2002.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CEHILA. **Para uma história da Igreja na América Latina - Marcos teóricos (o debate metológico)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CERTEAU, M. de. **A cultura no plural**. Campinas: Papyrus, 1995.

CERTEAU, M. de; GIARD, L. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: EdUnB, 1985.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Gondim e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, n.5, jan./abr. 1991.

CHARTIER, R. Textos, símbolos e o espírito francês. **História: Questões e Debates**, Curitiba: APAH, v.13, n.24, 1996.

CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHAUÍ, M.; FRANCO, M. S. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CECC, 1978.

CHAVES, N. B. **A cidade civilizada**: discursos e representações sociais no jornal Diário dos Campos na década de 1930. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

CHAVES, N. B. **Botequim do Pereira**. Relatório de Pesquisa. UEPG, 2002.

CHRISTOFOLETTI, R. A face intelectualizada do "Novo Verde": a enciclopédia do integralismo como suporte de auto-afirmação democrática. **Dimensões**. Revista da História da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.13, 2001.

COELHO, S. J. C. **Passeio à minha terra**. Rio de Janeiro: Cosmos, 1968. (fac-simile; original: 1860).

CORREIA, D. Francisco de Aquino. **Cartas Pastorais**, 1922-1934.

COSTA, O. R. G. **Ação empresarial do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Grafipar, 1981.

CRUZ, M. B. da. **O Estado Novo e a Igreja Católica**. Lisboa: Bizâncio, 1998.

DELLA CAVA, R. Igreja e Estado no Brasil do século XX. Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro 1916/1964. **Estudos CEBRAP**, n.12, abr./jun. 1975.

DELLA CAVA, R. **Milagre em Joazeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DIAS, R. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: UNESP, 1996.

DICIONÁRIO HISTÓRICO DO PARANÁ. Curitiba: Chaim. Banco do Estado do Paraná, 1991.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Cinqüentenário (1926-1976)**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

DITZEL, C. de H. M. **O arraial e o fogo da cultura**: os euclidianos pontagrossenses. Ponta Grossa, 1998. Dissertação (Mestrado) - UEPG.

DITZEL, C. de H. M.; LAMB, R. E. **Jornal de História**, Ponta Grossa, Departamento de História/UEPG, Ano 3, n.10, set./out. 1998.

DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. (Org.). **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

DOMINGUES, H. M. B. Os Intelectuais e o poder na construção da memória nacional. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

DOREA, A. G. R. **Plínio Salgado, um apóstolo brasileiro em terras de Portugal e Espanha**. São Paulo: GRD, 1999.

DOREA, G. R. **Anais do centenário e da segunda semana Plínio Salgado**. São Paulo: GRD, 1996.

DOUCHET, C. **La ville siècle**. Romantisme. Paris: CDU-SEDES, 1994. (tradução mimeo)

DUTRA, E. F. **O ardil totalitário**: imaginário político no Brasil dos anos 30. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: EdUFRJ/EdUFMG, 1997.

ECO, U. Símbolo. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1994. v.31.

EPSTEIN, I. **Os signos**. São Paulo: Ática, 2002.

ESPIG, M. J. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações técnicas. **Anos 90**, Porto Alegre: UFRGS, n.10, 1998.

ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

FABRIS, A. Ícones de brasilidade. *Jornal de Resenhas*. **Folha de S. Paulo**, 9 agosto 1997.

FALCÃO, J. A. Política, cultura e democracia: a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. In: MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

FALCON, F. J.C. História e representação In: CARDOSO, C.F.; MALERVA, J. (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 1989. v.2.

FARIA FILHO, L. M. de. Educação do povo e autoritarismo das elites: instrução pública e cultura política no século XX. **Dimensões**. *Revista da História da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais*, n.13, 2001.

FAUSTO, B. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1985. T.3, v.2.

FELICE, R de. **Explicar o fascismo**. Lisboa: Edições 70, 1976.

FERNANDES, G. A religião nas constituições republicanas no Brasil. **Revista Eclesiástica Brasileira**, VIII, dez. 1948.

FERRARA, L. A. A construção do Império. In: BRESCIANI, M. S. (Org.). **Palavras da cidade**. Porto Alegre, Ed. Universidade, 2001.

FERREIRA, A. C. História e Literatura: fronteiras móveis e desafios disciplinares. **Pós-História**, Assis: UNESP, v.4, 1996.

FLORENZANO, V. M. Poesia ponta-grossense: um itinerário (tradição e ruptura - 1900 - 1960). In: DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

FOOT HARDMAN, F.; LEONARDI, V. **História da indústria e do trabalho no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

- FRAGOSO, J. L.; SILVA, F. C. T. da. A política do império e início da república velha: dos barões aos coronéis. In: LINHARES, M. Y. (Org.) **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- FREITAS, M. C. de (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- GAIGER, L. I. A práxis coletiva dos sem-terra: rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural? **Caderno de Sociologia**, Porto Alegre, n.6, p.177-203, 1994.
- GERTZ, R. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- GOMES, A. M. de C. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.
- GOULART, J. A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- GUARESCHI, P. A. (Org.). **Textos em representações sociais**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GUIBERNAU, M. **Nacionalismos: o Estado Nacional e o nacionalismo do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- HENRIQUES, D. A. M. **A volta do homem para Deus: carta pastoral**. Paraíba: A Imprensa, 1923.
- HOLZMANN, E. **Cinco histórias convergentes**. Curitiba: Requião, 1966.
- HORTA, J. S. B. **O hino, o sermão e a ordem do dia - regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.
- HOUAISS, A. **Educação e cultura**. Coletânea CBE. Campinas: Papyrus, 1992.
- HUNSCHE, C. H. **O integralismo brasileiro**. Berlim, 1937. Tese (Doutoramento) - Universidade de Friederich Wilhelm. (Obras de Miguel Reale)
- IANNI, O. **A idéia do Brasil moderno**. São Paulo: Ática, 1992.
- IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- IGLESIAS, F. **História e ideologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- INDURSKY, F. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, E. P. **A leitura e os leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p.189-200.
- IRSCHLINGER, F. A. **Perigo verde: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938)**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- ISAIA, A. C. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDPUCRS, 1998.
- JACOBY, R. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: EDUSP, 1990.

- JAPIASSU, H. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- JOHANSEN, Elizabeth. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a Escola Sagrada Família (1933-1945)**. Curitiba, 2003. Dissertação (Mestrado) - UEPF.
- JUNG, C. G. **O homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1964.
- KIENTZ, A. **Comunicação de massa: análise de conteúdo**. Tradução de: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. (Coleção Médiun)
- KONDER, L. O estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.22. 1987.
- KRISCHKE, P. J. **A Igreja e as crises políticas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- KUBITSCHKE, J. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch Editores, s.d.
- LADEIRA, H. O. **Um estudo sobre a imigração holandesa nos Campos Gerais**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1976.
- LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, n.78, 2002.
- LAMB, R. E. **Uma jornada civilizadora: Imigração, conflito social e segurança pública na Província do Paraná - 1867 a 1882**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.
- LAMOUNIER, B. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, B. (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, São Paulo; DIFEL, 1985. t.3, v.2.
- LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LAPIERRE, L. (Coord.). **Imaginário e liderança: na sociedade, no governo, nas empresas e na mídia**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense**. Curitiba: Grafipar, 1981.
- LAVALLE, A. M. **Análise quantitativa das tropas passadas no Registro do Rio Negro (1830-1854)**. Curitiba, 1974. Tese de Livre-Docência (História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- LAVALLE, A. M. **Germânia – Guaira: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.
- LE GOFF, J. Documento monumento. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. v.1.
- LEANDRO, José Augusto. **Gentes do Grande Mar Redondo: riqueza e pobreza na comarca de Paranaguá - 1850-1888**. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, UFSC.

- LEENHARDT, J. Teoria da comunicação e teoria da recepção. **Anos 90**, Porto Alegre, n.8, 1998.
- LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**: história de uma ideologia. São Paulo: Livraria Pioneira, 1969.
- LENHARO, A. **Sacralização da política**. Campinas: Papirus, 1986.
- LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- LINHARES, T. **História da economia do mate**. Rio de Janeiro: J. Olímpio. 1969.
- LONDONÕ, F. T. (Org.). **Paróquia e comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.
- LOPES PEREIRA, L. F. Paranismo, cultura e imaginário no Paraná dos anos 20. In: **Anais...**, ANPUH-PR, 1996.
- LOPES, J. V. **Origens do povoamento de Ponta Grossa**. Cidade Clima. Curitiba, 2000.
- LUSTOSA, O. de F. **A presença da Igreja no Brasil**. São Paulo: Giro, 1977.
- MACHADO, B. P. Esboço de uma sinopse de uma história regional do Paraná. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v.8, n.14-15, jul./dez. 1987.
- MACHADO, B. P. **Sinopse da história regional do Paraná**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1951.
- MAGALHÃES FILHO, F. Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v.28, jan./fev. 1972.
- MAINWARINE, S. **Igreja católica e política no Brasil (1910-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MALATIAN, T. A circularidade do discurso: perspectivas metodológicas da história oral. In: **Fontes históricas**: abordagens e métodos. Assis: UNESP, 1996.
- MALATIAN, T. M. Nostalgia do antigo regime: a República em crise e a solução restauradora. **História**, São Paulo, número especial, 1989.
- MANIFESTO Integralista, 07 de outubro de 1932. In: CHACON, V. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: EDUNB, 1985.
- MARCHI, E. Uma Igreja no Estado livre: o discurso da hierarquia católica sobre a República. **História: questões e debates**, Curitiba: EdUFPR, n.28, 1989.
- MARTINS, W. **Um Brasil diferente**: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.
- MATOS, M. I. S. de. **Cotidiano e cultura**: história, cidade e trabalho. Bauru (SP): EDUSC, 2002.

- MAYOL, P.; CERTEAU, M.; GIARD, L. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. v.2.
- MEDINA, J. O papa entre Antígona e Creonte: Pio XI e a condenação do nazismo. **Clio** - Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.
- MEIER, C. Sobre o conceito de identidade nacional. **História: questões e debates**, Curitiba: Vicentina, Ano 10 n.18-19, 1989.
- MELO, M. S. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: <internet <http://www.uepg.br/dicion>>.
- MENDONÇA, S. R. A consolidação da república pligárquica. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- MICELI, P. **História, histórias: o jogo dos jogos**. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UNICAMP, 1996. (Coleção Trajetória 4)
- MICELI, S. **A elite eclesiástica brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.
- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil 1930-1964. **RBCS**, n.5, v.2, out. 1987.
- MICELI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
- MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil**. São Paulo: Difel, 1979.
- MICHAELE, F. A. S. Discurso de sua posse na Academia Paranaense de Letras. **Minerva**, Ponta Grossa, 1968.
- MONTEIRO LOBATO, J. B. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1955.
- MONTEIRO, H. de M. O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, M. Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.
- MONTENEGRO, J. A. de S. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1972.
- MORAIS, R. de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.
- MORAIS, R. de. **História e pensamento na educação brasileira**. Campinas: Papyrus, 1985.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1980.
- MOTTIM, B. M. L. **Estrutura fundiária do Paraná tradicional**. Castro: 1850-1900. Curitiba, 1987. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná.
- MOUTINHO, L. C. **Transformações urbanísticas e representação imagética da Praça Barão do Rio Branco**. Ponta Grossa, 2001. Monografia de Especialização - UEPG.
- NAXARA, M. R. C. A construção da identidade: um momento privilegiado. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.12 n.23-24, set. 1991, ago. 1992.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, n.78, 2002.

NOVAES, P. **A fundação de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 1943.

OLIVEIRA, L. L. As raízes da ordem: os intelectuais, a cultura e o estado. In: **A Revolução de 30**: Seminário Internacional. Rio de Janeiro: UNB, 1990.

OLIVEIRA, P. R. de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v.36, fasc. 141, mar. 1976.

OLIVEIRA, P. R. de. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, R. C. de. **O silêncio dos vencedores**: geneologia, classe dominante e Estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAIM, A. Liberalismo, autoritarismo e conservadorismo na República Velha. In: BARRETO, V; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. São Paulo: EdUSP, 1989.

PATLAGEAN, E. A história do imaginário. In: LE GOFF, J. **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PAZ, F. M. **As artimanhas da política**. Curitiba: Prephacio, 1990.

PAZ, F. M. História e cotidiano: a sociedade paranaense do século XIX na perspectiva dos viajantes. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v.8, n.14-15, p.3-44, jul./dez., 1987.

PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PEREIRA, M. R. M. **Semeando iras rumo ao progresso**: ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889). Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

PERRONE-MOISÉS, C. **A autonomia no pensamento de Cornelius Castoriadis**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br>>. Acesso em: 20 de setembro de 2003.

PESAVENTO, S. J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo. v.15, n.29, 1995.

PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PILOTTO, V. **Ideais de ontem, da cidade sempre jovem**. Folheto.

PINHEIRO, P. S. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, B. (org.) **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1978. t. 3, v.2.

PINTO, A. C. et al. **O fascismo em Portugal**: actas do colóquio da faculdade de letras. Lisboa: A Regra do Jogo, 1982.

PINTO, E. A. **Vila de Castro**: população e domicílios (1801-1830). Curitiba, 1992. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. **Ponta Grossa**: um século de vida (1823-1923). Ponta Grossa: Kugler, 1983.

PIO XI. **Carta encíclica**, 1929.

REALE, M. **Memórias**. São Paulo: Saraiva, 1987. v.1.

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA, Curitiba: UFPR, n.6 e 7, 1996.

REVISTA DE SOCIOLOGIA POLÍTICA, Curitiba: UFPR, n.9, 1997.

RIBEIRO, L. C. **O autoritarismo no imaginário político paranaense (1930-1945)**: história e cidadania. São Paulo: ANPUH, 1998.

RITTER, M. L. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: IHGEP, 1980.

RODERJAN, R. V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil Meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: IHGEP, 1992.

RODRIGO, L. M. **O nacionalismo no pensamento filosófico**. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, A. M. M. **A Igreja na República**. Brasília: EdUnB, 1981.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ROMANO, R. **Brasil**: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

ROMANO, R. **Conservadorismo romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: UNESP, 1997.

ROMANO, R. O pensamento conservador. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, UFPR, n.3, 1994.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. **Revista Brasileira de História. Historiografia**: propostas e práticas. Órgão da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH/Contexto, v.15, 1995.

SACCHELLI, M. J. Homens probos, homens bons. a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. H. M.; SAHR, C. L. L. **Espaço e cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2001.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem à Curitiba e Província de Santa Catarina**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed.USP, 1978.

SALGADO, P. **A mulher no século XX**. Porto: Livraria Tavares Martins, 1947.

SALGADO, P. **A quarta humanidade**. 5.ed. São Paulo: GRD, 1995.

SALGADO, P. Doutrina e programa. **Idade Nova**, 21 de julho de 1949.

SALGADO, P. **Livro verde da minha campanha**. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1956.

SALGADO, P. **Madrugada do espírito**. Lisboa: Prodomo, 1946.

SALGADO, P. **O conceito cristão de democracia**. São Paulo: Guanumby, s.d.

SALGADO, P. **O integralismo brasileiro perante a nação**. Lisboa: Oficina Gráfica Limitada, 1946.

SALGADO, P. O integralismo e o partido de representação popular. **Idade Nova**, 27 de outubro de 1946.

SALGADO, P. Palavra nova dos tempos novos. In: **Obras Completas**, São Paulo: Editora das Américas, 1935. v.7.

SALGADO, P. Resposta ao senador Vilas Boas. **Idade Nova**, 20 de maio de 1948.

SALGADO, P. Saberei sustentar a cruz de Cristo e a bandeira da pátria: a posição do fundador do Integralismo face aos grandes problemas nacionais. **Boletim do PRP**, 07 de outubro de 1946.

SALLES, F. T. Dependência ou independência na literatura brasileira. **Encontros com a Civilização Brasileira**, São Paulo: Livraria Duas Cidades, v.16, 1979.

SAMUEL, R. História local e história oral. **Revista Brasileira de História (1990)**, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, set. 1989, fev. 1990.

SANCHIS, P. **Catolicismo**: modernidade e tradição. São Paulo: Loyola, 1992.

SANCHIS, P. **Catolismo**: unidade religiosa e pluralismo cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

- SANTANA, N. O Estado Novo e a repressão ao nazismo no Brasil. **Dimensões**. Revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, n.13, 2001.
- SANTO ROSÁRIO, Ir. M. R. do. **O Cardeal Leme**. Rio de Janeiro, 1962.
- SANTOS, L. C. **Anita Philipowski: a princesa dos campos**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2002.
- SCHWARCZ, L. M. **Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, C. da C. e. **Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia**. Salvador: EdUFBA, 2000.
- SILVA, C. L. **Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros (1931-1934)**. Porto Alegre: EdPUC, 2000.
- SILVA, E. A. Energia elétrica em Ponta Grossa. In: **Espaço e Cultura**. Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p.91.
- SILVA, E. A. et al. **O povo faz a história**. Pesquisa DEHIS/UEPG, 1994.
- SILVA, E. A. **Identidades franciscanas no Brasil: a Província da Imaculada Conceição - entre a Restauração e o Vaticano II**. Rio de Janeiro, 2000. Tese (Doutorado) - UFF. v.1 e 2.
- SILVA, F. C. T. et al. **Dicionário crítico do pensamento da direita: idéias, instituições e personagens**. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad, 2000.
- SILVA, J. F. da. **A verdade sobre o integralismo**. São Paulo: GRD, 1996.
- SILVEIRA, R. **A fundação de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: CCEC, s.d. (folheto)
- SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930 a 1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- SODRÉ, N. W. **Síntese de história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira/DIFEL, 1994.
- SOUZA, F. M. de. O integralismo. In: BARRETO, V.; PAIM, A. **Evolução do pensamento político brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1989.
- SOUZA, J. J. V. Os círculos operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica. **Revista de História/Universidade Federal do Espírito Santo**, Centro de Estudos Gerais, Departamento de História. Vitória: EdUFES, n.7. 1998.
- STAROBINSKI, J. A literatura. In: LE GOFF, J.; NORA, P. **Histórias: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.
- STERNHELL, Z. et al. (Dir.). **Nascimento da ideologia fascista**. Coimbra: Bertrand, 1989.

SZESZ, C. M. O conceito de região: discursos e representações do Paraná. In: **Anais...**, ANPUH-PR, 1996.

SZVARÇA, D.; CIDADE, M. L. 1955: o voto verde em Curitiba. In: **História Questões & Debates**, Curitiba: Gráfica Vicentina, 1989.

TASCA, A. **Nascita e advento del fascismo**. Bari: 1971. (tradução mimeo)

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TENGARRINHA, J. (Org.). **História de Portugal**. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2000.

TEVES, N. Imaginário social, identidade e memória. In: FERREIRA, L. M. A. e ORRICO, E. G. D. (Org.). **Linguagem, identidade e memória social**. Rio de Janeiro: DPSA, 2002.

TONINI, V. **Uma relação de amor e ódio**: o caso de Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF, 2003.

TRINDADE, H. A ideologia integralista nos anos 30: problemas metodológicos e históricos. In: **A Revolução de 30**: Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: EdUnB, 1983 (Coleção Temas Brasileiros, 54).

TRINDADE, H. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VARGAS, G. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, G. A repulsa do país pelo atentado de 11 de maio. Discurso em agradecimento à manifestação popular de 13 de maio de 1938. In: **A nova política do Brasil**, 1938.

VARGAS, G. **Cinco anos de unidade e ação**. Rio de Janeiro, 1942.

VARGAS, G. O plano rodoviário do governo. In: **A nova idade**, s.d.

VARGAS, G. Saudação ao cardeal Pacelli. In: **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

VASCONCELLOS, M. D. Pierre Bourdieu: a herança sociológica. **Educação e Sociedade**, Campinas: CEDES, n.78, 2002.

VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

VENANCIO FILHO, A. **Francisco Venâncio Filho e o movimento euclidianista**. Rio de Janeiro: Edição do autor, 1989.

VENTURA, R. E. da C.; República. **Estudos Avançados**, São Paulo: USP, v.10, n.16, 1996.

- VIEIRA, G. P. Cidade universitária. In: **Minerva**: anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa. Ponta Grossa: FFCL, 1967.
- VILHENA, L. R. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das ciências sociais nos anos 50. **RBCS**, n.32, ano 11, out. 1996.
- VILLAÇA, A. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- VÍTOR, N. **Terra do futuro** (Impressões sobre o Paraná). Curitiba: Prefeitura Municipal, 1996.
- VOVELLE, M. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- WACHOVICZ, R. C. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1972.
- WANKE, E. T. **O vôo da pombinha**. Ponta Grossa, 1964. (folheto)
- WESTPHALEN, C. Dicionário Histórico-Geográfico dos Campos Gerais. Curitiba: Livraria do Chaim, 1991.
- ZAN, S. Introdução. In: **Perfis da cidade**: crônicas de Vieira Filho. Ponta Grossa: Centro de Publicações UEPG, 1993.
- ZEEV, S. (Org.). **Nascimento da ideologia facista**. Paris: Berthand, 1995.
- ZULIAN, R. W. **Catolicismo e educação em Ponta Grossa (1889-1930)**. Ponta Grossa, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - UEPG.

FONTES

Periódicos

- Jornal Diário dos Campos
Arquivos: Casa da Memória - PMPG (Ponta Grossa) e Museu Campos Gerais - UEPG (Ponta Grossa)
Levantamento realizado: 1932 - 1938; 1946 - 1947; 1954 - 1955.

- Castro Jornal
Arquivo: Gráfica Kugler - Castro
Levantamento realizado: 1937 - 1938; 1946

- O Legionário
Arquivo: Gráfica Kugler - Castro
Levantamento realizado: 1937

- O Tapejara
Arquivo: Laboratório de Pesquisa - Dehis/UEPG
Levantamento realizado: 1950 - 1976

- Novidades
Arquivo: Biblioteca Municipal de Coimbra
Levantamento realizado: 1939; 1944 - 1947

- A Nação
Arquivo: Biblioteca Municipal de Coimbra
Levantamento realizado: 1946 - 1947

- Diário de Notícias
Arquivo: Biblioteca Municipal de Coimbra
Levantamento: 1936 - 1939

- Primeiro de Janeiro
Arquivo: Biblioteca Municipal de Coimbra
Levantamento: 1944

- Estudos (Revista do Centro Acadêmico da Democracia Cristã de Coimbra)
Arquivo: Biblioteca Municipal de Coimbra
Levantamento realizado: 1939 - 1946

Cartas Pastorais

- Reino de Cristo. D. Antonio Mazzarotto (1930)
- Doutrina Cristã. D. Antonio Mazzarotto (1931)
- Magia Espiritica. D. Antonio Mazzarotto (1932)
- Arca da Salvação. D. Antonio Mazzarotto (1933)
- O Matrimônio Cristão. D. Antonio Mazzarotto (1934)
- Tríplice Horrenda Escravidão. D. Antonio Mazzarotto (1935)
- A respiração da Alma. D. Antonio Mazzarotto (1936)
- Os Canais da Graça. D. Antonio Mazzarotto (1937)
- Vida Essencialmente Ativa. D. Antonio Mazzarotto (1938)
- Membros do Corpo Místico. D. Antonio Mazzarotto (1939)
- Operários da Vinha. D. Antonio Mazzarotto (1940)
- Males Gravíssimos. D. Antonio Mazzarotto (1941)
- O Vizinho, a Vítmia, o Alimento. D. Antonio Mazzarotto (1942)
- Remédio Eficaz. D. Antonio Mazzarotto (1943)
- Morrer para Viver. D. Antonio Mazzarotto (1944)
- Manancial de Graças. D. Antonio Mazzarotto (1945)
- O Aqueduto. D. Antonio Mazzarotto (1946)
- Tribunal de Misericórdia. D. Antonio Mazzarotto (1947)
- O Supérfluo aos Pobres. D. Antonio Mazzarotto (1948)
- Lugar de Expição. D. Antonio Mazzarotto (1949)
- A Geena do Fogo. D. Antonio Mazzarotto (1950)
- Perseguições Vantajosas. D. Antonio Mazzarotto (1951)
- A Nossa Pátria. D. Antonio Mazzarotto (1952)
- Admirabile Sertum. D. Antonio Mazzarotto (1953)
- Almae Familiae Praeses. D. Antonio Mazzarotto (1954)
- Deo Gratias. D. Antonio Mazzarotto (1955)
- Nobilissima Missão, Dever Gravíssimo. D. Antonio Mazzarotto (1956)
- A Nossa Pátria. D. Antonio Mazzarotto (1957)
- Defesa e Conquista. D. Antonio Mazzarotto (1958)
- Vida da Alma. D. Antonio Mazzarotto (1959)
- A Grande Viagem. D. Antonio Mazzarotto (1960)
- Solene Assembléia. D. Antonio Mazzarotto (1961)
- Milícia Celeste. D. Antonio Mazzarotto (1962)

- Preparação e Fruto. D. Antonio Mazzarotto (1963)
- Parecenças com o Divino Modelo. D. Antonio Mazzarotto (1964)
- Obras da Palavra e do Silêncio. D. Antonio Mazzarotto (1965)

Documentação Oficial

- Livros de Atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa
Arquivo: Câmara Municipal de Ponta Grossa
Levantamento realizado: 1937; 1947-1949; 1950-1955
- Acervo do DOPS/PR
Arquivo: Arquivo Público do Paraná
Levantamento realizado: pastas temáticas (cidades, partidos, delegacias) da região dos Campos Gerais e individuais (integralistas ponta-grossenses)
- Acervo Salazar
Arquivo: Torre do Tombo - Lisboa
Período: 1939-1946
- Acervo PIDE - GDS
Arquivo: Torre do Tombo - Lisboa
Período: 1939-1946
- Acervo Relações Diplomáticas Brasil - Portugal
Arquivo: Ministério dos Negócios Estrangeiros - Lisboa
Período: 1939-1946

Documentação Institucional e Particular

- Acervo do Centro Cultural Euclides da Cunha
Arquivo: Laboratório de Pesquisa - Dehis/UEPG
Período: 1948-1985
- Biblioteca de Faris Antonio Salomão Michaelle
Arquivo: Laboratório de Pesquisa - Dehis/UEPG
Período: 1940-1976

- Acervo de Lourival Santos Lima
Arquivo: Laboratório de Pesquisa - Dehis/UEPG
Período: 1930-1980

- Acervo de Cândido Melo Neto (AIB - Ponta Grossa)
Arquivo: Museu Campos Gerais - UEPG
Período: 1932-1955

- Documentação da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa
Arquivo: Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa
Período: 1922-1960

- Documentação do Centro Operário Beneficiente
Arquivo: Casa da Memória - Ponta Grossa
Período: 1917-2000

- Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular - Porto Alegre/RS
Arquivo: Núcleo de Estudos Integralistas - PUC/RS
Período: 1932-1946

- Acervo fotográfico particular de Carmencita de Holleben Mello Ditzel

Entrevistas

Entrevistas no Brasil

- Gumercindo Rocha Dorea - São Paulo, 2000.
- Euro Brandão - Curitiba, 2000.

Entrevistas no exterior

- Ruy Pereira e Alvim - Lisboa, 2000.
- Miguel Castelo Branco - Lisboa, 2000.
- João Bigotte Chorão - Lisboa, 2000.
- Heloisa Paulo - Coimbra, 2000.
- Antonio José de Brito - Porto, 2000.

ANEXO 1 - MAPAS

1

2

3

4

5

ANEXO 2 - ESTATÍSTICAS - IBGE

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.1 - COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS - 1945/55

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES											
	Federal (2-XII-1945)		Estadual (19-I-1947)		Municipal (1947/48) ⁽¹⁾		Federal, Estadual e Municipal (3-X-1950)		Federal, Estadual e Municipal (3-X-1954)		Federal e Estadual (3-X-1955)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Rondônia	2 114	72,85	-	-	-	-	3 814	73,62	7 244	64,21	5 781	82,64
Acre	5 522	80,09	-	-	-	-	9 264	75,42	12 678	68,83	9 034	52,27
Amazonas	23 966	75,02	24 828	66,23	22 943	55,08	47 964	63,64	68 502	56,35	51 880	44,32
Rio Branco	504	74,89	-	-	-	-	2 684	76,60	3 413	47,43	2 717	47,88
Pará	123 474	77,46	123 790	69,70	121 671	61,77	194 987	70,22	188 721	54,03	197 266	52,87
Amapá	2 720	80,83	-	-	-	-	5 169	76,73	4 248	42,56	5 016	54,35
Maranhão	75 497	69,20	81 444	62,47	79 771	53,08	158 690	60,50	201 497	49,92	158 842	37,29
Piauí	113 831	85,94	111 404	79,60	119 146	71,51	166 303	75,57	189 119	64,64	134 558	44,20
Ceará	291 739	78,94	280 527	73,16	301 668	66,00	475 464	69,57	553 966	81,05	383 052	75,24
Rio Grande Norte	107 273	81,54	118 430	74,34	106 273	64,03	175 867	72,30	190 333	58,69	154 778	52,49
Paraíba	150 396	85,63	153 922	78,55	157 453	71,00	265 125	76,60	249 817	56,85	239 763	53,57
Pernambuco	269 955	83,91	245 962	72,17	233 152	65,21	404 189	89,32	459 573	54,88	460 864	52,79
Alagoas	67 959	82,81	57 640	66,13	58 809	61,00	99 927	68,36	121 505	62,31	106 984	56,32
Sergipe	81 328	83,77	69 063	67,99	63 902	58,98	102 532	69,68	128 476	58,71	98 730	49,14
Bahia	357 621	81,16	328 230	68,73	381 064	64,94	609 696	78,30	679 607	62,35	498 277	45,55
Minas Gerais	1 014 064	82,36	876 224	68,65	1 125 363	71,58	1 330 626	68,71	1 542 684	65,19	1 308 335	52,22
Espírito Santo	107 161	87,64	94 558	74,70	101 342	72,41	130 565	72,29	180 255	68,81	164 247	65,91
Rio de Janeiro	324 717	84,76	280 384	69,32	324 030	70,36	449 644	71,16	563 867	61,89	485 430	57,58
Distrito Federal	2496 771	90,43	441 086	74,76	-	-	607 831	72,58	695 472	72,04	693 336	69,86
São Paulo	1 395 670	82,65	1 149 049	71,76	1 193 469	70,87	1 502 841	73,60	1 929 731	69,99	1 962 285	70,47
Paraná	195 768	85,24	146 489	61,09	181 416	67,70	274 474	73,63	417 920	68,53	454 140	67,52
Iguaçu	13 451	80,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	216 817	87,40	186 290	71,33	217 515	74,23	279 731	76,08	328 295	69,21	351 443	71,15
Rio Grande do Sul	625 840	83,09	558 747	70,85	568 858	67,52	719 336	72,86	837 755	69,08	903 408	68,48
Ponta Porã	7 796	75,32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	45 839	77,53	44 305	59,54	46 782	58,01	87 194	66,04	110 391	60,41	103 186	53,15
Goiás	83 012	80,53	81 739	70,07	93 108	67,33	151 072	69,36	225 406	61,98	163 662	45,00
BRASIL	6 200 805	83,12	5 454 111	70,74	5 497 735	68,50	8 254 989	72,06	9 890 475	65,48	9 097 014	59,68

FONTES: "Anuário estatístico do Brasil", ano III, e Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957

NOTA: 1. A fonte observa que no período 1945/54 os Tribunais Regionais realizaram apenas 400 000 cancelamentos de eleitores; quando o efetivo desses cancelamentos; só por motivo de morte, pode ser estimado em 1 800 000; essa circunstância vem atuando progressivamente na elevação da taxa de abstenção; feita a referida redução, a taxa relativa ao pleito de 1954 sofreria um decréscimo de 12%, permaneceria indeterminada ainda a influência das transferências não canceladas e dos títulos expedidos e não retirados dos cartórios pelos eleitores.

2. Os elementos relativos a Fernando de Noronha estão incluídos no Distrito Federal.

(1) Vêde as datas das eleições na tabela anterior.

(2) Eleição para a Câmara dos Vereadores.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.2 - CONSTITUIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL - 1955

1. SENADO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMEROS DE SENADORES										
	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PL	PTN	PRP	PDC	PSB	PST
Amazonas	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Alagoas	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-
Bahia	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Distrito Federal	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	1	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
Paraná	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Mato Grosso	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
BRASIL	23	13	16	3	4	2	1	-	-	1	-

FONTE: Secretaria do Senado Federal. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, 1956

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.3 - RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA GOVERNADOR

2. ELEIÇÕES DE 3-X-1955

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VOTOS			CANDIDATO ELEITO			
	Total	Apurados ⁽¹⁾	Anulados	Nome	Partido pelo qual foi inscrito	Votos obtidos	
						Números absolutos	% sobre os votos apurados
Pará	197 747	194 357	3 390	Joaquim Magalhães C. Barata	PSD - PTB	97 307	50
Maranhão
Rio Grande do Norte	154 778	150 053	4 725	Dinarte de Medeiros Muniz	UDN - PDC - PSP	80 921	54
Paraíba	239 763	236 904	2 859	Flávio Ribeiro	UDN - PSD - PL	180 228	76
Alagoas	106 984	104 681	2 303	Sebastião Marinho M. Falcão	PSP	53 085	51
Minas Gerais	1 308 438	1 270 957	37 481	José Francisco Bias Fortes	PSD - PR	850 064	67
Paraná	454 117	447 424	6 693	Moisés Lupion	PSD - PDC - PTN	185 108	41
Santa Catarina	351 441	347 106	4 335	Jorge Lacerda	UDN = PDC - PRP - PSP	172 548	50
Mato Grosso	103 168	100 623	2 545	João Ponce Arruda	PSD	51 314	51

FONTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, 1956

(1) Inclusive votos em branco.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.4 - RESULTADOS GERAIS DO PLEITO PRESIDENCIAL, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 3-X-1955

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VOTOS APURADOS						
	Para Presidente				Para Vice-Presidente		
	Juscelino Kubitschek	Juarez Távora	Ademar de Barros	Plínio Salgado	João Goulart	Milton Compos	Danton Coelho
Rondônia	1 739	298	3 459	132	1 925	339	3 176
Acre	3 906	2 695	1 801	230	4 410	2 820	1 071
Amazonas	16 025	7 582	17 994	3 648	25 568	11 143	4 972
Rio Branco	1 828	448	325	33	1 962	426	163
Pará	89 344	21 406	65 176	4 213	97 176	24 452	51 849
Amapá	4 039	309	459	79	4 211	252	257
Maranhão	66 508	15 764	55 725	2 599	69 981	17 449	50 062
Piauí	67 665	43 469	13 164	2 395	69 765	42 845	10 310
Ceará	135 779	175 735	29 974	13 408	153 524	161 294	26 404
Rio Grande do Norte	57 200	45 425	24 822	13 888	67 005	56 138	11 804
Paraíba	81 307	114 128	16 813	9 900	94 912	103 988	9 648
Pernambuco	163 919	184 847	51 739	29 200	189 409	187 678	24 484
Alagoas	38 775	44 126	10 218	5 907	47 173	43 402	4 190
Sergipe	42 185	45 354	3 095	1 809	44 129	44 357	2 085
Bahia	200 213	149 771	51 061	63 136	233 115	177 108	26 705
Minas Gerais	713 113	283 567	147 112	78 213	618 985	496 728	44 282
Espírito Santo	56 650	29 721	41 126	29 531	70 464	46 722	21 526
Rio de Janeiro	215 456	101 186	122 101	27 683	257 210	154 320	42 131
Distrito Federal	199 520	174 804	266 289	35 495	282 335	303 405	81 943
São Paulo	240 940	626 627	867 320	159 051	384 083	726 069	608 337
Paraná	108 031	91 540	127 758	103 256	181 666	159 026	45 495
Santa Catarina	132 739	89 187	57 561	59 162	153 854	149 284	14 751
Rio Grande do Sul	329 562	302 595	175 185	66 109	423 484	382 105	27 376
Mato Grosso	45 201	33 119	16 327	1 570	47 040	36 969	8 509
Goiás	65 767	26 759	56 121	3 732	68 023	56 420	18 731
BRASIL	3 077 411	2 610 462	2 222 725	714 379	3 591 409	3 384 739	1 140 261

FONTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1956. Rio de Janeiro: IBGE, v.17, 1956

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.5 - CONSTITUIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL - 1954/58

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUOCIENTE ELEITORAL	NÚMERO DE DEPUTADOS													
		Total	Segundo a legenda												
			PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	
Rondônia	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	10 932	7	1	1	3	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	25 287	9	4	3	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amapá	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	22 088	10	6	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piauí	29 508	7	2	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	31 066	18	5	6	2	3	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	27 684	7	2	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	23 561	11	5	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	24 595	22	10	3	6	-	-	-	1	-	-	1	1	-	-
Alagoas	13 630	9	2	2	2	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Sergipe	17 364	7	2	4	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	29 974	27	10	8	3	-	5	-	-	-	-	1	-	-	-
Minas Gerais	47 588	39	18	8	5	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	31 337	7	3	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Rio de Janeiro	42 190	17	6	4	4	1	-	-	-	-	-	2	-	-	-
Distrito Federal	53 450	17	1	6	5	4	-	-	-	-	-	1	-	-	-
São Paulo	60 345	44	11	4	5	6	1	1	-	7	1	4	4	-	-
Paraná	47 798	14	4	1	6	-	1	-	-	-	-	-	1	1	-
Santa Catarina	48 983	10	5	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	50 108	24	7	-	14	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1
Mato Grosso	21 615	7	3	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	35 582	8	5	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL	-	326	115	70	66	25	17	2	3	7	2	10	6	3	-

FONTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Tabela extraída de : Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.6 - CONSTITUIÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS - 1958

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Quociente eleitoral	NÚMERO DE DEPUTADOS														
		TOTAL	Segundo a legenda													Coli- gações ou alianças
			PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PDC	PL	PST	PTN	PRP	PSB	PRT		
Amazonas	2 538	30	6	3	10	4	-	1	-	5	-	-	1	-	-	
Pará	6 148	37	15	6	5	-	2	-	-	-	-	-	-	-	9	
Maranhão	5 516	40	21	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	
Piauí	6 446	32	13	9	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	
Ceará	10 329	54	16	15	8	8	-	-	-	-	-	1	-	6	-	
Rio Grande do Norte	5 685	34	13	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	
Paraíba	6 460	40	18	-	-	7	1	-	-	-	-	-	3	-	11	
Pernambuco	8 284	65	17	7	13	2	2	2	-	8	1	1	2	10	-	
Alagoas	3 505	35	-	8	-	14	-	-	-	-	-	-	-	-	13	
Sergipe	3 803	32	-	15	3	1	6	-	-	-	-	-	-	-	7	
Bahia	13 522	60	19	12	4	2	10	3	3	2	3	2	-	-	-	
Minas Gerais	24 989	74	24	11	12	5	17	1	-	-	3	1	-	-	-	
Espírito Santo	6 811	32	11	5	8	5	-	1	-	-	-	2	-	-	-	
Rio de Janeiro	13 239	54	15	7	13	8	3	3	-	-	2	-	3	-	-	
Distrito Federal ⁽¹⁾	18 002	50	7	8	7	5	4	2	3	2	3	1	4	4	-	
São Paulo	28 921	91	7	9	6	16	7	11	2	6	10	5	6	6	-	
Paraná	13 593	45	17	-	13	4	-	3	-	-	-	-	-	-	8	
Santa Catarina	11 927	41	15	16	6	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	
Rio Grande do Sul	21 756	55	13	3	24	2	1	2	7	-	-	3	-	-	-	
Mato Grosso	5 013	30	11	13	4	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Goiás	8 862	32	18	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
BRASIL ⁽²⁾	-	963	276	147	154	87	53	30	15	23	22	17	19	26	94	

FORNTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1959. Rio de Janeiro: IBGE, v. 20, 1959

(1) Eleição para a Câmara dos Vereadores.

(2) Com a indicação mencionada.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA
REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

TABELA A.7 - CONSTITUIÇÃO DAS ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS ESTADUAIS - 1954

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE DEPUTADOS														
	TOTAL	Segundo as legendas													
		PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PDC	PL	PST	PTN	PRP	PSB	PRT	Coli- gações	Alian- ças
Amazonas	30	8	4	11	4	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-
Pará	37	-	5	4	9	2	-	-	-	-	-	-	-	-	17
Maranhão	40	27	1	-	7	-	3	-	-	-	-	-	-	-	13
Piauí	32	15	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Ceará	45	15	15	7	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	34	13	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	18
Paraíba	40	14	15	3	1	1	-	5	-	-	-	1	-	-	-
Pernambuco	65	23	12	10	-	1	5	-	5	-	-	1	-	8	-
Alagoas	35	8	16	3	3	-	-	-	-	5	-	-	-	-	-
Sergipe	32	9	-	3	2	6	-	-	-	-	-	-	-	12	-
Bahia	60	-	11	8	3	9	3	5	2	-	2	-	-	-	17
Minas Gerais	74	25	12	11	3	14	2	-	4	2	1	-	-	-	-
Espírito Santo	32	12	-	8	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Rio de Janeiro	54	20	10	11	5	2	3	-	-	-	-	3	-	-	-
Distrito Federal ⁽¹⁾	50	7	9	9	6	5	3	2	2	2	1	2	2	-	-
São Paulo	75	11	7	8	17	7	4	1	3	7	3	4	3	-	-
Paraná	45	11	8	11	7	7	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	39	15	15	5	2	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	55	15	3	23	2	-	-	7	-	-	4	1	-	-	-
Mato Grosso	30	10	14	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Goiás	32	14	8	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BRASIL ⁽²⁾	936	272	165	148	91	55	27	20	17	16	12	12	5	20	76

FONTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral. Tabela extraída de: Anuário estatístico do Brasil 1957. Rio de Janeiro: IBGE, v. 18, 1957

(1) Eleição para a Câmara dos Vereadores.

(2) Com a indicação mencionada.